

Políticas Públicas

Esporte de
e **Lazer**
novos olhares



Almir Liberato
Artemis Soares

Organizadores


EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

A edição deste livro apresenta ao público as contribuições produzidas pelos pesquisadores convidados para o VIII Seminário Nacional de Políticas de Esporte e Lazer realizado em Manaus, na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas-Ufam com o apoio da SNDEL-Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

O tema principal, Esporte e Lazer na Perspectiva Ecológica - relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida - foi tratada de forma variada, constando de conferências e palestras, mesas redondas, oficinas, mesas temáticas de comunicação oral e posters reunindo gestores, generalistas na área de ecologia e pesquisadores da atividade física relacionada com o meio ambiente, visando a discussão das perspectivas ecológicas do Esporte, do Lazer e da Qualidade de Vida.

A obra está dividida em três grandes blocos que correspondem às conferências, palestras e comunicações, abordando desde as questões do lazer e patrimônio ambiental urbano, passando pelas questões da função social das cidades com seus espaços públicos de lazer e pelas políticas públicas em esporte e lazer, além de discutir a pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento.



Políticas Públicas de Esporte e Lazer – Novos
Olhares

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Witkoski

Dr.ª Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Antonio Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Spartacus Astolfi (UFAM)

Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

Cesar Barreira (UFC)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Conh (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

João Bosco Lopes Botelho (UFAM)

Paulo Emilio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (UNICAMP)

Luiza Garnello (FIOCRUZ)

Renan Freitas Pinto (UFAM)

Renato Ortiz (UNICAMP)

Rosa Ester Rossini (USP)

Renato Tribuzi (UFAM)

Almir Liberato
Artemis Soares
(Organizadores)

Políticas Públicas de Esporte e Lazer – Novos Olhares



Manaus - Am
2010

Copyright©2010 Universidade Federal do Amazonas

REITORIA

Márcia Perales Mendes Silva

EDITORA

Iraíldes Caldas Torres

REVISÃO

Cinara Cardoso - Técnica

Mateus Coimbra - Português

CAPA

Rodrigo Vale

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Luciana Freire Braga

Danielle Reis

Liberato, Almir, Soares, Artemis - (org)

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Traços históricos. Almir Liberato e Artemis Soares organizadores – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

356 p.: il. 14x21 cm

ISBN 978-85-7401-497-5

1. Políticas Públicas 2. Esporte e lazer I. Título.

CDU 37.014

EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Av: Gal Rodrigo Oerávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I

CEP 69077-000 Manaus/AM

Telefax: (0xx) 92 3305-4291 e 9128-5327

www.ufam.edu.br e-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

Prefácio

Durante minha trajetória na Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, uma das questões que mais me sensibilizou foi a ausência de eventos e publicações específicas que servissem de subsídios para o embasamento da prática desenvolvida nesse âmbito. E, assim como eu, vários gestores constantemente deixavam claro esse vazio. A presente publicação contribui para superar esta questão, especialmente considerando dois aspectos.

Primeiro, é importante destacar que os textos que compõem esta obra são derivados de um evento, cujos anais publicam todos os trabalhos aprovados pela Comissão Científica do VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que foi realizado no período de 15 a 18 de abril de 2008, na Universidade Federal do Amazonas, por meio da Faculdade de Educação Física, com o apoio da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte.

Em segundo lugar, a presente obra reúne alguns dos textos desta VIII edição do Seminário, tendo passado, portanto, por mais de uma seleção.

O livro propõe ter uma circulação mais ampla no país, complementando a divulgação realizada pelos Anais do evento, chegando a públicos diferenciados, que possam gerar outros debates sobre as questões e temas tratados.

O tema principal deste Seminário Nacional foi ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA: relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida, onde se pretendeu aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer, nas diversas esferas da sociedade e, também, debater o papel do po-

der público diante das questões do lazer e da ecologia, as quais estão presentes na qualidade de vida pós-moderna.

Esta publicação chega, justamente, em um momento significativo para as Políticas Públicas de Esporte Recreativo e do Lazer, no âmbito federal, a partir do qual há o reconhecimento das suas características de transversalidade e da necessidade de trabalhos interdisciplinares. Ações que estamos procurando, já há algum tempo, desenvolver de forma intersetorial com outras Secretarias e Ministérios, buscando parcerias com universidades, entidades do terceiro setor, sistema S, clubes e outros agentes do setor público (Prefeituras e Estados).

Como exemplo destas políticas transversais podemos citar o *PELC/PRONASCI*, uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça, que inclui ações de Esporte e Lazer como parte importante do Programa *Segurança com Cidadania*, que busca, através de um projeto democrático, promover a coesão social, a integração dos cidadãos, principalmente dos jovens. Já no Programa *Mais Educação*, do Ministério da Educação, inclui o Esporte e Lazer como fator fundamental para a melhoria da qualidade da educação em nosso País, não se restringindo apenas à educação formal, mas também aquela que acontece fora dos muros das escolas.

Cumprimentando todos os autores do presente livro, esperamos que o mesmo sirva para trazer mais subsídios aos estudos das Políticas Públicas brasileiras, assim como para a implementação das mesmas, com conteúdos cada vez mais aprofundados e de forma participativa.

Rejane Penna Rodrigues
Secretária nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
Ministério do Esporte

Sumário

12 Apresentação

CONFERÊNCIAS

- 15 Perspectivas de uma epistemologia renovada para o meio ambiente e sua relação com o esporte e lazer
Lamartine da Costa
- 43 Do Homo Sportivus: relações entre natureza e cultura
Jorge Olímpio Bento

PALESTRAS

- 74 O desporto, a cidade e o lazer
José Manuel Constantino
- 82 A cidade e a produção dos espaços públicos de lazer
José Aldemir de Oliveira
- 98 Função social das cidades: breve consideração
Robério dos Santos Pereira Braga
- 114 Lazer e patrimônio ambiental urbano
Nelson Carvalho Marcellino
- 137 Lazer, cidadania, conhecimento na sociedade globalizada
Marutschka Martini Moesch

- 153 Apoio à pesquisa em esporte e lazer no Estado do Amazonas
Odenildo Teixeira Sena
- 156 A pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento: experiência da secretaria nacional de desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
- 169 Políticas públicas municipal em esporte e lazer
Evilázio Pereira Nascimento
- 185 Políticas públicas estaduais em esporte e lazer
Lupércio Ramos
- 188 Os jogos olímpicos da antiguidade e o surgimento dos jogos da era oderna
Roberto Gesta de Melo
- 198 Movimento olímpico: organização, comunicação social e símbolos
José Vicente Moura
- 212 Por uma teoria da comunicação no desporto de alto rendimento
Víctor Serpa

COMUNICAÇÕES

- 225 Políticas públicas para o esporte: a avaliação do projeto saúde nas praça
Danilo Zero dos Santos | Paulo Fernando Moraes

- 232 Visita aos equipamentos de lazer de cidade média de região metropolitana: uma visão a partir da análise dos dados
Felipe Soligo Barbosa
Nelson Carvalho Marcellino
- 238 Espaços e equipamentos de lazer: observações e opiniões em cidades de pequeno porte de região metropolitana
Stéphanie Helena Mariano | Nelson Carvalho Marcellino
- 247 Lazer e esportes da natureza e suas contribuições ao desenvolvimento socioambiental
Kássio Vinicius Castro Gomes
- 258 Educação ambiental como forma de promover a sustentabilidade ecológica de uma região
Mônica Delgado
- 263 As políticas públicas de lazer de Niterói e o caminho Niemeyer
Paulo A. Cresciulo de Almeida
- 272 Política pública de lazer: relações entre meio ambiente e atuação profissional
Mirleide Chaar Bahia | Cathia Alves
- 283 Os jogos Amazônicos da natureza - uma atividade física e desportiva: subsídio sustentável como gerador de recursos e uma possível estratégia de intervenção e proteção do mercado de trabalho do profissional de educação física
Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema | Vanderlan Santos Mota

- 293 Recreação e qualidade de vida numa cidade dos trópicos úmidos: uma visão das políticas públicas de lazer na cidade de Manaus-Am
Vanderlan Santos Mota | Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema
- 303 Políticas públicas de esporte e lazer: realidade e perspectivas no município de Porto Velho
Elizângela de Souza Bernaldino | Érica Patrícia de Oliveira Pinheiro | Juliana Nunes de Oliveira | Célio José Borges | Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves
- 311 Projeto vida saudável: promovendo saúde e lazer para a terceira idade na cidade de Manaus
Raimundo Gomes de Araújo
- 318 Lazer e ação comunitária uma intervenção cultural para e pelo lazer junto aos jovens da gangue de Parolândia em Moju-PA.
Vera Solange Pires Gomes de Sousa
- 327 Estudo do desempenho motor e crescimento de escolares do Ensino Fundamental do Município de Manaus - Am: subsídios para o planejamento de políticas públicas de educação física e esporte na escola
Ivan de Jesus Ferreira | Daurimar Pinheiro Leão | Tânia Regina Alves de Souza Leão
- 338 Esporte aquático: uma visão de lazer e sustentabilidade para o complexo poliesportivo da Ponta Negra
Sandra Maria dos Santos | Maria Cleide Meireles C. Queiroz

348 Programa segundo tempo: uma política pública para revitalização da cultura corporal de movimentos do povo Baré da comunidade Terra Preta – Manaus/ Amazonas

Jhones Rodrigues Pereira

Apresentação

A realização do VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER em Manaus foi uma iniciativa de um grupo de professores da Faculdade de Educação Física-FEF da Universidade Federal do Amazonas-UFAM comprometido com as Políticas Públicas em Esporte e Lazer em nosso Estado e com a ecologia, que contando com o apoio coletivo dos colegas da nossa faculdade e da UFAM, com muita determinação foi em busca de parceiros para a sua realização.

Nossos esforços foram exitosos tanto pelo nível das conferências e debates apresentados como pelos desdobramentos que se traduzem pela adesão de novos participantes nos projetos sociais do Ministério do Esporte e o engajamento na produção científica.

A FEF, como entidade produtora de conhecimento e responsável pela formação de profissionais da área, viu-se no cumprimento de mais uma etapa de trabalho que oportunizou aos profissionais do nosso Estado a possibilidade de ampliação do seu universo de conhecimento como também de enriquecimento pelas trocas possíveis, pela apropriação de exemplos inovadores, por novos desafios.

Devemos destacar o apoio da SNDEL, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, que se constituiu na mola propulsora do evento. Tivemos também o apoio das Secretarias de Educação do Estado e do Município, da SEJEL-Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer e SEMESP – Secretaria Municipal de Esporte, da FAPEAM -Fundação de de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e da UNISOL-Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, parceiros que nos permitiram essa realização. Destaque-se o apoio da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto-Portugal, nossa parceira em grandes eventos internacionais.

O seminário teve como tema: ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA- relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida. A programação foi variada, constando de conferências e palestras, mesas redondas, oficinas, mesas temáticas de *comunicação oral e posters e reuniu gestores, generalistas na área de ecologia e pesquisadores da atividade física relacionada com o meio ambiente, visando a discussão das perspectivas ecológicas do Esporte, do Lazer e da Qualidade de Vida.*

O evento contou com participantes de vários Estados brasileiros e a presença de gestores públicos destacando-se os presidentes de ligas esportivas da cidade e do interior.

Pretendeu-se aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer nas diversas esferas da sociedade e também debater o papel do poder público diante das questões do lazer e da ecologia, os quais estão no entorno da qualidade de vida pós-moderna.

O Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer teve sua primeira edição em 2001, e vem sendo realizado anualmente, colocando em discussão questões relacionadas ao esporte e ao lazer, com relevância na produção do conhecimento.

Aberto à participação dos mais diversos segmentos da sociedade, procurou-se criar um locus de pluralidade política e acadêmica buscando beneficiar a população com a socialização do conhecimento resultante.

Pela importância do Seminário, a FEF juntamente com seus parceiros locais, nacionais e internacionais promove a edição deste livro trazendo a público as contribuições produzidas pelos pesquisadores convidados.

A obra está dividida em três grandes blocos que correspondem às conferências, palestras e comunicações.

Agradecemos aos conferencista e palestrantes que enriqueceram o evento e a todos os participantes que contribuíram para seu sucesso.

Os organizadores

CONFERÊNCIAS

PERSPECTIVAS DE UMA EPISTEMOLOGIA RENOVADA PARA O MEIO
AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM O ESPORTE E LAZER

Prof. Dr. Lamartine da Costa
Universidade Gama Filho

A recente escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 ampliou a importância da produção de conhecimentos – e correspondentes debates – sobre as relações do esporte e das práticas de lazer com o meio ambiente. De forma inédita, o megaevento, liderado pela Fédération Internationale de Football Association – FIFA, acontecerá no território brasileiro, sediado, na maioria dos Estados da União, incluindo o Estado do Amazonas, a ser representado por sua capital Manaus.

Como é do conhecimento corrente, a Copa do Mundo de Futebol alinha-se entre os maiores eventos organizados em escala planetária com impactos importantes nas áreas de mídia, negócios e turismo, influenciando o desenvolvimento local em regeneração urbana, transporte, construção civil etc. Uma ideia do porte alcançado por este empreendimento da FIFA pode ser feita a partir da Copa 2006, na Alemanha, que atraiu cerca de dois milhões de turistas, gerou 20 mil empregos permanentes e, finalmente, incorporou 0.6% no PIB do país naquele ano, que totalizou 1.6% de incremento (DAVIS, 2008). Para a Copa brasileira de 2014, a Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC (SIMÃO, 2007) estima que os investimentos públicos e privados somem 18 bilhões de reais, bem acima dos gastos de 2006 na Alemanha, postos também em relevo por Davis com a cifra de 11,5 bilhões de reais.

Tal gigantismo da Copa do Mundo de Futebol – tal como ocorre em outros megaeventos esportivos, quer internacionais ou nacionais – tem o significado de grandes gastos, porém produz retornos vantajosos, se adequadamente gerenciados. Nestas adequações deve ser inserido o impacto ambiental, certamente o

fator de maior comprometimento dos retornos que podem resultar negativos em contas finais.

Apelando-se mais uma vez para dados da Alemanha, verificou-se que naquele país em 2005 houve 154 megaeventos esportivos, reunindo 25,6 milhões de espectadores e 530 mil participantes. O impacto ambiental deste conjunto de atividades de meio urbano e de áreas naturais (florestas, praias, montanhas etc) foi calculado pela Universidade do Esporte de Colônia e entidades associadas, como equivalente a 300 mil toneladas de CO² lançadas na atmosfera com efeitos prejudiciais (SAHLER, 2007, p. 7-14). Ou seja: se tal impacto ambiental não foi neutralizado, o retorno financeiro e cultural daqueles megaeventos tornou-se meramente aparente, senão falso em avaliação final.

Este contexto ecológico da Copa de Mundo – que nos próximos anos será enfrentado em grande parte do Brasil e, em especial, em Manaus – oferece, portanto, um ponto de partida significativo quando se coloca em discussão o tema de meio ambiente e esporte, tanto na sua feição de competição como na de lazer, e respectivas políticas públicas e meios de intervenção privados. E diferentemente do caso da Alemanha, as desigualdades sociais características do Brasil solicitam uma observação predominante sobre possíveis injustiças sociais e desperdícios financeiros provocadas por mal gerenciamento ou falta de governança de megaeventos em geral, frequentemente produtores de riscos por falta de manejo adequado do meio ambiente.

Assim disposto, o objetivo do presente estudo é problematizar as relações do esporte e lazer com o meio ambiente buscando renovação do conhecimento na temática ecológica como também formas de socializá-lo condignamente junto aos diferentes planejadores e interventores de múltiplos interesses acadêmicos e profissionais. Neste escopo, o método escolhido é o de análise epistemológica no seu enfoque mais recente, isto é, o da “Gestão do Conhecimento”; este será aqui assumido seguindo Nonaka e Toyana (2007, p. 13-31) na perspectiva de que o conhecimento construído

coletivamente torna-se mais utilizável na prática. Tal viabilidade aumentada ocorre quando são geradas sínteses do conhecimento recriado sucessivamente; adicionalmente os pesquisadores japoneses citados relevam a importância da interação local entre os agentes do conhecimento recriado em termos de espaço e tempo (Ibidem, p. 23).

A superação da epistemologia tradicional por Nonaka e Toyana implica em se admitir que a problematização das relações do esporte e lazer com o meio ambiente, com respeito ao Brasil e à região de Manaus, tem maior validade quando pesquisadores e gestores destes territórios estão envolvidos. À luz desta particularidade, os fundamentos da presente revisão teórico-prática terão como fio condutor conhecimentos gerados no Brasil – incluindo aqueles gerados em associação com autores portugueses e de outras nacionalidades – a partir dos quais o conhecimento disponível no exterior poderá ser recriado ou adaptado para condições localizadas. Esta nova abordagem epistemológica considera outrossim condições subjetivas de ordem cultural (conhecimento tácito) em igualdade dialogal com a objetividade explícita do conhecimento científico ou gerencial (Ibidem, p. 20-21).

Construções exploratórias do conhecimento

No Brasil, o tema do esporte e lazer na perspectiva ecológica foi resumido em seus fundamentos históricos e características de construção por ALMEIDA e Da COSTA (2007, p. 13-27) na obra em três volumes “Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo - Estudos e Pesquisas no Brasil, 1967-2007”, que reuniu 86 autores nacionais e 103 estudos e pesquisas.

Em termos epistemológicos, para que fosse possível identificar as tendências centrais (*research mainstreams*) dos estudos e pesquisas no período demarcado de 40 anos, foi desenvolvida uma meta-análise que adotou interpretações e conceitos amplos (*soft definitions*) quer do meio ambiente – por vezes identificado como

“natureza” – quer do esporte, lazer e turismo, evitando definições estreitas e excessivamente especializadas (*hard definitions*). Neste particular, assumiu-se como diretriz principal a concepção geral de meio ambiente estipulada pelo Comitê Olímpico Internacional, isto é: “todos os fatores externos, condições e influências que afetam um organismo ou uma comunidade” (IOC, “*Manual on Sport and the Environment*”, LAUSANNE, 2001, p. 80). Adicionalmente, definiu-se também a sustentabilidade – conceito central do tema de meio ambiente na atualidade - como “o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem prejudicar as gerações futuras” (Ibidem, p. 81).

Almeida e Da Costa adicionalmente usaram a mesma fonte do COI (2001, p. 13-14) no ajuste da concepção de esporte aos problemas da proteção ambiental definindo que “a prática do esporte inclui atividades físicas em diferentes níveis, com participação informal e ocasional ou de alto rendimento com normatização, implicando em gestão especializada ou de livre iniciativa de praticantes”. Já as relações do esporte com o turismo, sob o enfoque do meio ambiente, seguiram as proposições de Tom Robison & Sean Gammon (“*Revisiting and Applying the Sport Tourism Framework*”, *Journal of Sport Tourism*, Volume 9, Number 3, 2004) “as quais compreendem pessoas viajando, ou com estadas em locais fora de seu ambiente usual, com participação ativa ou passiva em atividades esportivas de competição ou recreativas”.

Outra recomendação assumida referiu-se às inter-relações entre o turismo e o lazer, segundo Guy Swinnerton (“*Recreation and Conservation*”, In: JACKSON, E.L. e BURTON, T.L., “*Understanding Leisure and Recreation*”, Venture Publishing, State College, PA, 1989, p. 517-565), que geralmente ocorrem sob forma de coexistência, simbiose ou conflito, sendo a última alternativa a mais comum dada à expansão do turismo em escala mundial.

Partindo-se desses pressupostos a meta-análise indicou que a primeira construção nacional de conhecimento sobre o meio ambiente, com remota relação com atividades físicas, abordou o viés da saúde já em 1850. Neste ano, Eduardo Ferreira França (1809-1857), de Recife-PE, médico formado na França, publica o livro “Influência dos Pântanos sobre o Homem” (Tipografia Liberal do Século, Salvador, 1850), no qual se analisaram os efeitos da insalubridade do meio ambiente sobre a moral humana e o comportamento corporal. Esta obra confirmou a ideia dominante no Brasil de que o clima tropical produzia indolência, vícios e doenças. Em consonância com esta postura pretensamente científica, em 1888 a Editora Garnier, do Rio de Janeiro-RJ, lança a obra do escritor e político Sílvio Romero (1851-1914) intitulada “História da Literatura Brasileira” em cujo capítulo “*O Meio Fisiologia do Brasileiro*” são descritas as teorias correntes na Europa quanto à inferioridade dos povos habitantes de regiões de clima quente. Sílvio Romero, interpretando o fato, argumentou que era necessário não generalizar a questão climática brasileira, pois o ambiente nocivo limitava-se a determinadas áreas da nação.

No alvorecer do século XX, enquanto ainda predominavam preconceitos ambientalistas no Brasil, o Barão Pierre de Coubertin – em 1907, onze anos depois de resgatar os Jogos Olímpicos – adotava na França pela primeira vez no mundo do esporte uma posição de defesa da natureza, ao mobilizar os esportistas para que limpassem seus campos de prática. Estava inaugurada então a definição do esporte como poluidor e o correspondente vínculo do movimento olímpico internacional – sobretudo manifestado pelos Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão desde a década de 1990 – com a proteção do meio ambiente.

A atitude pioneira de Coubertin em sua época não teve correspondência no Brasil, nem no plano internacional, como constatou um estudo recente de cunho epistemológico produzido por Da Costa no Brasil e publicado em língua inglesa em 2002

(“*Towards an Olympic Epistemology: Sport Sciences or Theory of Sustainable Sport?*”. In: “*Olympic Studies*”. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 131-152). Entretanto, outra tendência ambiental e esportiva vinda da França foi adotada em 1922 pelo Exército Brasileiro ao oficializar o Método Francês de Educação Física, o qual incorpora nesta versão inicial brasileira – entre várias outras influências de origem francesa - as concepções de George Hébert (1875 – 1957), líder da “*L' École Naturaliste*” criada em 1905. Esta doutrina elegia os movimentos naturais (saltar, correr, trepar etc.) como base do método de práticas físicas se aplicados em meio aos elementos naturais (água, sol, floresta, ar etc.).

Em 1932, a Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx, situada no Rio de Janeiro (Urca), inaugurou uma “Torre de Hébert” junto à sua pista de atletismo, marcando a incorporação do Método Natural aos currículos daquela instituição militar. A Torre de Hébert foi mantida até meados da década de 1960 quando o Método Francês foi substituído pelo Método Calistênico na instrução física do Exército Brasileiro (www.esefex.ensino.eb.br). No Brasil da atualidade, o Método de Hébert ainda sobrevive em suas propostas essenciais de práticas em Curitiba-PR, em São Paulo-SP e outras cidades, por meio de pistas de treinamento de exercícios naturais, com a denominação original francesa “*Le Parkour*”. Há também ainda uma Associação Brasileira de Parkour – ABPK (www.abpk.br).

Construções pioneiras do conhecimento

A primeira síntese científica nacional identificada na revisão de Almeida e Da Costa (Ibidem, p. 17) que redundou numa recriação do conhecimento tradicional surgiu na década de 1960 ao ser publicado no Rio de Janeiro o livro “*A Atividade Desportiva nos Climas Tropicais e uma Solução Experimental: o Altitude Training*” (Imprensa do Exército, 1967) por Lamartine Da Costa, contendo relatórios de pesquisas de campo produzidas por este

autor nas áreas naturais do Rio de Janeiro entre 1964 e 1966. Estas investigações tiveram o objetivo declarado de medir o gradiente redutor da performance física de longa duração sob impacto direto dos raios solares, como também os efeitos do mesmo esforço ao se realizar à sombra, em meio ao ambiente florestal.

O experimento foi feito com 10 atletas masculinos de nível nacional e internacional do atletismo, em provas de corridas de média e longa distâncias. Como as análises estatísticas das observações comprovaram uma melhoria no gradiente redutor à sombra, especificamente nas subidas da Floresta da Tijuca da mesma cidade, surgiu um método de treinamento como resultado adicional ao estudo. Por conseguinte, a inibição do esforço físico devido ao calor foi relativizado pelo modo de se conduzir e dosar o exercício. Em suma, o determinismo que definia o trabalho físico em ambiente tropical no Brasil desde 1850, tornou-se improcedente diante dos resultados deste estudo científico.

Destaque-se ainda que estas investigações biometeorológicas foram pioneiras na área esportiva nacional quanto ao uso de computadores e de protocolos de rigor científico. Estes trabalhos pioneiros representaram possivelmente a inauguração no Brasil de estudos e pesquisas sobre o meio ambiente e esporte e posteriores desdobramentos nas áreas de lazer e turismo. Há uma versão em inglês deste livro datada de 1966, compondo um manual técnico da Academia do Conseil International du Sport Militaire-CISM, Brussels, sob a denominação “Sport Activities in Tropical Climates and an Experimental Solution: the Altitude Training”. Esta outra versão da obra de Da Costa possivelmente marca o início da internacionalização da produção científica brasileira na área do esporte e, possivelmente, na do meio ambiente como disciplina autônoma de conhecimento.

O desdobramento das pesquisas ambientalistas de Lamartine Da Costa ocorreu, todavia, em 1967 ao se publicar outro livro deste autor pela então existente Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura - MEC: “Planejamento México”.

Estudaram-se nesta obra os efeitos do meio ambiente encontrado na altitude em geral e na Cidade do México em particular, a 2.240 metros, local dos Jogos Olímpicos de 1968 e da Copa do Mundo de 1970. Este pesquisador participara de um grupo de observadores de diversas nacionalidades que visitaram a Cidade do México naquele mesmo ano, a fim de levantar as dificuldades de competições de alto rendimento no local.

Da Costa, em razão de seus estudos anteriores – iniciados em 1963 –, já participava na época da Sociedade Internacional de Biometereologia e da Academia do Conselho Internacional do Esporte Militar-CISM, esta última uma entidade de ponta nas questões de treinamento esportivo. Nestes estudos, tal como ocorrera antes com o clima quente, demonstrou-se que o meio ambiente adverso à atividade física, representado por regiões elevadas, era real porém eivado de preconceitos. Neste mesmo ano, uma versão reduzida deste livro foi publicada em artigo em língua inglesa na revista “Sport International”, Da Costa, L. P., v. 3, n. 36, p. 16-23, sob o título “Altitude Training”. Esta publicação é possivelmente o primeiro texto em inglês na área do esporte produzida por autor brasileiro para periódico científico de circulação internacional, e talvez um dos mais citados até a presente data.

À vista da gestão do conhecimento preconizada por Nonaka e Toyana, de citação anterior, foi possível identificar, na revisão de Almeida e Da Costa, uma síntese de recriação e de aplicação prática das pesquisas pioneiras da década de 1960. Esta ocorrência se registrou em 1970 quando da realização da participação do Brasil na Copa do Mundo de Futebol no México para a qual Lamartine Da Costa produziu um plano científico de adaptação usando conhecimentos anteriores, sobretudo aqueles concernentes aos efeitos benéficos da altitude (super aclimatação) e outros de redução de suas causas nocivas. Em conjunto com outras contribuições positivas, o plano biometereológico garantiu a vitória da seleção brasileira ao final da competição.

A comprovação deste fato situa-se no relatório oficial FIFA sobre a Copa de 1970 - publicado em livro de 1972 –, que enfatizou o trabalho científico brasileiro de aclimação à altitude mexicana de 2.240 metros, considerando como o mais eficaz entre os países concorrentes (FIFA, World Cup México 70 - Official FIFA Report, Zurich, 1972). A partir deste ano, vários estudos e registros foram publicados sobre os feitos científicos para a Copa de 1970 com base em conhecimento gerado no Brasil. Neste país, tais avanços repercutiram mais uma vez durante a Copa de 2006 (Alemanha) como se verifica em estudo de Santoro, Soares e Bartholo (2006), o que confirmaria ser o Plano da Copa de 1970 uma boa prática (modelo demonstração nas ciências de gestão) para o trato de empreendimentos ambientalistas esportivos que sobrevive há quarenta anos.

Efetivamente as boas práticas da pesquisa ambientalista dos anos de 1960 repercutiram até o final da década de 1970 no Brasil. Esta sinalização de Almeida e Da Costa, obra em citação, incidiu sobre a publicação do livro “Treinamento Desportivo e Ritmos Biológicos” (José Olympio: Rio de Janeiro, 1977), também de Lamartine Da Costa, reunindo pesquisas feitas com atletas brasileiros alternadamente no Rio de Janeiro e em Atvidaberg, na Suécia. Neste estudo, as reações dos sujeitos da investigação à mudança de ambientes foram mensuradas e comparadas à luz da aplicação de treinamento físico. Neste estágio da produção do conhecimento em âmbito internacional já se considerava importante o cruzamento de efeitos diversos advindos do meio ambiente (calor, altitude, mudança de fuso horário etc) buscando-se fatores de maior influência.

Neste tipo de abordagem ambientalista, o relacionamento social destacou-se como variável fundamental da aclimação “cruzada”, fenômeno de natureza ecológica incluindo influências de vários sistemas relacionados à vida humana. A recriação, no caso, incluiu o estímulo ao esporte-turismo, hoje em ampla expansão, superando, portanto, uma visão concentrada no treinamento físico.

Esta obra, então considerada pioneira, recebeu como pesquisa o Prêmio MEC de Literatura Esportiva de 1976. Estes resultados sugerem também que a opção biológica e ambientalista de Da Costa e associados situava-se à época em nível similar às pesquisas internacionais.

Ciências sociais e ambientalismo esportivo

Em que pese a influência destacada do treinamento esportivo – tipicamente cientificista nas décadas de 1960 a 1980 no Brasil –, a tradição nacional de se observar o meio ambiente pelo viés social foi recuperada no início da década de 1980 no âmbito das práticas físicas de lazer. Esta visão físico-moral, estabelecida desde 1850, foi regenerada invertendo sua negatividade quando da publicação no Rio de Janeiro do livro “Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa”, tendo como editor Lamartine Da Costa (Palestra Edições, 1981). Esta obra consolidou experiências e conhecimentos do chamado “Esporte para Todos” (EPT) no Brasil – gerados nas décadas de 1920 a 1970 –, incluindo autores sobretudo das áreas de lazer e esporte recreativo. Entre as diversas revisões feitas pelo EPT brasileiro, destacou-se a valorização da natureza como ambiente de práticas físicas, como se verifica nos Princípios do Esporte para Todos (Ibidem, p. 21-29).

Neste estágio, a contribuição das ciências sociais foi reforçada por Jürgen Diekert e Floriano D. Monteiro, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ao publicarem o primeiro livro nacional sobre equipamentos e parques de lazer em que privilegiavam atividades físico-recreativas em ambientes naturais, promovidas por trabalhos comunitários (DIEKERT, J. e MONTEIRO F.D. Parque de lazer e de Esporte para Todos, Brasília: SEED-MEC, 1983). Jürgen Diekert era à época professor visitante na UFSM e trouxe experiências da Alemanha quanto ao uso de materiais reciclados e de meios de mobilização popular no estilo do Esporte para Todos. Além disso, houve adaptações

práticas destes conhecimentos por testes locais em municípios do Rio Grande do Sul.

Outra inovação encontrada nesta obra incidiu sobre a construção de conceitos que relacionavam as atividades físicas ao meio ambiente. Tal postura foi seguida também por Lamartine Da Costa em 1987 quando publicou, em Portugal, pelo Ministério da Educação e Cultura daquele país, o estudo “A Reinvenção da Educação Física e do Desporto segundo Paradigmas do Lazer e da Recreação”. Explorou-se então especulativamente a oposição fundamental entre a ideia da natureza e a de cultura. Este nexos tradicional da filosofia, revelou-se para o autor brasileiro como um fio condutor para se reconceituar o lazer à luz das atividades físicas organizadas de modo pedagógico ou de livre arbítrio. Pretensamente este texto inaugurou o pensar ecológico do lazer no âmbito acadêmico de língua portuguesa.

Nos anos que se seguiram, já no início da década de 1990, o eixo de compreensão das questões ambientais no esporte e respectivos conceitos deslocou-se da adaptação e do comportamento do praticante para a proteção do meio ambiente em que se praticam ou se competem esportes. Este fato foi produto do espírito da época desde que em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com grande impacto nacional e internacional. Este evento foi marcante quanto ao início da responsabilidade formalmente assumida dos estados nacionais, instituições e pessoas, a respeito da proteção da natureza em escala global. O mote “pensamento global e ação local” é produto deste período.

Do lado do esporte, o COI assumiu a liderança no plano internacional e, já em 1995, esta instituição organizava a Primeira Conferência Mundial sobre Esporte e Meio Ambiente, em Lausanne, Suíça. Neste evento se estabeleceram as bases para emendar a Carta Olímpica, documento maior de princípios do COI e das Federações Internacionais a ele filiadas, o que ocorreu efetivamente em

1996. A partir deste ano, o COI passou a assumir publicamente os seus “três pilares de sustentação: esporte, cultura e meio ambiente”. A modificação da Carta Olímpica incluiu a definição de “desenvolvimento sustentável”, já consagrada na histórica Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Hoje mais conhecido como “sustentabilidade”, este marco definatório foi assim descrito: “as atividades físicas, os jogos e competições são sustentáveis quando sua instrumentalização respeita os valores intrínsecos da natureza e do esporte” (DA COSTA, 1997, p. 39-76). Em síntese, a definição então estabelecida propunha uma adaptação mútua entre praticantes e o meio ambiente, uma posição bem distinta em perspectivas do passado no Brasil com relação ao higienismo radical de Eduardo Ferreira França do século XIX, que entendia o meio ambiente como uma ameaça à saúde humana.

Em 1993, houve um novo momento de recriação do conhecimento esportivo-ambientalista a partir das tradições epistemológicas brasileiras: realizou-se o Simpósio Internacional Cidadania, Esporte e Natureza, organizado pela Universidade do Porto, em Portugal, por proposta de Lamartine Da Costa, então professor visitante daquela universidade. Na oportunidade, pesquisadores de vários países europeus trocaram experiências com seus pares brasileiros e portugueses. A partir da experiência do Simpósio, 15 de seus participantes escreveram textos que compuseram um livro bilíngue (português e inglês), publicado em 1997, sob a denominação de “Meio Ambiente e Desporto – Uma Perspectiva Internacional”, tendo como editor Lamartine Da Costa (Brasil) e como organizador Antônio Marques (Portugal).

Um visão de conjunto das contribuições para essa obra foi feita por Da Costa sob o enfoque epistemológico (*Ibidem*, p. 41-56), tendo como proposição uma teoria geral do meio ambiente e esporte. Este texto foi elaborado em inglês com o título “Toward a Theory of Environment and Sport” com a pretensão de tornar o conhecimento da área focalizada numa construção coletiva de bases históricas. Revisões e atualizações desta proposta pelo

mesmo autor foram feitas ainda no mesmo ano da sua publicação para um seminário em Singapura (Da Costa, L.P., *The Green Dream: the Olympic Movement and the Environment*. National Olympic Academy of Singapore: Seminar, Singapore, 1997) e para um estudo de revisão conceitual e tecnológica para dar suporte à candidatura de Atenas para os Jogos Olímpicos de 2004 (Da Costa, L. P. *The Olympic Movement Today and the Environment Protection*, I.O.A. Report of the 37th Session, Ancient Olympia, 1997, p. 3-6).

Os desdobramentos da síntese de conhecimento produzida em 1997 ainda se faziam presentes no Brasil como se verifica diante da contribuição de Da Costa para ao Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL de 2006 (Curitiba, Paraná), quando se atualizou a “simbiose de conhecimentos” vindas das concepções de uma década passada. Ou seja: enquanto a versão original “simbiótica” se referia a uma necessária convivência de categorias dissimilares como crenças subjetivas ou dados objetivos para a proteção do meio ambiente, a transversalidade inovadora dos estudos de lazer em vários países estava prevendo sinergia – interação de entidades distintas com efeitos benéficos entre si – entre as mesmas categorias. Portanto, a passagem de uma visão *simbiótica* para uma *sinérgica*, do meio ambiente influenciada por pesquisas de lazer implicava na própria concepção da sustentabilidade que, ao se tornar sinérgica, desdobrava-se como “ambiental”, “social”, “tecnológica”, “econômica” etc (Da Costa, L. P. *Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade: Obstáculos Epistemológicos e Soluções Metodológicas*. In: CARVALHO, J. E. (ed). *Lazer no espaço Urbano: Transversalidade e Novas Tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006, p. 113-116).

A sustentabilidade de bases sinérgicas da atualidade tem tido sinalizações de maior aplicabilidade em termos ambientais nas intervenções em áreas urbanas como apontou Aitchison (1999, p. 19-39). Porém, esta necessária articulação entre categorias que definem a vida nas cidades com seus equipamentos materiais de apoio e convivência

já tinha sido antevista por José Manuel Constantino ao examinar as questões ambientalistas envolvendo o esporte nas cidades modernas em texto do livro da Universidade do Porto antes citado (“Desporto, Cidade e Natureza: Espaço Público e Cultura Ecológica“ In: Da Costa, 1997, op. cit. p. 117-124). Este fato confirmaria o sentido de recriação sucessiva do conhecimento de produção coletiva antes aqui aventado.

A maturidade do conhecimento ambientalista-esportivo

A observação *a posteriori* dos acontecimentos do início e de meados da década de 1990 sugerem de fato a existência de uma fase profícua de produção científica ambientalista-esportiva tanto no Brasil como no exterior. Neste mesmo período, em 1993, a área de turismo exibiu reações similares: Rita Mendonça, especialista brasileira em Planejamento Ambiental da UNESCO e mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela École des Hautes em Sciences Sociales, da França, publica o artigo “Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição” (In: ALMEIDA e DA COSTA, op. cit., p. 147-156) denunciando que no Brasil “o turismo, tal como vem sendo implantado, não apresenta característica de sustentabilidade a médio e longo prazos”.

Este estudo pioneiro, todavia de índole teórica-conceitual, construiu preliminares ao pensamento sobre o meio ambiente, que aparentemente influenciaram autores brasileiros de temas relacionados com o lazer de atividades físicas e turismo. Nas conclusões há perspectivas futuras da parte da autora que revelam tendências hoje razoavelmente confirmadas:

Há vários indícios de que essa sustentabilidade não ficará apenas em nosso exercício de raciocínio; os novos planos de desenvolvimento turístico vêm incorporando pouco a pouco os aspectos ambientais; a legislação ambiental brasileira é bastante clara e interessante em muitos aspectos; os conceitos e técnicas em educação ambiental têm evoluído muito. É claro que tudo isso precisa ser posto efetiva e

completamente em prática. Mas não podemos perder de vista que se trata de um processo, formado por etapas e pequenas conquistas individuais.

Convergentemente, em 1996, escrevendo na área de Educação Física, Ana Cristina P. C. Almeida, professora da Universidade Federal do Pará, preconizou uma maior

ênfase na Educação Ambiental que direciona a uma atualização voltada, principalmente, ao uso adequado dos recursos naturais, porém, geralmente, discrimina as relações globais de causa e efeito por falta de tempo, dedicação e até experimentação científica que tornaria o assunto mais pró-ativo além da simples ‘conscientização’ e, portanto, de maior importância ao aprendizado (“A Inter-Relação do Ensino em Recreação e Lazer e a Educação Ambiental In: ALMEIDA e DA COSTA, op. cit., p. 157-162, v. 1).

Neste mesmo ano, Flávio Leonel A. Silveira, em seu “Ecoturismo: Viagem, Lazer & Aventura” (In: ALMEIDA; DA COSTA, op. cit, p. 167-176, vol 1), adotando uma linha conceitualista e experimental, levanta perspectivas futuras indicando que “o turismo ecológico ou o ecoturismo é um fenômeno recente e em evidência, ou melhor, é um evento típico do final do século XX, dentro do que se poderia apontar como uma perspectiva pós-moderna de interação com os naturais. Trata-se de uma atividade turística que se caracteriza por certo hibridismo, no qual as questões ecológicas mesclam-se com a experiência turística gerando um outro tipo de evasão do espaço urbano, a qual prefiro denominar ‘experiência ecoturística’.”

Tais expectativas nacionais não se apresentavam distantes dos avanços internacionais os quais em 1994 foram marcados pela realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer, Noruega, que

constituíram os primeiros “Jogos Verdes” (Green Games) da história do Movimento Olímpico Internacional, pelos critérios de sustentabilidade adotados nas instalações e organização das competições e hospedagem de atletas e visitantes. Nesse ano, Sydney – Austrália – foi escolhida por eleição como sede dos Jogos Olímpicos de Verão do ano 2000, tendo privilegiado a proteção do meio ambiente em seu projeto de candidatura.

Em condições similares de priorizar a sustentabilidade, Atenas – Grécia – foi eleita, em 1998, a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Entretanto, a partir de Lillehammer tornou-se comum o uso dos Jogos Olímpicos como “showcases” (projetos-demonstração) de boas práticas ambientalistas. No âmbito brasileiro, autores como Da Costa, Carvalhedeo e Veerman – seguidores da tradição científica, tecnológica e ética surgida na década de 1960 – adotaram então os eventos olímpicos como suporte empírico de seus estudos, incluindo no caso o turismo e o lazer. Tal opção foi reforçada em 1999 quando da adesão oficial do Programa Ambiental das Nações Unidas – UNEP ao trabalho em conjunto com o Comitê Olímpico Internacional.

Em resumo, no Brasil, a linha de pesquisa liderada por Da Costa, nesse estágio, já estava consolidada como também marcada por bases científicas, filosóficas e tecnológicas de cunho internacional ao passo que o caminho em construção exemplificado por Mendonça, Almeida e Silveira mostrava-se como de revisão conceitualista, pedagógica e auto-reflexiva diante uma realidade tipicamente nacional. Significativamente essas duas tendências centrais dos anos de 1990 focalizavam, num mesmo nível de igualdade, o meio ambiente, o lazer e o turismo, gerando um certo hibridismo conceitual e operacional.

Coerente com a interpretação de maturidade, a vertente científica, filosófica e tecnológica manifestou-se outra vez em evento internacional promovido no Brasil em 1998 quando um Seminário Internacional de Esporte e Meio Ambiente realizou-se em Curitiba-PR, promovido pelo Comitê Olímpico Brasileiro-COB, com a presença de representantes de países latino-americanos e do COI. Otavio Tavares, Renato Miranda e Lamartine Da Costa organizaram um livro com os textos apresentados e

as notas das discussões, que foi publicado posteriormente com o título “Esporte, Olimpismo e Meio Ambiente” (Editora Gama Filho, Rio de Janeiro, 2002). Nesse Seminário teve destaque a “Agenda 21” como base metodológica (roteiro de tarefas e de articulação política) para a revitalização dos esportes tendo em vista as exigências de proteção ambiental. A Agenda 21 teve também origem na Conferência de 1992 do Rio de Janeiro, consistindo num compromisso de esforços conjugados de governos e instituições em projetos de conservação ou de proteção da natureza (“21” refere-se ao século visado pela Agenda).

Tendências centrais do conhecimento construído

Em 1999 teve lugar no Rio de Janeiro-RJ a Terceira Conferência Mundial sobre Esporte e Meio Ambiente, promovida pelo COI e organizada pelo Comitê Olímpico Brasileiro-COB. Esse evento foi o maior até então ocorrido no seu tema, com a presença de 93 representantes de Comitês Olímpicos Nacionais e de 19 Federações Internacionais de esportes. O significado dessa participação inédita prendeu-se ao crescente envolvimento das modalidades esportivas per se nas questões ambientais, em complementação aos interesses voltados para os Jogos Olímpicos e megaeventos esportivos em geral. Segundo avaliação de Da Costa produzida em 2001 por solicitação da Universidade de Colônia, Alemanha, em 29,7% das contribuições e discussões da Conferência de 1999, o foco se pôs na ética, sobretudo em termos de comportamento pessoal e de intervenções de governo. Já 27,0% dos trabalhos voltaram-se para perspectivas e projeções futuras do tema de proteção ambiental, enquanto 24,3% abordaram técnicas e instrumentos de manejo ecológico. Os assuntos de promoção de eventos e os relacionados com a educação e cultura foram residuais com 18,9%.

Esta última cifra sugeriu a existência de ambiguidade no trato das questões ambientais por parte dos gestores esportivos das entidades internacionais, o que foi posto em foco por Da Costa, posteriormente,

no texto “International Trends of Sport and Environment – a 2001 Overview”, que constituiu uma das conferências de abertura do Congresso European College of Sport Sciences – ECSS de 2001, promovido pela Universidade do Esporte de Colônia – Alemanha (DA COSTA, L.P. In: Proceedings ECSSCongress, Cologne 24-28, July 2001 – Plenary Session: Impact of Sport on Environment, Köln).

Na passagem da década de 1990 para a de 2000 as duas vertentes principais de produção de conhecimento ambientalista em esporte, lazer e turismo já se faziam presentes de modo mais explícito com Rita Mendonça ampliando sua linha de reflexão e reconceitualização do turismo vinculado ao meio ambiente. Na mesma linha de conta, situavam-se Cristiane Ker de Melo e Ana Cristina P. C. Almeida buscando nexos das atividades físicas organizadas ou de lazer na ressemantização unificada da natureza. Tais ressignificações implicaram em verificações empíricas, como o fizeram Alba Pedreira Vieira e Priscyla Assis, produzindo levantamentos de campo. Para estas autoras, o desenvolvimento da Educação Ambiental deveria passar em tese pelo turismo ecológico.

Além destas iniciativas de pesquisas, a verificação prática de propostas de lazer, atividades físicas e Educação Ambiental foi feita também por Teresa Magro por meio de análises de impactos no planalto do Parque Nacional do Itatiaia. Outra verificação desenvolveu-se por iniciativa de Alba Pedreira Vieira, Priscyla Assis & Fernanda Fernandes por meio de vivências no município de Tombos-MG quando se comprovou que a “cultura lúdica” dos praticantes podia alavancar uma experiência de Educação Ambiental. Uma discussão destas possibilidades de integração de fatores culturais, educacionais e gerenciais envolvendo o meio ambiente ocorreu ainda em 1999 por lavra de Alcyane Marinho. Para esta última autora, as novas formas de se relacionar com o meio natural e com outras pessoas manifestar-se-iam preferencialmente por meio da prática de atividades de aventura na natureza. Importa relevar com respeito a esta fase, a convivência das ciências humanas

(sociedade, cultura, educação etc) com as chamadas ciências duras (*hard sciences*) mais voltadas para impactos ambientais mensuráveis.

No seu todo, de acordo com a meta-análise de Almeida e Da Costa, os estudos e pesquisas inventariados em relação ao final dos anos de 1990 sugerem que a fase de reconceituações diminuiu progressivamente enquanto ampliavam-se as investigações e observações práticas de campo. A explicação, no caso, é a de que o impacto do ambientalismo em face aos fatos sociais no Brasil exigiam reflexão e ajustes conceituais no início da década de 1990, dando lugar posteriormente às constatações práticas para legitimação de intervenções por parte de indivíduos, grupos sociais e instituições.

De qualquer modo, concluiu-se que a linha de pesquisa seguida por Da Costa em quase quatro décadas de estudos do meio ambiente, voltara-se progressivamente para uma visão micro de relações privilegiando intervenções operacionais técnico-científicas, fundadas em argumentação histórico-filosófica. Entretanto, a linha sociopedagógica aqui descrita com maiores empenhos por iniciativas dos anos 1990 e seguintes, situava-se numa visão de predominância macro visando ao desenvolvimento social e à proteção da natureza. Enquanto neste último estágio a opção de Da Costa e seus seguidores enfatizava a gestão do esporte, lazer e turismo dando ênfase a resultados práticos, a linha sociopedagógica revelava-se comportamentalista e produtora de valores, tanto por meio de agentes como de interventores.

Em termos quantitativos, a meta-análise de Almeida & Da Costa revelou um crescimento significativo na produção do conhecimento a partir de 2000, destacando-se o surgimento, em universidades brasileiras, de grupos de pesquisa da temática ambientalista em lazer, turismo e esporte, como se verificou nos exemplos destacados de Heloisa Turini Bruhns (SP), Vera L. M. Costa (RJ), Valdo Vieira (RJ), Alciane Marinho (SP), Marcos Antonio L. do Nascimento (RN), Ana Cristina P. C. de Almeida (PA), Alcides Vieira Costa (RS), Arianne Carvalhedo (CE) e outros. Entre 2000

e 2002 foram inventariados 16 estudos e pesquisas de produção nacional, sendo 18,7% estudos de caso e relatos de experiência; 25,0% de pesquisas de campo e levantamentos (*surveys*); 37,5% de artigos de revisão e *position papers*; e finalmente 18,7% referindo-se a novas abordagens metodológicas e de reconceituação.

Já o período 2003-2007 revelou mais claramente a maturidade dos trabalhos do conjunto inventariado, definindo melhor uma tendência já identificada desde o final do anos de 1990. Nestas condições, sustentabilidade e impacto ambiental revelaram-se elementos de importância consensual e como tal constituíram fundamentos básicos na maior parte dos estudos e pesquisas. Assim sendo, 17,9% de um total de 67 trabalhos do período em foco voltaram-se para estudos de caso e relatos de experiência (cifra próxima àquela registrada em 2000-2002); 20,8% foram pesquisas de campo e levantamentos (*surveys*), com queda de 4% em relação ao triênio anterior; 34,3% constituíram artigos de revisão e *position papers* (redução de 3% em relação a 2000-2002); e ao final, 23,8% referiram-se a novas abordagens metodológicas e de reconceituação, cifra aumentada em 5% comparando-se com a delimitação anterior.

Em geral, esses números revelaram uma tendência dominante para a inovação ao se somarem os trabalhos de revisão – incluindo *position papers* – com os de novas abordagens metodológicas, totalizando 58,3% da produção técnica e científica arrolada nesta amostra indicativa. Outro aspecto a destacar foi o aumento do ritmo da produção científica, que passou de 5,3 trabalhos/ano no período 2000-2002 para 13,4 trabalhos/ano entre 2003 e 2007.

Ao se cotejar este resultado com a teoria de Sinclair-Desgagné (1999) pode-se admitir a existência de uma massa crítica para o desenvolvimento adequado da produção do conhecimento científico-ambientalista em esporte, lazer e turismo no Brasil. Segundo essa teoria, a pesquisa de inovação na área de meio ambiente permite a identificação de intervenções seletivas que criam um melhor e mais abrangente potencial de desenvolvimento. Entretanto, para se

validar esta interpretação há que se avaliar futuramente a qualidade das investigações produzidas no país na área de saber em foco, o que demandará um desdobramento da presente apreciação no futuro com monitoração e comparações mais precisas.

A revisão dos estudos e pesquisas delimitando apenas o período 2006-2007 gera outra hipótese a ser confirmada em anos que se seguem: a de que estaria havendo uma convergência entre as duas principais abordagens históricas dos estudos e pesquisas em meio ambiente, esporte, lazer e turismo no Brasil, isto é a da gestão biotecnológica de bases éticas e a da sociopedagógica, de índole comportamentalista e axiológica. De fato, a coletânea “Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza” tendo como editoras Alcyane Marinho e Heloisa Turini Bruhns (São Paulo: Manole, 2006), amplia o foco sociopedagógico optando por autores e temas que operam nos vieses da interdisciplinaridade, de mapeamento, de impactos ambientais e de monitoramento participativo. Outro exemplo reside na linha de pesquisas mais antiga na qual um texto de Lamartine P. Da Costa e Cris C. Veerman (*The Olympic Winter Games: The Quest for Environmental Protection and Educational Promotion – an Overview* In: MÜLLER, N.; MESSING, M.; PREUSS, H. (Ed.), *Von Charmonix bis Turin. Die Winterspiele im Blickfeld der Olympiaforschung*. Kassel: Agon Sportverlag, 2006, p. 68-94) publicado em livro na Alemanha sobre os Jogos Olímpicos de Inverno de Turim, mantém-se na tradição tecnológico-científica, contudo privilegia a educação ambiental e posturas valorizativas.

Conhecimentos renovados por megaeventos esportivos

Em geral, os textos inventariados do conjunto maior referido à produção 2003-2007 convergem para pontos comuns de análise sobretudo quando abordam a temática do ecoturismo e a dos problemas de impactos ambientais. A interpretação deste fato estaria ligada ao sentido sinérgico, com variadas especializações multidisciplinares, assumido progressivamente pelo conceito de sustentabilidade. Em

outras palavras, a coerência interna de estudos e pesquisas de cunho ambiental estaria se situando tanto nos temas quanto na diretriz da sustentabilidade imaginada originalmente como fundamental.

Uma hipótese a ser confirmada diante destas tendências de geração de conhecimento concerne à produção de teorias como resultado de abordagens práticas no lidar com problemas ambientais. Argumenta-se neste caso que a sustentabilidade é uma referência macro, necessária como pressuposto, contudo insuficiente em condições de intervenções micro. Esta linha de conta encontra reforço na ênfase à delimitação territorial dos estudos ambientalistas. Enquanto postura metodológica, tal recomendação encontrou recentemente apoio no já aqui citado manual produzido pela Universidade do Esporte de Colônia em associação com entidades privadas de consultoria em meio ambiente da Alemanha e com o respectivo Governo Federal (SAHLER, G. (ed). *Green Champions in Sport and Environment - Guide to environmentally-sound large sporting events*. Berlin: Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, 2007).

A expressão simplificada da territorialidade do Manual de Colônia, publicado no final de 2007, apresenta-se como cada caso devendo ser tratado de modo específico (Ibidem, p. 23), algo já delineado nos primórdios do ambientalismo científico e até hoje sobrevivente no mote “pense global e aja localmente”. Contudo, a método de Sahler e associados indica que, no caso de atividades esportivas e de lazer, há variações de sentido, porte e duração que solicitam intervenções e acompanhamentos caso a caso (Ibidem, p. 23-25). Essa concepção considera o esporte e o lazer ativo mais como eventos do que processos, uma vez que está ligada preferencialmente à gestão de intervenções ambientais e não somente aos benefícios para os praticantes. Essa opção é particularmente verdadeira com relação aos megaeventos esportivos, tema da abertura do presente estudo.

Na prática do controle ambiental dos megaeventos esportivos – que para este estudo incluem-se sucedâneos de lazer e de turismo –,

o Manual de Colônia recomenda identificação e tratamento específico de cada atividade que deve ser abordada de acordo com os impactos ambientais que produzem preferencialmente quantificados nos seus efeitos negativos. De um modo genérico os eventos esportivos emitem lixo, ruídos, fluidos de agentes químicos e esgoto, CO² e gases poluentes, detritos do tráfego de veículos, restos de obras, calor refletido pela superfície das novas construções do evento e outros efeitos nocivos em associação com consumo aumentado de energia e de água (Ibidem, p. 7-14).

Os impactos dos megaeventos naturalmente necessitam ser observados durante os respectivos preparativos, por vezes com anos de antecedência. Por exemplo, os Jogos Olímpicos de Beijing 2008 tiveram obras iniciadas no ano 2000 e a Copa do Mundo de Futebol 2014 já se encontra em preparação no Brasil desde 2007. Para Sahler et al., os megaeventos sediados em áreas urbanas são mais sujeitos a impactos negativos porém tanto estes como os de área rural ou de beira mar podem se igualar em nocividade pela emissão de poluentes na atmosfera devido ao transporte de participantes e de assistentes. Significativamente, os dados válidos para os megaeventos sediados na Alemanha em 2005 revelam que 95% dos gases poluentes emitidos para a atmosfera se originaram da circulação de transporte de atletas e visitantes; uma porção de 3% saiu da energia consumida e outra de 2% dos trabalhos de construção destinados ao evento (Ibidem, p. 14).

Não é de se admirar, portanto, que o esforço de neutralização dos impactos ambientais dos estádios durante a Copa de Futebol da Alemanha 2006 tenha se concentrado na redução do tráfego de automóveis por transporte público de massa e por incentivos ao uso de bicicletas. Mesmo assim, o saldo de gases de efeito estufa emitidos durante o megaevento – sobre um total estimado em 100 mil toneladas de CO² equivalentes – foi anulado por créditos de carbono (plantação de árvores em outros locais, por exemplo) assumidos financeiramente pela organização do evento (NUTTALL, 2006).

Nesse contexto, cabe registrar que a Copa de 2006 foi a primeira a se definir como tendo sustentabilidade ambiental, contribuindo para esse objetivo a constituição de uma ação paralela denominada de “Green Gol”. Como tal, segundo ainda o Manual de Colônia (Ibidem, p. 12), esse programa de intervenções visando à proteção ambiental adotou uma estratégia “win-win solutions”, isto é, de compensações mútuas entre a organização do evento e o meio ambiente, procurando anular ou reduzir cada impacto negativo devidamente localizado nos estádios, estacionamentos, obras, serviços de alimentação, transportes etc. Nessas condições obteve-se uma redução média de 20% no uso de energia e de água por simples providências gerenciais e pela mobilização de voluntários para pequenas intervenções.

Conhecimentos recriados por legados dos megaeventos

Em resumo, havendo conceitos ambientalmente apropriados, capacidade de identificação e mensuração de impactos e gestão adequada para o uso de boas práticas, há um mínimo de condições de se obter sustentabilidade num determinado megaevento esportivo. Esse nexos se apoia tanto nas experiências brasileiras de manejo ambientalista de esporte, lazer e turismo como no exemplo destacado do *Green Gol* da Copa do Mundo de Futebol de 2006.

Entretanto, as experiências de busca de sustentabilidade dos Jogos Olímpicos, desde Lillehammer 1994, marco de avanço tecnolológico, antes aqui mencionado, revelam outra exigência fundamental para se ir além das condições mínimas apontadas pela vertente do futebol e das incursões acadêmicas nacionais no tema em questão. Trata-se agora da abordagem dos legados dos megaeventos que constituiriam, em tese, o fulcro da problematização das relações do esporte e lazer com o meio ambiente e, portanto, base para a pretendida renovação do conhecimento vis-à-vis objetivo do presente estudo.

Define-se legado nas delimitações do tema meio ambiente e esporte como um resultado positivo e sustentável com benefícios comprovados de ordem cultural, social, tecnológica ou econômica posterior à realização de um megaevento (DA COSTA, 2007). Assim conceituado, o legado, traduzido simplesmente por instalação esportiva – como é de hábito no Brasil –, pode não preencher as solicitações de utilidade para a sociedade que a financiou e a mantém. Por outro lado, a regeneração urbana produzida pelas obras preparativas de um megaevento, embora não diretamente ligada ao esporte, pode constituir um expressivo e rentável legado social e econômico.

O exemplo da regeneração urbana é o de maior atenção por parte dos pesquisadores da área de Estudos Olímpicos, mas há vários outros tangíveis e intangíveis que demandam pesquisas específicas, como se infere por estudo de Preuss (2007), economista alemão que tem visitado o Brasil consecutivamente para seminários e apresentações na Usp, Ufrgs, Puc-RS e UGF no Rio de Janeiro. Outro especialista em legados que tem tido relações recentes com universidades brasileiras e o SESI Nacional é Iain MacRury, da Universidade de East London, na Inglaterra, que tem produzido estudos sobre a reconstrução urbana de Londres para sediar os Jogos Olímpicos de 2012. MacRury e associados (comunicação oral, julho 2007) tem relevado o valor crescente do legado dos Jogos Olímpicos em termos de lazer ativo da população atingida pelas reformas das vias públicas e sistema viário da cidade-sede do megaevento olímpico, o maior do mundo em âmbito esportivo.

A síntese que se pode extrair desses dados concerne à tendência de se considerar o legado de megaevento esportivo como integrante sinérgico da sustentabilidade ambiental e, como tal, uma base de problematização das relações do meio ambiente e do esporte. Em outras palavras, o questão do legado está induzindo a uma renovação do conhecimento na área em apreciação. Pressupõe-se então que esse novo conhecimento implica numa revisão epistemológica

que coloca a subjetividade do legado intangível em igualdade de tratamento com a objetividade de intervenções tecnológicas para a proteção do meio ambiente.

Conclusões

O confronto entre conhecimentos subjetivos e objetivos para uma pretensa ecologia esportiva, conforme elaboração da seção anterior, aparentemente delineará os desafios técnico-científicos e conceituais dos próximos anos tanto no exterior como no Brasil. Contudo, a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, em vários estados brasileiros, e a já anunciada candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 criam um sentido de urgência para a busca de soluções práticas e antecedentes aos desenvolvimentos teóricos almejados.

Efetivamente essa urgência se justifica diante do porte dos megaeventos e da responsabilidade incontornável de planejá-los de modo condigno, evitando manejo deficiente dos recursos públicos mobilizados e prejuízos por parte de entidades privadas neles envolvidas. Além disso, há de se cogitar da expansão na quantidade de megaeventos e de eventos de médio porte nacionais e mesmo internacionais, que cotidianamente emergem em todo território nacional. Em ambos os casos, tanto no enfoque na qualidade das intervenções como na quantidade de recursos, a pressão resultante com maior probabilidade se dirigirá para busca de conhecimentos disponíveis no país e depois no exterior.

Essa demanda, como se demonstrou no desenrolar do texto que ora se apresenta, encontrará uma massa crítica de estudos e pesquisas que pode atendê-la de imediato. Há evidentes lacunas quanto aos meios tecnológicos de avaliação ambiental por serem pouco disponíveis em universidades brasileiras, porém estes são mais acessíveis em empresas nacionais de grande e médio porte que desenvolvem proteção ambiental. O apoio de especialistas

multidisciplinares tanto quanto de outros países será sempre profícuo como tem sido até então.

Em contas finais, a gestão do conhecimento ambientalista e esportivo dependerá da capacidade de mobilização coletiva dos pesquisadores e de universidades brasileiras, a ser concatenada a curto prazo e médio prazos. Esta opção pode assumir o formato de seminários acadêmicos ou da criação – ou reforço – de grupos de pesquisa voltados para problematização local do esporte, lazer e turismo. O passo seguinte – elegendo-se os eventos estaduais da Copa de 2014 como alvo prioritário – mostra-se como mais factível ao se buscar associação com os possíveis ou já definidos organizadores locais do megaevento internacional de futebol.

A partir das associações desejáveis em cada Estado, o sucesso da mobilização vai depender de transferência de conhecimentos de uma região para outra e com o exterior, cogitando-se da colaboração entre especialistas. Se prevalecer a tradição brasileira deste campo de saber, a recriação dos conhecimentos ambientalistas do esporte será bem sucedida pois isto é o que tem sido essencialmente feito nos últimos quarenta anos.

Referências

AITCHISON, C. New Cultural Geographies: the spatiality of leisure, Gender and Sexuality. *Leisure Studies*, v. 18, no. 1, January, 1999, p. 19-39.

ALMEIDA, A. C. P. C.; e Da Costa, L.P. (Ed) Meio ambiente, esporte, lazer e turismo - Estudos e pesquisas no Brasil, 1967-2007. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007. v.1, 2 e 3.

DACOSTA, L. P. Beijing 2008 e Modelo 3D de Legados de Megaeventos Esportivos. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS OLÍMPICOS - Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2. USP, São Paulo-SP, setembro 2007.

DAVIS, O. S. Forecasting economic impact of EURO 2008, BBJ. Disponível em: <www.bbj.hu/countryfocus/> Acesso em: 25/1/08.

NONAKA, I.; e TOYAMA, R. Why do firms differ? The theory of the knowledge-creating firm. In: ICHIKO, K.; NONAKA, I. (Ed.). *Knowledge Creation and Management*. New York: Oxford University Press, 2007.

NUTTALL, N. Kick-off for environmentally friendly World Cup. UNEP Sport and Environment Initiative. Disponível em: <http://www.unep.org/sport_env/>. Acesso em: dezembro de 2006.

PREUSS, H. Economics of the Olympic Games. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS OLÍMPICOS - Megaeventos Esportivos, Legado e Responsabilidade Social, 2. USP, São Paulo-SP, setembro 2007.

SANTORO, M.; SOARES, A.J.; BARTHOLO, T.L. Copa de 70: o Planejamento México. In Almeida, A. C. P. C. & Da Costa, L.P. (ed.). *Meio ambiente, esporte, lazer e turismo - Estudos e pesquisas no Brasil, 1967-2007*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, p. 389-404, v. III (texto original de 2006 publicado no livro “Nações em campo: Copa do Mundo e Identidade Nacional”, Niterói: Editora Intertexto).

SAHLER, G. (ed.). *Green Champions in Sport and Environment - Guide to environmentally-sound large sporting events*. Berlin: Federal Ministry for the Environment/Nature Conservation and Nuclear Safety. 2007.

SIMÃO, P. S. Construção defende investimento privado para a Copa 2014. 8º. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPRESAS DE ARQUITETURA E DE ENGENHARIA CONSULTIVA. São Paulo (29/11/2007). Agência Estado em 30/11/2007.

“A coisa mais digna de que se ocupa o homem é a forma humana”.
Goethe (1749-1832).

Introdução: do homem e do seu corpo

“Há muitas maravilhas, mas nenhuma é tão maravilhosa quanto o Homem” – eis um postulado de Sófocles (497 ou 495-405 a. C.), autor de obras-primas da tragédia grega, nas quais exaltou o princípio da acção na vontade humana.

Esse Homem é aquele que a trajectória da civilização e da sabedoria humanas, desde os seus primórdios, vem idealizando e prescrevendo nas normas e leis, nos mandamentos e símbolos inscritos em tábuas de pedra, nas paredes das cavernas, na terracota, nos pergaminhos, assim como nas lendas e mitologias. É o da relação entre o Eu e o Outro, o que se revê na lonjura, na altura, na distância, na transcendência,¹ na

¹ Universidade do Porto, Faculdade de Desporto.

¹ Com este termo não queremos idealizar algo exterior à vida. Seguindo na pegada de Nietzsche e da interpretação do seu pensamento por Luc Ferry, imaginamos uma vida modelada pela estética, pelo “gesto livre”, “o gesto do campeão ou do artista”, criador e libertador; uma vida sem mutilação, mas antes como “uma síntese reconciliadora das forças ativas e reativas”, excludente da feiura e assente na harmonia e sabedoria da “selecção do que merece e do que não merece ser vivido”, de “saber separar as formas de vida frustradas, mediocres, reativas e enfraquecidas, das formas de vida intensas, grandiosas, corajosas e ricas em diversidade”. Uma vida firmada na vontade de poder como “essência mais íntima do Ser”, na vontade não “de conquistar, de ter dinheiro ou poder”, mas na “vontade da vontade”, no “desejo profundo de uma intensidade máxima de vida que não seja mais empobrecida [...], mas, ao contrário, a mais intensa e a mais viva possível”, que “não se quer enfraquecida pelos dilaceramentos internos que nos esgotam, que nos ‘tornam pesados’ e que nos impedem de viver com a leveza e a inocência de um dançarino”. Logo, uma vida também inspirada na ética. Simultaneamente a transcendência revê-se no ‘divino’, definido pelos estóicos como o mais justo, o mais harmonioso, o mais belo, o mais estético, imanente ao mundo e ao real, mas excedente e transcendente dos humanos, superior e exterior a eles pela perfeição da razão. (FERRY, Luc: *APRENDER A VIVER*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2007).

elevação, na ânsia de perfeição, no mais-além. É o Homem que se quer assemelhar a Deus e nesse esforço de divinização visa atingir o grau máximo de humanização.² Ele extrapola a realidade, mas é desejado, percebido, sentido e visto para ser incorporado nela e para a sublimar. Esse Homem é o da Torre de Babel e o do esforço titânico de escalar o céu. É o Homem feito, por Prometeu, do limo da terra animado pelo fogo divino, que encontra em Hércules o instrumento e símbolo da libertação e que se revê em Sísifo e na sua destinação. É o Homem dos jogos e o do desporto, o herói do Estádio esculpido nos mármore brancos de Poros e pintado em vasos e ânforas, cantado por poetas e filósofos, admirado e aclamado pelos seus semelhantes e invejado pelos deuses do Olimpo; o atleta dos Jogos de Olímpia e de todas as acrópoles de promoção da cidadania. O Homem que toma por referência e medida o infinito e conforma a sua vida à obrigação de se suplantar e de a viver em ascensão perpétua, de a não esbanjar e gastar em vão, receoso de, no seu final, olhar pesaroso para trás e chorar amargamente a desdita de não ter esgotado o campo do possível, de ter dilapidado as oportunidades, energias e performances de que era capaz. O Homem afirmado e celebrado pelas proezas e excessos do seu corpo, quer o dos atletas da Idade Média premiados como santos graças à ascese e mortificação, quer o dos santos dos novos tempos glorificados como atletas devido à superação e exaltação. O Homem que procura a coroa de louros, a admiração, o apreço e o reconhecimento nos mais distintos pódios olímpicos.³

² Os deuses são a encarnação do que nunca poderemos ser – disse Fernando Pessoa. Funcionam como referência e termo de comparação para o que queremos e devemos tentar ser.

³ Deveras elucidativas são as semelhanças estabelecidas por Milan Kundera (in: A valsa do adeus) entre os feitos do mitológico atleta Emil Zatopek – que lhe mereceram o apreço do mundo – e as extraordinárias proezas (ou sacrifícios) de São Macário de Alexandria e de São Simeão Estilita que lhes granjearam a valorização e a canonização da cristandade. Afinal – conclui Kundera – o desejo humano de ser admirado e de sair da penumbra, do anonimato e da mediania para a luz dos olhares é insaciável! São muito parecidos os méritos que levam ao halo da santidade e à medalha olímpica.

Esse é o homem que sente uma afinidade mágica com animais e monstros, que não consegue desfazer-se da sua carne teimosamente animal, mas quer ser humano, elevar-se acima do que é. Não possui um conceito de humanidade, nem conhece fronteiras que o distingam inequivocadamente do animal, mas entrega-se a uma busca interminável. Sabe que nunca vai deixar de ser macaco, mas não se contenta com tal e aspira a ter uma segunda natureza. E para tanto assume a edificação da condição humana como um árduo e porfiado combate de afirmação e sobrevivência numa arena em que ouve à sua volta vozes de penúria, insuficiência e falta, amplamente difundidas e partilhadas.

O homem – o seu entendimento e conceito, o seu ser, a sua essência e aquilo que ele deve ser – constitui, pois, o genuíno e mais interessante objecto de estudo e labor da humanidade. Desde sempre. No passado, no presente e no futuro.

Para tanto o Homem estabelece consigo próprio uma relação de sujeito e objecto, interrogando e procurando modelar a condição humana. E deita mão a conceitos, arquétipos e modelos que constrói e renova a toda a hora para funcionarem como referências e orientações nos mais diversos campos. É assim que temos modelos de criança, modelos de mulher, modelos de pais, modelos de professor, de treinador, de desportista etc. E esta projecção de modelos não se limita ao homem e aos seus papéis, ofícios e profissões; temos igualmente modelos da natureza, das divindades, da sociedade, do mundo, das ciências etc. Ou seja, nós elaboramos modelos de tudo, tanto daquilo que nos é próximo como do distante, a fim de tentarmos configurar a realidade intrínseca e extrínseca à luz dos parâmetros que idealizamos. Eis a razão porque, entre as muitas dimensões que lhe são atribuídas pelo pensamento filosófico, o homem ostenta também a de *Homo Pictor*, de ser que esboça e traça quadros, imagens, noções e conceitos de si mesmo.⁴

⁴ MEINBERG, Eckhard. *Homo Sportivus – Die Geburt eines neuen Menschen?* In: MENSCHENBILDER IM SPORT, Schorndorf: Verlag Karl Hofmann, 2003.

Vivemos portanto num mundo atulhado de modelos, que passam por nós de modo fugidivo, mas também marcam presença teimosa entre nós, permitindo-nos dizer que o nosso mundo é feito dos nossos modelos. Com o seu aval e concurso produzimo-nos a nós próprios e idealizamos, ordenamos e produzimos o mundo. Eles orientam a tentativa de intervir culturalmente na natureza, de a submeter, transformar e recriar sob o primado da cultura.⁵ Pelo que é legítimo afirmar que a essência do homem é condicionada e condicionante por modelos, não apenas na periferia mas sobretudo no centro da sua existência. Elaboramos modelos para sermos de acordo com eles e para lhes conformarmos o mundo, as coisas e as actividades.⁶

Fica, pois, claro que o agir humano não dispensa a inspiração, a orientação e a supervisão de referências cristalizadas em arquétipos e modelos de pensamento e comportamento. Nas distintas actividades da vida (p. ex. na educação, na ciência, na política e também obviamente no desporto) pensamos e actuamos com base em modelos de homem. Neles investimos ideais e desejos, conferindo-lhes uma força e função de utopia que nos desafia a superar e melhorar a realidade existente. Desejamos fazer-nos e fazer o homem por afeição a grandezas e princípios culturais e civilizacionais inscritos em tais modelos. Por outras palavras, nós não nos acomodamos a ser feitos e comandados pela nossa natureza; somos produto de um segundo nascimento que nos é dado pela cultura. E esta é a vocação do homem, assim referiu Vergílio Ferreira o caminho que todos somos chamados a percorrer; é a nossa segunda natureza e ela toma como objecto da sua curiosidade e ocupação a natureza primeira, original e biológica.

⁵ Para o termo 'cultura' adianto duas definições muito simples e sintéticas. A primeira engloba aquilo que a humanidade cria, para ela com isso se criar. A segunda perfaz o conjunto de padrões de comportamento, de crenças, conhecimentos e costumes que estruturam uma comunidade.

⁶ Ao fim e ao cabo e em rigor o homem não tem natureza. Nada nele é natural, dado por uma natureza. Tudo resulta da imaginação e da escolha e tentativa, bem ou pior sucedida, de o realizar.

Deste modo o homem não age movido somente pelas forças, impulsos e instintos oriundos da fonte primária. E da mesma maneira o corpo humano deixa de ser apenas natureza primeira para se tornar um grande campo experimental dos desejos, das visões, das esperanças e expectativas mais elevadas e das fantasias mais prodigiosas. Isto é, os exércitos de conquistadores, impulsionados pela ciência, pela tecnologia e por outros instrumentos e corporações de interesses em moda, focalizam a sua atenção no corpo e este deixa de ser tolerado como algo natural, fruto do destino e do acaso. Torna-se uma construção cultural. Em suma, a tentativa de manipular o corpo, de o tornar disponível para os fins e desejos eleitos, faz parte de um projecto, estabelecido sobretudo pela modernidade, a partir de Descartes e dos caboucos que ele abriu à ciência, visando do domínio total da natureza.

A segunda natureza do homem quer dispor da primeira a seu bel-prazer, quer torná-la cada vez menos natural, mais elaborada e *produzida*, quer dar-lhe uma segunda pele. Acarretando assim que a primeira natureza desapareça progressivamente. E isto não se aplica apenas à natureza que nos é exterior e envolve, com implicações na dita crise ecológica; também o homem perde crescentemente a sua marca de essência natural, tornando por isso difícil a definição da relação entre natureza e cultura, entre o natural e o artificial.

É nas malhas deste enredo que acontece o diálogo entre o real e o virtual, que se desenrola o processo civilizatório, que se funda o projecto da educação e que se tece a condição humana. Desde os primórdios da humanidade, o mito prometeico do progresso, da transformação e melhoria da natureza subjaz à civilização e ilumina a sua caminhada com o fogo da técnica, da cultura, da ciência e... também com o fogo do desporto.

As grutas e gravuras mais antigas não mentem a esse respeito. Desde os tempos primitivos até aos nossos dias o homem não cessou de manifestar insatisfação com o seu corpo – com a sua forma, fiabilidade e plasticidade – e de praticar nele um confronto entre o existente e o ideal, entre o ser e o querer. A nossa vida e a nossa

identidade sempre foram corpóreas, o *corpo* sempre foi uma *anatomia do nosso destino*.

De resto não foi a partir do nada que Leonardo Da Vinci (1452-1519)⁷ e Vesalius (1514-1564) desenvolveram o projecto do corpo-máquina, que a ciência moderna e a sua conseqüente tecnologia haveriam de apoiar e viabilizar ao romperem com o paradigma da adaptação e possibilitarem a transformação e recriação da natureza, tanto da extrínseca como da intrínseca. De corpo espontâneo, esquivo, insubmisso, resistente e natural ele evoluiu paulatinamente para corpo intencional, obediente, conhecido, dócil e 'artificial', lavrado, colonizado, transfigurado e edificado pelas mais diversas culturas. Um *nariso* à medida dos desejos e aspirações, das metáforas e utopias, da função e necessidade, à superfície e na profundidade. Com base na sua '*posicionalidade excêntrica*' o homem assume o corpo na dimensão do Ser e do Ter, estabelece com ele uma relação sujeito-objecto, construindo-o e moldando-o à luz dos mais distintos interesses, finalidades, lógicas, ditames e valorações em moda. É assim que vemos um exército de construtores e controladores apostados em formatá-lo segundo diferentes modelos, uns como expressão de dialécticas paradoxais, outros à procura do corpo imortal e eterno, todos explorando a sua característica de '*reflexibilidade*' e de discente nas actividades e situações a que é sujeito.

Mas talvez esta circunstância, de trazer o corpo para a ribalta de luzes intensas e penetrantes, surja agora muito mais evidente do que em eras anteriores. Tanto por boas como por más razões, as condições de vida impõem-nos hoje uma notória *conjuntura corporal*, ou seja, uma acentuada renovação das atenções dedicadas ao corpo e ao seu carácter instrumental.

Merleau-Ponty, entre outros pensadores existencialistas, tinha alertado para isso nos anos 60 do século passado, negando a consciência

⁷ Leonardo Da Vinci foi expoente de um ecletismo florescente, desenvolveu estudos em várias áreas e representa bem o esplendor do génio humano. Por isso mesmo ele pode ser apontado como modelo oposto ao que inspira hoje o dito Processo de Bolonha.

como pura espontaneidade desencarnada e soberana no tocante à doação de significados e afirmando a sua encarnação num *corpo cognoscitivo e reflexivo*, dotado de interioridade e sentido e capaz de se relacionar com as coisas como corpos sensíveis que são. Com esse posicionamento Merleau-Ponty retira o corpo da zona da coisificação e institui-o em sede de símbolos e significados, porque ele é não num mundo natural, mas sim num universo eminentemente cultural e axiológico. É um artefacto sócio-cultural que está para além do *protocorpo* natural e biológico. E assim incorpora o sentido estruturante da existência humana e da qualidade de vida imanente.⁸ Isto é, nós somos o nosso corpo, ele é medida e expressão do nosso ser; o mesmo é dizer que ambos os lados estão interrelacionados.⁹

Lipovetsky vê o *regresso do corpo*, ao centro dos olhares, não tanto por causa da sua razão intrínseca, mas como uma tentativa de compensar o *'crepúsculo do dever'* e de preencher a *'era do vazio'* (de valores e de transcendência divina), tão em voga nas últimas décadas.¹⁰ O

⁸ MERLEAU-PONTY: *Fenomenologie de la Perception*. Paris: Gallimard, 1964.

O pensamento de Merleau-Ponty continua hoje a pontificar. A título de exemplo, veja-se como o sociólogo João Teixeira Lopes vê o corpo discente: “O corpo não é apenas veículo ou motor da ‘alma’: ele é fonte primeira de conhecimento. Conhece-se no corpo, pelo corpo, através do corpo. No corpo quando se incorporam disposições para a prática e para a acção que são permanente lembrança de que habitamos lugares com força socializadora; lugares que disciplinam, interditam, impõem, libertam, condicionam, orientam. É no corpo que se afirma um determinado campo de possíveis para a nossa vida – campo que, durante uma trajectória social e biográfica, ora se dilata, ora se aperta. É ainda pelo corpo que expressamos rituais, signos, simbologias. Dessa forma interagimos e transformamo-nos em máquinas comunicantes e produtoras de significado. O corpo fala, fala sem parar, até pelo silêncio”. (In: A página da educação, ano XVI / n.º. 173 / Dezembro 2007, Porto, Editora Profedições.)

⁹ *Antes de Merleau-Ponty; Nietzsche (1844-1900) tinha sido particularmente generoso em relação ao corpo*, ao afirmar: “Corpo eu sou, inteiramente, nada mais”. E ao defini-lo como a “grande razão” e referir que a ‘alma’ e o ‘espírito’ são apenas um nome para algo que pertence ao corpo, um pequeno instrumento e um brinquedo da sua grande razão.

¹⁰ O regresso do corpo ao centro dos olhares conta com a ajuda da estética. Na sociedade da imagem a estética, o estilo, a forma e o *design* são objecto de valorização e símbolo da identidade. Ora o corpo é aquilo que cada um tem mais à mão para apresentar e refazer a sua imagem e identidade.

homem regressa a si próprio, após uma longa ausência, mediante o culto exacerbado do seu corpo; este torna-se mais do que carne em mesa de anatomia e passa de *'res extensa'* e materialidade muda para categoria quase do foro psicológico, a tal ponto que apetece beliscá-lo e perguntar quanta carne ainda haverá nele.¹¹

Nos nossos dias, Michel Serres – quiçá aprofundando as proposições de Sartre de que “a existência precede a essência” e de que o ser humano está “em situação” – assinala que a aparência e a essência saem de uma mesma nascente e nada é tão profundo e abrangente como a cosmética que aplicamos na nossa pele ou como a forma da nossa apresentação e acção. Na superfície da nossa pele e comportamento torna-se visível a invisível mas verdadeira identidade, mostram-se a alma e a consciência, as inclinações e as tendências, as orientações e os sentimentos que temos e aqueles que nos faltam. Tal como é a expressão do rosto que revela o que vai no coração, também é a fachada corporal e comportamental que revela a nossa autêntica identidade e sensibilidade, o modo de pensarmos, idealizarmos e julgarmos. O mesmo é dizer que, na superfície e visibilidade das nossas atitudes, hábitos e rotinas, das nossas acções e reacções, aflora pouco a pouco, traço a traço aquilo que somos e, muitas vezes, queremos iludir. Enfim, a maneira de agir e reagir tira-nos a máscara do disfarce e põe a nu aquilo que realmente somos.

Michel Serres vai mais longe ao afirmar que “a alma mora no ponto onde o eu se decide”. A consciência, tal como a alma, mora “nas singularidades contingentes, onde o corpo a tangencia”. Assim “os ginastas educam sua alma para se moverem ou se enrolarem em torno dela. [...] A barra fixa, o salto mortal, as argolas, o exercício no solo, o trampolim, os mergulhos valem por exercícios de metafísica experimental, como a passagem pela pequena vigia onde o corpo sai à procura da sua alma, onde ambos brincam, como os amantes, de se perderem e se acharem, às vezes de se separarem, para depois se

¹¹ LOPOVETSKY, Gilles (1994): O crepúsculo do dever: a ética dos novos tempos democráticos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

juntarem, no risco e no prazer. Em certos jogos coletivos, os jogadores perderam sua alma porque a confiaram todos a um objeto comum, a bola: organizam-se, equilibram-se, enrolam-se em torno dela que vira coletiva”. O mesmo é dizer que “o corpo, localmente, joga bola com a alma” e que “a ginástica inaugura e condiciona a metafísica”.¹²

Também Carlos Drummond de Andrade navega nas mesmas águas, ao prescrever assim a *missão do corpo*:

*Salve, meu corpo, minha estrutura de viver
e de cumprir os ritos de existir!*¹³

Ao cabo e ao resto, a vida é perspectivada e concretiza-se como uma performance corporal.¹⁴

¹² SERRES, Michel: Os cinco sentidos – Filosofia dos corpos misturados. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2001.

¹³ DE ANDRADE, Carlos Drummond (1996): FAREWELL. Rio de Janeiro: Record.

¹⁴ Miguel Torga (in: Diário XV. Coimbra, 1990), com a sua lupa médica, vê o corpo desta maneira magistral: “O corpo. As obrigações que lhe devo! Exigi-lhe sempre o irrazoável sem o poupar em nenhum momento. Mesmo a dormir, o desgraçado tinha de arcar com pesadelos que me sobravam das horas acordadas. Apesar de doente, submeteu-se sempre à minha vontade tirânica, que nos momentos críticos lhe impôs a vida à custa de drogas, de operações, de dietas. Uma existência de trabalho árduo, de aflições contínuas, de dores nunca de todo aliviadas. Sem esquecer que quis ser nela um homem total, até nos prazeres. Amei desalmadamente, caçei ferozmente, calcurreei o mundo. Agora estamos os dois exaustos. Nem ele tem mais energia física, nem eu mais força anímica. E resta-me homenageá-lo assim. Reconhecer honradamente que foi o maior amigo que tive, o mais leal e o mais complacente com os meus defeitos. Tão leal, que, mesmo nesta hora em que a doença o mina de todas as maneiras e é quase à sobreposse que se mantém de pé, não me quer desiludir. Espera pacientemente pela minha desistência para desistir também”.

Do sentido e da salvação da vida

Nós os humanos transportamos desafios incontornáveis, postos pela finitude e efemeridade da nossa vida. Para tentarmos triunfar da morte ou, pelo menos, das opressões e temores que ela nos inspira, usamos alguns estratagemas. O primeiro é o da procriação, que nos garante a *descendência*, mas é curto e insuficiente, por não nos distinguir de outras espécies animais. O segundo é a procura da *glória* através de feitos excepcionais que suscitem a admiração e a comemoração dos vindouros e assim fiquem para a posteridade e evitem, em parte, ser contaminados pela mortalidade dos seus autores. Há na glória descrita, cantada e celebrada uma espécie de imortalidade pessoal ou, no mínimo, de fuga e combate ao império do perecível. Como se sabe, os heróis do passado não estão completamente mortos; graças à história, continuamos a evocar os seus gestos e façanhas.¹⁵

Porque somos e nos sabemos frágeis e precários, transitórios e mortais, nós os humanos ansiamos e lutamos para conquistar e beber da taça do mundo. Os deuses, porque são eternos e onnipotentes, não precisam de realizar feitos que granjeiem a admiração dos súbditos e semelhantes e prolonguem o seu nome para a eternidade, mas não conseguem deixar de sentir nostalgia daquela taça. Por isso Homero, na *Iliada*, imagina-os a apostarem entre si na corrida de carros celebrada frente a Tróia, durante as exéquias de Pátroclo.

Em débil contrapartida e intrigante compensação, nós os humanos praticamos a única coisa que aos deuses é vedado fazer: arriscar-se ao fracasso, ao insucesso, à incerteza, à tensão, à desilusão e à derrota. Eles – os Deuses – só sabem e podem ganhar; nós somos predestinados a assumir o risco de perder, nascemos para cumprir o destino e fado de ganhar algumas vezes, de perder muitas outras e de ter que aprender a perder e a suportar a derrota, mas sem perder a face, a determinação e o gosto de insistir, treinar e competir,

¹⁵ FERRY, Luc, *ibidem*.

de tentar e ousar, de melhorar e progredir. Chama-se a isto vencer, viver e existir.

O atleta – assim o definiu Píndaro (521-441 a. C.) e nele viu e mediu o Homem – é “aquele que se deleita com o esforço e o risco”. É isto que constitui o desporto e é constituinte de nós, expressão do nosso ser. De um Homem novo e superior.

Do *Homo Sportivus* e da busca de um homem novo

A busca de um *homem novo* não tem pausa na história da humanidade. A formulação de modelos superiores e abrangentes, complementares e substitutos dos que se vão gastando é uma constante.

O *Homo Sportivus* – o atleta ou praticante desportivo – é uma das expressões resultantes da linha de conceptualização evolucionária que estabeleceu o problema da relação de *cultura e natureza* na configuração do homem, nomeadamente a do seu corpo. Basta que actualizemos um pouco os conhecimentos sobre a história do pensamento e das ideias no decurso do século dezoito e desde então em diante, nomeadamente, sobre Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Pestalozzi (1746-1827) e Humboldt (1767-1835) e sobre o impulso e esclarecimento que eles projectaram para os seus continuadores, para percebermos que o *Homo Sportivus* tem aí as suas raízes. É aí que desponta a noção de que o corpo devia ser cultivado de maneira idêntica ao das nossas dimensões espirituais e morais.

Rousseau, na tentativa de instituir a humanidade do Homem, define este como “animal desnaturado”: um *ser metafísico*, que está acima da natureza e tem enorme margem de manobra e distância em

¹⁰ Rousseau vê a diferença nestes termos: “[...] a natureza faz tudo nas ações do animal, enquanto o homem concorre para as suas, na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro por um ato de liberdade: o que faz com que o animal não se afaste da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fosse vantajoso fazê-lo, e que o homem se afaste frequentemente dela, em seu prejuízo”. (In: FERRY, Luc, *ibidem*).

relação a ela. Um ser portador de *liberdade* (capacidade de se soltar das amarras do instinto natural),¹⁶ de *perfectibilidade* (faculdade de se aperfeiçoar ao longo da vida), de *historicidade* evolutiva, indefinida e dupla (pessoal e social), de *igual dignidade* e de *inquietação moral*.

Enquanto animal e natureza são um só, homem e natureza são dois. Como afirma Luc Ferry, interpretando o pensamento de Rousseau, “o animal é um ser da natureza, inteiramente confundido com ela; o homem é, ao contrário, um excesso; ele é, por excelência, o ser antinatural”. Um ser sem natureza, sem essência ou outras categorias que o predeterminem, condicionem ou aprisionem inteiramente. “Nenhum programa natural ou social pode prendê-lo totalmente”, pelo que é livre, indefinidamente perfectível. “É por causa dessa distância que nos é possível entrar na história da cultura, não ficar preso à natureza [...] Mas é também graças a ela que podemos interrogar o mundo, julgá-lo, transformá-lo e [...] inventar ‘ideais’, *uma distância entre o bem e o mal*. Sem ela, nenhuma moral seria possível. Se a natureza fosse nosso código, nenhum julgamento ético jamais teria vindo à luz”. Ao invés do animal, é pelo carácter antinatural da sua liberdade, pelo afastamento e pela transcendência da vontade¹⁷ em relação a determinismos naturais, por não ser “prisioneiro de nenhum *código* natural ou histórico que o ser humano é um ser moral. Como poderíamos, aliás, lhe imputar boas ou más ações se ele não fosse de algum modo livre para escolher?”¹⁸

Inspirados em Rousseau, os Filantropos, iniciam o discurso da *cultura do corpo*. E com isto queriam dizer que não se devia deixar entregue a si própria e abandonada à espontaneidade e acaso a natureza originária, a *primeira natureza*; inversamente, ela devia ser formada com a ajuda das circunstâncias, segundo os ditames

¹⁷ Rousseau evidencia bem esta decisiva diferença com a máxima de que no homem “a vontade fala ainda quando a natureza se cala”.

¹⁸ FERRY, Luc, *ibidem*.

e expoentes da cultura, que assim se erigia em *segunda natureza* do homem e lhe outorgava essência. Em tal proposta ao fito do crescimento corporal são adicionados os ideais de desenvolvimento e aperfeiçoamento ou *perfectibilidade*, estando estes ao serviço da formação moral do homem. Por outras palavras, a cultura corporal tem subjacente a proposta de que a primeira natureza seja objecto do labor de configuração pela segunda.

É em nome disso e como tentativa de resposta às doenças educativas e morais e às debilidades e perda da natureza, diagnosticadas naquela época pelos críticos da educação, com Rousseau à cabeça, que Guts Muths (1759-1839) – autor da famosa obra *Gymnastik für die Jugend* (Ginástica para a Juventude), publicada em 1793 – e outros esboçam e propõem o *Homo Gymnasticus*. Este pretende reforçar e reformar a natureza corporal e anular a desarmonia de corpo e espírito, ocasionada pelo negligenciamento do exercício e esforço físicos. Através da exercitação corporal devia ser plasmado um *homem novo*, melhor aparelhado para enfrentar as solicitações do porvir.¹⁹

Fica nisto bem à vista um carácter de utopia, de resto sempre presente desde o alvor do Cristianismo. O *Homo Sportivus* tem como precursor o *Homo Gymnasticus* e este mergulha na tradição do *Homo Novus* postulado pelo credo judaico-cristão. Como se sabe, a doutrina do cristianismo advoga e veicula a substituição do homem velho pelo novo, criado este à imagem de Deus; e é tão forte o apelo desta mensagem que ele se encontra entranhada em nós, a ponto de lhe consagrarmos muitos rituais de renovação, como sejam, por exemplo, o Natal, a passagem de ano e a Páscoa.

No final do século dezanove surge o modelo do *Homo Olympicus*, trazido ao mundo pela mão do pedagogo Pierre de Coubertin (1863-1937), ao ressuscitar os Jogos Olímpicos, em 1896, em Atenas. O

¹⁹ MEINBERG, Eckhard, *ibidem*.

novo modelo apresenta-se como paradigma de uma *arte* ou *filosofia da vida*. E esta prende-se ao antigo ideal do aperfeiçoamento, enfatizado agora por um crescendo de exigências éticas e estéticas e traduzido no axioma *Citius, Altius, Fortius*. Nele são reunidos e proclamados o fervor renovador e a justificação da transcendência e superação que animam o cerne do pensamento filosófico (NIETZSCHE, 1844-1900) e mais tardiamente do poético (Fernando Pessoa, 1888-1935) e do pedagógico (movimento da Pedagogia Reformista, 1895-1933).

Nesse modelo emerge nitidamente a apologia de um estilo de vida que enlace estreitamente o bem (*ética*) e o belo (*estética*), que se obrigue ao respeito por si e pelos outros (*fair-play*), que cultive uma apurada consciência de valores (*moral*) e que eleve a existência ao plano da excelência (*arte* e *virtude*). O *Homo Olympicus* encerra, portanto, um ideal que não se confina a um domínio particular da práxis humana, como é o caso do desporto; não, ele pretende ser um modelo de inspiração para uma vida exemplar em toda a sua abrangência. Isto é, ele contém uma certa *pretensão de totalidade*, que vai para além do desporto, mas que neste deve encontrar uma concretização modelar e evidente, capaz de irradiar influências e motivações para outras áreas.

O decurso do século XX, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial (terrível mancha negra de dúvidas e traumas derramadas em cima da ilusão esperançosa da possibilidade da caminhada progressiva em direcção a uma Humanidade livre e radiosa), consolidou e reforçou as características e exigências atrás expostas, levando ao nascimento do *Homo Sportivus*, uma espécie de redescoberta e enfatização do homem total e integral. Na linha da exortação a deveres e da proclamação de direitos voltados para uma realização exaltante da existência humana. Mais uma vez emerge a ânsia de renovação da vida e do homem e o desporto vê-se solicitado a cumprir a função de meio miraculoso, ajudando a reanimar e realizar uma expressão extraordinária da nossa Humanidade. Ou seja, o *Homo Sportivus* apresenta-se como um *ideal de síntese* que concebe e anuncia um homem não apenas novo, mas sobretudo superior, reunindo em si corpo e alma, espírito e natureza, bondade e força; e correspondendo a uma criação e conjugação

maravilhosas de elementos heroicos e divinos com apreciado estatuto de sublimação, entronização e eternidade.

Deste modo, através de uma vivência correcta do desporto, o homem transcende o *Homo Mundanus*, torna-se *Homo Heroicus* e ascende a *Homo quasi Divinus*. Com este fito, desígnio e ambição é desencadeado um ímpeto que inaugura um estilo de vida marcado pela desportividade e desencadeia uma onda de desportivização dos mais variados ângulos e aspectos da sociedade.

São múltiplos os elementos cromossómicos constituintes do ideal do *Homo Sportivus* e que são responsáveis pela contínua subida da sua cotação nos nossos dias. Entre eles perfila-se o *Homo Ludens*, o homem da velhíssima e permanente necessidade de jogar que nunca por nunca pode ser desconsiderada na vida. O *Homo Humanus*, cavalheiro e honrado, nobre de atitudes, virtudes e sentimentos, orientado por princípios e valores. O *Homo Aeticus* e o *Homo Aestheticus*, formados na escola do carácter que é suposto ser o desporto, amante da liberdade, da beleza, do bem, dos bons gostos e das boas maneiras, capaz de medir e esgotar as suas forças e capacidades em competições, sem beliscar o respeito pelas normas e pelos adversários. Não admira, por isso, que pareça sobremaneira fadado e predestinado para assumir uma função de regeneração e compensação face à crise de valores que assola a sociedade.

Apesar das características anteriormente apontadas o modelo do *Homo Sportivus* não está completamente elaborado. Não atingiu ainda a sua versão final. Continua a constituir-se, acompanhando as mudanças em curso no próprio desporto e no relacionamento com o contexto sócio-cultural. Neste quadro torna-se evidente que o desporto ultrapassou reservas e desqualificações que, há poucas décadas, lhe devotavam não

²⁰ Refira-se, a título de exemplo: integração universitária como objecto de estudo e formação, afirmação como área científica, criação de grandes instituições nacionais e internacionais, posição proeminente no conglomerado do negócio, do espectáculo e dos *media*, produção de grande número de jornais, revistas e publicações da especialidade etc.

poucos intelectuais. Viu-se aceite como algo valioso e incontornável e passou a integrar e constituir a cultura do quotidiano. Ele próprio congregou ingredientes e requisitos que lhe creditam um estatuto de domínio cultural autónomo e florescente.²⁰ Ademais a pretensão de renovação e avanço da democracia no sentido da formatação cultural da sociedade coloca na ordem do dia o desiderato de reinventar a vida como um projecto de arte. Ora é precisamente neste ponto que o *Homo Sportivus* se alcandora a modelo de inspiração, com larga difusão e com enorme empatia e alcance.

Se recuarmos um pouco e avivarmos a memória acerca da marcha da filosofia e das ideologias, podemos perceber e contextualizar melhor aquilo que está depositado – e hoje se mantém vivo e esperançoso – no ideal do *Homo Sportivus*.

O século XX começou praticamente com uma proposta renovadora com acento tónico no trabalho. Como se sabe, o trabalhador, o operário e o proletário foram contemplados com projecções utópicas e visionárias que acenderam fogueiras e crenças revolucionárias e vieram a ter, com a queda do Muro de Berlim, o desenlace e o desencanto políticos e ideológicos que todos conhecem. Todavia no final do século, após tão rotundo fracasso (sem ignorar a tragédia da Segunda Guerra Mundial já atrás lembrada), a ideia de um homem novo continuava em alta, desta feita ligada já não ao trabalho, mas sim ao tempo livre, à recreação e ao lazer, ao hedonismo e à fruição da vida.

É também aqui que desponta um reforço do *Homo Sportivus*, seguindo e actualizando os seus percursores (*Homo Gymnasticus*, *Homo Olympicus* e *Homo Ludens*), mas agora sem se acantonar apenas num dado espaço económico, cultural, geográfico e político, antes ostentando as marcas de global e universal. Para um número cada vez maior de pessoas de todo o mundo ele sinaliza bens apetecíveis e encantadores. E assim ele salta por cima do estádio – como palco consagrado ao alto rendimento – e derrama-se por uma série de novos templos de celebração do corpo e da vida. Com este poder

de omnipresença ele assume o estatuto de um novo deus do nosso tempo, retira o desporto de posições defensivas e lança-se numa ofensiva de conquista e anexação de terrenos até há pouco em mãos alheias.

Nesta conformidade ele invade o território da saúde com a promessa de compensar ou tornar mais suportáveis os defeitos, mazelas e doenças; instala-se em ginásios, estúdios e salas onde gordos e magros, ricos e remediados, homens e mulheres, velhos e novos, jovens e adultos, saudáveis e doentes, normais e portadores de deficiências se *torturam* e entregam à *malhação*, intentando adquirir ou conservar a condição física, o aspecto, a juventude e a beleza à medida da imaginação, das gotas de suor derramado, do número de calorias consumidas, das distâncias percorridas e das horas gastas a derreter gordura e banhas.

É nesta conjuntura estética e corporal que é conferida ao desporto uma valorização incomum. O *Homo Sportivus* torna-se objecto de culto, dotado de enorme fascínio e atracção, por prometer uma vida mais bela, longa e activa, por inovar e transportar o sonho da eterna juventude; e não apenas simboliza este ideal, consegue em parte realizá-lo.

Ele não é, pois, um modelo qualquer de homem, ao lado de tantos outros; não, vai mais longe ao afirmar-se como instância elaboradora de fórmulas para inquietações da vida situadas para além dele. Realmente a matriz desportiva perpassa muitos cânones de valores; está presente no plano estético a ditar à beleza feminina conotações de elegância e magreza; está igualmente presente no campo moral e normativo, devido à acentuação e agudização da *sociedade como sede de concorrência dura e desleal e de brutal atropelo dos outros*, justificando constantes apelos ao *fair-play* e ao espírito desportivo. Ou seja, ao *Homo Sportivus* são hoje atribuídos predicados muito positivamente valorados noutras áreas sociais, mesmo que no sector desportivo sejam, aos olhos dos analistas pessimistas ou rigorosos, objecto de cada vez menor observância. Por conseguinte a *desportividade* oferece-se na actualidade como um

meio, um indicador e manifestação de vida intensamente apeteçada, aberta a muitas interpretações e formas de concretização. E é assim que se solta dos apertados laços originais do desporto para se espriar por palcos mais vastos da aventura da existência.

Ambivalências, contradições e inquietações

Como vimos, o *Homo Sportivus* foi e pode ser entendido como projecção da ideia de um *homem novo*, resultante da congregação de vários predicados. No fundo é um *Homo Pluralis*, um conglomerado de pretensões elaborado com base em combinações variadas de determinados traços e características de modelos gerais de homem. Deste modo assume-se como um projecto que integra e expressa traços, tendências e aspectos que são particularmente significativos para a condição humana e para a sua configuração nos dias de hoje. Mas isto quer dizer também que naquele ideal se reflecte inteiramente o espírito do tempo, com as suas contingências e circunstâncias, ambivalências e alternativas, oposições e contradições. Dito de outra maneira, no *Homo Sportivus* revelam-se tanto dimensões belas e exaltantes da vida e do homem, como também se mostram manchas e sombras que nos falam de penumbra e escuridão, do uso problemático, difícil e indevido da liberdade. Isto é, naquele ideal assenta arraial uma pluralidade de modelos de homem e alguns deles dão muito que fazer à nossa inquietação e angústia. O *doping*, por exemplo, está aí bem vivo e pujante para ilustrar a ambivalência.

Em todo o caso no *Homo Sportivus* vê-se o *Homo Violens* ceder pouco a pouco o lugar ao *Homo Performator*, com este a arrancar-se do nada, dos instintos e dos defeitos, a deixar o estado de “*ser arqueado*” (Kant) ou de “*ser intermédio entre o anjo e o demónio*” (Aristóteles) e a construir-se como o *Super-Homem* de Nietzsche para poder emergir ao sol da liberdade e da virtude. A assumir-se como homem que às formas originais e antigas acrescenta formas novas e que assim se alcandora de modo persistente, sistemático e contínuo a níveis superiores de forma, de rendimento e *performance*. É neste

entendimento que a procura e a obtenção de altos rendimentos corporais e desportivos representam algo genuinamente humano e relevam a dignidade e honra do homem. Ele expressa o grau de fidelidade à consciência daquilo que o homem pode e deve ser, seguindo a exortação de Píndaro: *Sê quem és!* E põe o homem a salvo do mal tão terrível apontado por Xenofonte (cerca de 427- cerca de 355 a. C.): *Que desgraça para um homem morrer sem ter experimentado a força e beleza de que é capaz o corpo!*

O homem desportivo é expressão destas exortações, advertências e conceitos, da observância e cumprimento de um mandamento que convida o homem a fazer-se a si próprio e à sua individualidade através dos seus rendimentos. Nele mora uma ânsia de transcendência que exclui o deixar andar e o dar-se por contente e satisfeito com o estado alcançado e que o leva nas asas do desassossego para novos desafios e metas, para novos patamares, avanços, acrescentos e progressos. Certamente este ímpeto anima e atíça outros modelos de homem vigentes na ciência, nas artes, nas letras etc.; mas talvez em nenhum outro seja tão palpitante como no modelo do *Homo Sportivus*. O homem *light* e da ética indolor, avesso ao esforço, ao suor, ao sacrifício, à dor, à disciplina, à persistência e aos compromissos não tem no desporto o *habitat* natural para medrar.

Acresce que este modelo não atende apenas a bitolas quantitativas; incorpora igualmente exigências qualitativas ligadas ao aprimoramento e aperfeiçoamento do homem. Como se sabe, o lançamento do desporto moderno, assumido pela restauração do antigo projecto olímpico, insere-se num movimento reformista da educação apostado em contribuir para a perfeição e completude do homem. Esse movimento parte da tomada de consciência das nossas imperfeições, insuficiências e fragmentações e contrapõe a isso a concretização da ideia da perfectibilidade por todos os meios e campos de formação e realização do homem. Ou seja, o *Homo Sportivus* reivindica um estatuto de correcção, redenção, compensação e sublimação e vê-se generosamente investido na função de modelo

de oposição e combate ao homem imperfeito, moldado por instintos, fraquezas, insuficiências e debilidades nos mais distintos planos. Por isso o lema olímpico – *Citius, Altius, Fortius!* – é um imperativo que exorta o desportista a voar em direcção à perfeição, seguindo a rota da harmonia entre natureza e cultura, fazendo de cada menos um mais, eliminando o supérfluo para que a beleza atinja o seu máximo esplendor no casamento feliz da ética com a estética. Ao lançarmos o dardo importa que ele vá longe, diz Urbano Tavares Rodrigues, mas é curial também que o gesto seja preciso e belo.

A esse ideal de ética e estética, com o qual é concebido e medido em muitos ensaios o atleta olímpico, estão associadas pretensões no domínio do transcendente, do extraordinário e do sobre-humano que colocam o campeão desportivo ao nível das estrelas e bem próximo da divinização. O ideal do *Homo Sportivus* encerra o sentido da superação e da excelência da existência humana, saltando por cima de todas as bitolas que nos prendem à terra. A tal ponto que os desportistas de elite são estilizados como deuses, porquanto os seus feitos e heroicidades não conseguem ser devidamente entendidos, exaltados e valorados se forem apenas referenciados a modelos de um homem terreno feito de carne e osso. Não admira assim que nele jorre abundante a fonte dos mitos – e também da alienação.

É exactamente neste ponto crucial que a ambivalência e a contradição se introduzem. Com efeito o ideal de perfeição é tão acentuado que aponta para além dos limites humanos naturais e leva forçosamente a equiparar o homem a uma máquina. E isto não se queda ao nível das conjecturas. De facto com o treino e a intervenção de outros meios quer ver-se realizado um grande milagre de criação, qual seja o de fabricar e regular o homem e o seu corpo como uma máquina, almejando que o organismo do *Homo Sportivus* funcione tão rigorosa e perfeitamente como o relógio mais fiável saído da linha de produção de

²² Ibidem.

uma renomada marca suíça. Ademais o corpo-máquina do atleta deve funcionar em altas rotações, como se fosse um motor equipado com um turbo de elevada cilindragem; e se não conseguir isso a partir de si mesmo então entra em acção o *doping* para fornecer a matéria prima necessária.²¹

Eis-nos assim na presença de um modelo instrumental e mecanicista de homem que se entranha no modelo do *Homo Sportivus* e que, por vezes, parece exercer sobre ele um domínio exclusivo. Ao fim e ao cabo vê-se definhar a olhos vistos o princípio de Protágoras de que o homem é a medida de todas as coisas, sendo o seu lugar ocupado por uma máxima chocante que desponta da realidade com força de imposição: a máquina é a medida de todas as coisas humanas. Sejamos claros: a ideia e a ambição, tão subidas e tão corajosa e perigosamente apresentadas no Renascimento pelo mestre superior em várias áreas que foi Leonardo da Vinci, pelo eminente anatomista Vesálio e por outros – de conceber e construir o corpo humano como uma máquina e de o subtrair ao livre arbítrio das forças da natureza – encontram finalmente nos nossos dias ampla aceitação e concretização. E já não levam à fogueira da Inquisição; pelo contrário, há até quem lhes devote enorme e chorudo apego e reconhecimento.

Nesta conformidade a pergunta de Kant – *o que é que o homem pode e deve fazer da sua natureza?* – adquire hoje enorme actualidade e relevância, tanto mais que, a partir de conhecimentos da Biologia, da Genética e de outras áreas da Medicina, bem como de instrumentos técnicos, se constitui e alimenta a tentação de tocar na substância da vida, à luz de utopias voltadas para o seu aperfeiçoamento. Correspondendo a pedidos feitos pelos mais diversos fins: pragmáticos, utilitários e existenciais. E aqui emerge mais uma vez a questão do uso correcto da liberdade, sabendo-se da dificuldade em elaborar receitas e balizas para o regular e para evitar a sua perversão.

Independentemente de valorações, o conceito de autodeterminação, tão caro a Kant e outros filósofos iluministas,

parece estar agora a alcançar pleno significado, já que o homem quer definir-se e produzir-se de maneira nova. Com o recurso a diversas tecnologias abrem-se as portas a processos que fundiriam a produção do homem com a da máquina, misturando os dois num mesmo produto. Assim sendo, os tempos vindouros serão profícuos para os que se entregam à projecção de novos e alternativos modelos de homem. E pode-se imaginar um futuro risonho aos especialistas de *design* que se ocupem do corpo, até porque a moda cuidará certamente de criar e explorar na pessoa a necessidade de se equipar com vários corpos, de os usar, exhibir e substituir de acordo com as recomendações, os ditames e as conveniências das circunstâncias.

Esta evolução promete não desprezar os apelos a um ‘interessante’, lucrativo e atractivo investimento no *Homo Sportivus*, até porque este sempre consubstanciou o projecto e o intuito de intervenção da segunda natureza, entendida como prótese para compensar os défices e como meio e desafio para melhorar as expressões e rendimentos da primeira. Como vimos e sabemos, no desporto em geral encontra já aplicação e concretização a ideia de aperfeiçoamento e no desporto de alto rendimento abre-se um vasto campo de manipulação variada da primeira natureza, procurando associar cada vez mais intensamente o *Homo Sportivus* e o *Homo Technicus*. Por exemplo, o corpo dopado comprova sobremaneira esta associação e a dimensão atingida pela componente científica e técnica.

Perspectivas e desafios

Num tempo de elevada crença na ciência e na tecnologia e de grandes avanços na possibilidade de reprodução técnica do homem, o *Homo Sportivus* parece sentir-se confortavelmente deitado na cama e nos braços do modelo do *Homo Technicus*. Até onde isto nos levará? Talvez passemos a escolher e encomendar por catálogo os jovens talentos desportivos, fabricados a pedido segundo preferências e indicações do material genético, trocando os pais naturais por

uma nova paternidade dada por genes que os predestinem a ser campeões. Mas... será assim finalmente conseguido o homem novo tão enfatizado e exaltado no tradicional ideário do *Homo Sportivus*? Serão os campeões assim gerados objecto da nossa admiração e encantamento? Merecerão os hinos dos cantores, os versos e odes dos poetas, os quadros dos pintores e os bronzes e mármore dos escultores? Serão a encarnação das nossas paixões mais vivas e dos nossos sonhos mais sublimes e exaltantes? Serão o orgulho máximo e a realização suprema da nossa condição?

Peter Schjerling, chefe do departamento de biologia molecular do Centro de Investigação do Músculo de Copenhaga e com créditos firmados na matéria, considera que a dopagem genética poderia ser levada a cabo agora mesmo, porém com um risco extremo para o atleta, decorrente do facto de os genes artificiais não serem fáceis de controlar e por conseguinte o seu bom funcionamento ser uma lotaria. Está ciente de que esse tipo de dopagem se generalizará dentro de alguns anos, logo que a terapia genética seja um procedimento normal. Além disso o uso e abuso de tal *doping* será favorecido pelo facto de ser extremamente difícil de detectar, uma vez que os genes artificiais produzem proteínas idênticas às proteínas normais do corpo humano.²²

Não obstante isso o cientista encontra motivos de sobra para dúvidas e cepticismos. Por um lado, porque, sendo tão pequeno o grau de controle, o resultado é muito aleatório, o que o leva a advertir para o exagero das expectativas: “Não é possível construir um super-atleta. As técnicas podem mudar o músculo e melhorar um pouco o rendimento. Podem fazer o músculo maior ou mais forte, mas não muito. Tem que se mudar o resto do sistema, tendões e o resto, porque, se não for assim, rompe-se o equilíbrio fisiológico.” Por outro lado, confrontado com a hipótese de dentro de algumas décadas as técnicas

²² In: EL PAÍS, 2002.12.01, Madrid.

genéticas chegarem a um desenvolvimento que não comporte riscos para a saúde, mesmo assim o emérito cientista encara como detestável a possibilidade de tal dopagem. E conclui: “Mas pode ser que no futuro a questão seja percebida de outra forma. Em todo o caso não gostaria de contribuir para a criação de um super-atleta.”

A este propósito talvez valha a pena lembrar a advertência e o conselho de Hannah Arendt, mesmo sabendo que vivemos num mundo dominado pela falta de carácter e pela irreflexão e no qual as palavras perderam o poder. Por isso ela convida-nos a reflectir sobre o que estamos a fazer. Convida-nos “a uma análise das capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana, e que são permanentes, isto é, que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mudar a própria condição humana.”²³

Reflectamos, pois, sobre o que andamos a fazer e levantemos a voz para que o homem não perca a condição que o tirou das cavernas da animalidade. Ademais o dinheiro não é um deus, nem encaminha para o céu; não passa de um bezerro de ouro que se venera e derrete no inferno.

É tudo isto que nos autoriza e intima a perguntar: qual o papel e qual a valia do desporto na construção da condição humana na hora que passa?

A resposta, por não ser animadora, coloca íngenes desafios. Mais do que exercer o poder da criação e da aproximação ao divino, o homem parece hoje conformar-se ao papel de sujeito da destruição e de agente da diabolização. Ora isto pede uma nova gramática humana, assente nas regras da contemporaneidade interpessoal, procurando contrariar a emergência do inumano e afirmar o sentido do Ser. A nossa imperfeita perfeição continua a não nos dar sossego e descanso. A lembrar-nos que Prometeu se mantém acorrentado de muitas maneiras e que é necessário nunca dar por findo o trabalho

²³ ARENDT, Hannah. A condição humana. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

de o libertar. O homem é e será sempre uma realização a menos, carecida de próteses e técnicas a mais.

Uma nova utopia terá de prolongar a senda da libertação e dar razão ao optimismo, porquanto o homem usufrui da consciência do infinito. Ou seja, não coincidem nele o limite do ser e o limite da consciência. Por isso a manutenção da ideia do humano exige que nos confrontemos com a interconexão dos limites, entre aquilo que estamos a ser e as possibilidades infinitas que a consciência nos abre e sussurra.

Qual é o homem que é possível realizar no desporto? Que medida do humano estamos a concretizar nele? Que grau de satisfação, de esperança ou de inconformismo nos proporciona a não coincidência do limite do que está a ser com o limite da consciência daquilo que poderá ser? Quem está a levar a melhor: a herança grega ou a perversão latina e romana?

Claro que não é curial zangarmo-nos com a nossa própria natureza e com as rasteiras que ela nos passa, nem tampouco é sensato ignorar que a tão desejada condição humana não se alcança com palavras ou com a proclamação de ideias inflamadas de salvação. *E bem sei que os dardos não são os de outrora e que diferentes são as mãos que os lançam e os motivos porque o fazem. Sei que os arcos e os alvos não são mais os mesmos. Sei que são outros os barcos, as velas e os ventos que as enfunam. Mas queria que, ante os meus olhos, continuasse vivo o mundo da minha infância e ingenuidade. Que não se tivesse perdido no fundo do tempo.*

Enfim tenho para mim que o desporto, se deixar de ser um campo de cultivo de símbolos e mitos, de heróis e heroínas, se deixar de ser um bem cultural e passar a ser apenas uma coisa utilitária, vendível e comprável e se deixar de espiritualizar as forças físicas do homem, então tornar-se-á uma degradação de sonhos e um produto descartável. E olharemos perplexos para a nova condição humana que nele se concretiza.

Ao jeito de conclusão

Os esforços investidos na transformação, conservação e melhoria da fiabilidade do corpo inserem-se, pois, na linha de procura do *homem novo*. São a face visível do desejo e da possibilidade de nos tornarmos outra pessoa, são parte do sonho e da esperança de uma vida melhor. Infelizes e desiludidos com o antigo gerente divino do mundo, procedemos à sua demissão, mudamos de crença e estratégia e somos agora nós os gestores deste negócio de procurar melhorar a vida. Para tanto as ambições “se concentram em nossos próprios egos e se reduzem a consertar nossos corpos e almas...”, fazendo o ego crescer ainda mais e recusando a imposição e aceitação dos limites.²⁴

A nova e paradoxal ‘utopia’ convida-nos a inventar constantemente a vida e administrá-la a nosso bel-prazer, a deixar de lado as promessas longínquas e a procurar aqui e agora as curas e soluções. Julgamos que, com a mudança de ego, tornamos a incerteza menos assustadora e a felicidade mais permanente. E que, mediante a cosmética do corpo, isto é, a troca incessante do formato e *design* do vestido, mudamos para melhor o nosso ego.

Esta pretensa utopia, obsessiva em eliminar a ansiedade e o desamparo existenciais, parece consumir as nossas atenções e energias, aliviando-nos do fardo de pensar nas incuráveis insuficiências da nossa condição e adiando e dispensando até a reflexão acerca do sentido da vida e da impossibilidade de um dia atingirmos na plenitude aquilo que nos agita e anima. É neste ponto que o dilema e a contradição se introduzem: em vez de censurar, devemos incentivar a continuidade da procura da nossa verdadeira identidade, no pressuposto de que ela nunca seja encontrada. Sob

²⁴ BAUMAN, Zygmunt, *ibidem*.

pena de a graça e o encanto acabarem e o mistério e a felicidade se perderem para sempre.²⁵

Apertado e esmagado entre dois nadas, o homem torna-se, no dizer de Nietzsche, “ponto de interrogação, enigma fatigado”. E ao entregar-se às novas, poderosas e promissoras tecnologias, confiando nelas para obter todas as respostas, é mais *Homo Demens* do que *Homo Sapiens*; por fugir às interrogações fundamentais, ele foge e desvia-se verdadeiramente de si mesmo.

Creio que é na manutenção do mistério e na procura da distante e aliciante felicidade que o Homem se reencontra e é nisso que residem a causa e razão do nosso labor; é para esse fim que se devem orientar as nossas reflexões e discussões, os nossos discursos e escritos, os nossos simpósios e conferências.²⁶

Para tanto talvez devêssemos aceitar que a humanidade não é ainda bastante adulta e tem de aprender que é na dor que a ela cabe construir um mundo onde o viver seja um acontecimento menos adverso para todos.

O fado de Sísifo não chegou ao fim; pelo contrário, está destinado a eternizar-se. Tal como as proezas de Hércules, para libertar Prometeu e merecer o estatuto divino, não estão terminadas e esgotadas. Temos que abraçar novas e redobradas empreitadas, imposições e prescrições, sem a certeza de as podermos concluir.

²⁵ “Precisamos de mitos para tornar suportáveis os nossos dilemas irresolúveis. [...] Se fôssemos demolidores irresponsáveis de mitos, rasgaríamos os nossos direitos humanos e começaríamos de novo: repensando o que queremos dizer com vida humana e dignidade humana. Por enquanto, se quisermos continuar a acreditar que somos humanos, e justificar o status especial que nos atribuímos – se, na verdade, quisermos permanecer humanos através das mudanças que enfrentamos –, é melhor não descartar o mito, mas começar tentando viver à sua altura”. (FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, In: *Então você pensa que é humano?* Uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2004).

²⁶ “[...] Há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério”. (GILBERTO FREYRE, In: Discurso de Adeus ao Colégio).

No presente, como no passado, o justo e pertinente grito de Píndaro – Sê quem és! – não se cansa de importunar e ferir a nossa consciência adormecida, sem encontrar eco nos comportamentos. Como que a dar razão à desolação de Jorge Luís Borges: “Caminho com lentidão, como quem vem de tão longe que não tem esperança de chegar”.

Todavia não dispomos de alternativa, nem podemos ficar tolhidos pelo desapontamento e desilusão. Pessimismo, negatividade e selvajaria – esta hoje presente e crescente de uma forma tão dissimulada! – não justificam a desistência; antes nos obrigam a levar por diante o empreendimento com persistência e com a noção de quem olha para a frente e sente desânimo por estar ainda tão longe do desígnio que para si traçou; mas também com a esperança, o orgulho e o encorajamento de quem olha para trás e vê quanto já andou, quão fundo e medonho era o lugar donde veio.

Não há, pois, uma outra via, a não ser a de perseverar em cumprir a Humanidade. Resta-nos assimilar e seguir a exortação de Nietzsche: “Torna-te naquilo que és, para fazeres aquilo que só tu podes fazer!” Tendo presente o apontamento de Eduardo Galeano: “Somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos”.

Não temos feito grande coisa, mas podemos tentar mudar o que somos. Podemos fazer, parecer e ser melhores. Mesmo que ao nosso conceito de humanidade continuem a colocar-se dúvidas e desafios difíceis de responder, fluidez e fragilidade nada fáceis de iludir, há características iniludíveis que a inspiram e movem, das quais não devemos desdenhar, nomeadamente as seguintes: uma “herança biológica” de instintos e reflexos mal desenvolvidos que deixa os humanos abertos à mudança; o legado de transformação “de um ser biologicamente determinado a um ser socioculturalmente determinado”; e, acima de tudo, o inesgotável “potencial utópico”, a vocação para transcendermos fracassos e defeitos, “os nossos esforços para atingir metas sobre-humanas e evitar o inumano”. A

carne humana pode estar presa e atolada no continuum animal, mas o nosso senso de “melhorar a natureza”, ao menos, é único.²⁷

É isto que perfaz a essencialidade e substância do desporto e nos intima a seguir em frente na senda da areté grega, da ética e da estética, da virtude e da excelência, procurando diluir o negrume trágico da noite com o canto efusivo do optimismo em cada dia. Ademais a utopia tem uma paciência sem limites. Por isso ela é a prótese de que mais carecemos nesta hora. Precisamos – e muito! - de ser utópicos, mas não desesperados, nem sequer derrotados.

Ítalo Calvino, in *La città invisibili*, acorda-nos da insensibilidade e atinge-nos no âmago do desassossego e do sono das nossas obrigações:

O inferno dos vivos não é algo que será: se existe um, é o que já está aqui, o inferno em que vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Há duas maneiras de não sofrê-lo. A primeira é fácil para muitos: aceitar o inferno e se tornar parte dele a ponto de não conseguir mais vê-lo. A segunda é arriscada e exige vigilância e preocupação constantes: procurar e saber reconhecer quem e o quê, no meio do inferno, não são inferno, e fazê-los durar, dar-lhes espaço.²⁸

Aderir à segunda maneira significa predispor-se a sofrer toda a sorte de pressões, alcovias e insídias para aceitar o inferno. Contudo temos o dever de pressentir e lutar pelo novo, pelo mais e melhor. De não ficar à espera que o cavalo da sorte, da fortuna ou felicidade venha ao nosso encontro ricamente ajazado.

²⁷ Felipe Fernández-Armesto, citando Justin Stagl, in: *Então você pensa que é humano? Uma breve história da humanidade*, Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

²⁸ BAUMAN, Zygmunt, *ibidem*.

Digamos como Fernando Pessoa:
Sim, sei bem

Que nunca serei alguém.
Sei de sobra
Que nunca terei uma obra,
Sei, enfim
Que nunca saberei de mim.
Sim, mas agora
Enquanto dura esta hora,
Este luar, estes ramos,
Esta paz em que estamos,
Deixem-me crer
O que nunca poderei ser.

PALESTRAS

Os espaços

Os espaços – naturais e artificiais – para a prática do desporto, são uma questão central das políticas de organização e promoção desportiva. A prática do desporto, qualquer que ela seja, é indissociável da necessidade de espaço. Razão pela qual, o desenvolvimento do desporto requer uma afectação e especialização do espaço, a qual está associada à natureza e características das diferentes práticas desportivas.

Durante muito tempo os espaços para o desporto procuraram responder às exigências dos regulamentos das diferentes modalidades desportivas. O actual contexto de procura desportiva impõe uma reavaliação deste modelo, de modo a que se adapte às mudanças verificadas na relação dos cidadãos com o desporto e nas mudanças operadas nas práticas do desporto.

O desporto está obrigado, no plano social, a reflectir sobre o seu papel e a dar sentido prático à sua modernização. Em muitos casos significa racionalização dos meios e dos recursos disponíveis. Mas é também indispensável acolher, no pensamento e na doutrina organizacional do desporto, as mutabilidades que estão a atravessar todo o sistema das práticas desportivas, por força de modificações muito significativas ocorridas ao nível das procuras.

Uma adequada hierarquia e um correcto equilíbrio dos espaços para o desporto, que atenda à multiplicidade de necessidades sociais no plano do uso desportivo, passou a ser uma exigência da modernização da própria sociedade. Para tanto, não chega a

¹ Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva.

aplicação das grelhas tradicionais de equipamentos. E não basta, a adopção acrítica de índices de área útil desportiva por determinado território. São soluções para um outro tempo do desporto. Já não são as respostas ao desporto deste tempo.

O desporto é uma prática social que pode introduzir benefícios de natureza vária na promoção da qualidade de vida das populações. É indispensável que no âmbito do ordenamento do território, os espaços para o desporto assumam uma maior importância nas políticas públicas e que as medidas de ocupação dos solos garantam espaços públicos para as actividades desportivas acessíveis à generalidade dos cidadãos.

Essas necessidades são de natureza muito diversificada e acompanham as diferentes tendências na organização social do tempo livre dos cidadãos. Ocorrem numa sociedade cada mais dedicada ao lazer e resultam de alterações de âmbito sócio-demográfico, que vão desde a população infanto-juvenil a significativas franjas de idosos, as quais exigem soluções adequadas às suas expectativas e necessidades específicas.

Num outro sentido, o surgimento de fórmulas de prática desportiva descodificadas do modelo tradicional e reformuladas e *outros modos de uso desportivo do corpo ainda expectantes* e comprometidas com um estilo de vida activo, a saúde e o contacto com a natureza, pedem soluções mais flexíveis e ajustadas. Neste domínio aponta, também, a necessidade de estabelecer uma nova hierarquia das relações entre o desporto, o ambiente e o turismo por via de um melhor aproveitamento das condições naturais para as actividades desportivas de natureza, num contexto de oferta turística.

A política de espaços para o desporto carece de um adequado planeamento, de modo a que este, prevaleça sobre o uso espontâneo e casuístico na gestão do território. Os meios adequados a que isso ocorra, são os instrumentos de planeamento urbano como os planos directores municipais, os planos estratégicos e os planos operacionais. Esse planeamento deve ser sensível a uma perspectiva

transversal das práticas do desporto não ficando prisioneiro de um modelo de natureza exclusivamente formal que responda, tão só, às necessidades da indústria do espectáculo desportivo.

As cidades

A cidade cresceu. Mas dividem-se as opiniões sobre se desenvolveu. Certo é que mudou radicalmente a sua geografia e topografia físicas e se alteraram as suas tradicionais funções. Assistiu-se, de forma crescente, a uma desenfreada terciarização, a um aumento de densidade do tráfego com consequentes disfuncionalidades, a uma crescente especulação fundiária e imobiliária, à degradação dos espaços do uso público, à ruína do parque habitacional construído, à ausência de tratamento dos elevados índices de poluição atmosférica e sonora, à periferação dos locais para habitação (CONSTANTINO, 1997).

A introdução da lógica do desenvolvimento industrial intensivo, assente na maximização dos meios e num crescimento ilimitado, cumulativo com um inadequado ordenamento do território e um inexistente planeamento urbanístico, criaram cidades de betão. Os especuladores imobiliários e os construtores civis foram os arquitectos da paisagem das cidades, como outrora o haviam sido os agricultores no desenho da paisagem rural.

Com origem em fenómenos cruzados de várias naturezas constata-se algumas patologias na nova cidade: graves disfuncionamentos nos transportes e na circulação, zonas inteiras marginalizadas, insegurança, desenvolvimento de coroas de pobreza e exclusão social.

A cidade actual parece ser hoje “mais funcional, mas também mais fria e mais anónima” (LYPOVETSKY, 1991), o que cria novos factores de risco nas relações humanas e sociais. Contrariamente a períodos anteriores, a cidade, ao anomizar as relações entre os cidadãos, destruiu o espaço urbano como um espaço de construção de sociabilidades e de solidariedades. (CONSTANTINO, 1997)

Com a cidade, o desporto e a natureza criaram novos cruzamentos. Os últimos anos assistiram a uma re-ecologização do espaço urbano, trazendo para o interior da cidade práticas de outros espaços, através de uma progressiva deslocalização dos seus territórios habituais. A tradicional especialização dos espaços urbanos modificou-se. A cidade já não é apenas, o espaço de trabalho, de circulação, de troca e eventualmente de habitação. Ela torna-se também um espaço de uso desportivo, com diferentes espaços de tecido urbano, a serem objecto de novas apropriações e de diferentes usos. (ibidem)

As praças, lugares tradicionais de encontro e convívio, de realização de actividades de natureza comercial (feiras, mercados, espectáculos) ou de mostra patrimonial, são ocupadas por práticas lúdico-desportivas. Os passeios públicos, objecto de apropriação por parte de simpatizantes do *roller*, do *skate*, do *jogging* ou da simples caminhada. (ibidem)

Os parques e jardins ultrapassaram a fase em que predominava como sinal lúdico o parque infantil, para incluir na organização do espaço, tipologias de equipamentos desportivos: o polidesportivo de ar livre, os campos de ténis, o circuito de manutenção.

A própria organização de muitas cidades promove a bicicleta, como meio individual de transporte, carregada de simbolismos ambientais por ser não-poluente e como alternativa ao congestionamento do tráfego nas cidades. No desenho da rede viária, aparecem pistas ou corredores exclusivamente para bicicletas (pistas cicláveis) ou para peões (pistas pedonais).

O ambiente

Num outro plano, cresceu a sensibilidade pública para a problemática do ambiente. Ultrapassada a fase fundamentalista e das correntes naturalistas, no modo de entender a natureza como universo salvador, e de todo o conjunto de clichés e signos mais ou menos folclóricos surgiram, na cultura e na acção cívica contemporâneas,

movimentos no sentido de procurar conciliar o desenvolvimento social com o equilíbrio dos ecossistemas. (*ibidem*)

As teorias desenvolvimentistas que conduzem à utilização maciça dos recursos naturais fizeram surgir movimentos de opinião que aumentaram a percepção social sobre os problemas da qualidade de vida, nela incluindo a qualidade ambiental.

Estes movimentos têm permitido que, progressivamente, se crie uma consciência de cidadania, cujo exercício vai no sentido de obstar a que se rompam equilíbrios necessários à vida de todos nós, se consciencialize que os recursos naturais são finitos e que, portanto, sendo necessários à vida do homem e das sociedades não têm capacidades ilimitadas de auto-regeneração. (*ibidem*)

Estas preocupações cívicas tiveram, de resto, tradução política no plano dos discursos políticos e das representações partidárias, com o aparecimento de uma nova cultura ecológica, e com uma crescente “verificação” da problemática do desenvolvimento: não devemos usar do ambiente, nada que a natureza não possa repor por si e, portanto, só se devem utilizar recursos totalmente renováveis (*ibidem*)

O desporto e o lazer

No desporto as coisas também se alteraram. Assistimos ao aparecimento de novos desportos, a novas maneiras de praticar desportos antigos, mas sobretudo a uma alteração na utilização desportiva do corpo. Esta alteração correspondeu a novos modelos e práticas corporais, onde o estatuto cultural e social do corpo adquiriu uma maior relevância, sinalizadora de novos tempos.

A um corpo a quem eram solicitadas despesas essencialmente energéticas para a obtenção de objectivos que eram exteriores (o resultado, a marca, a vitória) surgiram modalidades onde o corpo é meio e fim. De movimentos de prazer sensorio-motriz, de simples aventura ou de descoberta de novos usos desportivos do corpo. Curiosamente, muitas destas práticas surgem, tendo como palco,

cenário e público, a natureza. A água, a terra e o ar transformaram-se num grande ginásio. No mais amplo, belo e perfeito espaço desportivo, local para o namoro e o casamento, entre o corpo e o espírito, entre a razão e o prazer, entre o risco e a aventura.

A natureza passou a ter um novo protagonismo, um novo estatuto: o de ser parceira indispensável para algumas modalidades do desporto, exigindo a preservação, como condição necessária à sua viabilização.

O desporto, como meio mais procurado pelo cidadão para a ocupação do tempo livre, emerge no interior de uma cultura do lazer, que não pode viver em relação à cidade, como um corpo estranho, intrometido às vezes, aparentemente clandestino muitas outras, periférico quase sempre.

A nova cidade deverá ser o lugar do trabalho, da cultura e do tempo livre, e por isso também, do progresso, da tecnologia e do ambiente. A nova cidade deverá ser plurifuncional. Os espaços para o desporto serão tendencialmente cada vez menos desportivos e mais multiculturais, lugares onde se possa desenvolver um leque muito variado de actividades. Mas a nova cidade será também dominada pelas modernas tecnologias e pela possibilidade de acrescentar ao espaço físico urbano, novas oportunidades de relação com a natureza. (ibidem)

O homem deverá ser o elemento central desse novo ordenamento. A palavra de ordem é: re-apropriação. Das praças, dos passeios, das estradas libertas de tráfego, dos espaços destinados a permitir do mesmo passo a fusão da ocupação dos tempos livre e da cultura (LONGHI, 1991). O que supõe outro ordenamento do território, um outro planeamento urbano, uma outra lógica entre o espaço natural e o construído. Entre o espaço privado e o espaço público. Uma nova cultura. Uma nova cidadania. (CONSTANTINO, 1997)

O direito ao desporto, como um novo direito urbano de todo o cidadão é um dado indiscutível da cultura das sociedades modernas.

O exercício deste direito estimula os diálogos ambientalistas. No direito ao desporto e na preocupação ambiental, cruzam-se duas perspectivas oriundas de uma raiz comum.

O olhar e o pensamento ambientalistas surgem como um travão à ideologia do crescimento ilimitado, introduzida pela dinâmica do processo de desenvolvimento do capitalismo e assente na tecnologia consumidora da energia e das matérias-primas. O direito do cidadão ao desporto surge como alternativa ao modelo unicitário do desporto de competição e de rendimento absoluto, o qual teve origem num processo histórico-social similar àquele outro. Ambos alertam que o progresso não é assegurado automaticamente por nenhuma lei da história. E que o futuro não é necessariamente desenvolvimento (MORIN).

A Terra é a nossa casa comum. É a nossa origem. Será o nosso destino. A natureza não é uma imagem de poetas ou pintores. A natureza é a realidade ecológica em si mesma, é o nosso planeta Terra (MORIN). O que nos reenvia para algumas das perplexidades do mundo actual e para a urgência de uma estratégia comum para a salvaguarda de um meio, que também nos é comum e que é finito. (CONSTANTINO, 1997)

Os buracos de ozono, o efeito estufa existente na atmosfera, a desflorestação progressiva de significativas florestas tropicais produtoras do nosso oxigénio, a esterilização dos oceanos, mares e rios, a poluição sem controlo, as diferentes catástrofes ecológicas estão a avisar-nos a todos e a todo o momento que o inimigo do homem não é nenhum ser extraterrestre. Ele está bem no interior de cada um de nós. Será que o desporto conseguirá ajudar a reconciliar e aliar o homem à natureza, a natureza à vida, e a vida a uma ideia de bem-estar e felicidade?

O sentido predador de muitas das opções na organização da vida em comunidade indicam que nos estamos a afastar dessa possibilidade. Os efeitos da globalização parecem trazer apenas aspectos preocupantes e menos, melhores soluções para os problemas com que nos confrontamos. O paradigma do progresso aponta, cada vez mais, para uma nova visão do mundo. As nossas vidas passam por aqui.

Referências

CONSTANTINO, José Manuel. *Desporto, cidade e natureza: espaço público e cultura ecológica*. In: MEIO AMBIENTE E DESPORTO. [s. l.]: Lamartine Pereira da Costa/FCDEF, 1977.

CONSTANTINO, José Manuel. *Desporto, geometria de equívocos*. [s. l.]: Livros Horizonte, 2006.

LONGHI, Giuseppe. A planificação de espaços desportivos no quadro urbano. In: ACTAS DO CONGRESSO EUROPEU ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS. [s. l.]: Câmara Municipal de Oeiras, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. Espace privé, espace public a l'âge post-moderne. In: CITOYENNETÉ ET URBANITÉ. [s. l.]: Esprit, 1991.

A CIDADE E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

José Aldemir de Oliveira¹

O que é a cidade não é uma questão fácil de ser respondida dada a complexidade que encerra a problemática urbana, pois a cidade é o lugar das contradições, do produzir riquezas, conhecimentos, obras e técnicas sendo também o centro da vida social, política e econômica. É também o lugar onde se produz miséria, mas, apesar de ser tudo isso, a cidade não é só isso, ela é o lugar de morar, trabalhar e de cuidar do corpo e do espírito.

A partir da indagação do que é a cidade ou de como se produziu uma cidade específica, Manaus, buscando compreender a articulação com os espaços públicos para demonstrar as mazelas e as belezas da cidade, identificando alguns aspectos do espaço público urbano que desapareceu ou que resiste, procurando a identidade do outro, do vivido enquanto construção do espaço urbano, o que persiste e o que tenta sobrepor-se como possibilidade no dissipar da consciência.

O presente texto, preparado para o VIII Seminário Nacional de Políticas em Esporte e Lazer, analisa a dinâmica urbana de Manaus e sua articulação com os espaços públicos. Para tanto se discute a noção de paisagem urbana e dos espaços públicos urbanos; a dimensão destes na perspectiva do cotidiano em que predomina o uso de onde emergem as festas que sobrepõem ao lazer e, finalmente, apresentaremos alguns espaços públicos que desapareceram ou resistiram associados aos sucessivos eventos da história socioeconômica da cidade, em especial o crescimento no período da borracha no final do século XIX, e a implantação da Zona Franca, na década de 60, suas transformações culminando

¹ Prof. Titular de Geografia da Ufam, líder do NEPECAB, pesquisador do CNPQ.

no início do século XXI com o Pólo Industrial de Manaus - PIM. O texto resgata a realidade complexa e contraditória do urbano, identificando os pedaços da cidade como fragmentos da vida. Os espaços de lazer aparecem com contraponto ao isolamento da metrópole, como possibilidade de estar junto como elo que pode retomar o relacionamento fraterno entre os homens e mulheres, superando o entendimento de cidade como o caos.

Paisagem urbana

A principal marca da paisagem urbana de Manaus é a sua configuração no limite da contradição e dos extremos de um passado “que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não temos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser” (SANTOS, 2006, p. 13). Situada no meio da floresta e localizada às margens de dois grandes rios amazônicos, é drenada por inúmeros pequenos cursos d’água interiores, a cidade comporta um pujante parque industrial especialmente de eletrônicos.

Já tratamos em texto anterior (OLIVEIRA, 2003, p. 27-36) do entendimento de paisagem urbana, de modo mais específico aplicado às cidades da Amazônia. Embora seja necessário assinalar que os conceitos são universais a sua aplicabilidade é local. O primeiro aspecto a ser considerado é que a paisagem urbana, numa cidade dos trópicos, comporta as coisas da natureza. Manaus de hoje é um lugar bem diverso do que era quando da implantação da Zona Franca, *para não retomar a eventos mais antigos, não só porque o conjunto arquitetônico e a infraestrutura foram modificados, mas também a floresta e os rios. O sítio urbano transformou-se, a posição de Manaus não é a mesma, tudo se modificou, mas principalmente a cultura a partir da mudança de hábitos e costumes.*

Tratando-se da paisagem urbana, este processo explicita de um lado a dinâmica da sociedade pela capacidade de produzir complexa estrutura urbana no meio da floresta, culminando

num emaranhado de ações que determinaram novas relações socioespaciais modificadoras da natureza e principalmente dos modos de vida, o que nos leva a retomar a noção de espaços urbanos complexos formulado por Pierre George, que, apesar de possuírem características comuns, fragmentam-se em espaços funcionais e passam a ocasionar impactos nas estruturas sociais dando-lhes significação própria (1966, p. 40) quase sempre com sérias consequências para as espacialidades preexistentes.

Portanto, deve-se considerar que a paisagem está para além da aparência e por isso a sua análise e discussão enquanto urbano tem que ser vista a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades. A cidade de Manaus contém momentos diversos da produção do espaço na Amazônia, o que nos remete à compreensão do processo e do modo pelo qual a cidade foi produzida como a criação do forte, o extrativismo da borracha, a implantação da Zona Franca de Manaus e a dinamização do PIM. Nos últimos três eventos ocorreu expressiva expansão da malha urbana e a consequente modificação da paisagem. Como sustenta Ana Fani Alessandri Carlos (1994, p. 48), a paisagem não é só produto da História, ela reproduz a História bem como a concepção que o homem tem e teve do modo de morar, habitar, trabalhar, comer e beber, enfim, o modo de viver.

E por que isso ocorre? Por ser o processo de produção da paisagem urbana contínuo e descontínuo no tempo e no espaço modificando as relações sociais que se concretizam em espacialidades. Ao longo do processo de expansão da malha urbana de Manaus algumas formas desapareceram, outras se transformaram e/ou foram recuperadas, passando a ter novos conteúdos, embora não tenham perdido algumas das características pretéritas. Na cidade de Manaus, as formas pretéritas que retomam especialmente ao século XIX, quando do apogeu da economia da borracha, adaptaram-se às novas funções postas pela contemporaneidade urbana e outras desapareceram.

Por isso, a cidade não pode ser reduzida à forma, pois a forma pode ser a mesma e ter funções diferentes em tempos diversos. Do mesmo modo não pode se restringir à função. A cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultado do modo de ser de uma dada sociedade em espaços-tempos específicos. Eis aqui o ponto de partida: compreendermos a paisagem urbana da cidade de Manaus e seus espaços públicos de lazer.

Porém, a questão de fundo a ser formulada é como, por meio de que e a partir de que paisagem, pode-se apreender o movimento e o processo de produção do espaço público de lazer na cidade? No limite, significa compreender como uma dada sociedade produz o seu espaço ao mesmo tempo em que se produz, pois o espaço é condição, meio e produto da sociedade.

Portanto, a paisagem urbana é muito mais do que o aparente, o que pode ser definido pelas formas da natureza ou do resultado da ação do homem sobre o meio geográfico (DOLFUSS, 1973, p. 13). A paisagem passa a ser concebida como a expressão concreta do complexo geográfico sendo possível identificar, a partir de sua análise, traços naturais e humanos que possibilitam investigar as relações complexas das quais sobressaem desde a paisagem vegetal até as formas do relevo e principalmente os modos como os homens e mulheres organizam suas atividades (MARX SORRE, 1984, p. 126).

No caso da paisagem urbana, existe maior complexidade, pois a natureza, no processo de produção do espaço urbano, tem outra dimensão da natureza natural. Isto não significa que a natureza não tenha importância na determinação do sítio urbano, mas o reconhecimento de que a natureza é um dos elementos da paisagem e esta é o resultado de inúmeras modificações decorrentes da ação antrópica. Na cidade de Manaus os exemplos mais significativos são inúmeros igarapés aterrados na cidade de Manaus.

Há sem dúvida uma especificamente na paisagem urbana na cidade de Manaus que deve ser considerada, o fato de a cidade

localiza-se no meio da floresta e na confluência de dois rios, o que possibilita se ter como ponto de partida da análise a explicação da relação entre o homem e a natureza, tendo como parâmetro o processo de produção mediada pelo trabalho. Neste sentido, como recomenda Ana Fani Alessandri Carlos, a paisagem urbana é produto de relações concretas que o homem produz em sociedade e por meio dela. Isso nos leva ao entendimento de que o trabalho não produz apenas mercadorias, mas cria as condições para a produção do próprio homem e da sociedade.

Neste contexto, a paisagem urbana como produto social contém as contradições inerentes à sociedade e pode se constituir como um objeto estranho àqueles que o produzem, pois que a ação de produzir a cidade não significa, para a maioria, apropriar-se dela. Nem sempre os espaços públicos são espaços efetivamente públicos. Compreender o espaço público urbano de lazer significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade. Ao se identificar como são produzidos os espaços públicos urbanos para a festa, para o esporte e para o lazer nos vários períodos da história da cidade é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender a inter-relação entre processo e forma. Neste sentido, o acesso aos espaços públicos se diferencia a partir da capacidade que cada um tem de pagar. O abandono dos espaços públicos de lazer mostra que nos falta muito em termos de políticas urbanas, uma vez que nos falta o desdobramento dos acontecimentos. Falta-nos o entendimento de que nas cidades contemporâneas há um ritmo que aniquila o tempo e os espaços, exigindo agilidade nas tomadas de decisões, tanto do poder público como da sociedade. Caso contrário, o reflexo dessa demora aparece imediatamente na degradação da paisagem urbana.

Essas contradições só são perceptíveis quando analisadas num processo que não se esgota na produção do urbano, mas que,

também e, principalmente, inclui a apropriação do urbano, o que aponta para o direito à cidade.

O direito à cidade significa a forma superior dos direitos: é o direito à liberdade, à privacidade, à socialização, ao habitar e à moradia. Inclui também o direito à obra, à informação, à festa, à participação e à gestão da cidade, enfim o direito à apropriação que está muito além do direito à propriedade na cidade (LEFEBVRE, 1978, p. 159).

A visão de paisagem urbana articulada ao direito à cidade nos permite compreender que o processo que culminou na produção da paisagem urbana da cidade de Manaus resulta do conjunto de coisas e objetos produzidos e modificados por determinações que estavam no interior, no entorno e distante do espaço que se estava produzindo. Ou seja, a paisagem que foi sendo produzida tem as determinações objetivas de seu tempo, das técnicas e das culturas presentes e pretéritas daquele período, não sendo uma construção autônoma, mas a determinação das condições da sociedade de seu tempo, contendo tempos que se cristalizam em espaços datados. Como assinala Milton Santos, a cada novo acontecer, as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e o seu significado (SANTOS, 1997, p. 116); é assim com os espaços públicos que trataremos em seguida.

Espaço público urbano de lazer

Tem sido recorrente na expansão da cidade que as áreas do domínio público recebam tratamento secundário quando não são extintas. As praças e mais recentemente as ruas são cada vez mais espaços privados. Em decorrência disso tanto a praça como a rua perderam a função de lugar de encontro dissipado pelas mudanças que as transformam em espaços de *stress* social com o conseqüente aumento da violência, degradação do ambiente urbano, aspectos que traduzem a alienação do homem da cidade, visto que a maioria da vida pública realiza-se em recintos fechados (ALVES, 2003, p. 76).

Parte-se da idéia de espaço público urbano “como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (SERPA, 2007, p. 9). Essa noção deriva da formulação de Henri Lefebvre de prática social que engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social que assegura a continuidade de uma relativa coesão. Esta coesão é referente ao espaço social e a relação de cada membro do grupo social com o seu espaço (1986, p. 42).

Essa relação está articulada ao cotidiano. No cotidiano está a possibilidade da superação da realidade pela procura da transformação da vida política, da economia, da estrutura jurídica e social. No âmbito da produção do espaço público urbano, aponta para a superação da linearidade imposta por um urbanismo concebido como mero desdobramento da lógica do mercado apontando para a transformação da própria vida com consequência na espacialidade que se vai construindo.

Por outro lado, o cotidiano é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia-a-dia, especialmente de uma cidade assinalada pela exploração e pela subalternidade. Mas o cotidiano é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança de vida e de transformação do virtual que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, mas se refere às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade que se desenvolve tendo o espaço público urbano como meio e condição. Além disso, é no cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se, no caso da cidade de Manaus, às determinações de um planejamento funcionalista que desconsidera as alteridades e com isso impõe a homogeneização dos costumes e dos modos de vida (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

Interessa-nos é a verificação da relação entre o espaço público de lazer e o cotidiano que ocorre na cidade, especificamente na cidade de Manaus, e como o controle e a organização deste são

utilizados como estratégia e instrumento mediatizados não para transformar o espaço, mas para deformá-lo, constituindo-o como meio de reprodução da segregação social. Nessa perspectiva, o cotidiano torna-se programado e definido pela lógica do capital “com tempos marcados pela linearidade, pela repetição, pela monotonia, ‘o amanhã é idêntico ao hoje’, que impõem um ritmo inflexível à vida” (FREHSE, 1996, p. 78).

Segundo Henri Lefebvre (1991, p. 41), ao se desvendar a relação entre a espacialidade e cotidiano corre-se o risco de se considerar apenas “miséria do cotidiano” que se concentra nas humilhações dos mais pobres, nas relações elementares das pessoas com os objetos e com as necessidades. Ou, de outro modo, buscar-se apenas a sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez e da abstinência dos desejos. Quase sempre se arrola uma série de dados privilegiando-se o quantitativo sem a preocupação da análise qualitativa. O resultado disso é a discussão do cotidiano enfadonho, repetitivo, o dia-a-dia, ou seja, entende-se o cotidiano apenas como o conjunto de atividades com aparências modestas.

Embora a compreensão desse cotidiano seja importante, é preciso enfatizar a “grandeza do cotidiano”, que são as relações sociais que se desenrolam no espaço.

Tomem-se dois exemplos: a festa e a prática de atividades esportivas como espacialidade da vida social e da obra e as praças como lugares de práticas sociais e de lutas pela apropriação do corpo, dos desejos e principalmente da cidade. Esses exemplos podem nos levar a compreensão do processo de produção do espaço urbano que ocorre a partir dos conflitos de sujeitos pela apropriação do espaço da cidade.

O lugar da festa

A festa representa a afirmação do cotidiano e o reforço, não a ruptura com o modo de vida. A festa faz parte de um tempo, de um olhar de forma genérica, como se todos fossem iguais. Aqui

claramente se interpõe a vivência espaço e tempo diferenciado, não aparecendo a simultaneidade do lazer imposto de fora. A festa era a possibilidade de apropriação da cidade por parte das populações locais. Espaços e tempos destacavam-se na paisagem. Tempo e espaço mais livres, mais facilmente rompidos e retomados. É nesse tempo e espaço, onde está a invenção do ser, que o acontecimento se torna fato histórico. É nesse tempo e espaço que o pensamento age e prepara as concretizações do Ser (BACHELARD, 1988, p. 24).

Na Manaus dos igarapés limpos, de águas cristalinas, do banho na Cachoeira do Tarumã, no Parque 10, havia abundância de natureza, mas havia também abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho eram menores. Para boa parte da população era tempo da festa, do pensamento, da arte, do preparar as concretizações do ser. Neste sentido produzia-se espaço e tempo descontínuos enquanto dimensão não apenas da festa, mas também, e, principalmente, como renovação da vida.

A festa foi sistematizada tornando-se lazer enquanto ruptura do cotidiano e imposição de novos valores. Não é mais a festa e nem a atividade livre que se exerce para si mesma, é o espetáculo generalizado que torna o espaço-tempo contínuo e produz a pobreza de realizações das possibilidades, em decorrência do controle, da segregação e da hierarquia impostas pelo mercado.

Nas entrevistas com moradores da cidade para a pesquisa que deu origem ao livro já referido (OLIVEIRA, 2003), é possível identificar que a cidade de Manaus, até a década de sessenta, era uma cidade balneária. Além do Parque 10, da Ponta Negra, do Amarelinho, do Tarumã, todos os igarapés e a orla do rio Negro eram utilizados para a realização de piqueniques aos domingos por toda a família e todos os dias pelas crianças.

No igarapé de Educandos ou no rio Negro realizava-se a regata. Clube do Remo, com sede no igarapé de Manaus; o Grêmio

Náutico Português, com sede na avenida 7 de Setembro; Clube Amazonense de Regatas, na Garagem Rio Negro, e o Manaus Ruder Club eram as principais agremiações. As regatas realizadas no rio Negro e no igarapé de Educandos eram assistidas por um grande número de pessoas que se colocavam na primeira ponte da avenida 7 de Setembro, próxima ao igarapé de Manaus.

A festa também acontecia nos clubes que proliferavam por toda a cidade e ia desde os frequentados pela elite até os populares. No final da década de quarenta havia o Ideal Clube, fundado na rua Dr. Moreira, depois transferido para a rua Henrique Martins e, finalmente, para a avenida Eduardo Ribeiro; o Nacional Futebol Clube, na rua Saldanha Marinho, 516; o Atlético Rio Negro Clube, na praça da Saudade; Olímpico Clube, na rua Leonardo Malcher, 603; União Esportiva Luso-Brasileira, na avenida Joaquim Nabuco, 1372; Nacional Fast Clube, na rua Lobo D'Almada; Bosque Clube, na praça 9 de Novembro, 151; Independência Futebol Clube, na rua Xavier de Mendonça, 252; Luso Sporting Club, na rua Monsenhor Coutinho; Atlético El-Dorado Clube, na rua Monsenhor Coutinho, 64; São Raimundo e Sul-América, no bairro de São Raimundo; Atlético Barés Clube, na praça dos Remédios, 140; União Esportiva de Constantinópolis, na estrada de Constantinópolis; Tijuca Clube, na rua Instalação, 87; Rio Branco Futebol Clube, na rua Silva Ramos, 933; Satélite Clube, na rua Dr. Moreira, 59. Além desses, havia ainda o Ypiranga, General Carneiro, Orion, Madureira, Santos e Botafogo na Cachoeirinha; Ação Social, Solimões e Fluminense na Praça 14; Olaria e Libermorro, em Santa Luzia; Penarol, em Petrópolis; Santa Cruz e Internacional no Boulevard Amazonas, e o Labor, em Educandos (OLIVEIRA, 2003).

A festa se ampliava em alguns clubes que também atuavam na parte esportiva, principalmente no futebol que, até meados da década de sessenta, era amador. Embora existissem campos por toda a cidade, especialmente nas margens dos igarapés, na época da

vazante, o principal campo de futebol era o Parque Amazonense, situado no Beco do Macedo. Havia ainda o campo do General Osório, no Centro; o campo do Luso, no bairro dos Bilhares; o Gal. Carneiro, na Cachoeirinha e, mais tarde, o campo da Colina e o campo do Sul-América, no bairro de São Raimundo; o campo do Labor, em Educandos, e Penarol, em Petrópolis.

Destinada ao esporte, havia uma importante praça na cidade do final do século XIX que durou até a década de cinqüenta: era o Velódromo, localizado no bairro da Cachoeirinha, situado no quarteirão formado pelas ruas Santa Izabel, Urucará e Silves. Era um amplo estádio equipado com pistas para patinação e quadras para prática de vários esportes. Entretanto, a sua principal atividade esportiva eram as corridas ciclísticas e de motocicletas das quais participavam corredores de todo o Brasil e do exterior.

Primeiro o Velódromo foi denominado Recreio. Construído no final do século XIX, na década de quarenta foi remodelado, recebendo o nome de Velódromo Álvaro Maia, sendo reinaugurado em 1945, deixando de funcionar nos anos cinqüenta quando o terreno foi adquirido por uma empresa comercial. As corridas realizadas no Velódromo atraíam grande número de pessoas, tornando-se um acontecimento com grande afluência de público.

Numa crônica publicada em 1995, Alvarir Assunção descreve o domingo de uma família na Manaus dos anos cinqüenta:

O domingo era esperado com ansiedade, era dia de festa. Logo cedo iam ao Mercado Grande, levava as crianças para tomar mingau, comer broa, comprar uma bola de sernambi e fazer as compras da semana. Depois vinha o banho no igarapé do Quarenta, o almoço farto e melhorado. À tarde vinha o passeio de bonde pela linha Circular. Visita ao Aviaquário Municipal e uma esticada até a Praça da Polícia, onde os doces e sorvetes faziam mais sucesso com a garotada do que a banda que se exibia garbosamente no coreto.

As praças

O desaparecimento de praças na parte central da cidade nos possibilita compreender quais as prioridades que perpassavam as políticas públicas urbanas. A primeira é que o espaço público urbano foi sendo produzido apenas como o lugar da produção e, em decorrência desse entendimento, as políticas públicas voltadas para a solução dos problemas urbanos não se constituíram como meios capazes de superar a visão de cidade funcional. As políticas públicas eram aplicadas numa cidade e para uma cidade enquanto espaço das relações econômicas.

No Centro, uma das praças que ainda permanece, mas que foi objeto de várias mutilações, é a Praça da Saudade. Nos anos cinquenta foi totalmente desfigurada com a construção de um prédio na parte fronteira, a oeste, a ser utilizado como casa da cultura, abrigando, depois, a Secretária de Educação e, posteriormente, várias repartições públicas. O prédio foi demolido em 2007.

Sobre essa praça, é importante a consideração feita pelo Superintendente Hugo Ribeiro Carneiro no Relatório apresentado à Intendência Municipal, em 1925, que, de certa maneira, sintetiza a preocupação dos administradores com as áreas verdes da cidade:

A Praça da Saudade deve desaparecer para dar lugar a um arruamento dividindo-se em 2 quarteirões. Seria vendida e geraria recursos para o Município que não pode se dar o luxo de manter praças desnecessárias” (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

Uma exceção na preocupação com as praças da cidade no período ocorreu durante a administração de Araújo Lima, que administrou a cidade entre 1926 a 1929 e que procedeu à recuperação das praças do centro com a construção, ampliação e reparação de jardins e parques, estabelecendo certo ordenamento dos jardins e das praças do centro, erguendo o relógio na avenida Eduardo Ribeiro e criando, em 1928, o Bosque do Tarumã e redimensionando o Bosque Municipal.

Também na década de trinta, na administração de Antônio Botelho Maia, que esteve à frente da municipalidade durante o Estado Novo, houve ações públicas direcionadas à preservação da cidade. Foram criados na sua administração o Balneário do Parque 10 de Novembro, o Aviaquário Municipal, o Horto Florestal e o Castanhal de Manaus, na área leste da cidade, com mil castanheiras.

Considerando-se a parte central da cidade no período pós-Zona Franca não foram construídas novas praças, o mesmo ocorrendo com os bairros para onde ocorre a expansão urbana. Recentemente, 2005-2007, foram implantados dois parques urbanos: o dos Bilhares e o do Japiim.

Considerações finais

A conclusão a que se chega, a partir da análise dos espaços públicos de lazer na cidade de Manaus, é que a construção da espacialidade urbana, apesar de todas as transformações ocorridas, que aniquilam as formas de relações sociais existentes, possibilita a persistência da dimensão humana simbolizada na festa, que tem o sentido da resistência, embora quem o faça talvez não compreenda essa dimensão. Mas o faz, reinventando formas de relações com as coisas, com os objetos e com os homens.

É possível inferir também que, na forma da cidade, estão também as possibilidades do futuro enquanto permanências e rupturas, pois o espaço é a realização da História, sendo a um só tempo passado, presente e futuro (SANTOS, 1997, p. 124).

Como já referido antes, é preciso destacar que, para além das atividades econômicas, a cidade é também o lugar de morar, de trabalhar, de circular e de cuidar do corpo e do espírito. E as políticas públicas devem ser instrumentos de ações direcionadas à produção de uma nova urbanidade que privilegie a criação na cidade de espaços públicos. A urbanidade significa a criação de meios para

forjar um novo homem que busque o tempo para os encontros que ultrapasse a troca de coisas e vise à construção e ao resgate da cidadania.

A cidadania significa a oportunidade de uma vida decente, com acesso ao trabalho e aos serviços básicos: água, energia, educação, transporte e saúde. Se a ausência desses serviços é condenável, da mesma maneira é também inaceitável a existência de espaços públicos para usufruto das pessoas. A inadequação e/ou a inexistência desses espaços faz com que os habitantes da cidade fiquem cada vez mais distantes do direito à cidade como o lugar para a reprodução da vida.

Do ponto de vista da pesquisa científica, com tantos problemas na cidade, por que se preocupar com os estudos dos espaços públicos de lazer?

Em primeiro lugar, eles são os espaços da cidadania. Esse aspecto é relevante em termos de paisagem urbana em qualquer cidade do mundo, sendo mais significativo numa cidade em plena região equatorial e com alto índice de insolação durante todo ano como é o caso de Manaus. Além disso, a cidade configura-se como produção de relações sociais, ou seja, o importante são as pessoas e o seu bem-estar. A existência ou não de áreas verdes, parques, campos, quadras, cinemas, teatros, calçadas é um fator importante para inferirmos a qualidade de vida que não pode se restringir aos índices econômicos, que são importantes, mas insuficientes. Define-se qualidade de vida como a sensação de bem-estar do indivíduo, sendo que essa sensação depende de fatores subjetivos e objetivos, e o ambiente influi em ambos.

Em segundo lugar, a pesquisa científica sobre os espaços de lazer das cidades pode contribuir para demonstrar a contradição que encerra a produção do espaço urbano, pois se espaços públicos desaparecem, outros surgem a confirmar que a cidade é o fazer-se constante. Este fazer-se muitas vezes aniquila o que está produzido para criar o novo, o moderno. É o produzir reproduzindo-se

incessantemente. Construindo e destruindo não apenas o conjunto arquitetônico, mas modos de vida.

Referências

ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ASSUNÇÃO, Alvir. Feixe de lenha no ombro e lata d'água na cabeça. *Jornal Amazonas em Tempo*, Manaus, 7.4.1995, Caderno Arte Final.

_____. Festeiros e Clubes. *Jornal Amazonas em Tempo*, Manaus: 5.5.1995. Caderno Arte Final.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo: DIFEL, 1973.

FRENSE, Fraya *et alii*. O estranho do sonho: entre o imediato e o possível. In: MARTINS, José de Souza (organizador) *(Des)Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: USP; Hucitec, 1996. p. 73-100.

CEORGE, Pierre. *Sociologie et géographie*. Paris: Presses Univertaires de France, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Cuarta Edición. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. *La production de l'espace*. 3. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1986.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

FUNÇÃO SOCIAL DAS CIDADES¹

BREVE CONSIDERAÇÃO

Robério dos Santos Pereira Braga.²

A conformação das cidades atuais não elimina de todo os referenciais mais antigos de sua organização, possivelmente há 15 mil anos, muito menos aquela nascida na região dos rios Tigre e Eufrates, com sistemas políticos, estruturas sociais e econômicas consideráveis.

Todos os ciclos, de evolução ou involução, têm sido provocados por indicativos políticos, religiosos e essencialmente econômicos e culturais (BRAGA, 2004, p. 175). Assim, vem desde as cidades consideradas como a morada dos deuses (*polis grega*) e a cidade romana, com a qual se reconhece a calçada, o traçado urbano, o fórum, o teatro, a arena e os banhos públicos. Com esta organização, o *status* e, com ele, o direito de propriedade se impondo, em certa medida até como superior a qualquer outro direito, especialmente pelo tratamento que lhe foi conferido pela Lei das Doze Tábuas. (COULANGES, 2000, p. 69).

A referência mais conhecida da organização de cidade, voltada para o interesse e o uso coletivo decorre dos estudos e desenhos de Tony Garnier, por volta dos anos 1900, que nos dias correntes vem sendo desintegrada pelas megalópoles.

Uma síntese do que deve ser a cidade, para cumprir função que lhe é própria, é apresentada por Ferreira Gullar ao expressar que a

¹ Apresentado ao VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, organizado pela Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, em abril de 2008.

² Professor universitário, advogado e Mestre em Direito Ambiental, é pós-graduado em Administração de Política Cultural em convênio da Universidade de Brasília/Organização dos Estados Americanos e Centro Nacional de Referência Cultural. Atual Secretário de Cultura do Amazonas (1997....).

cidade é a afirmação de esperança do homem, a expressão de suas necessidades imediatas e corriqueiras. De necessidades práticas. Na cidade, tomada como uma gigantesca obra de arte humana, as diversas expressões se integram num conjunto dinâmico complexo que evolui como um organismo vivo”³.

Como assinala o mesmo autor, a cidade deve ser concebida como um todo, reconhecendo aspectos urbanísticos e sociológicos, inclusive.

Esta não é a cidade que tem conseguido se impor e submeter às populações, entretanto.

A implantação e ampliação contínua da cidade, modo geral, tem decorrido violando o meio ambiente, os recursos naturais, artificiais e culturais, e não há ainda medida sequer aproximada da repercussão destes desdobramentos, senão aqueles denunciados mais diretamente pelo desconforto e redução da qualidade de vida cotidiana.

O que pode ser denominado de evolução histórica das cidades brasileiras decorre dos primórdios da colonização, especialmente de 1530, cuja expansão foi iniciada pela região litorânea.

O modelo europeu chegou às nossas terras a partir do século 18, superando aquilo que é designado de urbanismo simplório do período colonial (BRAGA, 2004, p. 179), imposto por mudanças expressivas fixadas pelos idos de 1894-97 com Aarão Reis (1853-1936), passando a acompanhar o que sucedia em outras partes do mundo. Era o tempo do urbanismo sanitário.

Do mesmo período foi a fase manauense do governador Eduardo Ribeiro (1892-96), da completa intervenção/substituição da paisagem da capital amazonense com obras de saneamento e ordenamento urbano, edificações suntuosas e tudo o mais que foi

³ GULLAR, Ferreira, 1967, p. 223. In: BRAGA, Robério. *O Instituto do Tombamento e Proteção do Bem Cultural*. Manaus: UEA, Editora Valer. 2007, p. 177.

permitido pelo apogeu de uma economia que se demonstrou cíclica e logo decadente.

Assim foi no Rio de Janeiro, em seguida, no período de 1903 a 1906, com o prefeito Pereira Passos (1836-1913)⁴, e mais tarde, nos fins dos anos 1920, com o plano do francês D. Alf Agache, na administração do prefeito Prado Júnior. Tudo era feito com base nos modelos europeus.

O que ressalta da cidade, quase sempre, é o urbano. Este se impõe por uma definição legal a classificar de região urbana aquela que mantenha meio-fio, calçadas, água, esgoto sanitário, iluminação pública, escola primária, posto de saúde, conforme se configura no Código Tributário Nacional (art. 32, parágrafo 1º).

Neste sentido vale a afirmação de que

não há como desmentir que as cidades brasileiras são nítidas e crescentemente urbanas, nas quais os homens se reúnem em busca da satisfação de suas necessidades e conveniências para o que procuram integrar as funções de seu interesse, questões que estão a reclamar, cada vez mais, nas cidades de qualquer porte, um intenso processo de planejamento e organização urbana.⁵

⁴ Trata-se de Francisco Pereira Passos, que foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro, ainda capital da República, e principal responsável pela completa transformação urbana imposta naquela ocasião, em nome da estética e do sanitarismo, principalmente.

⁵ BRAGA, Robério, op. , cit., p. 181. Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social: I - (omissis) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim.

Tomada a Carta de Atenas (1933), as cidades devem responder a funções básicas que são habitação, trabalho, recreação e circulação, às quais se foram aliando as preocupações com higiene pública, estética, uso do solo, serviços públicos, explosão populacional, se aproximando cada vez mais daquilo que tem sido designado de cidade funcional.

Consideradas pelo aspecto jurídico-constitucional, as funções das cidades, no caso brasileiro, estão consagradas na Constituição da República de 1988 (arts. 6º e 7º IV), na qual estão inseridas como direito do cidadão, configurado especificamente em direito ao trabalho e direito ao lazer, como também à educação, saúde e transporte.

Mesmo conformado como direito assim erigido constitucionalmente, o que se verifica é que as cidades brasileiras não respondem à obrigação de sua satisfação, proporcionando que, cada dia mais, esse direitos sejam desrespeitados pelo Estado e, de certo modo, desconsiderados pelo próprio cidadão que, ao que se constata, ainda não se apropriou devidamente destes direitos como lhe são assegurados.

Não tem sido tomado em consideração que

a cidade é o lugar de todos mesmo porque ela é construída, na maioria das vezes, pelas interações e diferenças de cada um, independente e da vontade, orientação ou roteiro determinado por autoridade ou por leis, e, como se vê cotidianamente sobrepondo-se a elas por razões impositivas da realidade, às vezes acima e além do permitido ou do autorizado.⁶

⁶ BRAGA, Robério, op. , cit., p. 185.

Idem, idem, p. 194

Para melhor compreensão do que se pretende, deve ser considerado que *“as cidades são o produto do tempo, [...] um patrimônio vivo cujo tecido normal constitui um elo essencial e necessário que confere a cada cidade sua identidade”* (BARRE, 2004).

As cidades têm reconhecida função socioambiental, mais do que salienta Saule Junior (1997, p. 61), com o dever de “atender os interesses da população de ter um meio ambiente sadio e condições dignas de vida”, e devem, cada vez mais, resistir ao que a Carta de Atenas (item oito) denomina de “ritmo furioso [...] que desorganiza as condições de vida”, de tal sorte que seja fortalecido aquilo que se tem chamado de “direito à cidade”, claramente assegurado a todo cidadão pelas leis modernas de quase todas as soberanias.

O que compõe este direito à cidade, dentre outros: a segurança, o bem-estar dos cidadãos, o equilíbrio ambiental e o atendimento, por meio de políticas públicas, aos princípios coletivos de direito a saúde, saneamento, educação, lazer, transporte, moradia, terra urbana e serviços públicos. Como síntese, pode-se assegurar que para cumprimento da função social as cidades “precisam ser tomadas em todas as suas expressões de ser e de servir”.⁷

Mais objetivamente, aquilo que a legislação do município de Porto Alegre adotou para caracterizar a função social da cidade: “é o direito de acesso de todo o cidadão às condições básicas de vida”, ou como restou assentado na carta de Princípios do Fórum Nacional de Reforma Urbana, “o direito à cidade e à cidadania está pautado na universalização de equipamentos e serviços urbanos, condições dignas de vida e diversificação de espaço, além da participação política”.

Servir aos cidadãos deve incluir, necessariamente, visando à qualidade de vida, políticas públicas que reconheçam e valorizem estes direitos, dentre os quais o lazer que não se confunde com a prática de esportes, mas que é por ela integrado ao mesmo tempo, sendo muito mais amplo.

⁷ BRAGA, Robério, ,op. cit., p. 180.

Isto implica na democratização das funções da cidade, como, aliás, assinala Nelson Carvalho Marcellino, ao afirmar que “democratizar o lazer implica em democratizar o espaço” ao cuidar do que chama de lazer como “uma demanda social de primeira necessidade”.⁸

E isto sucede na cidade, no urbano, principalmente, embora tal conceito venha se espraiando para outros lugares adjacentes. Para este fim a cidade deve ser considerada, nos termos da assertiva de José Aldemir de Oliveira, “como produção de relações sociais, ou seja, o importante são as pessoas e o seu bem-estar”⁹.

O que temos então a considerar, a partir do referido: a cidade é o lugar de todos; um patrimônio vivo que se configura em identidade; espaço democrático; deve atender interesses da população; proporcionar ou contribuir para um meio ambiente sadio e condições dignas de vida; precisa ser e servir; reconhecer as pessoas e não só as relações de produção, e oferecer condições de bem-estar.

Se assim é como lugar de todos deve haver a democratização do seu uso, do espaço e dos equipamentos, para que possa traduzir a identidade social e satisfaça a máxima de ser e servir que se nos parece expressar a síntese de todos os objetivos da função social da cidade.

E como deveria se efetivar na prática?

Há algumas experiências que, em diversos pontos do país, poderiam ser destacadas, de forma crescente nos últimos anos. Há as que respondem por uma melhor organização das estruturas urbanas, dos serviços públicos que resultam de pressão social como o transporte, a saúde, a educação, ou daqueles que, ao mesmo tempo, satisfazem outros interesses e objetivos como os sistemas viários urbanos.

Poucas são as que configuram o atendimento aos conceitos demonstrados e o cumprimento das imposições constitucionais

⁸ MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Prefácio). In: MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços Públicos de Lazer em Manaus – O papel das políticas públicas*. Manaus: Valer, 2008.

⁹ OLIVEIRA, José Aldemir. (Apresentação). In: MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços Públicos de Lazer em Manaus – O papel das políticas públicas*. Manaus: Valer, 2008.

de acesso ao lazer como direito do cidadão. E quando o fazem, não estão integrados ao conceito responsabilidade democrática, de bem-estar coletivo, de facilidade de acesso comum, sem preconceito e discriminação. Algumas vezes até contribuem para segregar os núcleos populacionais servindo para a consolidação de verdadeiros guetos.

O que se verifica é que, mesmo sem políticas públicas bem definidas que atendam aos princípios constitucionais, as populações vão, a seu modo e com as condições possíveis, exercitando opções de lazer individual e coletivo, em espaços de uso comum do povo ou não, procurando suprir lacunas que bem caracterizam a ausência de planejamento urbano que considere esse direito social constitucional, e a indefinição ou a descontinuação de ações de governo que contemplem a satisfação deste direito. De outro lado, muitas vezes, o poder público segue desenvolvendo ações diversas, muitas decorrentes da compreensão do estado paternalista, civilizador, autoritário, como “senhor” do interesse coletivo. Este é o cenário geral, ainda agora, depois do Estatuto da Cidade, tido e havido ao tempo de seu lançamento como o instrumento que se faria imbatível no ordenamento urbano e no cumprimento da função social da cidade.

O referencial de que a cidade é e deve ser um espaço democrático implica em observar que matriz de políticas públicas é que vai definir com clareza este importante aspecto de como deve ser, na prática, a cidade com função social crescente. Não se cogita aqui do “Estado em ação” a que se refere Ulpiano Menezes¹⁰, nem da discussão do modelo do Estado (Estado mínimo, *laissez-faire*, estatizante, mediador, civilizador), mas da verdadeira política pública cuja construção advém do fortalecimento da sociedade, da consciência de responsabilidade dos cidadãos, da consolidação de instituições

¹⁰ MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a Formulação de Políticas Públicas em Arqueologia. In: *Revista do Patrimônio*, IPHAN, n.º 3, 2007, p. 38.

representativas do coletivo, dos comportamentos eminentemente democráticos, da prioridade efetiva do real interesse público.

A definição de políticas públicas de que se trata é a que resulte de articulações objetivas, não impositivas, entre os cidadãos e o poder público, em nome e para o bem comum e em observância aos direitos sociais. Em síntese, como traduz Ulpiano Menezes, “articular direitos democráticos e responsabilidades republicanas”¹¹, sem retirar dos governos a parcela que lhes compete e que devem exercer com visão republicana, e, ao mesmo tempo, sem que tal comportamento subtraia ou transfira as responsabilidades do cidadão. Por isso mesmo só deve se configurar como resultante de entendimento, ou antes, de negociação, com efetivo compartilhamento entre os atores.

Disposta a questão na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, sobre a qual desenvolvemos a presente reflexão, o panorama não se nos afigura de forma diversa da descrita; aliás, uma realidade que se confirma em praticamente todas as grandes cidades.

Manaus é um centro urbano com registros de vida e aglomeração populacional que remontam há milhares de anos, embora a conformação aos moldes europeus deva ser considerada há poucos mais de 300 anos. Tem padecido, como muitas outras cidades do sudeste e norte do país, de que são exemplo Belém e Rio de Janeiro, de desconstruções abruptadas e avassaladoras, e mutações cíclicas por imposição de influências econômicas, sem um plano urbanístico-social que traduza o efetivo interesse coletivo, e considere o bem-estar comum.

Os ciclos de transformação urbana abrupta ou avassaladora a que referi, podem ter indicação ainda no período colonial brasileiro com a transferência da capital de Mariuá (Barcelos) para Manaus, ao tempo do governo de Lobo d’Almada, embora a repercussão efetivada tenha apenas ampliado a área urbana e oferecido serviços públicos e alternativas econômicas condizentes com a época. Mas ao que se depreende das crônicas de então, a população foi assaltada por transformações para as quais não estava preparada.

¹¹ Idem, p. 39.

Aquele desenho não premeditado da cidade foi de vida longa. No período de governo provincial, que para o Amazonas teve início muito mais tarde do que nas demais unidades do Império (1852-1889), as mudanças não foram tão expressivas, até porque a preocupação dos governantes e do poder central era de promover o reconhecimento das regiões do interior amazonense, de cristianização das populações, de satisfação de pequenos grupos que se exprimiam com certa referência em busca de traduzirem uma fidalguia possivelmente inexistente. Não era de organização ou de transformação urbana. As obras e a organização das cidades corriam ao ritmo e no rumo natural, salvo as edificações de destino religioso e institucional.

A inauguração da República, entretanto, se faria de forma diferente. Desde os primeiros dias do governo revolucionário começou a se desenhar o interesse da administração pública na paisagem urbana da capital amazonense. Alguns fatores podem ser listados como responsáveis por este interesse: o aumento de militares formados em engenharia; o fortalecimento das receitas públicas; o desejo de parença com centros urbanos europeus decorrente também das relações comerciais com praças do velho mundo; mas, também, os mais variados problemas de organização urbana, recorrentes, não condizentes com uma capital de Estado. Tudo se deduz pelas decisões de governo que foram adotadas como pelos discursos dispostos nos relatórios e na imprensa local.

O governador Thaumaturgo de Azevedo¹², imposto pelo governo provisório da República (1891), em substituição a Ximeno de Villeroy (1890),¹³ falava de reformas urbanas indispensáveis e

¹² Trata-se do militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo, segundo governador efetivo e nomeado pelo presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca e deposto pelo vice-presidente Floriano Peixoto quando da tomada do poder federal. Foi depois candidato a governador e saiu derrotado nas urnas. Período tumultuado de administração pública por influências políticas adversas.

¹³ Trata-se de Augusto Ximeno de Villeroy, primeiro governador nomeado do Amazonas, nomeado pelo governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, de curta duração. Foi militar atuante na proclamação da República (1889), membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tendo participado de várias excursões científicas ao interior do país, inclusive em 1888, em contato com os índios Bororós.

inadiáveis. Deposto, cedeu lugar ao então capitão de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro¹⁴, que promoveu a mais profunda das transformações urbanas até então conhecidas, seja com um plano geral de obras seja, principalmente, compondo um novo traçado para a cidade e suas áreas de expansão. Não foi, entretanto, um modelo que tenha desconsiderado os referenciais de que tratamos antes e que se impõem nos dias correntes como direitos constitucionais (CR., art. 6º), porque o ordenamento urbano por ele constituído, mesmo sem a evolução dos conceitos como conhecemos, e possivelmente mais pela cópia dos modelos europeus, favoreceu a população com espaços de uso comum do povo condizentes, capazes de responder ao desejo de bem-estar, de convivência coletiva, de configuração democrática.

A diversidade de opções identificadas como características daquele período não servia à grande massa da população, mas atendia aos interesses e necessidades de grupos influentes, seja no teatro, seja nas terraces, nos cafés, nos clubes, no hipódromo e no cinematógrafo, reservando-se para a massa dos aglomerados urbanos mais simples, as procissões, as quermesses da igreja, o carnaval e os folguedos folclóricos, especialmente em áreas da então periferia como o bairro da Cachoeirinha, no arraial do Pobre Diabo.

Uma síntese apertada do que representou aqueles anos é a de que *Manaus era uma*

cidade com proposta urbana européia, encravada nos trópicos, valorizando parques, avenidas, bulevares, saneamento, igarapés que recortavam seu leito, calçamento de pedras

¹⁴ Chegou a Manaus ainda ao tempo do Império, como capitão de engenheiros e jornalista de forte atuação republicana no Maranhão, onde nasceu. Foi diretor de Obras Públicas no governo Villeroy, governador interino em 1890, 2º vice-governador nomeado pelo presidente Deodoro, governador em seguida e professor da Escola Superior de Guerra. Retornando ao poder com a deposição de Thaumaturgo de Azevedo, cumpriu mandato constitucional de 1892 a 1896, quando implementou transformações consideráveis na cidade de Manaus.

portuguesas, a expor como majestade única o Teatro Amazonas, de arte e requinte no vestir, no calçar, no comer, fumar, brindar, e até nas orgias mundanas, do começo do século, já nos anos 30/40 perdia seu florescimento mais resguardava seus encantos e o perfil cosmopolita e bucólico.¹⁵

Em certa medida outras intervenções urbanas na cidade de Manaus consideraram estas questões, ainda que algumas delas por via oblíqua porque em decorrência de aspectos sanitários. Podem ser referidas, a título de ilustração, as administrações municipais de Jorge de Moraes nos anos 1910; Basílio Franco de Sá, começo dos anos 1920; do prefeito José Francisco de Araújo Lima (1926-29); Antônio Maia, nos anos 1940; Paulo Pinto Nery, nos fins dos anos 1960.¹⁶

O primeiro se dedicou à organização de espaços públicos em forma de parque, criando o parque do Tarumã, valorizando as praças que existiam em boa quantidade; o segundo, o traçado das praças, fazendo-as mais aprazíveis e facilitando a circulação de

¹⁵ BRAGA, Robério. A Preservação dos Centros Históricos nos Países Amazônicos – O Desastre de Manaus, p. 6. In: Seminário Internacional do ICOMOS/UNESCO. EDUA, Manaus, julho de 1998.

¹⁶ Jorge de Moraes foi senador da República pelo Amazonas e o primeiro prefeito eleito da cidade de Manaus. Sua administração foi bastante prejudicada por questões políticas locais. Basílio Franco de Sá era médico e político, de curta passagem na administração pública. José Francisco de Araújo Lima, médico e pensador, autor do importante estudo "A Amazônia. A Terra e o Homem". Foi eficiente prefeito, na administração do governador Ephigênio Ferreira de Salles. Professor, exerceu vários outros cargos públicos, como diretor da Instrução. Antônio Botelho Maia, era irmão do governador Álvaro Maia, foi prefeito de Manaus, nomeado, no período getulista, ausentando-se de Manaus, desgostoso com a vida pública. Paulo Pinto Nery foi professor de direito e político, vereador, deputado estadual, deputado federal, prefeito de Manaus por longos anos, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, vice-governador do Estado, Governador.

peessoas; o terceiro, José Francisco de Araújo Lima, enfrentou as questões sanitárias mais imediatas e o ordenamento de ruas, praças, becos e vielas, até pela sua formação médica; Antônio Maia ampliou os parques e jardins públicos, grandemente, do que são exemplos o aviaquário municipal e o balneário do Parque 10 de Novembro como grande centro de lazer para a época. O prefeito Paulo Nery ampliou a malha urbana para satisfazer as pressões do pólo industrial que se instalava, mas não descuidou das praças, parques, jardins e horto, que chegaram a identificar a sua administração.

A explosão demográfica e suas consequências mais imediatas podem responder pelo distanciamento das outras administrações municipais deste rol de preocupações de organização urbana. O homem perdeu espaço na cidade. Como outros centros, Manaus passou a servir aos veículos e às edificações ditas modernas que modificaram completamente a paisagem, promovendo uma nova, abrupta e avassaladora mudança, com repercussões ainda não amplamente conhecidas nem medidas adequadamente.

Assim, aquilo que, embora não se configurasse como capaz de satisfazer inteiramente à população, nem ao cumprimento rigoroso do que hoje se classifica como direito ao lazer, em certa medida atendia a pelo menos grande parte da população com o mínimo de espaço e equipamentos, foi se esvaindo sucessivamente.

Em espaço como em funções de lazer houve um esvaziamento quase completo em determinado período, especialmente no curso dos anos 1980-1990, em que expansão urbana chegou a regiões bem distantes e houve quebra de referenciais de identidade da população, também decorrente do reflexo de ondas que se acumulavam pelo fluxo migratório fortalecido com a implantação da Zona Franca de Manaus (1967). Os indicadores deste cenário podem estar claros nesta fase, mas têm base pelos anos 50/60, que retratam ainda maior decadência na cidade, provocando um verdadeiro desastre cultural. (BRAGA, 1998, p. 7).

Antes do registro da ação prática, de uma experiência amazonense, vale mantermos ainda o estudo da matéria. Parece bastante claro que a linha de pesquisa definida pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, cujo relatório foi coordenado por Javier Pérez de Cuéllar (1997), e que foi adotada na experiência do Amazonas, é adequada. Em síntese, foi reconhecida “a influência do desenvolvimento cultural no bem-estar individual e coletivo”¹⁷ E mais, segue o relatório, acertadamente, afirmando que “o desenvolvimento cultural constitui, senso comum, o tema central da política cultural”.¹⁸

O desafio posto, na maioria das vezes, diante das sociedades e das estruturas de poder, é deslocar da teoria para a prática, porque, não raro, ainda que por decorrência de ação de governo, portanto, de poder público, algumas definições são formuladas e todos parecem padecer dos mesmos males e sofrimentos sem que surja com mais amplitude uma reinvenção dos processos, bem a moda do que declarou Patrick Manning, quando primeiro-ministro de Trinidad-Tobago:

Ainda vemos a cultura como um meio de integração, deixando de perceber que a integração cultural já existe há muito tempo, embora ainda não tenhamos sido capazes de convertê-la em energia consciente de desenvolvimento. O que falta é o seu reconhecimento e a sua emancipação no mundo da ação.¹⁹

¹⁷ A Reformulação das Políticas Culturais. In: NOSSA DIVERSIDADE CRIADORA, Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, Brasília: UNESCO, Papyrus, Ministério da Cultura, 1997. p. 307.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Discurso perante a 7ª. Reunião do Fórum de Ministros da Cultura e Responsáveis por Assuntos Culturais da América Latina e do Caribe, Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, novembro de 1994.

É preciso utilizar o patrimônio cultural e as atividades culturais como “capital urbano”, sobretudo para enfrentar a avalanche de questões complexas de desordenamento das cidades, da afetação que cada continente verdadeiramente vem padecendo com o alto grau de urbanização. Sem desprezar a criação de infraestrutura para as artes, a produção de bens e serviços de caráter cultural e a chamada promoção do turismo cultural cujo interesse mundial vem sendo ampliado celeremente, é necessário permear o tecido social de modo a conseguir o planejamento e uso sustentável dos bens culturais que efetivamente humanize as cidades e ajude na superação das tensões sociais, compreenda as linguagens de exposição destas tensões e amplie as oportunidades de conhecimento e reconhecimento de valores individuais e coletivos, diversa e às vezes adversa ao diverso já conhecido, mas que são a expressão da cidade como centro de criação e inovação cultural efervescente.

A mais recente experiência amazonense, e em curso, tem procurado esta trilha e os modestos indicadores que se seguem devem servir tão somente para despertar, em número cada vez mais expressivo de pessoas, o interesse em aprofundar e se envolver com o processo, participando do diálogo de construção da política pública de cultura que está só no seu despertar. As resultantes são visíveis e significativas e a busca continua para uma maior integração social e por uma democracia comunitária vai construindo e ampliando a política implantada.

O rompimento da inércia decorreu de ações e governo com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1997, à época com funções mais amplas, decorrente de uma decisão política de governo, voltada para a busca da construção de uma política pública cultural, efetiva e tomada no conceito exposto. Os caminhos estreitos de então foram sendo percorridos, e o que se configura nos dias atuais é uma alameda de convergências, com canais abertos e francos, na

consolidação de programas e projetos de claro interesse coletivo, muitos deles em cogestão (governo/sociedade), em que se inserem as comissões de seleção de pauta; os prêmios Governo do Estado; os financiamentos públicos por meio de editais gerais; a aprovação em assembléia da programação anual.

Em crescente evolução para a satisfação do conceito de política pública a abertura de caminhos ainda mais claros para outros patamares segue com a implantação do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, o primeiro rigorosamente decorrente da escolha coletiva dos segmentos sociais, por meio do voto direto dentre entidades historicamente vinculadas ao setor e pré-inscritas, e cuja eleição foi operada pela própria comunidade artística. E ambos, com formação paritária. Tais ações estarão ainda mais fortalecidas com a criação e implantação do Fundo Estadual de Cultura, que não poderá financiar ações de governo e que está em fase de debates e negociação interna no governo e na coletividade.

E para permear o tecido social procurando enraizar-se nele e dele decorrer, um dos caminhos adotados tem sido a educação artística ao lado da valorização coletiva das expressões de todas as culturas.

Em conclusão, abstraída a experiência indicada de forma bastante sucinta, e trazida apenas como exemplo conceitual, devemos reafirmar que entre os direitos sociais, portanto, *status activus* do indivíduo, o direito ao lazer, consagrado constitucionalmente, em amplo sentido, implica na existência, reconhecimento e uso do espaço urbano, e mais, no pensar políticas públicas em conjugação de diálogos, de forma plural e democrática, sem visão salvacionista nem civilizadora, mas conforme um projeto social construído de forma articulada e conjunta por todos os atores, tendo presente a compreensão da função social das cidades e que política pública decorre naturalmente do diálogo construtivo da sociedade.

Referências

- BARRE, François. Les secteurs sauvegardés. In: Glossário. Disponível em: <<http://www.archi.fr>>. Acesso em: 19 mar. 2004.
- BRAGA, Robério. *O instituto do tombamento e proteção do bem cultural*. Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: Valer, 2007.
- _____. A preservação dos centros históricos nos países amazônicos – O desastre de Manaus. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O Patrimônio Cultural nos Países Amazônicos”. ICOMOS/UNESCO. Manaus: EDUA, 1998.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de (org). *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Unesco, Ministério da Cultura. Brasília: Papyrus, 1998.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In: Revista do Patrimônio, IPHAN, n.º 3, Brasília, 2007.
- MOTA, Vanderlan Santos. Espaços públicos de lazer em Manaus – O papel das políticas públicas. Manaus: Editora Valer, 2008.
- CASRELLANI FILHO, Lino (Org.). *Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais*. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- SAULE JR, Nelson. *Novas perspectivas do direito urbanístico*. Porto Alegre: Fabris Editor, 1997.
- CARTA DE ATENAS para a restauração de monumentos históricos. In: I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Atenas, 1931.

Introdução

A importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, a partir de sua consideração como direito social, ligado à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

Muito pouco tem sido feito no setor, o que, em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora de discursos até ditos “transformadores”.

Veza por outra são lançadas campanhas nacionais, algumas inspiradas em movimentos internacionais, como o “Mexa-se”, “O Esporte para Todos”, o “Programa de Centros Sociais Urbanos”, etc., de polêmica base e duvidosa eficácia. Todas elas, no entanto,

¹ Texto elaborado sob o título Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano, relações e possibilidades, em conjunto com Felipe Soligo Barbosa e Stéphanie Helena Mariano, publicado em *Licere* (Belo Horizonte), v. 10, 5, 2007.

² Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Filosofia da Educação, Doutor em Educação, Livre Docente em Educação Física - Estudos do Lazer, Docente do Mestrado em Educação Física da FACIS, da Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMER, Líder do GPL-Grupo de Pesquisa em Lazer, Pesquisador do CNPq e Coordenador do Núcleo da Rede CEDES do Ministério do Esporte, na UNIMER.

acabam dando frutos, muitos dos quais não previstos, e até mesmo contrários à “filosofia” dos programas que os geraram.

É preciso considerar, ainda, que as propostas de trabalho não podem ficar restritas à elaboração de documentos, muitos deles até com “boas intenções” na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios, por não levarem em consideração a realidade dos executivos municipais, no nosso país, a começar pela construção de políticas participativas, que levem em conta os quadros para atuação e espaços e equipamentos necessários, passando pelas dificuldades do setor se impor, ainda, na administração como um todo, e esbarrando em questões relativas ao orçamento, etc.

Mais recentemente, com a criação do Ministério do Esporte, o lazer vem sendo objeto de ação mais direta, por parte do governo federal, na Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e com a realização de duas Conferências Nacionais do Esporte, em que o lazer também foi abordado, com o estabelecimento da Política Nacional do Esporte, e o início da implantação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Mas ainda o é como apêndice de um dos seus conteúdos culturais, apenas.

Nas suas vinculações com a cultura, entendida em seu sentido amplo, são inúmeras as possibilidades de uma política de lazer. Uma delas diz respeito ao Patrimônio Ambiental Urbano, objeto deste artigo.

Lazer, cultura e política pública

O lazer é entendido aqui:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação

provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2005, p. 28).

É importante ressaltar, também, que o entendimento do lazer não é efetuado “em si mesmo”, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada. Outras opções implicariam na colocação apenas parcial e abstrata das questões aqui analisadas.

A noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo “[...] num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1982, p. 35). Implica, assim, no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao “produto” da atividade humana, mas tem que considerar também o “processo dessa produção” “o modo como esse produto é socialmente elaborado” (MACEDO, 1982).

Não se concebe, assim, o lazer na sua especificidade abstrata, o que quer dizer que seu entendimento não é estabelecido em si mesmo, ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade, mas como um componente da cultura historicamente situada. Mesmo porque o entendimento do lazer apenas em sua “especificidade abstrata” está ligado às concepções “funcionalistas”, em suas várias nuances (MARCELLINO, 2004), contribuindo para reforçar, ainda mais, uma ação que colabora para a manutenção do *status quo*, uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto mais amplo e, assim, deixa de considerar o que caracterizamos como “todo inibidor” para a sua prática – o conjunto de aspectos que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do “tempo livre” (MARCELLINO, 1992).

A “especificidade concreta” do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. Portanto, seu significado é bastante diferente do entendimento da Antigüidade Clássica. É uma questão de cidadania, de participação cultural.

O lazer é visto aqui, portanto, como fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam (MARCELLINO, 2005).

Isso não significa que o lúdico e o prazer não possam se manifestar em outros “tempos”. Muito pelo contrário, o lazer é entendido enquanto “especificidade concreta”, e na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo da manifestação do brincar, do jogo, da festa, da “re-criação”, para além do próprio lazer.

Em síntese, a consideração da “especificidade concreta” do lazer deverá levar em conta o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolvem os valores que propicia a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intra-classes como inter-classes sociais.

A ação fundamentada nesse entendimento é geradora de novas competências, estimuladora da participação e do exercício da cidadania (MARCELLINO, 1992).

Quando a questão do lazer é enfocada, quase sempre se restringe a um dos seus conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1986), como, por exemplo, o esporte, o turismo, as artes, não contemplando, assim, as discussões nas diferentes esferas do fazer cultural.

Dessa forma, quando se aborda a questão do lazer, principalmente relacionada à formulação de políticas de atuação, um primeiro aspecto a considerar é exatamente a abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser constatado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação etc.

Nunca é demais repetir que a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum é relativamente recente, em termos históricos, e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular, pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, via de regra ligadas ao esporte e à arte, e só mais recentemente distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa, ao ar livre, e de conteúdo recreativo.

Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. Não são poucas, nos âmbitos, estadual e principalmente municipal, as secretarias e divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, “Turismo e Lazer”, etc.

Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, dificulta o estabelecimento de ações específicas, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer. No senso comum, os mais comumente relacionados são o descanso e o divertimento, deixando de lado os valores de desenvolvimento pessoal e social, que podem ser propiciados pelo lazer.

Um segundo aspecto a abordar é a necessidade de “procurar o entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões do não trabalho” (OLIVEIRA, 1986, p. 35-37). E se essa abordagem for efetuada não a partir de uma visão do pensamento liberal, mas de uma Economia Política do tempo

disponível (OLIVEIRA, 1986), é preciso questionar as afirmações correntes de que o brasileiro trabalha pouco.

Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV - “O Poder Público incentivará o lazer, como *forma de promoção social*” (grifamos a expressão por considerá-la, do nosso ponto de vista, carregada de vícios assistencialistas, e que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”). Nota-se, ainda, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte), conforme abordado no aspecto anteriormente analisado.

Mas esses não são os únicos problemas. O entendimento de Políticas Públicas, entre nós, é bastante equivocado, de modo geral, e mais ainda quando se analisa a questão de políticas setoriais, e, mais ainda, quando essa política setorial é de lazer. A tendência hegemônica é não a consideração setorial, mas o isolamento, puro e simples, não o entendendo na totalidade das relações sociais.

De um lado, temos os defensores da situação, que pregam a total não interferência do Estado, colocando o absurdo de políticas setoriais em área que deve levar em conta, fundamentalmente, as atitudes individuais das pessoas, em âmbito tão íntimo, quanto às questões do lazer. E perguntam: como o Estado, que já interfere tanto nas nossas vidas, pode interferir também no tempo livre de nossas famílias? Talvez perguntas “ingênuas” como essa sejam um dos fatores para que os investimentos em “cultura” no nosso país estejam obedecendo às leis do mercado, mesmo quando se beneficiam das leis de incentivo, quase sempre restritas a grandes nomes, não permitindo o “aparecimento” de gente nova, com ideias novas. São “mecenas”, subsidiados pelo Estado, que acaba “lavando as mãos”.

Ora, o lazer não é um oásis a que todos têm acesso. Deixar o âmbito tão íntimo das pessoas falar por si só, sem interferência

de políticas públicas, corresponderia a deixar uma grande parcela da população calada no que se refere ao lazer, ou pelo menos não colocar em prática o seu desejo, a não ser a quem tivesse como pagar por isso, no cada vez mais rentável e sofisticado mercado do entretenimento.

Entretenimento. Deveria ser um dos componentes do lazer, ligado ao divertimento, e compondo, com o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, os três pilares de sustentação do lazer, tal como proposto por Dumazedier ([s.d.]). O que se percebe hoje é que ganhou vida própria, independente, uma clara alusão ao entretenimento como o “lazer mercadoria”. Não atividades populares ligadas à alma da população, mas “popularescas”, no sentido de nivelamento “por baixo”, com o único objetivo de “desviar a atenção de”, e esse “de”, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como propõe o educador Alves (1986), como “atração por um outro mundo”. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser, mais humano.

De outro lado, estão os que defendem a participação do Estado, colocando uma hierarquização de necessidades, ou procurando atender às demandas verbalizadas das classes populares. E há, ainda, os adeptos do entendimento de que as políticas de lazer devam ser diretrizes para que o Estado atenda apenas às demandas de uma parcela da população que se encontra alijada do consumo de “bens culturais”.

Tudo isso contribui para dificultar o entendimento do lazer como objeto de estudo, campo de atuação profissional, e como esfera de atuação do poder público.

Pretendendo-se que o lazer não constitua apenas a oportunidade de recuperação da força de trabalho, ou que possa ser caracterizado como instância de consumo alienado, ou “válvula de escape”, que ajude a manter o quadro social injusto, o âmbito municipal é apenas um dos que deve ser considerado, na esfera da Administração Pública; é preciso que seja levado em conta, mas é fundamental que diferencie

sua atuação das demais iniciativas, desde as espontâneas, até as da chamada “indústria cultural”.

Aqui, Administração Pública é identificada, essencialmente, como uma função, ou como uma atividade-fim (condicionada a um objetivo), e como organização, isto é, como uma atividade voltada para assegurar a distribuição e coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo (BOBBIO, 1986).

Um terceiro e último aspecto a considerar é a relevância da problemática do lazer nos grandes centros urbanos, sua “ressonância” (MAGNANI, 1984), onde merece destaque a questão do espaço para o lazer, a ser considerado numa política urbana.

É interessante observar que pesquisas de opinião realizadas por veículos de comunicação, e não destinadas a focar diretamente o lazer como tema principal, acabam revelando, de forma indireta, a importância que ele representa na vida das pessoas das grandes cidades (MARCELLINO, 2005).

Mas a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados “temas sérios”. Magnani somente pôde constatar a importância do lazer na cidade, e mais propriamente na periferia, baseando sua pesquisa na observação; dessa forma, convivendo com a população no seu cotidiano, verificou uma diferença acentuada no peso dado à questão, comparativamente aos relatórios de pesquisa baseados em instrumentos formais do tipo questionário, por exemplo (MAGNANI, 1984; MARCELLINO, 2005).

Soma-se a isso uma série de preconceitos que se verifica no setor público e, inclusive nos meios acadêmicos, quando o lazer é focado, principalmente se a questão envolve liberação de recursos.

Apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer, que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. São reivindicadas formas de relacionamento

sociais mais espontâneas, a afirmação da individualidade, a convivência com, ao invés do domínio sobre a natureza. Falar no caráter “revolucionário” do lazer implica em sublinhar mudanças ou questionamento de valores, que vêm ocorrendo pelo “revolver” de uma estrutura temporal e espacialmente coercitiva, no cotidiano das pessoas. Gente comum, bem distante do que se poderia caracterizar como “classe ociosa”, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, na maioria das vezes, impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração, etc.

O lazer do trabalhador, as pequenas parcelas de alegria permitidas aos que trabalham, não pode ser entendido, inspirado no modelo da Antigüidade, como finalidade da existência de privilegiados apoiados na exploração da maioria. Ao contrário, é fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam.

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendemos por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendemos, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas, tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa.

A cidade como patrimônio coletivo – o patrimônio ambiental urbano

Dessa perspectiva a cidade deve ser administrada para todos. E o ser humano que dá vida às cidades, além de ser animal, com “necessidades primárias”, é um ser cultural, com “necessidades simbólicas”, que também precisam ser satisfeitas.

A cidade é um lugar onde se expressam as nossas contradições sociais. De acordo com Santos (1982, p. 22) “[...] os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros [...]”, gerando com isso certa passividade em relação às decisões que atingem diretamente nossas vidas. Nas grandes cidades isso vem ocorrendo com maior ênfase, dando lugar a uma substituição cada vez maior do cidadão pelo consumidor.

Entendendo a cidade como obra, e tendo como principal valor de uso a festa, Lefebvre contrapõe-lhe o valor de troca:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Ao ser submetida à lógica do lucro a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto para o consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção – mercadorias. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados” (SANTOS, 1999; LEFEBVRE, 2001).

Lefebvre (2001) vincula a Festa na cidade ao seu valor de uso, e a sua destruição ao valor de troca, que pode caracterizá-la como um ambiente enfadonho e entediante:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a sair, a cidade e a realidade urbana, ‘refúgios do valor de uso, em-

brões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso' (p. 6).

No cotidiano da vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo.

O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito “enfeando” a paisagem urbana.

O empobrecimento da paisagem urbana que vem se verificando praticamente anula a gratificação pela contemplação dos espaços urbanos. No entanto, as distâncias percorridas diariamente entre as unidades de habitação – a morada e seus prolongamentos, as unidades de trabalho e lazer poderiam se constituir em estímulos para o lazer contemplativo. Conforme afirma Jorge Wilhelm: “Percorrer a cidade pode ser enfadonho e desgastante ou, pelo contrário, revelar-se uma experiência altamente agradável para os sentidos” (1976, p. 101).

A variedade do sítio urbano é fundamental para a apreciação e valorização das cidades no tempo de lazer.

Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante também nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado, ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que, pela ausência de critérios, geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o *habitat*, há diminuição dos equipamentos coletivos e

o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, o favorecimento de pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores.

Dessa perspectiva, é muito importante a consideração das nossas cidades como patrimônios coletivos, ou seja, que se assumam a defesa do que modernamente vem sendo chamado de patrimônio ambiental urbano.

Até bem pouco tempo era difundida uma falsa noção de memória cultural, de sentido muito restrito e embebida na ideologia dominante. Essa noção estava ligada ao conceito clássico de patrimônio histórico e artístico, tal como definido no decreto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim, o Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, no seu artigo 1, definia como patrimônio artístico nacional:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico.

Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito, com a ideia de excepcionalidade dando lugar à noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Pode-se perceber um avanço significativo no conceito, superando a ideia de monumentalidade e de singularidade, no final da década de 70, com a Secretaria de Economia e Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, através do seu Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental

Urbano (SEPLAN, 1978), reconhecendo a cultura como processo vivo, e as possibilidades do Patrimônio para além da arte e da arquitetura, dando assim possibilidades para a ação no campo do lazer:

[...] a noção mais recente reconhece antes o valor representativo dos aspectos históricos, sociais, culturais, formais, técnicos, afetivos dos elementos como critérios para sua inclusão no programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano.

Congressos e seminários mais recentes vêm ampliando ainda mais a abrangência do conceito, incluindo usos e costumes. Para nós, importa destacar que, enquanto a primeira noção era baseada em atributos como a singularidade e a monumentalidade, o conceito mais recente reconhece, inclusive, os elementos afetivos como critérios para a preservação.

Analisando a constituição histórica do conceito, e embora reconhecendo a importância da preservação dos prédios, através da política de tombamento, Geraldes (2007) não a considera o único fator a ser considerado e chega a uma definição provisória de patrimônio ambiental urbano, tomando como base a de Yázigi (2001):

Sistema material constituído por conjuntos arquitetônicos, espaços e equipamentos públicos, elementos naturais e paisagísticos, aos quais foram atribuídos valores e qualidades capazes de conferir significado e identidade a determinado recorte territorial urbano (GERALDES, 2007, p. 15).

Adverte, porém, que o turismo pode se satisfazer apenas com a mercadoria imagem, na cidade:

Da mesma maneira que em outro período o patrimônio era considerado em termos de monumento descontextualizado, aponta-se agora a possibilidade de um patrimônio enquanto imagem sem referência (GERALDES, 2007, p. 15).

Para Lefebvre (2001) a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não passa de um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Referindo-se aos seus antigos núcleos, assim se posiciona:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos [urbanos] desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo).

Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos e brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços

domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer.

Sendo assim, o lazer mercadoriza a imagem da cidade ao jogo de pura imagem. E o olhar do consumo é a fonte matricial do olhar paisagístico atual. Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante papel. E visto com suas características de animação sociocultural o lazer pode contribuir de modo eficaz, porque prazeroso, na busca das denúncias do patrimônio ambiental urbano, considerado como imagem e como imaginário.

Para que se previna e evite os impactos negativos das atividades realizadas nos equipamentos e áreas visitadas, é necessário e fundamental o planejamento e a organização desses espaços e definido como foco a manutenção da atratividade dos recursos naturais. Nesse sentido, baseado nos princípios da responsabilidade social, que as atividades turísticas junto à natureza envolvem, Müller argumenta que:

Se as atividades realizadas procuram satisfazer o desejo que o ser humano possui de estar em contato com a natureza, descobrindo o potencial turístico das áreas em que presencia belezas naturais, a preservação e o desenvolvimento evitam o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética (2002, s. p.)

Fróes (2006), ainda que reconhecendo a formação de um importante acervo urbano e rural, no país, pelas políticas de preservação governamentais, através do instrumento do tombamento (forma encontrada institucionalmente para impedir a perda física de um bem), questiona o seu valor enquanto diretriz, demonstrando a viabilidade da inserção do patrimônio no desenvolvimento,

dinamizando as formas de preservação na vida das cidades como um todo, através de processos sustentáveis.

Pelo entendimento de lazer e cultura que utilizamos neste estudo, já colocados anteriormente, é importante introduzirmos, ainda, a noção de Patrimônio Cultural Imaterial. A Unesco o define como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2007, s. p.).

Sendo assim, na consideração do Patrimônio Cultural Imaterial, a par dos diagnósticos legais, a ação do poder público deve se fazer sentir através da formulação e desenvolvimento de políticas públicas que objetivem a valorização da cultura nacional, que busquem despertar no cidadão o sentimento de pertencimento a um lugar, a uma comunidade, de fazer parte de uma história, de um país rico em diversidade cultural. Isso não exige a sociedade civil organizada de pressionar o poder público e tomar iniciativas nesse sentido (AGUINAGA, 2007).

Para que algum saber, prática ou manifestação cultural seja reconhecida como patrimônio cultural imaterial é necessário uma

série de pré-requisitos e procedimentos fixados em legislação própria³. Não é nosso objetivo discutir sua validade e sua pertinência neste estudo⁴.

Dessa perspectiva, a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, valorização e revitalização urbanas. Assim, Rodrigues (2005, s.p.) destaca que:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das pessoas e comunidades acerca de seu 'patrimônio' são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Catera (2006) estuda as políticas de práticas participativas que possam permitir a apropriação coletiva do patrimônio, entendido como construção social dinâmica de inclusão e cidadania, concluindo que a participação cidadã pode ser incluída como eixo central de políticas de Estado, a quem cabe a regulamentação de mecanismos que as assegure. Constata, porém, que essa participação é escassa, no âmbito do patrimônio cultural, na realidade latino-americana.

Por sua vez, Carvalho (2007) faz referências ao Estatuto da Cidade e ao zoneamento, ao tratar dos instrumentos legais de gestão urbana, e destaca que o zoneamento está inserido na Agenda 21 brasileira para as cidades sustentáveis (BEZERRA; FERNANDES, 2000). A primeira, das quatro estratégias previstas, trata da regulamentação do uso do solo urbano e do ordenamento

³ O Decreto 3551, de 04.08.2000, instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

⁴ O assunto é discutido em Simão (2007).

do território. Uma das quatro temáticas onde foi apresentada suas quinze propostas é a *melhoria da qualidade ambiental das cidades* por meio de ações preventivas e normativas de controle de impactos territoriais dos investimentos públicos e privados, do combate às deseconomias da urbanização, da elaboração de planos e projetos urbanísticos integrados com ações de transporte e trânsito, da adoção de parâmetros e de normas voltados para a eficiência energética, o conforto ambiental e a acessibilidade, da ampliação das áreas verdes e das áreas públicas das cidades, do *patrimônio ambiental urbano, tanto o cultural, tanto o natural, e o paisagístico*.

Ao estudar planejamentos urbanos que privilegiam a elite em detrimento da classe operária, partindo da segregação do espaço, como no trabalho efetuado em Ilha Solteira, Dourado et al. (2003) destacam a importância do lazer, contribuindo de maneira significativa para uma vivência mais humana da cidade, com muito mais significado e locais de encontro e sociabilidade.

Considerações finais

Uma política pública de lazer deve sempre disponibilizar à população e aos turistas os espaços patrimoniais e naturais existentes em condições adequadas de fruição. O poder público pode procurar manter parcerias com instituições privadas e organizações não-governamentais para alcançar tal objetivo (MOESCH, 2003). O turista só se sentirá atraído ao lazer que uma cidade dispõe, se os espaços e equipamentos de lazer dessa cidade estiverem em boas condições para a própria comunidade local.

Assim, não se pode considerar a visão simplória de que o turismo é para fora e o lazer é para dentro, o que nos remete ao entendimento de que as atividades e os investimentos turísticos

devam atingir os usuários externos, não residentes no município, denominados de acordo com a Embratur, de turistas, e os investimentos em lazer devam atingir os habitantes locais.

Democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural da cidade faz com que o cidadão se desloque de seu espaço para a realização de atividades culturais, apreciando e valorizando esse patrimônio, e desencadeando, dessa forma, um processo de sensibilização na comunidade local. Essa medida pode possibilitar um maior aprendizado sobre a própria história da cidade, bem como despertar o seu afeto, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes essa aura, esse olhar não rotineiro (MOESCH, 2003, p. 25).

Segundo as colocações da autora o poder público deve ter, como principal ferramenta de preservação do patrimônio ambiental urbano, a atração, a maior aproximação do público para o espaço ou equipamento, seja este público morador local ou forasteiro, pois esta valorização pelo uso, pela identidade, pela contemplação evidenciará a relação da comunidade com o espaço ou equipamento e, conseqüentemente, a preocupação do usuário pela preservação deste espaço/equipamento será diferenciada, atingindo a melhora no potencial da cidade como espaço turístico.

Com as possibilidades abertas pelo seu duplo processo educativo (MARCELLINO, 2004, 2005), e particularmente como veículo de educação (educação pelo lazer), o lazer pode contribuir na educação patrimonial. Segundo definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a educação patrimonial é um processo que objetiva envolver a comunidade na questão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a

apropriar-se e a usufruir os bens e valores que o constituem, realizando, dessa forma, uma “alfabetização cultural”, capacitando-a a ler e compreender o mundo no qual ela está inserida e os processos culturais humanos (HORTA, GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Embora ainda seja incipiente o nível de conscientização nesse sentido, alguns progressos vêm sendo obtidos nessa área. Crescem os movimentos ecológicos e de defesa da memória cultural. Também quanto a esse aspecto as políticas públicas de lazer devem somar esforços, apoiando e atuando conjuntamente com esses grupos na sua ação pela defesa de uma forma mais humana de conceber e vivenciar o espaço urbano.

Referências:

AGUINAGA, K. F. S. *A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_karyn_s_aguinaga.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

ALVES, R. *A gestação do futuro*. Campinas: Papyrus, 1986.

BEZERRA, M. do C. de L.; FERNANDES, M. A. (Org.) *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21*. Brasília: MMA/IBAMA, 2000.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 18, 27 jan. 1937. Seção 1.

_____. *Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000*. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/cultura/decreto3551.htm>>

Acesso em: 10 jun 2007, *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 2000.

CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CATERA, C. *Patrimônio participativo. Dissertação*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UNB. Brasília, 30/03/2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2006-09-05T153929Z-232/Publico/Patrimonio%20participativo_Tese_%20Nestor_Claudio_Catera.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

CARVALHO, P. de F. *Instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento*. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/Pompeu03.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

DOURADO, L. A. C.; et al. *Ilha solteira: contrastes de uma cidade planejada*. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/Ilha%20Solteira%20contrastes.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. Porto Alegre: CELAR, [s.d.]

_____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

FRÓES, M. Contribuições para construção de processos sustentáveis de preservação do patrimônio, *Patrimônio: Lazer & Turismo*, COEAE, maio/2006. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=70&bibliografia=1&>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

GERALDES, E. *Patrimônio ambiental urbano: atualizando o conceito para um turismo urbano possível*. Disponível em: <<http://www.unibero.edu.br/download/revistaturismo/Marco04/Patrim%F4nio%20ambiental%20urbano%20-%20atualizando%20o%20conceito%20para%20%85.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2007.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. A. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, Museu Imperial/IPHAN, MINC, 1999.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, C. C. Algumas Observações sobre a Questão da Cultura do Povo. In: VALLE, E.; QUEIRÓZ, J. J. (Org.) *A cultura do povo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, N. C. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 12 (1,2,3), p. 313-317, 1992.

_____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. *Lazer e Educação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. *Pedagogia da Animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

MOESCH, M. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papirus, 2003. p. 19-30.

MÜLLER, A. Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 14, 2002, Santa Cruz do Sul. *Coletânea...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, P. S. Tempo livre, Trabalho e Lutas Sociais. *Reflexão*, v. 35, p. 7-14, 1986.

RODRIGUES, R. de O. L. A vila de São Vicente - Patrimônio cultural submerso: uma missão para a arqueologia subaquática. *Patrimônio: Lazer & Turismo*, COEAE, nov/2005, Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=51&bibliografia=1&#bibliografia_ancora>. Acesso em 13 fev. 2007.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEPLAN - Secretaria de Economia e Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. In: PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO. São Paulo, 1978.

SIMÃO, L. de M. *Os mediadores do patrimônio imaterial*. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/705/723>>. Acesso em: 10 jun 2007.

WILHEIM, J. *O substantivo e o adjetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

YÁZIGI, E. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, São Paulo, *Anais...* São Paulo, USO, out. 2001.

Numa análise histórica do lazer podemos descrevê-lo como prática social, datada nas transformações trazidas a partir da Revolução Industrial e do avanço do capitalismo e da urbanização moldando novas práticas culturais e sociais.

Escolhi a perspectiva radical da dialética histórico-estrutural (DHE), em que objetividade e subjetividade não estão separadas, complexizando a reflexão teórica proposta. A realidade é entendida como uma criação dos SUJEITOS que, com seus pensamentos, sentimentos e ações, transformam o mundo natural em cultura, dando-lhe sentido.

Tendo como objeto o LAZER, a partir de uma análise dialética, onde a forma é formadora. Portanto seus conteúdos podem transitar entre o esporte, a cultura, o turismo e a comunicação social, formando e sendo formados, na relação local-global.

Do ponto de vista histórico-social o lazer, em nosso contexto mais amplo, foi uma ocorrência característica da sociedade moderna urbano-industrial, fruto de reivindicações sociais por um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho.

As noções de lazer, bem como toda a cultura e saber produzidos no mundo ocidental, têm suas raízes primeiras na Antigüidade clássica.

A palavra grega *skhole*, assim como alatina *otium*, significam toda e qualquer isenção da atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também utilizadas para indicar cessação de trabalho. Entretanto, *skhole* não resultava de existência de

¹ Professora Doutora em Comunicação e Turismo pela USP, Coordenadora do Curso de Turismo da PUCRS.

um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho, mas era a possibilidade de abstenção das atividades ligadas à mera subsistência. Os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados com o ócio que significavam, para os gregos, desprendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria.

Assim, uma sólida interação entre a cultura e a educação era fundamental na formação almejada pelos gregos, importante aproximação para a construção dos primeiros sentidos de lazer em nosso contexto histórico.

A verdadeira relação que caracteriza a categoria trabalho lazer na Antigüidade clássica é a dialética necessidade-liberdade, pois o desejo de libertação das fadigas e penas do trabalho é tão antigo quanto a história de que se tem registro.

As considerações gregas influenciaram sobremaneira a constituição do pensamento ocidental, principalmente no que se refere à inter-relação entre as noções de lazer e trabalho, assumindo ao longo da história ocidental contraditórias relações.

As políticas públicas de lazer caracterizam anseios da sociedade civil já na modernidade; tanto no uso do tempo liberado de forma mais democrática, através da maior acessibilidade, como pela auto regulamentação sobre a exploração abusiva do mercado sobre esta prática social. A exemplo do que vem ocorrendo com os espaços urbanos e rurais transformados em produtos culturais de consumo para o tempo de lazer. Mas estas ações mercadológicas não são suficientes para resolver os problemas das carências de espaços de lazer em diferentes comunidades, dos recursos individuais da população para gastar em lazer e da garantia da oferta de uma diversidade cultural local ampla.

Diante das mudanças paradigmáticas que estão ocorrendo quanto à aceleração do tempo, através do uso massivo das tecnologias midiáticas o debate se estabelece na discussão da fronteira conceitual entre turismo e lazer, do entendimento do ócio estático (lazer) e do ócio de fluxo (o turismo), conforme livre

adaptação da autora de Marcelino (2002), e da diminuição entre tempo de trabalho e tempo de lazer, ou melhor da diferenciação de conteúdo destes dois tempos. Maior contiguidade vem ocorrendo no uso destes dois tempos: trabalho-lazer. Se na modernidade, após os meios de comunicação de massa; a casa, o lar passou também agregar entretenimento para o tempo de lazer (TV, vídeos-game, *home theater*, entre outros), hoje, o espaço do trabalho é invadido por esferas de lazer através da Internet.

Estas novas concepções são ocasionadas, entre outros fatores por mudanças paradigmáticas a partir dos avanços da ciência e da tecnologia, que são:

- Emergência de anomalias científicas, diante de novas discrepâncias e paradoxos nos antigos modelos científicos, revelados quando novos fatos vêm à tona;

- Desenvolvimento de novos instrumentos para detecção de fenômenos jamais observados antes;

- Comunicação rápida e eficiente entre os cientistas, especialmente em comparação com o passado;

- Cultura política e econômica que valoriza a ciência e as pesquisas tecnológicas e recompensa as pessoas por isso (as pesquisas florescem quando indivíduos podem enriquecer, e países tornam-se poderosos graças à ciência).

É impossível prever todo o desmembramento desta revolução científica que ainda está se implantando. Mas, já se pode especular *sobre os resultados das pesquisas em áreas que têm tendência em obter grandes avanços, como a comunicação e o lazer.*

Para compreender as mudanças que estão ocorrendo: nas organizações e nos serviços, na produção e na transmissão do conhecimento, e perceber que transformações socioculturais estão sendo apoiadas pelas novas tecnologias da informação necessitamos de abordagens mais complexas e interdisciplinares.

As principais características destas mutações são: o aprofundamento da abertura das economias nacionais para um

mercado globalizado, a descentralização dos poderes e ampliação dos governos democráticos a exemplo da Ásia e norte da Europa; a crise generalizada dos sistemas verticais de controle, seja na administração, seja na produção social e econômica; ações transnacionais sobre meio ambiente, armamentos nucleares, tráfico de drogas, cujos prejuízos dependem de uma atuação conjunta da humanidade; alianças regionais (unidade econômica) e ênfase no tribal num mundo globalizado gerando permanente instabilidade política em muitas localidades.

A tecnologia transforma o meio onde as representações se propagam como ilustra o organograma abaixo:



Cada tipo de tecnologia intelectual seja oral, escrita ou informacional, coloca uma ênfase em determinadas dimensões cognitivas e em determinados valores, dos quais decorrem manifestações culturais específicas.

Os estudos sobre aquisição do conhecimento demonstram que a inteligência ou a cognição resulta de redes complexas de interações entre atores humanos, biológicos e técnicos.

A mente humana (processos cognitivos) é influenciada pela cultura, *pela coletividade que fornece a língua, pelos sistemas de classificação, pelos conceitos, pelas analogias, pelas metáforas e pelas imagens.*

O novo cenário cibernético, informático e informacional gera mudanças socioeconômicas e culturais no cotidiano, o que desestabiliza o antigo equilíbrio das forças e formas de representação do conhecimento, fazendo com que novas estratégias e novos critérios venham a ser requeridos para a construção do conhecimento, um conhecimento por simulação, típico da cultura da informática (LEVY, 1994).

Assim, os meios de comunicação assumem um protagonismo ideológico, como uma espécie de cimento social, pois a massa é vista como mecanismos especialmente eficazes para espalhar o cimento. Essa ideologia é o pensamento do outro, o pensamento diferente de nós. Quando se tornam sistema de pensamento, sistemas de crenças ou sistemas simbólicos, com uma aura de neutralidade, referem-se a uma prática política. Há pouca evidência que garanta que certos valores e crenças sejam compartilhados por todos os membros de uma sociedade.

Os sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos, e o quanto é ideológico depende da maneira como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos. As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real; ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é o “real”. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através das palavras e símbolos como pelo uso da força física.

Embora a comunicação de massa envolva a troca de formas simbólicas, os tipos de comunicação são diferentes dos envolvidos na comunicação rotineira.

A comunicação de massa institui um corte fundamental entre o produtor e o receptor. O desenvolvimento dos meios técnicos não deve ser visto como um mero suplemento das relações sociais preexistentes: ao contrário, devemos ver esse desenvolvimento como servindo para criar novas relações sociais, novas maneiras de agir e interagir, novas maneiras de nos expressarmos e de respondermos as expressões dos outros.

O desenvolvimento dos meios técnicos não separa a interação social do local físico. A comunicação de massa institui um corte fundamental entre a produção e a recepção de formas simbólicas, ela torna possível um tipo específico de interação, através do tempo e espaço que se pode chamar de “quase interação mediada”. A ação adquire um novo tipo de visibilidade e o meio possibilita a ação de pessoas com vistas a outras que estão distantes.

Se a comunicação de massa se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, isso se deve ao fato dela ter se transformado num meio importante para a produção e transmissão de formas simbólicas, possibilitando sua circulação numa escala de milhões de pessoas recebendo mensagens mediadas pelos meios. Porém não é o único meio.

A modificação da cultura moderna é o processo geral através do qual a transmissão de formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia.

A cultura de um povo envolve seus modos de viver, seus sistemas de valores e crenças, seus instrumentos de trabalho, seus tipos de organização social, além de todas as dimensões éticas e estéticas e seus modos de pensar e fazer, o caráter simbólico da vida social, os padrões de significados incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social. Já os fenômenos culturais são formas simbólicas em contextos estruturados (modo de produção, dialeto de determinada classe social).

Os processos de valorização da cultura são conferidos de forma simbólica, é determinado um tipo de valor. O chamado

valor simbólico é o valor que as formas simbólicas possuem em virtude da maneira como elas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e recebem, ou denunciadas por estes indivíduos. O valor econômico é o valor que as formas simbólicas adquirem em virtude de serem trocados no mercado. Já os bens simbólicos são formas simbólicas sujeitas à valorização econômica e podem ser compradas e vendidas no mercado.

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, por exemplo, recuperando-as e “integrando-as”, desenvolvendo novas atividades de comércio e lazer “festivo”, o que significa uma valorização simbólica destes espaços, decadentes pela substituição do modelo econômico. Mas, quando revisitados, são acarretados de um novo valor econômico, o que somado gera um bem simbólico. A exemplo da cidade de Barcelona e a reutilização dos equipamentos instalados para os Jogos Olímpicos, de 1992, para o lazer da comunidade e atração cultural para turistas.

A articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, com diferentes saberes, poderes e vontades diferenciados para enfrentar problemas complexos vem superando a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos nas políticas sociais.

Assim novos saberes são necessários para as novas práticas sociais. A evolução do conhecimento passou do estágio:

1. Oral – baseada em situações, em formas narrativas;
2. Escrita – distanciamento temporal entre emissor e receptor, nova interpretação, memória de curto prazo;
3. Imprensa – nova forma de armazenamento e transmissão do saber. O leitor agora pode adquirir a informação de maneira auto-suficiente, propiciando um processo cumulativo e de explosão do saber;
4. Mídias eletrônicas (informática e telemática) – nova forma de conceber, armazenar e transmitir o saber, reproduzindo novas formas de saber e dando origem a novos modos de conhecimento.

Já o UNIVERSO é menos previsível, mais complexo, dinâmico, criativo e pluralista.

Como conviver como um pensamento em que homem, mundo e natureza são coisas separadas? Onde o mundo é tido como algo externo ao indivíduo, distante, uma realidade a ser manipulada e submetida aos caprichos do homem?

Como conviver com organizações burocráticas, hierárquicas, rígidas, organizadas por especialidades, com visão fragmentada do conhecimento e da prática social, com sistemas rígidos de controle, dissociados da dinâmica do mundo e da vida?

A crise atual é a crise do conhecimento, da ignorância de como ocorre o processo de construção do conhecimento.

As estratégias para a mudança terão de ser dinâmicas, encarando fenômenos socioeconômicos e culturais como processos vivos, com sinergia própria, em permanente transformação. Isso requer um pensamento com muita flexibilidade, criatividade e grande capacidade inovadora.

A evolução da ciência cognitiva permite prescrever que cada indivíduo é uma combinação das oito inteligências: lingüística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, espacial, inter e intrapessoal e naturalística. Diferentes tipos de mentes, diferentes formas de aprender, lembrar, compreender e desempenhar algo. Mas ninguém se conscientiza separado dos outros, ninguém evolui sozinho e desligado do mundo, apartado dos outros, como nos ensinou Paulo Freire. Para ele o sujeito é histórico e sujeito da história. Um ser espiritual em busca da sua transcendência, numa viagem individual e coletiva em busca do significado da vida!

O ser humano é um ser de raízes espaço – temporais e, à medida que se integra em seu contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito, que está no mundo e com o mundo, agindo e refletindo sobre sua realidade, inserido nela.

A existência da inteligência emocional, e o relevante papel dos sentimentos para o pensamento e a aprendizagem mostram que devemos tomar outros caminhos para a compreensão da

complexidade existente. Exigem-se, portanto, novas posturas coletivas e individuais, de atenção ao coletivo.

O sujeito deve ser capaz de atuar, participar e transformar a sua realidade – o que ele precisa para isto? Que teorias são mais adequadas diante da complexidade do mundo em que estamos inseridos? Quais são as práticas mais congruentes com o modelo teórico e as teorias adotadas? Quais são as novas pautas sinalizadoras de mudanças significativas?

Para Morin (2000) o cérebro e espírito estão atados num único nó, impossível de ser desfeito, em volta do qual giram as visões do mundo, do homem e do conhecimento. Recomenda o abandono do dualismo cartesiano, em que espírito e cérebro vêm de universos diferentes, pois ambos são constitutivos de um ser individual dotado de qualidades deste sujeito. O espírito-cérebro *é reintegrado em todo o ser, mas também é preciso reintegrar o ser humano na sociedade, para que ele possa se desenvolver pela linguagem e pelo saber nela armazenados.*

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (MORIN, 2000, p. 16)

Assim, ao partilhar as concepções de Morin (2000), quando define que *interdisciplinaridade* pode significar também a troca e cooperação, o que faz com que possa vir ser alguma coisa orgânica. Já a *multidisciplinaridade* constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns; as disciplinas são convocadas como técnicos especializados para

resolver tal ou qual problema. Na *transdisciplinaridade* tratam-se, freqüentemente, de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, às vezes com tal virulência, que as deixam em transe. De fato, são os complexos de inter-multi-trans-disciplinaridade que realizam e desempenham um fecundo papel na história das ciências.

No dizer de Morin (2000, p. 113), “não é possível criar uma ciência do homem que anule por si só a complexa multiplicidade do que é humano”. O exercício proposto não é o de reduzir uma ciência a outra, mas o de criar novos vasos comunicantes entre ciências e disciplinas que se apropriam dos fenômenos socioculturais.

Não caberia apenas justapor conhecimentos, mas integrá-los num sentido único, na complexidade do fenômeno estudado. Reconstruir uma compreensão do real. O real é uma totalidade transdisciplinar, e só é apreendido em retrotalizações.

Essa realidade sociocultural é entendida como uma totalidade: um todo integrado, em que as partes – o econômico, o espaço, o tempo, o tecnológico, o sujeito, a ideologia, a diversão, a comunicação, o imaginário e a cultura – não podem ser entendidos isoladamente, senão em sua relação com o conjunto. É uma totalidade vista não como soma aritmética das partes, mas como a articulação interna de todas as múltiplas relações dos fenômenos socioculturais.

Uma postura interdisciplinar: “A necessidade de interdisciplinaridade não provém apenas das deficiências do conhecimento científico ou de organização histórica de seu fomento, mas, sobretudo da realidade como tal” (DEMO, 1997, p. 10).

A intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e detentores de saberes, poderes e vontades diferenciados para enfrentar problemas complexos. Visa superar a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos nas políticas sociais.

No pensamento do paradigma da complexidade, no conhecimento em rede, todos os conceitos e todas as teorias estão interconectados. Não há conceitos em hierarquias. Uma ciência ou uma disciplina não é mais importante do que a outra.

Ao pretender educar com o modelo científico atual, continuamos promovendo a fragmentação disciplinar. As especializações cada vez mais desconectadas entre si caracterizam a multidisciplinaridade; esta, associada à pluridisciplinaridade, constitui produto da fragmentação efetuada pela mente humana.

De que forma o lazer poderá ser o mediador de um novo diálogo do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza, com o conhecimento e as novas tecnologias? Como o lazer poderá estabelecer uma rede comunicacional que permita maior aproximação entre os diferentes?

Criando ambientes de aprendizagem nos quais as atenções estejam voltadas para o resgate do ser humano, para a busca e as descobertas de novas formas de pensar e compreender o mundo, de valorar as questões pedagógicas, de facilitar o resgate do potencial humano.

Valorizando mais os procedimentos intuitivos, artísticos e criativos, pois:

O indivíduo é um todo – corpo, mente, sentimento e espírito.

Consciência da interdependência e interação entre os organismos vivos e o mundo da natureza e esta como o conjunto de todos os seres deve ser enfatizada. A Terra é um bem comum.

A importância do autoconhecimento, saber suas potencialidades, sua personalidade só assim poderá colaborar para a transformação do que lhe é exterior.

O conhecimento em rede, descentralizado em sua produção.

A maior valorização dos procedimentos intuitivos, artísticos e criativos.

A construção de novas moralidades e não só a publicidade que agenda o consumo nos espaços de lazer.

Assim, o lazer poderá ampliar a imaginação criativa, sonhadora e especulativa, transpondo os limites do horizonte e mergulhando-os na virtualidade do concreto imaginado.

Onde o turismo, como lazer em movimento, representa, na reconstituição da prosa e da poesia, o aparato da geração de mais

conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo retroalimentativo e cumulativo entre as inovações e seus usos.

O turismo deve evitar a homogeneização da representação causada pelo processo globalizador ao qual o espaço está também submetido. Deve retomar as raízes da experiência histórica, e da cultura marcada pelo tempo real e contíguo, em um lugar como localidade cuja forma, função e significado estão constituídos dentro das fronteiras de uma continuidade física, onde seus sujeitos produtores estão fixos, são históricos, onde o estar-junto é fundamental, espontaneidade vital que assegura às culturas a sua força e solidez específicas

A sociedade não pode se limitar a uma comunidade de interesses, pois a comunhão se faz pelo trabalho dos associados aplicado ao planeta inteiro pela fecundação da natureza com as redes de comunicação somatório entre associação mais comunicação mais comunhão. A rede encarna a passagem, ou a rapidez da passagem.

É um veículo que nos transmuda em “passantes” mergulhados nos fluxos de informações, imagens, sons, dados num movimento contínuo.

Considerar os fluxos, a partir do lazer, significa não só aprofundar laços com a cultura do lugar onde se vive como vê-lo como espaço qualificado inclusive, para autoexpressão, na qual se somam identidade e identificação.

Uma abordagem assim passa necessariamente pela discussão de noção de cidadania, e de ação política e, para falar em um conceito evidentemente sociológico: políticas sociais.

A cidadania envolveria atender, cada vez mais, ao bem-estar da maior parte da população do planeta.

Tal ação social crítica diz respeito ao exercício da cidadania como processo inventivo de cada um e de todos, de forma que possamos ter as mesmas condições comuns, regidas por normas legais de que possamos fazer uso igualmente. Avançamos daí para maior democracia. Mas contraditoriamente quando não há tempo

para compartilhar devido à fatalidade da aceleração deste tempo, já não há democracia possível. Por quê? Não há o encontro para discussão, divergência, o consenso.

Como exercitar esta nova cidadania – a cidadania globalizada?

Primeiro é preciso retomar o histórico da construção da ideias de cidadania, olhando a cidade não como um espaço físico, mas como um espaço onde circulam pessoas, ideias e saberes, e onde as culturas, o imaginário urbano e a ideia de cidadania seriam pactuados.

A cidadania ao contribuir para a formação do cidadão seria um fenômeno da área da educação, mas também da área da cultura.

Compreendemos cidadania, assim, como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar processo próprio. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização. (FRANSCISO WEFFORT).

A cidadania tem a capacidade de trazer para fora a subjetividade no sentido de expressá-la no mundo. A busca de formas possíveis de justiça e igualdade, liberdades e, ao mesmo tempo de individualidade, embora impliquem uma relação complexa, difícil de resolver.

É a identidade do indivíduo que vem para fora e, ao mesmo tempo, é pensamento e ação para lidar com o mundo, para organizá-lo melhor na direção do que parece ser o sonho recôndito dos homens.

A mudança social se faz permanente, assim as políticas sociais são incentivadoras de cidadania por serem redistributivas em termos de renda e poder, acrescentando-se que hoje tão

importante como a posse de bens materiais é a posse e o manejo de bens simbólicos. São equalizadoras de oportunidades no sentido de instrumentar desiguais para que tenham chances históricas pelo menos mais aproximadas. São emancipatórias, não no sentido de doar a emancipação ao outro, mas de que ele possa emancipar-se; ser preventivas e não curativas.

A cidadania, se associada ao LAZER, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário.

O morador da cidade não pode desconhecer esta contingência, o que o coloca em tensão com os processos de homogeneização incentivados pela globalização das tecnologias e do sistema econômico, em especial, neste caso, nas cidades maiores.

As pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, fazem parte dos fluxos que percorrem estes espaços. Colocar os moradores das cidades em movimento – assumindo sua condição de fluxos – para além de suas práticas rotineiras, num primeiro momento pode transformá-lo no cidadão turista, que irá, com o deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações.

Nas grandes cidades, mesmo os bairros acabariam por constituir-se em espaços públicos de homogeneidade identitária. Mas a identidade se marca no reforço do que é igual, em contraste com a exclusão do que seja diferente.

Esse aspecto sequencial é que permite falar da ultrapassagem do princípio da individuação para o do testemunho coletivo.

A cidade, nos seus fixos, deixa de ser uma desconhecida, mesmo para seus próprios moradores, e torna-se o território familiar ao qual se constrói pertencimento e identificação, por passar a compartilhar seus códigos e, com eles, situar a própria subjetividade no urbano.

Estes paradigmas permitem um olhar diferenciado sobre a ação do poder público no sistema sociocultural das localidades,

permitindo novas reflexões e ações mais articuladoras sobre os espaços públicos e no fomento de novos projetos urbanos.

É necessário estabelecer um processo de descentralização. As decisões dos cidadãos impõem uma maior exigência e capacidade intersetorial nas autoridades no aproveitamento das circunstâncias favoráveis para planejar algumas estratégias orientadas a incrementar as possibilidades econômicas e a reestruturação urbana local.

O compromisso do lazer do turismo numa política intersetorial é o de organizar, divulgar, permitir o acesso, circular e copatrocinar a animação sociocultural dos espaços de lazer. Conteúdos de uma agenda para os grupos de trabalho interdisciplinares forjadores dos planos diretores das localidades e de suas políticas públicas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas sobre nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *A metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Ed. Aleph, 2007.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?*. 34 ed. São Paulo, [S.N] 1996.

MARCELINO, Nelson. *Lazer e humanização*. Campinas: S.P., Ed. Papirus, 2000.

MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, Marutschka. Para além das disciplinas. In: GASTAL, Suzana (org). *Turismo e investigação crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

Nos últimos anos, no Brasil, vem crescendo consideravelmente a visibilidade da educação física nas suas diversas vertentes (desporto, lazer, saúde) enquanto tema de estudos. Nas últimas décadas, observamos o assunto ocupar espaço significativo nos jornais, periódicos de informação geral e no mundo acadêmico como um todo, com destaque para a organização de grupos de pesquisa com a participação de pesquisadores advindos das mais diversas áreas de conhecimento (Saúde, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Estudos Culturais, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, entre outras), a realização de eventos científicos ligados ao assunto e o aumento do número de publicações específicas.

Essa área passou a ser visualizada como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas, projetos e ações multidisciplinares, coletivos e institucionais, levando a uma demanda crescente no campo de estudos sistematizados e de intervenções, principalmente no campo do esporte e lazer, foco deste seminário.

Muitas são as razões que levaram ao crescimento da visibilidade alcançada pelo esporte e lazer nos dias de hoje, dentre elas: a. A compreensão de que a atividade física é importante na manutenção da saúde e qualidade de vida; b. O crescente número de instituições que associam o esporte como foco central de interesse para a busca da inclusão social e acesso à cidadania; c. A difusão de uma cultura inserida na lógica da modelagem do corpo, com ênfase na oferta de

¹ Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM – Av. Mário Ipiranga (antiga Rua Recife), 3280, Parque 10, Cep 69057-002, Manaus-Am. Fone: e-mail: gabinete@fapeam.am.gov.br .

produtos e processos padronizados; d. O desenvolvimento de uma forte e crescente indústria do esporte, lazer e do entretenimento, vista como promissora fonte de negócios na contemporaneidade; e. O aumento de políticas públicas e iniciativas governamentais relacionadas à área.

Mesmo com o aumento das preocupações e das iniciativas ligadas à pesquisa de temas ligadas a essas áreas no Amazonas, estamos apenas no início de uma longa jornada. Isso se justifica pelo vasto campo de oportunidades que o estado possui neste setor, principalmente quando vinculados à temática ecológica, ponto forte da região amazônica.

Certamente ainda precisamos investir fortemente em reflexões e intervenções qualificadas e consistentes. Nessa trajetória, na busca da qualidade e do aprofundamento no campo da pesquisa científica nestas áreas é importante contar com o fomento de agências públicas para a pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovação, além da formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado.

Nessa perspectiva, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, criada em 2003, veio contribuir para um salto de qualidade no campo da pesquisa e formação de recursos humanos especializados nas diferentes áreas do conhecimento. A Fapeam é a instituição estadual de oferta de fomento que está potencializando a pesquisa, a inovação e a formação de recursos humanos no Amazonas. Em seu primeiro ano de funcionamento foram R\$ 5,8 milhões investidos nos primeiros editais. Desde então foram crescentes os valores do investimento financeiro e o número de programas de apoio à pesquisa e formação de recursos humanos, chegando hoje a R\$ 103 milhões e 34 programas implementados.

Temos cerca de 2.300 doutores, estando 863 deles no Amazonas (CNPq, 2006). Esses números representam o dobro do encontrado no ano de 2002, porém representam apenas 4% dos doutores do Brasil. Nessa perspectiva, é importante continuar investindo fortemente na formação de recursos humanos capazes

de alavancar a pesquisa na região. A Fapeam possui em seu quadro de ações vários programas que apoiam atividade dessa natureza, só para ilustrar podemos citar:

- Programa Institucional de Apoio à Pós-graduação *stricto sensu* – POSGRAD/CAPES;

- Programa Institucional de Apoio à Pós-graduação *stricto sensu* – POSGRAD;

- Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-graduandos para o Estado do Amazonas – RH POSGRAD;

- Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-graduados para o interior do Amazonas – RH INTERIORIZAÇÃO;

- Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-graduados para a Amazônia – RH AMAZÔNIA;

- Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-graduados do Amazonas – RH-INTERINSTITUCIONAL.

Os programas de fomento à pesquisa que podem aportar recursos à pesquisa são inúmeros e já possuímos alguns projetos sobre o tema em nosso rol de pesquisas apoiadas e o aumento de demanda em nossos editais é desejada e para isso é muito interessante o estímulo à formação de parcerias interinstitucionais visando estimular ainda mais a participação. Acreditamos ser importante continuar fomentando eventos e programas que oportunizem a sinergia e a articulação necessárias ao desenvolvimento desta área do conhecimento. A realização deste seminário se constitui numa excelente oportunidade para a discussão, pois congrega, num mesmo espaço, representantes de diferentes setores que podem possibilitar significativos avanços. Precisamos juntar esforços para melhorar a articulação e promover a sinergia entre nossas ações: governo, academia e sociedade.

A PESQUISA EM ESPORTE E LAZER E AS FONTES DE FINANCIAMENTO:
EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE
ESPORTE E LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto¹

A mesa redonda da qual participo neste momento é uma oportunidade ímpar para as instituições aqui representadas, os pesquisadores, os gestores e os estudantes aqui presentes poderem dialogar sobre um tema que diz respeito a todos nós que atuamos nos campos do esporte e do lazer, mas pouco debatido em seminários como este.²

Para início desta nossa conversa, desejo agradecer aos organizadores deste evento a rica oportunidade de participar deste debate e começo a discussão do tema focalizando a frase título desta minha fala. Ela diz muito, pois nos mostra que, para a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte, é decisivo o papel do conhecimento no desenvolvimento sustentável das políticas públicas de esporte e lazer no País. Por esse motivo, esta Secretaria executa um leque de iniciativas e ações, coordenadas pelo seu Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTEC), voltadas ao investimento científico que possa impactar na qualidade da política social que o Ministério do Esporte desenvolve.

¹ A autora é licenciada em Educação Física pela UFMG; especialista em Pedagogia do Esporte pela UFMG; mestre em Educação Física: Recreação e Lazer pela Unicamp; e doutora em Educação pela UFMG. Atualmente é Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da SNDEL-ME. Contatos: leila.pinto@esporte.gov.br ou leilamp@terra.com.br

² Texto se refere à participação em mesa-redonda no 8º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado em Manaus/AM, pela Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas.

Considerando essas experiências, destacamos o financiamento de pesquisas pela Rede CEDES, investimento que, a cada ano, cresce em quantidade e qualidade, desde a criação da Rede em 2003 como um eixo do Programa Esporte e Lazer da Cidade. O relatório de atividades da SNDEL, recentemente concluído (2008), confirma o que digo, esclarecendo que, dos 124 projetos até o momento financiados, em 2007, 43 estavam sendo concluídos e 27 iniciados. Dos novos convênios, 19 foram indicados pelo processo de seleção de pesquisas via “Chamada Pública 2007” e 08 foram pesquisas induzidas pela Secretaria, considerando o conjunto de demandas que trata. Merece ainda ser ressaltado o fato de que novas pesquisas serão conveniadas pela seleção da “Chamada Pública 2008”, cujo período de inscrição encerrou-se em 23 de março deste ano.

Mas, por que este investimento?

Importância da pesquisa na política de esporte e lazer da SNDEL

O reconhecimento da pesquisa como aliada indispensável a uma política social de qualidade³ está cada vez mais clara para a SNDEL, consolidando seu compromisso como financiadora de pesquisas que estarão presentes em nossa realidade para além das prateleiras das bibliotecas, inserindo-se nos territórios vivos das nossas ações de esporte e lazer e suas histórias.

A SNDEL fomenta a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos atenta às demandas do atual cenário das

³ Como expressa Dallari (1983), reconhecemos que *política é arte* (implica sensibilidade para conhecer os sujeitos, suas necessidades e demandas no sentido da promoção do bem comum e garantia de seus direitos) e *ciência* (fundamenta-se em estudos sobre o comportamento humano na vida em sociedade) *de governar* (trata de relações de poder) e *de cuidar das decisões sobre problemas de interesse da coletividade* (refere-se, pois, à vida na *polis*, ou seja, à vida em comum nas cidades).

políticas públicas brasileiras de esporte e lazer, que incluem necessidades específicas das regiões, estados e municípios, assim como das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (2004 e 2006), da Política Nacional de Esporte (2005) e do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte (ME, 2007-2010).

Neste cenário, ocupa um espaço político institucional nas políticas de inclusão social, articulando ações governamentais do esporte e lazer às redes de interações, fundadas no pacto social ético liderado pelo Governo Federal em prol da melhoria da qualidade de vida da nação. Nesse sentido, contribui com a democratização do acesso ao esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros: crianças, jovens, adultos e idosos, dos diferentes gêneros, etnias e, especialmente, de comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens socioeducativa e econômica.

Esta decisão estratégica parte do reconhecimento de que o País chegou ao terceiro milênio com uma dívida social muito grande. Apesar dos grandes progressos em várias áreas, particularmente nas ciências e tecnologias (lembrando dos avanços da produção de conhecimentos sobre esporte e lazer no Brasil), vivemos sérios problemas sociais, dentre os quais crises distributivas em termos de riquezas, conhecimentos acumulados e experiências educativas inovadoras com possibilidade de atuação nos dilemas vividos.

Isso mostra que a “sociedade do conhecimento” não conseguiu ainda gerar benefícios equitativos para a melhoria da qualidade de vida de toda população (KLIKSBERG, 2000). Ao mesmo tempo, justifica a prioridade que o Ministério do Esporte dá aos programas de “inclusão social”. Prioridade que coloca em pauta uma reflexão fundamental: de que “exclusão” trata?

Martins (1997) nos ajuda neste debate, lembrando que estamos lidando com uma “exclusão” que se insere na lógica das sociedades capitalistas de qualquer país do mundo. Refere, pois, a um problema com, pelo menos, uns trezentos anos de existência; que nasceu com a sociedade capitalista e constituiu-se não só como uma parte da história da Europa ocidental, como dos outros

continentes. Sua matriz lógica tem, por princípio, desenraizar indivíduos, grupos, etnias, culturas, práticas corporais, obras, enfim tudo que possa ser mercadorizado.

Para esse pesquisador, o que se caracteriza, hoje, como “exclusão” era o que, até pouco tempo, chamávamos de pobreza. Só que o pobre, nos tempos atuais não é apenas quem não tem o que comer. A pobreza, hoje, inclui privações diversas: do mercado de consumo, do bem-estar, de liberdade, de esperança, de afeto, de serviços sociais.

Seguindo a regra estruturante das sociedades capitalistas, a “exclusão” deveria durar o tempo suficiente para que os excluídos fossem incluídos em novas bases. Entretanto, o que se observa em nossos dias é que a “exclusão”, que deveria ser transitória, vem se tornando permanente, constituindo-se em um modo de viver. Isso porque o modelo de sociedade que se vem impondo nos últimos vinte anos tem criado uma grande massa de população com pouca chance de ser re-inclusão nessa mesma sociedade.

Esta situação, por um lado, gera um imaginário que acaba instigando um tipo de disposição na qual muitos indivíduos buscam sua “inclusão” a qualquer custo, servindo-se dos meios que lhes estão disponíveis, sejam lícitos ou não, o que acaba, muitas vezes, resultando em violências de diferentes naturezas. Por outro lado, nesta mesma sociedade outros sujeitos reagem contra essas formas degradadas e recusam a repetir ou a imitar seus padrões de comportamento. Apostam na criatividade, na construção coletiva, na (re)invenção digna da vida (PINTO, 2006).

O que estou querendo dizer com tudo isso? O que esses argumentos têm a ver com financiamento de pesquisas pelo Ministério do Esporte?

Primeiro, construir propostas viáveis e consistentes que possam contribuir com a superação dos dilemas sociais tornou-se uma missão para a SNDEL, que reconhece que o esporte e lazer podem atuar como um dos meios de “inclusão social”, consciente dos limites a serem enfrentados e a confiança de que indivíduos e coletividades podem reagir a eles.

Em segundo lugar, essa decisão implica noutra fundamental para o projeto político da SNDEL: temos que evitar romantizar o papel dos indivíduos que acreditam em mudanças como se eles fossem puros portadores do bem; como se seu imaginário social fosse construído em outro universo, fora do mundo que os oprime; como se a eles, somente a eles coubesse a responsabilidade de mudança na vida. Não podemos retirar-lhes a capacidade de expressar seu inconformismo no interior da mesma sociedade que os coloca em situação de desigualdade social. Não podemos também deixar que eles, sozinhos, empreendem as mudanças desejadas.

Essas são algumas das reflexões que têm fundamentado as decisões da SNDEL de agregar às suas ações a parceria de pesquisadores que se debruçam sobre as questões cruciais em relação ao esporte e ao lazer, considerando as várias realidades do País. Parceria que nos ajuda a conhecer melhor a sociedade – suas demandas, necessidades e respostas aos dilemas, construídas nos planos individuais e coletivos.

Vários estudos científicos vêm-nos ajudando a lidar com esses desafios. Por exemplo, contribuem para que repensemos nossas práticas políticas considerando as novas formas de sociabilidade nas áreas urbanas e no campo, produzidas por pessoas advindas de contextos fortemente marcados pela vulnerabilidade. Formas de sociabilidade que nascem tanto em ruas, praças, clubes e campos esportivos, como em torcidas organizadas e interações midiáticas. Formas de sociabilidade que geram ambientes facilitadores tanto para relações de amizade, encontro, ludicidade e sobrevivência como de violência, repressão e preconceitos de gênero, classe, etnias, preferências sexuais e religiosas, dentre outros. Tudo isso faz com que a produção cultural do esporte e do lazer, sua distribuição e seu consumo, reflitam uma infinidade de questões importantes para a política e a pesquisa.

Os estudos científicos têm nos desafiado como gestores a rever nossos conceitos, métodos, atividades, relações com espaços, equipamentos e a natureza. Têm instigado a avaliação de nossas ações

educativas com esporte e lazer, aguçando nossa percepção sobre como democratizar o acesso ao esporte e ao lazer para alcançar, por exemplo, famílias das classes populares, pessoas de todas as idades e diferentes habilidades corporais, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, que vivem em assentamentos, dentre outros segmentos especialmente atendidos pelas nossas ações políticas.

Por essas e muitas outras razões, a pesquisa científica é fundamental para a qualificação das ações políticas implementadas pela SNDEL em prol do desenvolvimento humano, cultural, social e ambiental.

Papéis da pesquisa nas políticas públicas de esporte e lazer

Esses argumentos mostram de que pesquisa estamos falando; como entendemos seus papéis na qualificação das políticas públicas de esporte e lazer. Isto é, não nos referimos apenas à pesquisa como exercício reservado dos profissionais especialistas das ciências. Ela é também uma das condições essenciais para a qualidade formal e qualidade política de nossas ações, como discute Pedro Demo (1996). Assume um papel educativo como atitude cotidiana que impacta efetivamente no plano social, pois pode atuar diretamente nas ações dos gestores e agentes de nossos programas, assim como na vida da população.

Estamos falando, pois, de pesquisa como um exercício de *acumular, (re)construir e transmitir dados que possam fomentar leituras e questionamentos sobre as realidades com as quais convivemos. Que nos fazem refletir a respeito de finalidades, atitudes e valores implicados; informações e conhecimentos levantados e sistematizados; relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos e entre esses a natureza, os materiais, espaços, equipamentos disponíveis.*

Aliada ao fomento à pesquisa torna-se também indispensável a gestão dos conhecimentos e informações produzidos de modo a

criar caminhos para que os saberes possam ir e vir em experiências locais, incrementando laços de solidariedade e cooperação entre pesquisadores, gestores e público beneficiário; entre a cultura acadêmica e a cultura popular; criando condições para que sejam gestadas tanto ações sustentáveis com consciência de direitos e de responsabilidades, assim como novos questionamentos e estudos.

Nesta perspectiva, estamos investindo em pesquisas que possam contribuir com a formação humana pela competência do conhecimento. Pesquisas tratadas como ação educativa cotidiana, que capacita os cidadãos a agir com autonomia; que oriente gestores e agentes na construção e reconstrução de seus fazeres; que fomente ações teórico-práticas críticas, criativas e éticas (FREIRE, Paulo, 1998).

Em síntese, reconhecemos que a pesquisa em políticas públicas desempenha, especialmente, três papéis principais, ou seja, de avaliação, de educação e de comunicação.

Com *o papel de avaliação*, é uma aliada importante para realizarmos leituras mais concretas das necessidades dos segmentos e contextos com os quais lidamos. Leituras que possam contribuir com a gestão das demandas levantadas. Avaliação que se preocupa com a compreensão e realimentação dos processos vividos, atenta aos limites a superar e às potencialidades a serem redimensionadas, respeitando os compromissos assumidos com a sociedade. (DEMO, 1989)

Daí a importância dos diagnósticos, dentre outros modos de investigação necessários ao desenvolvimento das pesquisas fomentadas pela SNDEL. Estudos diagnósticos em que são investigados conhecimentos, experiências, hábitos, limites e possibilidades para as práticas de esporte e lazer; que buscam ler os usos que as pessoas fazem de seus conhecimentos nas práticas em seus grupos e nas formas culturais construídas nas suas vivências; como os agentes educativos atuam nas práticas de esporte e lazer: como planejam, organizam e realizam suas ações. Se eles levam em

consideração as culturas locais e conhecimentos prévios das pessoas com as quais convivem; os espaços e equipamentos que temos disponíveis para vivências de esporte e lazer: seu planejamento, acessibilidade, animação cultural, preservação, dentre outros aspectos a diagnosticar.

No desempenho de seu *papel educativo*, a pesquisa é indispensável para a identificação das dificuldades e potencialidades vividas, bem como para o aprimoramento das ações educativas especialmente vividas na gestão das políticas públicas de esporte e lazer. Pode, assim, contribuir para a educação de sujeitos críticos e criativos, capazes de agir de forma consciente na sua realidade e no contexto em que vivem. (FREIRE, 1998) O protagonismo é um dos principais objetivos que buscamos alcançar com nossas ações educativas desenvolvidas pela SNDEL.

Segundo seu *papel comunicativo*, a pesquisa é tratada como diálogo com a realidade; processo e atitude que implicam diferentes formas de comunicação entre teoria e prática. Os resultados de pesquisa são geralmente socializados por meio de textos científicos: teses, dissertações e monografias, assim como artigos e ensaios divulgados em revistas especializadas, anais de congressos, dentre outras formas dirigidas à comunidade acadêmica.

Essas formas de comunicação são muito valorizadas pela nossa política de conhecimento, pois o trabalho do pesquisador precisa ser conhecido pelos seus pares, que têm condições de avaliá-lo, questioná-lo, tomá-lo como ponto de referência para outros estudos e processos de formação de outros pesquisadores. Mas para atingir aos gestores, agentes e população beneficiada pelas políticas públicas, outras formas e meios de comunicação precisam ser também fomentados, como meios indispensáveis à circularidade ampla dos conhecimentos produzidos (CHOO, 2003).

Estratégias de desenvolvimento do esporte e do lazer da SNDEL

Toda essa reflexão sobre a importância e as funções da pesquisa na política da SNDEL converge para um foco: o objetivo principal em questão que é promover o desenvolvimento do esporte e do lazer de inclusão social. Objetivo que requer a constituição de relações de complementaridade, uma vez que os desafios implicados são complexos.

Para tanto, é importante instituir fluxos e redes que abram espaços onde demandas possam ser explicitadas, estudadas e socializadas, agregando os diferentes atores envolvidos: Estado, universidades, setor privado, corporativo, ONGs e a sociedade civil em geral.

Nesse esforço, a construção da Rede CEDES passou a representar uma ação fundamental, reunindo estudiosos em torno de temas prioritários para a política em pauta. Assim, as pesquisas financiadas são reunidas em 9 (nove) Núcleos Temáticos, ou seja:

1. Centros de Memória de Esporte, Lazer e Educação Física.
2. Perfil dos Estados e municípios brasileiros: a partir dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE/ME (2003).
3. Avaliação de Políticas de Esporte e Lazer/Avaliação dos Programas Sociais mantidos pelo Ministério do Esporte (Programa Esporte e Lazer da Cidade, e/ou Programa Segundo Tempo, e/ou Pintando a Liberdade).
4. Desenvolvimento de Novos Programas Sociais de Esporte e Lazer de alcance nacional, voltados ao atendimento de demandas específicas das fases da vida, gêneros, etnias/raças, deficientes, famílias, populações rurais, populações ribeirinhas, manifestações de identidade nacional, raízes culturais, dentre outras.

5. Observatório do Esporte: estudos sobre torcedor, mídia esportiva, políticas públicas, violência no esporte, legislação.
6. Programas de Esporte e Lazer voltados ao desenvolvimento social integrado, na perspectiva governamental, com a educação, saúde, justiça, trabalho, juventude, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, turismo e outras.
7. Gestão de Programas de Esporte e Lazer, considerando planejamento, formação e gestão de pessoas, práticas corporais, ação comunitária, animação sociocultural, controle social.
8. Infraestrutura de Esporte e Lazer: diagnósticos, novas tecnologias, etc.
9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer: estruturação, avaliação, redes, etc.

Além da pesquisa desenvolvida pela Rede CEDES, outras ações são financiadas pela SNDEL, ampliando o leque de complementaridade em rede necessária para prover a circularidade do conhecimento produzido e sua socialização para gestores, agentes e população, destacando-se o/a:

Apoio à publicação e distribuição de materiais técnicos, científicos que qualifiquem as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Apoio financeiro e institucional à realização de congressos, seminários, reuniões técnicas, entre outros eventos nacionais e internacionais, que estimulam o intercâmbio entre gestores, pesquisadores, estudantes e outros profissionais, contribuindo com a ampliação, atualização, divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, da produção e dos conhecimentos científicos e técnicos que visam subsidiar o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social.

Criação de sistema de gestão compartilhada para consolidação de redes nacionais de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros de ações de esporte, lazer e inclusão social, contribuindo com a capacitação continuada para o desenvolvimento e a qualificação de programas com inovações tecnológicas necessárias para a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Cessão do Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social, destinado à promoção, ao apoio e à divulgação de produção científica, tecnológica, pedagógica nas áreas do esporte e lazer de inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas nesses campos. Realiza-se em duas etapas bianuais: em anos pares, cessão de prêmios a cinco categorias relacionados ao esporte e lazer de inclusão social e, em anos ímpares, difusão das obras premiadas nas cinco regiões brasileiras. Das cinco categorias, três são regionais, premiando: (1) dissertações e teses; (2) monografias de graduação e Especialização; (3) relatos de experiências. Duas categorias são nacionais, premiando (4) ensaios; (5) novas mídias.

Implementação do CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), se constitui em sistema criado com o objetivo de documentar, preservar e difundir em rede conhecimentos e informações científicas, tecnológicas, gerenciais e jornalísticas de esporte e lazer. Representa um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer.

No conjunto destas estratégias esperamos potencializar, o melhor possível, o investimento que o poder público faz na pesquisa social e na sociedade organizada, fortalecendo parcerias, atuações em rede, abrangendo todo País, como mostra o quadro a seguir. Nele são destacados os números de centros de pesquisas da Rede CEDES (algumas consorciadas entre Instituições de Ensino Superior), por região do País.

REGIÕES BRASILEIRAS	CENTROS DA REDE CEDES		PESQUISA CONVENIA DA
	IES	GRUPOS DE ESTUDOS	
Região Sul	08	11 Grupos, sendo: UFSM (2); ULBRA/RS (1); UFRGS (2); UNISINOS (1); FUG (2); UFSC (2); UEL (1); UEM (1).	10
Região Sudeste	07	10 Grupos, sendo: UFMG (2); PUCMinas (1); Unimep (2); Unicamp (2); UFES (1); IMES (1); UGF (1).	07
Região Nordeste	05	06 Grupos, sendo: UFBA (2); UFPB (1); CEFET/RN (1); UFMA (1); UFRN (1).	05
Região Norte	04	05 Grupos, sendo: UFAM (1); UFPA (2); ULBRA/RO (1); UFAC (1).	01
Região Centro Oeste	05	05 Grupos, sendo: UNEMAT (1); UCDB (1); UnB (1); UFGO (1); UFMS (1).	02
	29	37 Grupos de estudos	25

Centros da Rede CEDES, por Grupos de Estudos, Instituições de Ensino Superior e pesquisas conveniadas no Exercício 2007 – SNDEL-ME.

O financiamento de pesquisas científica pela Rede CEDES tem procurado assegurar a diversidade de culturas, de instituições e de temas por elas investigados, buscando contribuir com a sustentabilidade e a complementaridade de seus estudos e de ações alicerçadas pelo conhecimento, que não se esgota. Ele se produz, se reproduz e se transforma a cada nova experiência vivida. Conhecer é mais que repetir, armazenar ou transmitir saber. Para conhecer é necessário colocar a mão, fazer, refazer, mudar, divulgar.

Concluindo, não estamos falando de uma política de esporte e lazer como receita pronta, definida nos gabinetes sem qualquer relação com as demandas reais. Estamos atribuindo ao financiamento de pesquisas o sentido de exercício da cidadania.

Referências

- CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento*. São Paulo: Senac, 2003.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papyrus, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina; o debate adiado*. Traduzido por Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: UNI-SESI, 2006.
- SNDEL-ME. *Relatório de gestão: avaliação 2007 e plano estratégico 2008*. Brasília: SNDEL-ME, 2008. (Mimeo.).

As Políticas Públicas de Esporte devem, em primeiro lugar, ser direcionadas levando-se em conta os aspectos geográficos sociais e ambientais, para que dessa forma possam integrar-se social e culturalmente ao entorno em que são efetivamente aplicadas.

Isto posto, torna-se mister entender um pouco do que temos para poder planejar e traçar as políticas que queremos, contando dessa forma com a participação da sociedade, bem como da colaboração da mesma na preservação dos espaços e políticas estabelecidas no seu entorno.

O Município de Manaus está localizado na Região Norte do Brasil, no centro geográfico da Amazônia. A superfície total do Município é de 11.458,5 km² (Lei Municipal n.º 279, de 05 de abril de 1995), equivalendo a 0,73% do território do Estado do Amazonas, que abrange 1.577.820,2 km².

Limites do Município confrontam:

- ao Norte, com o Município de Presidente Figueiredo;
- a Leste, com os Municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara;
- ao Sul, com os Municípios de Careiro da Várzea e Iranduba;
- e
- a Oeste, com o Município de Novo Airão.

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, localiza-se aos 3º de latitude sul e 60º de longitude oeste. Está assentada sobre um baixo planalto que se desenvolve na barranca

da margem esquerda do rio Negro, na confluência deste com o rio Solimões, onde se forma o rio Amazonas. A área urbana de Manaus se estende por 377 km², correspondendo apenas a 3,3% do território municipal.

Dentro da rede de cidades brasileiras, Manaus comparece como o 12º maior centro urbano, sendo considerada uma metrópole regional apesar de não constituir uma aglomeração conturbada.

Atualmente, Manaus apresenta uma população total de aproximadamente 1.600.000 habitantes, com uma concentração de 99,35% na área urbana – 1.394.724 habitantes.

Desde a implantação da Zona Franca, em 1967, iniciou-se em Manaus um novo ciclo econômico, com a instalação de um parque industrial de porte e a consolidação de um setor terciário baseado na comercialização de produtos importados. Estas atividades aqueceram a economia local e geraram milhares de empregos e postos de trabalho, diretos ou indiretos. A cidade deixou ser um “porto de lenha”, como muitos afirmavam, para transformar-se em um importante polo de industrialização.

Aspectos econômicos

Desde meados do século até 1966, o processo de industrialização de Manaus e do Estado do Amazonas caracterizava-se pela presença de poucos estabelecimentos fabris, voltados primordialmente para a atividade de beneficiamento de produtos primários, dos quais se destacavam a juta, a madeira e a castanha.

O terceiro ciclo econômico de Manaus iniciou-se em 1967, com a criação da Zona Franca, cuja legislação (Decreto-Lei n.º 288/67, ratificado pelo Decreto-Lei n.º 1.455/75) regulamentou a concessão de incentivos fiscais, em níveis federal, estadual e municipal, modificando substancialmente a estrutura do setor secundário do Estado e garantindo a implantação de um grande parque industrial.

O moderno sub-setor industrial que nasceu a partir da Zona Franca passou a coexistir com as empresas tradicionais. O parque produtivo de Manaus foi constituído por uma variada gama de gêneros de indústrias, na qual se destacavam as empresas dos setores eletroeletrônicas e metal mecânico, secundados pelos setores de materiais plásticos, materiais de transporte e relojoaria.

Potencial turístico de Manaus

Atualmente, Manaus busca novas alternativas para o seu desenvolvimento econômico, voltando-se principalmente para o turismo. Banhada pelo Rio Negro, entrecortada por igarapés, a cidade possui vários atrativos naturais, como praias e cachoeiras. A tecnologia dos diversos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus e também o artesanato regional enriquecem o comércio local. Manaus dispõe de toda a infraestrutura urbana e turística necessária para atender visitantes de quaisquer procedências, proporcionando o conforto e as facilidades próprias às grandes cidades, em plena floresta amazônica.

A cidade reserva aos turistas inúmeras atrações naturais. Balneários públicos, praias e parques ecológicos, cascatas e cachoeiras. A Praia de Ponta Negra, a 13 quilômetros do Centro, tem uma boa infraestrutura para atender os turistas e a população: quadras esportivas, ciclovias, *playground*, bares e restaurantes, além do moderno anfiteatro com capacidade para 15 mil pessoas. Do mirante é possível apreciar um inesquecível pôr-do-sol.

Para ir às praias e parques próximos a Manaus, é preciso sair de barco. Na vazante dos rios, de agosto a novembro, as praias são mais extensas, mas, a partir de dezembro, as águas invadem a areia e as matas. A mais conhecida é o Tupé, a cerca de 34 quilômetros da cidade, na margem esquerda do Rio Negro. Esta praia tem o formato de uma lua crescente e, na vazante, chega a contar com 80 metros de areia.

Manaus também é palco de um dos mais belos fenômenos naturais do planeta: o encontro das águas. O Rio Negro, de águas escuras, e o Solimões, de águas barrentas, se encontram para formar o maior rio do mundo, o Amazonas. As águas, de cores diferentes, correm por cerca de 6 quilômetros, paralelas, praticamente sem se misturarem.

Institucional

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situada na Alameda Cosme Ferreira, 871 – Coroado II, foi fundada no dia 01 março de 2002 tendo como objetivo o amparo ao desporto, a promoção, a difusão das atividades desportivas e a promoção do esporte amador.

As ações da Prefeitura de Manaus, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMESP, têm como base o art. 230 da Constituição Federal que determina: “A família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”, considerando, ainda, o que estabelece o art. 217 da Constituição Federal – “É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais como direito de cada um, incentivando o lazer como forma de promoção social”.

Com base nos pressupostos estabelecidos pela Política Municipal do Idoso, Lei n.º 8.842/94, regulamentada pelo Prefeito Municipal de Manaus, Sr. Serafim Fernandes Corrêa, através do dec. n.º 5.484/2001, a SEMESP, desenvolve o projeto “Atividades Físicas, Esportivas, Culturais e Sociais para a 3.ª Idade”, visando ao desenvolvimento nos aspectos bio-psico-sociais, dentro das competências atribuídas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Através dos 17 Centros Municipais de Esporte e Lazer - CELs, são oferecidas atividades esportivas nas modalidades futebol, futsal, voleibol, handebol, natação, hidroginástica, dança, jiu-jitsu, judô, boxe, capoeira, tênis de mesa e ginástica, que contam com

uma equipe de profissionais de Educação Física empenhados em melhorar o bem estar físico, mental e social dos habitantes da cidade de Manaus.

Ciclo de vida	Classificação	Pre Avaliação	Pos Avaliação	Variação
Adultos	Baixo Peso	0,0%	1,4%	140,0%
	Adequado	36,5%	24,3%	-33,4%
	Sobrepeso	37,8%	48,6%	28,6%
	Obesidade	25,7%	25,7%	0,0%
	TOTAL	100,0%	100,0%	-
Idosos	Baixo Peso	10,9%	6,5%	-40,40%
	Adequado	52,2%	54,3%	4%
	Sobrepeso	37,0%	39,1%	5,70%
	TOTAL	100,10%	100,0%	-

Relação nominal dos principais centros municipais de esporte e lazer

Há 10 anos os Centros Municipais de Esporte e Lazer servem à comunidade manauara. Inicialmente denominados Centro de Capacitação de Atletas – CCAs, foram criados pela necessidade de desenvolvimento da prática esportiva, social e de lazer em nossa cidade. Devido a grande procura pelas atividades oferecidas (que abrangem todas as faixas de idade), os CELs foram implantados em todas as zonas da cidade, beneficiando desta forma a população.

Contando com uma equipe de Profissionais de Educação Física nas diversas modalidades esportivas, os CELs se empenham para melhorar o bem estar físico, mental e social dos habitantes da cidade de Manaus, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer oferece, também, à comunidade manauara o lazer, o desporto e atividades de cunho social através dos seguintes programas:

PNE - Programa para Portadores de Necessidades Especiais

Visando proporcionar à população portadora de deficiências o acesso e permanência em atividades físicas, esportivas e de lazer, criou-se o Programa para Portadores de Necessidades Especiais, que tem como objetivo principal a orientação quanto à prevenção de deficiências secundárias, reabilitação, igualdade de oportunidades e uma política permanente de esporte de integração e de competição.

As competições envolvem as modalidades de natação adaptada para deficientes físicos, visuais, mentais e auditivos; futsal adaptado para deficientes visuais; *goalbal* para deficientes visuais e futebol *society* para deficientes auditivos e mentais. Completando a programação dos jogos, os atletas têm atividades recreativas e culturais (teatro, recreação aquática e jogos de estafetas) e sociais (corte de cabelo e emissão de documentos).

O Programa para os Portadores de Deficiências teve início 13 de julho de 2002 para atender inicialmente a Mini Vila Olímpica do Coroadó. Posteriormente, com o aumento da demanda, surgiu a necessidade da expansão para outros centros das várias zonas da cidade. Atualmente, a SEMESP disponibiliza atividades na Mini Vila Olímpica do Coroadó, Centro Social Urbano do Parque Dez, CEL Santo Antônio e CEL Santa Etelvina, atendendo 237 alunos.

A principal finalidade do Programa é fomentar práticas esportivas adaptadas para pessoas portadoras de deficiência, estimulando o convívio e o lazer como forma de inclusão social, gerando melhor qualidade de vida.

Terceira idade

Descobrir e estimular as potencialidades esportivas dos idosos são os objetivos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMESP), ao promover as Olimpíadas da Terceira Idade. As competições envolvem as modalidades (gerontovoleibol, gerontonatação, gerontoatletismo, *futpenalty*, lance livre, lançamento ao alvo, boliche, taco no disco, jogos de argola e concurso de dança (bolero e forró). Cerca de 3.500 gerontoatletas participam das competições. Além dos alunos dos CELs, participam gerontoatletas de outros grupos de terceira idade de municípios do interior do Amazonas, como Coari, Iranduba, Manaquiri, Presidente Figueiredo e Manacapuru.

Programa Segundo Tempo

O “Segundo Tempo” é um programa do Governo Federal, que começou a ser implantado em 2003. Atualmente, 21 mil municípios participam do programa, que atinge um milhão de crianças. Em Manaus, o Ministério dos Esportes firmou parceria com a Prefeitura de Manaus para a execução do programa.

Sob a responsabilidade do Ministério dos Esportes está o material esportivo utilizado pelas crianças, o pagamento dos estagiários, o uniforme, reforço alimentar e o curso de especialização dos professores e o curso de especialização dos estagiários. Em contrapartida, a Prefeitura entra com o pagamento dos professores, coordenadores e cessão dos espaços das escolas e dos CELs.

O programa ocupa os espaços das escolas com atividades esportivas fora do horário escolar. Entre os resultados imediatos do programa estão os benefícios diretos à comunidade escolar, como a aquisição de tolerância, autoestima e disciplina das crianças.

Apresentação

O Projeto de Implantação de Núcleos Esportivos, conforme orientações do Projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte, constitui-se na democratização do acesso à prática esportiva com a implantação de núcleos, em que atenderão 100 estabelecimentos públicos municipais, sendo distribuídos em ensino fundamental e médio da cidade de Manaus/AM e alunos que não conseguiram se matricular por qualquer problema e ficaram fora de sala de aula, os mesmos serão inseridos tanto no ensino fundamental como também no ensino médio, conforme grau de instrução de cada aluno.

No contraturno escolar, como um fator de desenvolvimento do esporte, será atendido um total de 24.000 alunos, formalizando 100 núcleos espalhados por toda cidade de Manaus, cada núcleo contempla 240 alunos, entre complexos esportivos da prefeitura, escolas municipais selecionadas por uma comissão multidisciplinar, como também, complexos esportivos formados por parceiros e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos.

A Prefeitura Municipal de Manaus-AM, por meio de seus órgãos executores – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Educação – preocupadas com democratização no

acesso à prática desportiva e possibilitando com isso a inclusão dos mais necessitados no processo de formação desportiva, bem como a diminuição da ociosidade, fator determinante na formação dos cidadãos. Além disso, verifica-se a redução da prática esportiva nas escolas públicas, que tem como causas a escassez de material esportivo, baixas condições operacionais e de recursos e estruturas físicas nas escolas públicas.

Sendo assim, esta Prefeitura vem buscar a parceria com o Ministério do Esporte, na perspectiva do Projeto Segundo Tempo, efetivando a prática esportiva no contraturno escolar, visando à sua inserção no projeto pedagógico da escola, bem como nos Centros de Esportivo e de Lazer (CELS), complexos esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, empresas privadas, universidades e faculdades) e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos, que atinja as necessidades do programa e do ensino municipal, no sentido de possibilitar o desenvolvimento de atividades esportivas, orientando o processo ensino-aprendizagem, além de procurar equacionar a problemática ora apresentada.

Os núcleos serão implantados, prioritariamente, em áreas de grande risco social, nos locais:

Centros de Esportivo e de Lazer (CELS) da Prefeitura de Manaus, compostos por mini-vila olímpica, quadras poliesportivas, campos de futebol, quadras de voleibol de areia, campo de futebol *society*, campo e quadra de grama sintética, parque aquático, pista de atletismo e caminhada, chapéu de palha para cursos, palestras e lazer (IV, jogos em geral e outros);

Escolas municipais com quadra esportiva e que atendam mais de 300 alunos matriculados no ensino fundamental.

Complexos Esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, ONGs, fundações, entidades religiosas, empresas privadas, universidades e faculdades), que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

Centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos de idade;

Os núcleos implantados serão subdivididos em 06 zonas (Norte, Sul, Centro Sul, Leste, Oeste e Centro-Oeste), onde participantes de diversos bairros e escolas municipais e estaduais considerados como área de risco social, serão beneficiados com material esportivo, reforço alimentar, atividades complementares relacionadas à educação, saúde.

Objetivo geral

Democratizar o acesso à prática esportiva em escolas públicas municipais do ensino fundamental e em centros esportivos, como ação integrada à escola, comunidade, com atividades ministradas por professores, estagiários de educação física e monitores de atividades complementares capacitados pelo Projeto, visando ao aumento da permanência do aluno na escola ou nos centros esportivos.

Objetivos específicos

- Aumentar o número de atendimentos com qualidade de ensino;
- Incentivo e condições estruturais ao estagiário para o desenvolvimento de suas atividades práticas;
- Melhoria na qualidade de vida e perspectiva de inclusão social;
- Estabelecer relações afetivas dos alunos com professores;
- Estimular difundir a prática de esportiva em várias escolas, com atividades socializadoras;
- Utilizar metodologias compatíveis e motivadoras para a prática escolar esportiva;
- Promover torneios, campeonatos de cunho pedagógicos para a motivação da permanência nas atividades esportivas.

Enunciado da Etapa/Fase

Resultados Esperados: Cumprimento das metas pré-estabelecidas.

Atividades Principais: futebol, futsal, handebol, voleibol, basquetebol, dança, xadrez, GR, karatê, judô, natação, capoeira, boxe, tênis de mesa, remo olímpico, atletismo, jiu-jitsu e lutas olímpicas.

Período de Execução: Previsão de início em mai/08 até Junho/09.

Vantagens Oferecidas pelo Projeto:

Reforço alimentar

A SEMESP viabilizará o reforço alimentar aos alunos participantes do projeto, adquirido com recursos repassados pela concedente, sendo coordenado e fornecido pelo próprio centro, nos intervalos das atividades esportivas dos núcleos.

Pagamento a recursos humanos:

Cada centro (núcleo) disponibilizará um professor de Educação Física com carga horária remunerada, que atuará como coordenador do núcleo, durante todo o período da realização das atividades, sendo responsável também pela atuação dos estagiários. Deverá efetuar apontamentos relativos às atividades e participação dos alunos em termos quantitativos e qualitativos.

3 Seleção dos Estagiários

A SEMESP ficará responsável pela seleção e organização do processo de encaminhamento dos estagiários aos núcleos esportivos, bem como ao pagamento mensal destes.

Observação: O pagamento dos professores, estagiários e merendeiras será efetuado com recursos repassados pela concedente.

Metodologia empregada

Serão realizadas atividades esportivas coerentes com a proposta pedagógica dos núcleos e das escolas no contraturno escolar, em quadras esportivas a serem disponibilizadas pelas escolas e associações comunitárias próximas às escolas.

Sob a coordenação do professor de Educação Física e atuação de dois monitores/estagiários, serão desenvolvidas, no mínimo, uma modalidade esportiva individual e duas modalidades esportivas coletivas, três vezes por semana, quais sejam:

Atividades esportivas lúdicas e que valorizem e resgatem a cultura local e regional, principalmente no primeiro segmento do ensino fundamental e médio.

Jogos e/ou festivais esportivos intra e interescolares.

Participação, no final do ano, de evento esportivo nacional.

Outras atividades esportivas que o núcleo queira desenvolver, conforme orientações legais (LDB e PCNs).

Indicadores

N.º de Alunos participantes por núcleo: 200 (duzentos);

N.º de beneficiados diretos: 24.000 (vinte e quatro mil);

N.º de beneficiados indiretos:

N.º de hora/aula/atividade dos núcleos: 1 (uma) para cada atividade, 3 vezes por semana;

N.º total de coordenadores de núcleos: 120;

N.º total de estagiários: 120;

Monitores de atividades complementares: 120.

Avaliação de resultados

Período: 12 meses

Meio de verificação: Serão realizadas avaliações periódicas de acordo com o cronograma de ações e serão registradas em fichas individuais dos testes de capacidades e habilidades motoras, bem como a realização de festivais e campeonatos pedagógicos, gincanas para avaliar o rendimento do aluno.

Indicadores de resultados

Quantitativo:

N.º de núcleos;

N.º de coordenadores(as);

N.º de coordenadores(as) de núcleo;

N.º de estagiários(as);

N.º de monitores(as);

N.º de alunos por núcleo;

N.º de frequência nas atividades por núcleo;

N.º de atividades por núcleo.

Indicadores de Impacto: Alunos das escolas da rede pública municipal de ensino, Centros de Esportivo e de Lazer (CELS), Complexos Esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, empresas privadas, universidades e faculdades) e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos.

Meios de Verificação: Reuniões avaliativas com todos os coordenadores(as) de núcleo, estagiários(as) e monitores(as) de atividades complementares envolvidos no projeto. Através de relatórios, apresentados pelas entidades parceiras apresentada a coordenação geral e a instituição fiscalizadora. Reuniões de pais, professores e diretores das escolas.

Parcerias

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

Complexos esportivos de terceiros formados por parceiros

(escolas particulares, ONGs, fundações, entidades religiosas, empresas privadas, universidades e faculdades), que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

Centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

O reforço alimentar será oferecido somente sob a forma de lanche, pois é inviável a preparação de refeição, porque requereria a contratação de merendeiras e locais apropriados para sua produção.

A Prefeitura de Manaus, dentro de uma visão macro, tem ação efetiva também na construção de áreas de lazer e prática do desporto participação como o Parque Cultural, Esporte e Lazer da Ponta Negra, localizado na Praia da Ponta Negra, às margens do Rio Negro e distante cerca de 18 km do Centro da cidade, o parque é um dos mais importantes cartões-postais de Manaus.

O local oferece uma completa infraestrutura turística e de serviços: calçadões em ladrilhos hidráulicos, iluminação noturna a vapor de sódio, ciclovia, bares, restaurantes, quadras poliesportivas, anfiteatro, *skate park* e muito mais. Palco de grandes eventos culturais e esportivos, que acontecem o ano inteiro, é o lugar ideal para quem deseja contemplar o bellissimo pôr-do-sol amazônico.

Ainda em uma concepção da prática do desporto participação e do lazer ativo a construção do Parque dos Bilhares onde turistas e moradores da capital dispõem de uma completa infraestrutura de serviços, que inclui café bar, pizzaria, sorveteria, tacacaria, biblioteca, quadras poliesportivas, campo de futebol de areia, campo de futebol *society*, equipamentos para ginástica, praça de skate, pista para caminhada e bicicleta, lago artificial, *playground* e teatro de arena, entre outros atrativos, tudo numa só área de fácil acesso próxima ao Centro da cidade.

Inaugurado recentemente, o Parque dos Bilhares se consolidou como um dos principais pontos de encontro e espaço cultural e de lazer de Manaus. Em seus 60 mil metros quadrados, o parque margeia o Igarapé do Mindu e conta com dois acessos: pelas avenidas Constantino Nery e Djalma Batista, Chapada, zona Centro Sul. O visitante poderá desfrutar de um ambiente completamente diferente: ao ar livre, arborizado e com pessoas de todas as idades divertindo-se nos vários equipamentos que o Parque dos Bilhares oferece.

Na concepção arquitetônica conhecida como *Belle Époque*, o lugar procura resgatar um período já quase esquecido, quando os bondes trafegavam pela cidade e tinham a tradicional Ponte dos Bilhares como última parada. Os bondinhos atuaram em Manaus por mais de 60 anos e funcionaram até o final da década 50. O parque traz ainda nos traços de sua arquitetura (quiosques, bancos, jardins) o retrato de um passado em que as praças da cidade eram lugares públicos agradáveis e bem frequentados pela população. O Parque dos Bilhares funciona todos os dias no horário de 6h às 23h e a entrada é gratuita, contribuindo de forma efetiva na política de lazer ativo e do desporto participação.

Seguindo a mesma linha de atuação a Prefeitura de Manaus já iniciou as obras do Parque do Lago, localizado no bairro do Japiim que terá características semelhantes ao Parque dos Bilhares, contando com quadras poliesportivas e agradáveis passeios, bem como ciclovia.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer acredita que o estímulo do lazer ativo e do desporto participação através das ações concretas descritas anteriormente, bem como uma verdadeira integração entre o homem e o meio ambiente é o caminho mais curto para transformar socialmente nossa capital, bem como melhorar os níveis de saúde da população, como podemos ver em países como o Canadá e a Austrália onde a participação das pessoas nessas atividades faz com que os índices de saúde sejam um dos melhores do planeta.

Outra ação do executivo municipal está na reforma de 56 quadras esportivas, ainda neste ano de 2008, para o estímulo e participação comunitária atendendo o artigo constitucional de fomento à participação esportiva.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, assegurou o acesso ao esporte a todo cidadão como direito, estabelecendo-o como dever do Estado a sua oferta. Portanto, define o princípio da *inclusão de todos na prática esportiva e do lazer, contribuindo para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social.*

Com a criação do Ministério do Esporte em 2003 e de centenas de secretarias e órgãos gestores desse segmento, obtivemos resultados significativos e fundamentais para o desenvolvimento do desporto nacional.

Como exemplo podemos citar a Lei Agnelo-Piva, o Estatuto do Torcedor, a Lei de Incentivo Fiscal do Esporte, as Conferências Nacionais de Esporte, a realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro, a nova loteria Timemania e o anúncio da Copa de 2014, no Brasil.

No Amazonas, o Governo do Estado vem ao longo deste período, também alcançando expressivos resultados na missão de promover o esporte como um fator de inclusão social e desenvolvimento humano.

A defesa do meio ambiente e a decisão de construir e implantar uma política de desenvolvimento sustentável para o nosso estado, tem sido a marca permanente do Governo Eduardo Braga. Nossos rios, igarapés, florestas e os municípios possuem um inestimável *patrimônio natural para a implantação de ações na área do esporte, turismo e lazer.* A expansão da economia, a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção da cidadania são resultados concretos destas iniciativas vitoriosas no campo das políticas públicas.

¹ Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer. E-mail:

Diversos programas implantados pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer são referências importantes nos mais variados segmentos da população.

No atendimento de crianças, adolescentes e jovens, destacamos os programas Bom de Bola, Jovem Cidadão, Segundo Tempo, o Projeto Navegar, Galera Nota 10 e as Escolinhas de Iniciação Esportiva da Vila Olímpica, que promovem o esporte como direito, mobilizando milhares de participantes.

Os eventos esportivos realizados pela SEJEL como os Jogos Escolares do Amazonas e os Jogos dos Servidores Públicos, integrando a população e os municípios do nosso Estado. Destacamos que centenas de eventos esportivos são apoiados pela Secretaria, e milhares de pessoas têm participado de suas atividades.

Atenção especial também têm recebido os idosos que, através dos Programas Vida Saudável e Vida Ativa, participam das atividades em nossos núcleos distribuídos em Manaus e no interior, tendo o acompanhamento de profissionais das mais diversas áreas, assim como os portadores de deficiência/necessidades especiais que se integram de maneira importante às ações desenvolvidas pela SEJEL, assim como recebem de forma permanente o apoio para a realização de suas atividades.

A infraestrutura esportiva também tem acompanhado este crescimento. Estão sendo construídos dezenas de ginásios poliesportivos no interior do estado. Inauguramos em 2007 uma arena esportiva em Manaus com capacidade para sediar grandes eventos nacionais e internacionais, além da reforma do Ginásio Renê Monteiro. Também possuímos um dos maiores complexos esportivos do país, localizado na Vila Olímpica de Manaus, de estrutura completa e extraordinária.

Manaus se candidata para sediar um polo da Copa de 2014, o que nos enche de alegria, mas acima de tudo da responsabilidade. Esta conquista pode nos proporcionar um dos maiores legados que

o esporte pode trazer para uma cidade que sedia um evento dessa natureza: o desenvolvimento social e econômico.

No esporte de alto rendimento, obtivemos grandes conquistas em nível nacional e internacional, destacadamente nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos. Ao mesmo tempo, estamos reformulando, em conjunto com o Ministério do Esporte, o *Centro de Alto Rendimento da Região Norte*, com o objetivo de torná-lo mais completo e mais qualificado. Procuramos neste último período dotar o Centro de Treinamento de equipamentos esportivos modernos e melhor infraestrutura, proporcionando maior conforto e condições aos atletas para o desenvolvimento das atividades esportivas.

Merecem destaque neste cenário as oportunidades que estão sendo oferecidas aos profissionais das mais diversas áreas. Professores de Educação Física, psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos, assim como estagiários dos mais variados cursos têm através dos programas e projetos desenvolvidos pela SEJEL, a sua primeira experiência no mercado de trabalho, proporcionando a geração de empregos e distribuição de renda.

Muitos avanços foram conquistados nesta etapa, no entanto muitos desafios estão pela frente. Implantar políticas estruturantes, ampliação de financiamento e recursos para o esporte e a articulação no sistema estadual do esporte são tarefas imprescindíveis nesta nova fase.

Temos muito ainda para construir. A participação de todos será decisiva para o alcance dos resultados. Gestores públicos e privados, professores, associações esportivas, entidades profissionais e estudantes constituem a parceria indispensável para o avanço do esporte em nosso Estado.

O esporte é a nossa bandeira.

OS JOGOS OLÍMPICOS DA ANTIGUIDADE E O SURGIMENTO DOS JOGOS DA ERA MODERNA

Roberto Gesta de Melo

O primeiro registro dos Jogos Olímpicos da Antiguidade deu-se em 776 a.C., embora essas competições já fossem celebradas anteriormente. “A reunião de atletas de todas as partes do mundo helênico na olimpiada mais antiga sugere que já existia uma antiga tradição para eventos dessa natureza.”

Na verdade, “para os helenos antigos, esta história remontava aos tempos míticos e suas origens mais longínquas estavam ligadas aos próprios deuses, dos quais descendiam os heróis mais importantes. Era muito natural, portanto, que eles associassem as origens dos jogos – especialmente a dos jogos olímpicos – às lendas mais antigas e atribuissem-nas aos próprios deuses e heróis, remontando-as à época de Cronos, o pai das divindades olímpicas.”

“O último vencedor olímpico registrado foi um príncipe armênio, Barasdatar ou Artabados, em 369 d.C. Mas os Jogos Olímpicos já haviam se degenerado antes mesmo que fossem oficialmente abolidos pelo decreto do imperador Teodósio I, em 393 d.C.”

“A inclinação natural dos helenos em testar suas forças e superar o seu próximo foi, indubitavelmente, o estímulo inicial que sustentou o seu espírito competitivo. O mesmo estímulo existia entre outros povos que, não obstante, jamais desenvolveram a idéia do esporte, tal como os helenos antigos compreenderam-na. A idéia do atletismo, como é exposta nas competições helênicas e sobretudo nos jogos olímpicos, pressupõe a consciência do valor do homem, a crença na sua liberdade e no seu mérito, o conhecimento de suas responsabilidades e, por fim, a aceitação de seu direito democrático de participar da vida pública.”

Outrossim,

“a partir do século II d.C., quando os imperadores da linhagem dos Severos estenderam a cidadania romana a todos os habitantes do império”, generalizou-se uma atmosfera supra-nacional, concomitante à internacionalização dos jogos”, que já se notava a partir do século IV a.C. “Desde então, foram mencionados muitos vencedores olímpicos com nomes estrangeiros: egípcios, lícios, lídios, fenícios etc.”

Foi esse espírito de crença no homem, na sua força física e na excelência moral, esse espírito de igualdade democrática e de fraternidade humana, de paz universal e de amor, que nasceu na Hélade, e o caráter supra-nacional que os jogos olímpicos antigos tomaram posteriormente que o Barão Pierre de Coubertin desejou reviver, após uma interrupção de quinze séculos.

Em 1894, sob a inspiração de Coubertin, a União das Associações Francesas de Esportes Atlético-realizou, em Paris, um congresso internacional que decidiu pela renovação dos Jogos Olímpicos. Dois anos depois, em 1896, Atenas levou a efeito os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna.

A arte do colecionismo

A inclinação do homem por colecionar perde-se na bruma dos tempos e é praticamente impossível delimitar as espécies de objetos que são alvo do interesse de colecionadores.

Na pré-história, o homem colecionava para sua sobrevivência – peles, madeira etc. E também troféus de animais e outros homens mortos por ele, que se tornavam símbolos de dominação.

Assim como os primeiros indícios da prática de modalidades desportivas foram encontrados nos povos do Oriente, notadamente *no Egito, no terceiro e no segundo milênio a.C.*, foi lá que se acharam os primeiros itens de coleções relacionadas ao esporte. Da mesma maneira, como não poderia ser diferente, os primeiros objetos do colecionismo olímpico remontam à Grécia Clássica.

“O colecionismo moderno de relíquias olímpicas começou com as primeiras escavações arqueológicas em Olímpia em 1829 (a expedição francesa Morea), sendo esses objetos levados para o Louvre.”

Por sinal, “a maioria dos objetos encontrados (ânforas, discos etc.) estão em museus dos respectivos países responsáveis pelas expedições, mas outros foram para coleções privadas, tanto de participantes quanto de colecionadores, que compraram dos primeiros.” Moedas olímpicas daquela era são motivo de orgulho de numismatas.

O ideal olímpico permaneceu na memória dos homens, mesmo depois do encerramento dos Jogos da Antiguidade. E várias foram as tentativas de restaurá-los, antes de Coubertin.

Entre elas, vale lembrar os esforços de William P. Brooks, médico em Wenlock Shropshire, que organizou os primeiros “Jogos Olímpicos de Wenlock”, em 1850. Em 1860, foi fundada a Sociedade Olímpica Wenlock. A partir de 1859, o Dr. Brooks ficou em contato com o governo grego, quando os primeiros Jogos Nacionais Gregos foram levados a efeito em Atenas. Em 1890, o Barão de Coubertin visitou Wenlock e os seus Jogos Olímpicos e ficou impressionado com as conquistas da cidade.

Na imaginação dos gregos, a ideia de reviver as glórias dos Jogos Olímpicos jamais feneceu. Até que, no século XIX, alguns idealistas patrocinados pelo mecenas Evangelis Zappas realizaram quatro edições dos denominados “Jogos Olímpicos Nacionais Gregos”, em 1859, 1870, 1875 e 1889, também conhecidos como “Jogos Olímpicos Zappas”, que produziram objetos de atração para o colecionismo, como medalhas, relatórios e outros documentos históricos.

O colecionismo olímpico

Na atualidade, o colecionismo cumpre um papel relevante no movimento olímpico, amplamente reconhecido pelo COI que,

em 1993, constituiu a Comissão de Colecionadores Olímpicos, abrangendo três federações: FIPO (Federação Internacional de Filatelia Olímpica); FINO (Federação Internacional de Numismática Olímpica) e ACOM (Associação de Colecionadores de Memorabilia Olímpica), com o objetivo de promover o olimpismo e o estudo da história olímpica.

A Comissão organiza, em cooperação com o Museu Olímpico, anualmente, a Feira dos Colecionadores Olímpicos e outras exposições durante as Olimpíadas Culturais. Geralmente, a Feira é levada a efeito em Lausanne, no prédio do Museu Olímpico. A primeira delas fora do Museu foi no Rio de Janeiro, em 1998, na sua quarta edição.

Pela própria constituição das Federações Internacionais vinculadas ao colecionismo pelo COI, pode-se considerar três grandes vertentes: a filatelia, a numismática e a memorabilia.

Filatelia olímpica

Eventos são melhor documentados pelos itens filatélicos de que por qualquer outro ramo do colecionismo, e a filatelia é considerada ciência auxiliar da história.

“No princípio, era relativamente fácil colecionar os selos emitidos em todo o mundo, porém estes foram aumentando em proporções realmente extraordinárias, pelo que, dentro da normal evolução de toda ciência, surgiu a especialização, ante a impossibilidade de colecionar todas as emissões lançadas diariamente pelas administrações postais do mundo inteiro.”

E assim surgiu o que se convencionou chamar-se de filatelia temática, agrupando as emissões por temas concretos, nos quais a ordem dos países e inclusive a cronologia passam a segundo plano, absorvidos pela idéia seletiva do tema. É uma das mais importantes especializações, dentro da temática geral dos esportes, vem a ser a filatelia olímpica.

A primeira emissão filatélica relacionada ao desporto foi justamente a belíssima série de 12 selos comemorativos aos Jogos Olímpicos de 1896, em Atenas, que foi uma das fontes de financiamento do evento.

Entretanto, o simples ato da acumulação de selos não confere grande prestígio a uma coleção olímpica.

Para o colecionador avançado, os itens mais procurados são, na listagem de Manfred Bergman:

Desenhos originais dos selos pelos artistas que os conceberam, assim como as várias formas de impressão até a emissão final;

Envelopes com selos e carimbos normais;

Envelopes com carimbos olímpicos publicitários, apostos ou não em selos olímpicos;

Envelopes com selos ou carimbos que estão relacionados com o movimento olímpico;

Inteiros postais (cartões postais, aerogramas ou envelopes com selos impressos);

Cartões postais que reproduzem selos, com os selos originais e carimbos;

Ordens de pagamento postais (com selos olímpicos ou enviadas de locais de realização dos Jogos);

Encomendas postais enviadas por correio ou por courier, de locais de realização dos Jogos;

Cartões postais com temas olímpicos;

Envelopes oficiais dos Comitês Organizadores;

Cartões postais enviados ou recebidos por celebridades olímpicas;

Itens correlatos: cartões telefônicos, com temas olímpicos, vinhetas, selos fiscais;

Provas de selos, ensaios;

Erros de emissão: de impressão, de cor, de perfuração etc.

As coleções ainda devem manter relação com importantes subitens, tais como:

Os Jogos da Antiguidade;

Os Jogos da Era Moderna;
A candidatura das cidades;
Preparação para os Jogos (financiamento, construção, instalações, propaganda etc.);
Preparação da cidade organizadora dos Jogos;
Preparação dos países participantes;
Competições pré-olímpicas (realizadas no país organizador ou eventos classificatórios para os Jogos);
O Comitê Organizador;
Os patrocinadores;
O revezamento da tocha;
O programa dos Jogos;
Cerimônias de abertura e encerramento;
Meios de comunicação (correios, telefone etc.)
Imprensa (escrita, falada e televisionada)
Celebidades nos Jogos;
Viagem e hospedagem;
Premiação;
Medalhistas;
Participantes;
Eventos culturais;
Exposições;

Numismática olímpica

As moedas olímpicas foram uma das principais fontes de ingresso de recursos para a organização dos Jogos Olímpicos, no período compreendido entre 1960 e 1984, quando passaram a ser superadas, em muito, pelos *royalties* de televisão.

É importante ter em conta que uma moeda deve:

Ser cunhada por um determinado país e o nome desse país deve constar na moeda;

Mostrar um valor monetário facial;

Ser reconhecida como moeda de emissão legal;

Igualmente, em princípio, mas não obrigatoriamente, as moedas trazem o ano de emissão e são precedidas por uma lei.

Uma moeda olímpica contém as características acima e, adicionalmente, faz referência a um tema olímpico, por intermédio do *design* e a inclusão da logomarca e da edição dos Jogos Olímpicos comemorativos.

A primeira moeda olímpica surgiu em 1951 na Finlândia e, nos dias atuais, programas de venda de moedas olímpicas são disponibilizados anos antes da realização dos respectivos Jogos.

Memorabilia olímpica

Na língua inglesa, “memorabilia” significa “assuntos ou eventos que merecem ser lembrados; pontos dignos de nota; coisas a serem lembradas”.

O uso da palavra acabou derivando para “souvenirs dos eventos” e, no caso do colecionismo olímpico, a palavra passou a ser empregada para designar “os itens que não pertencem à filatelia ou à numismática.”

Assim sendo, não é factível apresentar um rol completo dos objetos que são colecionados pelos aficionados olímpicos.

No entanto, entre esses, sem dúvida sobressaem-se:

Medalhas de premiação;

Medalhas de participação;

Tochas;

Relatórios oficiais dos Comitês Organizadores;

Relatórios oficiais dos países participantes;

Dossiês de candidaturas;

Livros olímpicos, em geral;

Programas oficiais;

Regulamentos;

Credenciais;

Posters;

Mascotes;

Insígnias (badges);

Pins;

Tíquetes;

Uniformes.

Interesses comerciais ligados aos objetos olímpicos

A confecção e venda de itens olímpicos movimentam milhões de dólares, em cada edição dos Jogos Olímpicos.

Manfred Bergman chama a atenção para o tamanho do mercado ligado ao setor: em Sidney 2000, o programa de moedas do centenário movimentou cerca de 50 milhões de dólares americanos; *o de moedas oficiais de Sidney*, 150 milhões de dólares australianos; o de selos, 250 milhões de dólares americanos; o de *pins* de Sidney, 48 milhões de dólares australianos.

É infindável o número de “souvenirs” relacionados aos Jogos Olímpicos, que podem ser comercializados em mercados primário e secundário.

O mercado primário diz respeito ao valor dos itens comprados ou recebidos. O secundário é o valor da mercadoria revendida a outras pessoas.

Os sites de listas de materiais esportivos na Internet movimentam milhões de dólares anualmente e prestigiosas casas de leilões tradicionais, quer no campo da filatelia, quer no da memorabilia, realizam várias vendas anuais, com objetos alcançando valores superiores a 100.000 euros.

Falsificação de objetos olímpicos

Historicamente, os casos mais famosos de falsificação de itens olímpicos dizem respeito à filatelia. Algumas dessas falsificações eram de boa qualidade e requeriam conhecimento para serem detectadas.

Por incrível que possa parecer, em leilões recentes, algumas dessas burlas, de autoria dos notórios falsários Sperati e Fournie, pela sua importância histórica, foram vendidas por preços superiores às peças originais.

Atualmente, no dizer de Oleg Vorontsov, por memorabilia fraudulenta entende-se todo tipo de objeto emitido, produzido

ou manufaturado sem permissão, de qualquer forma, do Comitê Olímpico Internacional ou seus representantes, como os Comitês Olímpicos Nacionais, Comitês Organizadores de Jogos de Verão ou de Inverno, assim como a violação dos acordos ou dos direitos outorgados ou dos contratos assinados para a fabricação de tal memorabilia. Essas violações rendem aos infratores milhões de dólares, desviados dos organizadores oficiais das competições.

A febre por *pins* olímpicos merece um capítulo especial. A cada edição dos Jogos, milhares de *pins* oficiais são lançados no mundo e muitos outros são alvo de pirataria. Em Atlanta, havia de 250 a 300 diferentes *designs* de *pins* não oficiais. Nos Jogos Olímpicos de Nagano, mais de 50 *pins* ilegítimos foram comercializados.

Em razão disso tudo, há um movimento no COI para orientar colecionadores e o público em geral para evitar a proliferação das falsificações, embora, infelizmente, de forma muito incipiente.

Referências

CATÁLOGOS DE LEILÕES Olímpicos. Ingrid O'Neil.

FRAUDULENT OLYMPIC Memorabilia. Oleg Vorontsov.

LE MOUVEMENT OLYMPIQUE: Comitê International Olympique, Lausanne, 1997.

NATIONAL SPORTS POLICIES and Sports Sciences in the 21st Century. Korea Sport Science Institute of Seoul Olympic Sports Promotion Foundation.

OLYMPIC COLLECTORS Fair Inaugural Address. Manfred Bergman, 1977.

OLYMPIC PHILATELY. Documento apresentado na Feira Internacional de Colecionadores Olímpicos em 1977. Manfred Bergman, 1977

THE FALSIFICATION of Olympic Coins. In: FEIRA INTERNACIONAL DE COLECCIONADORES Olímpicos em 1977.

VILÁ, José M. Soler. Sellos Olímpicos 1896- 1966. Madrid: Comitê Olímpico Espanhol. Madrid, 1967.

YALOURIS, Nicolaos (Sup. Geral). Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. [S. l.]: Odysseus Editora. 2004.

I Os jogos olímpicos

Em 1996, concretamente a 23 de junho, comemoraram-se os 100 anos do Olimpismo Moderno.

Nesse dia de 1886, Pierre de Coubertin fez reunir na Sorbone, em Paris, personalidades do desporto de então, perante os quais fundou o Comité Olímpico Internacional (COI) e restabeleceu os Jogos Olímpicos.

Pierre de Fredi nasceu em Paris, a 1 de janeiro de 1863, terceiro filho de Charles Fredi, pintor com certo renome na época. O apelido Coubertin sobreveio-lhe da aquisição, por um dos Fredi, casado com a filha de um comerciante rico, do Baronato de Coubertin, situado nas proximidades de Versailles.

Coubertin, depois de concluir os primeiros estudos no Colégio dos Jesuítas de Paris, ingressou na Academia Militar para posteriormente, após ter concluído não ter vocação para a carreira das armas, se matricular na Escola de Ciências Políticas, que lhe daria acesso à carreira diplomática. Também aqui falharam os projectos familiares e passa a frequentar a Sorbone, estudando Filosofia e História, onde naturalmente predominava o estudo da Antiguidade Clássica.

Economicamente independente, liberal, amante dos desportos atléticos, fica entusiasmado com a revolução pedagógica que Thomas Arnold, reitor do Colégio de Rugby, introduzira no ensino britânico, alterando os hábitos da juventude por intermédio da prática desportiva.

Por essa época o investigador alemão Ernest Curtins tinha descoberto na Grécia, as ruínas de Olímpia, local onde, 15 séculos antes, os gregos disputavam os Jogos Olímpicos.

Na verdade, desde 776 a.c. que, quadrienalmente, pelo solstício de verão, os gregos se reuniam para celebrarem os Jogos Olímpicos. Mais tarde, os Jogos que tinham sido suprimidos no ano de 394, por um édito de Teodósio, sob a alegação de constituírem uma deplorável manifestação de paganismo, graças à visão do Barão voltavam a congregar o interesse e a adesão popular.

Vale a pena reter aspectos históricos, embora separadas por montanhas que dificultavam a deslocação e a comunicação, pequenas comunidades agrícolas na Península de Peloponeso, na Grécia, registaram uma evolução surpreendente, tanto cultural como económica e política, originando uma notável civilização cuja influência perdura até à actualidade.

Um dos mais notáveis poetas gregos de então, Homero, nas suas obras, povoa o monte Olimpo de seres fabulosos, que comportando-se como heróis humanos incentivam os gregos a imitá-los nas suas façanhas, dando realce às concepções filosóficas da época, nascidas com Tales, em Mileto.

Ninguém poderá afirmar com razoável certeza como nasceu a primeira solenidade olímpica. Muitos queriam ver nas lutas dos deuses entre si as raízes dos Jogos Olímpicos, outros procuram em lendas afins razão primeira de tais celebrações. Seja como for os Jogos nascem como expressão de uma civilização e das concepções filosóficas que lhes deram uma grandeza inigualável.

Durante meses, mensageiros percorriam o mundo de então para anunciarem aos gregos, dispersos desde os Pirinéus à Núbia, a proximidade dos Jogos Olímpicos e o convite endereçado a todo o cidadão grego para neles comparecer, como heroico concorrente ou espectador.

Cumpria-se a missão dos míticos mensageiros do fantástico acontecimento, tão extraordinário, que fazia parar o tempo e as guerras, provocando no ritmo de vida dos helenos a pausa sagrada, a verdadeira aproximação aos deuses do Olimpo.

Para os gregos, cultivar a força e a destreza e vencer competições nos Jogos Olímpicos, era um meio de criar um parentesco com esse

magnífico e todo-poderoso ser que povoava o Olimpo. As vitórias atléticas não poderiam criar, de forma alguma, uma perspectiva de ganho material, mas antes situavam-se num plano sobre-humano, de transcendência e quase divindade.

Sob dominação romana, os Jogos foram sofrendo uma progressiva decadência, até perderem totalmente as características intrínsecas. Os romanos retiraram-lhe a essência religiosa e aviltaram com prémios materiais a sua concepção estética e moral. Imperadores como Tibério e Nero foram atletas olímpicos, viciando, possivelmente, as provas em que participaram para que o seu ego não fosse diminuído.

Morrera o belo espírito que fora fundamento das civilizações da Antiguidade Clássica e que fora berço de tantos princípios filosóficos, entre os quais o da Ética.

A paixão de Coubertin pela Grécia antiga, a percepção de que o desporto poderia vir a constituir um factor primordial de educação da juventude e a descoberta de Olímpia, proporcionaram-lhe as condições ideais para germinar a genial ideia de fazer reviver os Jogos Olímpicos.

Ao instituir o COI, moldou-o de acordo com o espírito da época. Eliminou as incertezas eleitorais, constituindo-o através de convites directos a personalidades que considerava convenientes para a prossecução do objectivo traçado, convidando sobretudo nomes com fortuna ou da nobreza.

Tal sistema (o da cooptação), que ainda perdura, fundamenta a sua legitimidade na tradição medieval ocidental, estruturando-se por círculos concêntricos. O menor, o núcleo “duro” (a Comissão Executiva), presidido pelo Barão. Numa segunda linha o grupo de “fiéis” (os membros do COI) e na periferia, nos diversos países que iam aderindo, os Comitês Nacionais com a tarefa de propagar e executar as orientações e tarefas definidas.

Uma das maiores vitórias de Coubertin foi ter conseguido inscrever o ideário olímpico na corrente humanista da época, o

que lhe deu o aval das elites intelectuais, das forças sociais e, mais importante, da opinião pública. “O Olimpismo não era um sistema mas um estado de espírito” e que visava “criar uma maneira de viver baseada no respeito pelos princípios fundamentais da ética universal”, proclamava então.

O grande êxito do olimpismo deve-se, fundamentalmente, ao facto da humanidade se identificar com os ideais «coubertianos», por constituírem generosos e empolgantes objectivos do comportamento humano à escala planetária.

Os caminhos do século XIX até aos dias de hoje não foram fáceis e nem sempre, ao que julgo, terão seguido a melhor trajectória. Mas, no desporto como na vida, só não erra quem nada cria.

Logo em 1896, em Atenas, os primeiros Jogos estiveram para se não realizar por motivos económicos e políticos. Foi necessário que caísse o Governo que se opunha à sua realização, para que o Rei da Grécia nomeasse outro que não só não se opunha como apoiava entusiasticamente a sua realização.

Os Jogos seguintes, Paris 1900 e Saint Louis 1904, foram integrados em exposições internacionais, que lhes retiraram brilho e os relegaram para plano secundário.

Em 1908, em Londres, pela primeira vez é organizada a cerimónia de abertura e os atletas desfilam com as respectivas bandeiras. Na Maratona, o italiano Dorando Pietri a dez metros da meta cai extenuado e é ajudado pelos juizes a concluir a prova, mas o atleta é desclassificado provocando grande indignação do público.

Foi por esta ocasião que o bispo da Pensilvânia, na Catedral de Saint Paul, pronuncia a célebre frase “[...] nos Jogos o principal não é vencer mas tomar parte neles” a que, acrescenta Coubertin “como na vida, o essencial não é vencer mas sim lutar”.

Chega-se a 1912, Estocolmo é palco dos Jogos da V Olimpíada, onde Portugal participa pela primeira vez. A missão integra Francisco Lázaro que morre, tragicamente, de insolação, no decorrer da Maratona. Os organizadores criam a Aldeia Olímpica.

Jim Thorpe, um atleta nativo americano, ganha o Pentatlo e o Decatlo. Ao receber as suas medalhas das mãos do Rei da Suécia, este diz-lhe ser ele “*o mais maravilhoso atleta mundial*”. Só que, logo em janeiro de 1913, Thorpe é desclassificado, anuladas as suas marcas e retiradas as medalhas olímpicas, por se ter descoberto que dois ou três anos antes tinha jogado baseball, numa competição secundária, a troco de um punhado de dólares, o que o tornaria num atleta profissional.

Esta drástica decisão transformou o resto da vida de Thorpe num inferno e fá-lo morrer na miséria e no desespero. Só 70 anos volvidos, Juan António Samaranch resolve rever o processo e, numa cerimónia pública, em Los Angeles, devolve as medalhas à sua família.

Em 1920, finda a I Guerra Mundial, os Jogos realizam-se em Antuérpia, sendo introduzido o juramento olímpico e registada a participação de mulheres, nas competições de atletismo e natação, ideia a que Coubertin se opunha.

Os Jogos voltam a Paris em 1924, após os quais o seu mentor abandona a presidência do Comité Olímpico Internacional, convencido de que os Jogos Olímpicos tinham a sobrevivência assegurada.

Chegados a 1928, os Jogos da IX Olimpíada realizam-se em Amesterdão, e pela primeira vez brilha no estádio a chama olímpica, sob a nova presidência do belga Conde Ballet-Latour, entretanto eleito.

Os Jogos de 1932, em Los Angeles, atraem poucos participantes, devido à distância do continente europeu e os que se lhes seguem, em Berlim, em 1936, atingem uma grandeza e uma projecção impensável. A Alemanha, disposta a demonstrar a superioridade da nação, não se poupa a esforços para reviver o paganismo grego e através de uma organização sem precedentes, de grande espectacularidade, propagandear a ideologia e o regime político hitleriano.

Coubertin, fascinado pela glorificação dos Jogos que tinha criado, felicita o Hitler pela organização e o COI aceita, sem protesto de maior, os excessos propagandísticos. Leni Riefenstahl deixou-nos o testemunho da sublimação atingida, naquele que continua a ser considerado um dos maiores documentários cinematográficos de todos os tempos, e não apenas sobre o desporto.

Muitos dos atletas que em Berlim competem, em breve irão bater-se, mais uma vez, em campos opostos, mas agora de armas *na mão*, e os Jogos voltam a estar interrompidos por uma grande Guerra Mundial.

São recuperados em 1948, em Londres, numa cidade dilacerada. São os primeiros Jogos sem a presença de Pierre de Coubertin, entretanto falecido, e com dois dos vencidos da guerra não convidados, a Alemanha e o Japão.

Em 1952, Helsínquia é escolhida para palco dos Jogos com a União Soviética pela primeira vez presente e com evidentes sinais da Guerra-Fria e da Cortina de Ferro instalada.

Seguem-se os Jogos de 1956, em Melbourne, com projecção limitada devido à geografia e com o boicote de seis países devido à invasão da Hungria pelas tropas soviéticas.

Os Jogos de Roma, em 1960, tiveram novamente grande brilhantismo, com a televisão a fazer a sua aparição, transmitindo algumas competições, e a revolucionar a projecção deste evento, ampliando o público para uma dimensão à escala planetária. Pode-se afirmar que nasceu aqui a grande revolução operada pelos *mass media*, ou seja, pela comunicação social.

Em 1964, pela primeira vez os Jogos realizam-se no continente asiático, em Tóquio, e decorrem sob uma organização impecável, com o cerimonial olímpico e as mais importantes competições acompanhadas em directo por dezenas de milhões telespectadores, graças à caixa mágica que é a verdadeira antecâmara da globalização, e este facto irá marcar indelevelmente o Olimpismo.

Os Jogos do México, em 1968, iniciam-se com grande preocupação, pois pouco antes tinha-se registado uma revolta estudantil contida pela força pelo Governo.

Em consequência da luta anti-racial nos Estados Unidos da América, e em protesto, dois atletas afro-americanos levantam as mãos enluvadas de negro (símbolo do “black power”) na cerimónia do pódio, acabando expulsos da Aldeia Olímpica.

O massacre de 9 atletas israelitas, levado a cabo por um comando extremista palestino, constitui a triste memória histórica mais importante dos Jogos de Munique de 1972, onde a ameaça do cancelamento ainda pairou sobre a comunidade olímpica.

Os Jogos de Montreal, em 1976, ficaram assinalados pelo abandono, já na capital canadiana, de 24 países africanos, que pretendiam impedir a participação da Nova Zelândia por manter relações desportivas com a África do Sul do Apartheid.

A intervenção da ex-União Soviética no conflito do Afeganistão fez com que grande número de países ocidentais não participasse nos Jogos de 1980, que se realizaram em Moscovo, mas mais uma vez o certame desportivo foi notável, com uma organização impecável, como era de resto apanágio do sistema soviético.

Posteriormente, coube à União Soviética e a outros países socialistas não comparecerem em Los Angeles, em 1984. A organização dos Jogos, por falta de outras candidaturas, tinha sido confiada, pela primeira vez, a um grupo privado, formado para o efeito e com intuítos comerciais. Estes Jogos foram um êxito desportivo e empresarial, pois pela primeira registaram lucros assinaláveis.

Em Seul, 1988, os Jogos foram quicá os últimos organizados nos “velhos moldes”. Mais uma vez a excelente organização não escondia os objectivos políticos que presidiram à intenção organizativa, não sendo divulgados os custos. Facto dominante nestes Jogos acaba por ser o alerta para o flagelo do doping, que há muito era alvo de controvérsia, com a desclassificação de Ben Johnson, que tinha vencido e pulverizado o recorde do mundo nos 100 m.

Chegamos a 1992, Barcelona, cidade natal de Samaranch, escolhida para ali se realizarem os Jogos de XXV Olimpíada e subtilmente utilizados para promover a autonomia da região. Tinha, havia pouco, ruído a política de blocos. Exceptuando conflitos de âmbito regional, a paz imperava, a cidade e o espírito peculiar catalão era propiciador à maior participação de sempre, 169 Comitês, com o COI obrigado a implementar a limitação do número atletas e oficiais.

A questão amadorismo versus profissionalismo é nestes Jogos definitivamente afastada, dando lugar à participação da Liga Profissional Americana de Basquetebol (NBA), que esmaga a concorrência. Também no ténis estão presentes os melhores valores mundiais do circuito ATP.

É certo que, não obstante a engenharia financeira, com as receitas a dispararem, os Jogos não dão lucro directo às entidades organizadoras, servindo sobretudo para auto-financiar grandes transformações infra-estruturais, que projectaram Barcelona como grande metrópole europeia e fazendo escola do intitulado “efeito-Barcelona”, pois alavancou Espanha para a vanguarda do desenvolvimento.

Em 96, quando se esperava que a Grécia comemorasse em casa a efeméride do centenário, a escolha acabou por recair em Atlanta, por coincidência, ou talvez não, a sede mundial da Coca-Cola.

Na transição do milénio, chega-se a Sidney, e à Oceânia, onde a par de uma organização de excelência são manifestas novas causas ambientais e ecológicas, com a preservação da espécie “rã verde” a implicar o desvio da construção de um dos mega pavilhões desportivos, implicando custos adicionais de milhões de dólares. Ficam também marcados pela homenagem ao povo aborígene, através da velocista Cathy Freeman, que acendeu a Pira Olímpica e retribuiu com a vitória nos 400m planos.

E finalmente Atenas, em 2004, o retorno às origens, à essência, nuns Jogos desportivamente excelentes mas marcados pelo

colapso financeiro da organização, com brutais investimento em equipamentos desportivos, sem retorno, e as despesas com segurança a dispararem para valores inoportáveis em consequência do 11 de Setembro, situação que obstaculiza as ambições de pequenos países se candidatarem à realização dos Jogos.

Esta sintética e parcial panorâmica do fenómeno olímpico, permite dividir o percurso em três fases, diríamos três ciclos.

A primeira estende-se até ao final da 2.^a Guerra Mundial, dominada por Coubertin, que lhe imprime um carácter marcadamente inspirado na cultura clássica, com os objectivos primordiais a consistirem em organizar quadrienalmente os Jogos Olímpicos e a assegurar a sobrevivência.

Finda a Guerra, tendo desaparecido o criador dos Jogos, fruto do advento das democracias ocidentais e do neo-liberalismo económico, surge o conceito de Movimento Olímpico, que visa contribuir para preservar e reforçar a paz entre povos. Esta é a fase do espírito universalista dos Jogos, que vai até 1976, onde em Montreal as despesas organizativas orçam montantes não recuperáveis, provocando subsequentes candidaturas estritamente políticas.

A terceira e última fase inicia-se com Los Angeles, onde as despesas são reduzidas ao mínimo, preconiza-se a utilização de infra-estruturas já existentes ou sponsorizados por grupos empresariais, com exploração de dividendos da publicidade. A rentabilidade é levada a tal extremo, que os atletas que vão desfilarem na cerimónia de abertura não assistem ao espectáculo e nem possuem no estádio local reservado.

O lucro final é de algumas dezenas de milhões de dólares, principalmente provenientes dos direitos televisivos e do patrocínio de um grupo de grandes multinacionais, redundando num enorme êxito comercial, com os cofres do COI, do Comité Olímpico Americano e da entidade organizadora a ficarem generosamente recheados.

Estava descoberta traçada a nova via: Jogos abertos e a exploração comercial ao mais alto nível, tanto dos símbolos do COI, como dos logótipos e dos direitos publicitários das entidades organizadoras. E assim, nunca mais se registou escassez de candidaturas para a organização dos Jogos Olímpicos, assistindo-se ao primado da televisão relativamente às opções estritamente desportivas, com a imposição de horários das competições muitas vezes totalmente adversas aos atletas.

Os símbolos

Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade o fogo olímpico era acesso num altar situado à entrada do Templo de Hera.

A cerimónia que hoje se repete em Olímpia, na Grécia, consiste em fazer incidir os raios do Sol sobre um espelho côncavo que incendeia um archote embebido em matéria inflamável. Dali é transportada até ao estádio onde se desenrola a Cerimónia de Abertura dos Jogos.

Só na IX Olimpíada, em Amesterdão, teve lugar o acender da Chama Olímpica, mas foi em 1936, nos Jogos de Berlim, que este ritual se institucionalizou. Hoje percorre o mundo até à entrada triunfal no estádio olímpico, simbolizando o carácter divino e universal dos Jogos.

O juramento, pronunciado por um atleta do país organizador, em nome de todos concorrentes, segurando com uma mão a bandeira olímpica, por ocasião da abertura dos Jogos, é da autoria do Coubertin, e através deste gesto os atletas comprometem-se a competir lealmente e a respeitar os regulamentos que os regem, honrando os países para glória do desporto. Os juízes fazem juramento idêntico e com igual significado.

A Divisa Olímpica, da autoria do padre Henry Bidon, director do Colégio d'Arcencil, adoptada no Congresso Olímpico de 1897, no Havre: "*Citius, Altius, Fortius*" (mais rápido, mais alto,

mais forte), representa a sublimação da capacidade atlética humana, tendo depois acrescentado que “*O importante não é vencer mas participar nos Jogos*”, enquanto Coubertin afirmava que “[...]O essencial na vida não é tanto conquistar mas lutar bem”.

O emblema olímpico, que apresenta os cinco anéis entrelaçados, três na parte de cima e dois da parte de baixo, foi desenhado em 1913 por Pierre de Coubertin e apresentado por este no Congresso Olímpico de Paris, em 1914, sendo pela 1.^a vez utilizado nos Jogos Olímpicos de Antuérpia em 1920.

O Barão descreveu o significado da Bandeira nos seguintes termos: “Estes cinco anéis, de cores azul, amarelo, preta, verde e vermelha representam as cinco partes do mundo que pertencem ao Movimento Olímpico e estão prontas a aceitar a frutuosa rivalidade que comportam. O fundo branco representa todas as nações, sem excepção. Actualmente, considera-se que os anéis representam os cinco continentes.”

Os Jogos são individualizados através do Cartaz, da Mascote e emblema cujos direitos pertencem em exclusivo à entidade organizadora

Quanto à Carta Olímpica, é a publicação, constantemente actualizada, que agrupa o conjunto de normas e textos de aplicação que todos os membros do Movimento Olímpico são obrigados a acatar, quer na organização de Jogos Olímpicos ou outros eventos do calendário internacional, quer, ainda, na sua conduta.

A comunicação social

Neste final do século muita da importância do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos é conferida pelos meios da comunicação social. Poucos são os acontecimentos que poderão ser comparáveis em termos de audiência, sofisticação tecnológica, volume orçamental, valor de mercado, marketing, etc.

Poderá afirmar-se que o audiovisual, nos seus variadíssimos formatos, e em acelerada evolução, condicionam o Movimento Olímpico e vice-versa, sendo de enfatizar o protagonismo e oportunidade de negócio que os Jogos Olímpicos oferecem aos meios de comunicação social.

Os Jogos Olímpicos constituem, em consequência, um caso paradigmático de complexidade comunicativa atenta a sua dimensão sócio-cultural. É o desporto-espectáculo em todo o seu esplendor.

Através do desporto configuram-se e interagem diversos sistemas de valores, processos de identificação colectiva, de relações internacionais, de nacionalismos. O Olimpismo é uma oportunidade de eleição para a promoção de grandes valores positivos para a humanidade, mas depende dos *media* a correcta veiculação dessa mensagem, e que é uma responsabilidade de todos nós.

A evolução que se tem registado no Olimpismo, ocasionada pelas transformações sociais e políticas, implicam por parte do COI o abandono de velhos dogmas, colocando frontalmente a questão de saber como poderá o Movimento Olímpico continuar a exercer uma influência positiva nas mentalidades. Impõe-se a necessidade de um novo discurso, um novo posicionamento face ao excessivo mercantilismo, aos problemas do *doping* e da corrupção associada ao fenómeno desportivo, entre outros aspectos pertinentes.

Por sua vez a comunicação social, cada vez mais interessada no desporto, repercute os acontecimentos que tanto glorificam o desporto e os seus actores como o explora e subverte. É, assim, urgente senão mesmo indispensável regressar à essência do espírito desportivo.

Recentrando uma das questões nucleares que aqui nos junta, a verdade e que vivemos na época do audiovisual. A palavra falada descreve o acontecimento na hora, ultrapassa fronteiras e atinge o ouvinte no ponto mais remoto do planeta. As imagens através de satélite e antenas parabólicas penetram nas residências, prendem a atenção e levam os telespectadores a tirarem conclusões que não mais os abandonam.

A influência dos meios audiovisuais, resultante do desenvolvimento tecnológico, do esforço e dedicação dos agentes de informação é crescente e pontifica o aforismo “*se o acontecimento não tem tratamento televisivo é como não se tivesse verificado*”.

A vertigem da informação, o lucro e a mediatização fácil conduz-nos directamente ao sensacionalismo à meia verdade, ou mesmo à notícia errónea. Perder audiências, ser “caixa”, aumentar audiências ou tiragens, eis a forma fácil de fazer jornalismo, que resulta e vende.

Nos Jogos o que jornalisticamente interessa ao operador destacado, que necessita diariamente de enviar para o país de origem textos ou imagens, não é a análise desportiva ou social, as dificuldades que foi necessário ultrapassar para um atleta se qualificar para os Jogos, ou o excelente resultado, que o classificou, contra todas as expectativas no 10.º posto da competição, mas sim o facto do favorito perder ou o desconhecido ganhar.

O que se pede, o que nós pedimos é “objectividade” e tratamento da informação de forma a salientar os aspectos positivos da filosofia olímpica, o *fair-play*, o acatamento das regras e a absoluta igualdade entre atletas, fazendo justiça ao que a ciência atesta e que muitos tardam em aceitar.

Em 1886, nos Jogos de Atenas, apenas 11 jornalistas estavam presentes, um rácio de 2,8% dos atletas presentes. Em 2004, em Atenas cerca de 22.000 jornalistas, directamente tratavam e divulgaram os acontecimentos, ou seja cerca do dobro dos 10.500 atletas que competiram.

De acordo com a Carta Olímpica, todas as questões concernentes aos meios de informação nos Jogos Olímpicos são da exclusiva competência da Comissão Executiva do COI, e nesta, a uma Comissão de Imprensa.

O COI não quer, nem deve perder o comando das operações dos *media*, sob pena de se transformar os Jogos num acontecimento descartável.

Coubertin, tendo sido ele próprio jornalista, com carteira oficial, desde o início que procurou garantir o bom relacionamento com os jornalistas e assegurar-se, tanto quanto era possível, que a mensagem passada era favorável e agregadora. A informação é demasiado importante para ser deixada apenas nas mãos de uma profissão.

Independentemente dos teóricos e das utopias, o desporto olímpico trilhará o seu próprio caminho, afastará as manipulações e os oportunistas conjunturais, retornará à ética e às causas formativas, devolvendo a honra ao talento e à superação. Quanto mais soubermos despojar o desporto de tudo quanto não o enobrece e soubermos salientar a honestidade, a frontalidade, a luta leal e limpa, tanto mais contribuiremos para o fortalecer.

Março de 2008, José Vicente Moura

Referências

- AGULAR, Mário de. *A fabulosa história dos jogos Olímpicos*. [s. l: s. n.], 1963.
- COI. *Le Mouvement Olympique*. [s. l: s. n.], 1985.
- MACHADO, Fernando. *Os jogos olímpicos*. [s. l: s. n.], 1982.
- MARREIROS, João. *Jogos olímpicos e Olimpismo*, 1988.
- MORAGAS, Miguel de. *Comunicació e Cultura*. [s. l: s. n.], 1991.
- RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. [s. l: s. n.], 1977.
- SOBRAL, Luís; Magalhães Pedro. *Introdução ao Jornalismo desportivo*. 1999.
- VARELA, Andrés Mercê. *Los juegos Olímpicos*. [s. l: s. n.], 1988.
- VÁRIOS: C.M.O. *Os novos Desafios do desporto no século XXI*. 1992.

Foi com especial regozijo e orgulho que aceitei o convite da Universidade Federal do Amazonas, e que me foi dirigido pelo meu amigo professor Almiro Liberato, para atravessar o Atlântico, entrar, pela primeira vez, com uma curiosidade febril, neste espaço mundialmente sagrado da Amazónia e vos trazer, mais do que uma ideia de utopia, uma proposta, algo, inovadora que pode, na minha humilde perspectiva de homem da comunicação, trazer uma mais valia decisiva ao conhecimento e aos saberes do universo do desporto.

Parto, pois, sem mais demoras, para o desenvolvimento do tema que vos trago e que vos proponho como assunto de reflexão, eventualmente imprevisito, para muitos, talvez novo, mas sobre o qual tenho vindo a dedicar atenção e estudo.

Pois bem,

Há uma frase que tem vindo a ser adoptada por alguns dos técnicos desportivos de conhecimento empírico e que lhes justifica o conforto de uma confrangedora ausência de vontade de saber: «o futebol não é, nem nunca haverá de ser, uma ciência».

E, de facto, não é. O futebol pode ser, apenas, uma manifestação lúdica num tempo de intervalo de obrigações e saturações da vida. Porém, o futebol, como qualquer outra modalidade desportiva, quando colocado ao nível do alto rendimento e do mundo global da competição, não sendo uma ciência, não resiste sem conhecimento, nem poderá sobreviver sem a intervenção decisiva das ciências, na sua natureza pluridisciplinar.

Para todos os que aqui estão, homens de fé na ciência e nos saberes, este conceito, com que abrimos esta minha tão pouco natural quanto surpreendente intromissão numa casa de grandes e reconhecidos méritos universitários, não deverá causar contestação.

Para todos vós será pacífico o entendimento de que o desporto e a sua prática, sobretudo se entendida ao nível das elites, só conhecerá evolução e desenvolvimento num quadro plural das mais diversas áreas científicas, todas elas específicas, mas igualmente importantes. Poder-se-á, pois, dizer, um pouco à semelhança do que sucede na área médica, ou na área a que pertença, a da comunicação, que o técnico desportivo começa por ser, no final da sua licenciatura, um generalista do desporto. Mas se, antes, os licenciados portugueses, que o país pacóvio e mentalmente provinciano, de que nos falava o grande poeta Fernando Pessoa, logo elevava à condição de doutores, se sentiam confortáveis no que admitiam ser um ponto de chegada, hoje, com o avanço tecnológico, a investigação científica, a urgência de novas respostas para novos planos de desenvolvimento, as necessidades de conhecimento especializado tornam-se evidentes, tal como a inevitabilidade de aprofundarmos o nosso conhecimento nas áreas em que decidimos ou podemos intervir.

O licenciado em desporto, mesmo que se tenha empenhado no razoável domínio da complexa área do treino, deverá entender que, independentemente do patamar que vier a atingir, por competência, oportunidade ou simples sorte na vida, não deverá perder a consciência de que a área técnica do treino é de tal forma pluridisciplinar que, mesmo no topo de uma hierarquia, não mais terá, como acontecia há uns anos, uma função individual, isolada.

O treinador é, hoje em dia, um elemento que tem de saber trabalhar em equipa. Não podendo abarcar todas as competências necessárias à exigência cada vez maior do treino e da própria natureza complexa do atleta, deve investir, o mais possível, no conhecimento da sua área específica de intervenção e preparar-se para uma cooperação tão aberta e alargada quanto possível.

Na diversidade de matérias e disciplinas que a área de desporto abrange no percurso de formação universitária começa, aliás, o entendimento da visão plural do ensino e do treino desportivo. Do saber e da importância de cada uma delas entenderão vós bem mais do que eu. Por isso, se me atrevo a pisar terras que me são mais

estranhas a mim do que a vós, é porque tenho vindo a reflectir, por observação de experiência acumulada de muitos anos de jornalismo e de relação directa com a área do desporto de alto rendimento, numa urgência que me parece óbvia, por dever de função, mas que não está, ainda, na ordem de prioridades do conhecimento e do saber do técnico de desporto.

Para facilidade de entendimento, pegue-se num exemplo comum de uma equipa de futebol do mais alto nível internacional. Toda a estrutura que envolve os atletas, que os acompanha, os prepara, os orienta, os estimula, os desenvolve, os conduz, tem-se tornado cada vez mais complexa e plural. Além da intervenção directa no treino, que admite a natureza específica da própria função individual do atleta (guarda redes, defesa (zagueiro), lateral, central, médio defensivo, médio de ataque, médio ala, avançado, etc.) há a juntar a intervenção de muitas ciências diversas, da medicina à psicologia, da fisiologia à bioquímica, da estatística à biologia.

Quanto mais ricos são os clubes, mais se distinguem na qualidade e diversidade dos técnicos colocados à disposição da equipa e de cada um dos seus elementos. Daí que o líder de uma equipa tão diversa e tão numerosa deva possuir competências muito especiais, que o capacitem para uma coordenação mais do que simplesmente intuitiva, assente numa inteligência dinâmica e interactiva.

Ora, a questão que coloco e que proponho com alguma novidade, é, precisamente, a da estranha e inexplicável incoerência de não se entender que, ao mais alto nível do treino de alto rendimento, quer seja na sua vertente individual, quer seja na colectiva, se torne absolutamente essencial ao desenvolvimento inteiro do atleta e à melhoria global do seu rendimento desportivo a intervenção regular e estruturante das ciências da comunicação.

Não deixa de ser curioso que todos nós, colocados nos mais diversos sectores de actividade, aceitemos viver num mundo que fez da comunicação a sua relação essencial com a vida. Nada faz hoje verdadeiramente sentido, que não seja comunicável. Para ser

mais drástico, a verdade é que, no mundo da comunicação, nada verdadeiramente existe quando ninguém sabe que existe.

É esta natureza, eventualmente excessiva, injusta e até cruel, mas incontornável, de um mundo que apenas se preocupa com o que sabe existir, porque ouve, ou porque vê, que não pode, ou não deve continuar a ficar de fora e, pura e simplesmente, a inexistir na formação do técnico desportivo e, muito especialmente, do atleta de alto rendimento.

O desporto, ao mais alto nível, tem um mediatismo apaixonado e febril. Por isso, demasiado perigoso. É impossível, até num simples quadro de consciência das realidades, continuar a consentir que as ciências da comunicação continuem a ficar à porta do mundo do desporto. Quer seja o mundo restrito do clube, quer seja o mundo da universidade. E assim sendo, será bom que seja, então, a escola a introduzir, no âmbito de formação dos técnicos desportivos, o reconhecimento da necessidade da intervenção das ciências da comunicação aplicadas ao desporto.

Recentemente, num encontro de directores de alguns dos mais importantes jornais desportivos da Europa, o presidente do Real Madrid, que promoveu a reunião, dava-me conta de que o clube iria passar a celebrar contratos com os seus atletas profissionais de futebol, que incluiria uma cláusula de obrigações na relação com os media, procurando assim defender o clube do enorme assédio que as grandes empresas fazem aos melhores jogadores, tentando tirar partido da sua imagem e da sua capacidade de fazer chegar qualquer mensagem a um universo muito alargado de pessoas, em qualquer parte do mundo.

Muitos dos melhores atletas do Real Madrid, pagos, com muito dinheiro, para passar mensagens que favorecem a imagem de marcas tão diversas como de roupa, relógios, perfumes, bancos, telefónicas, etc, começavam a mostrar grande relutância em falar aos jornalistas, sem contrapartidas financeiras, passando apenas a imagem de si próprios e do seu clube. «E no entanto, essa relutância não se entende, até porque somos nós, clubes, que pagamos os seus milionários contratos» - dizia-nos, Ramón Calderón.

Percebendo que o Real Madrid necessitaria de olhar para este problema, relativamente novo, com uma visão moderna e de futuro, Calderón anunciava-nos que iria contratar técnicos de comunicação obrigando os seus atletas a frequentar aulas privadas, aproveitando tempos mortos de estágio e preparando-os para enfrentarem as câmaras de televisão, os microfones das rádios e os jornalistas da imprensa escrita, ganhando novos conhecimentos de técnicas de expressão, que os levaria a saber como passar as mensagens essenciais à sua própria imagem e à imagem do clube que contratara os seus direitos desportivos.

E, mais do que isso. O estudo feito pelo Real Madrid dava conta de que ao melhorar a qualidade e a capacidade de comunicação dos seus técnicos e, especialmente, dos seus atletas, seria previsível que melhorasse o rendimento desportivo da equipa.

O estudo aponta para esta realidade: quanto mais à vontade estiverem os atletas e os técnicos para enfrentar a pressão mediática a que um clube como o nosso naturalmente está sujeito, mais condições tem a equipa de resolver bem a pressão que o adversário e o público a submete no jogo – garantia-nos o presidente do Real Madrid.

No entanto, as grandes estrelas da equipa não se sentiam especialmente sensibilizadas para participarem numa formação de novas técnicas de comunicação. A maioria considerava que na fase de projecção internacional em que se encontravam, os órgãos de comunicação beneficiavam mais do que eles próprios de uma entrevista, que certamente iria ter fortes repercussões na venda de jornais, ou nas audiências de televisão, sem que eles usufruíssem suficientes contrapartidas.

Nenhum deles, com excepção de Van Nietenroy, considerava, sequer, a ideia de poder tirar dessa exposição mediática, vantagens estratégicas para a equipa, ou vantagens patrimoniais para o clube.

Há uma visão individualista de interesses. Pensar no interesse da equipa, só mesmo dentro do campo. Calderón admitia que perante esta realidade e não querendo afrontar as principais estrelas da equipa, teria de apresentar os novos contratos, com cláusulas de exigência de hábitos regulares de comunicação com os media, apenas aos novos atletas do clube.

Curiosamente, ou talvez não, num encontro de carácter profissional que tive com José Mourinho, em Londres, indiscutivelmente, o técnico português com maior prestígio no mundo do futebol, ouvi-o dizer que afastar os jogadores da pressão dos media, como acontece, por exemplo, em Portugal, constituía um erro grave, porque impedia, ou, pelo menos, atrasava, uma melhor formação do carácter profissional do atleta.

A decisão correcta – dizia-me Mourinho – é preparar o jogador para saber como enfrentar essa pressão, tornando-o capaz de impor o discurso conveniente e de saber passar a mensagem útil, a ele próprio e ao grupo.

No entanto, a novidade que o grande clube de Espanha procurava, então, impor, apesar das dificuldades, era, apesar de tudo, uma novidade relativa, porque apenas inovadora na Europa. Há muito que, nos Estados Unidos, algumas empresas especificamente vocacionadas para técnicas de comunicação desportiva se instalaram na vida e nos hábitos dos melhores e mais mediáticos atletas americanos. A NBA tem, ela própria, uma central organizada de comunicação, que não apenas ajuda os seus membros, mas ainda tem uma acção decisiva na influência directa sobre os media que acompanham regularmente a grande prova do basquetebol norte-americano.

Os principais campeões olímpicos, especialmente na natação, no atletismo e na ginástica, também contam com formadores especializados na área da comunicação e da imagem, que lhes

permite garantir vantagens decisivas, enquanto atletas, sobretudo no acesso à sponsorização, e, mais tarde, depois de terminadas as suas carreiras, como comunicadores em universidades e convenções, o que lhes permite continuar a ter reconhecimento nacional e uma mais valia financeira, que está longe de ser subestimável.

Entre as técnicas de comunicação mais usuais, estão os comportamentos na relação directa com os jornalistas e com as câmaras, quando se trata de televisão. Os atletas aprendem a não se deixarem dominar nas entrevistas, impondo os caminhos que melhor servem os seus interesses de comunicação, passam a saber como passar ao público as mensagens essenciais, como driblar as questões difíceis ou até indesejáveis, ganham desenvoltura na comunicação, tornam-se experientes na expressão e nos olhares, aprendem a dar, de si próprios, uma imagem de segurança e de estabilidade psicológica, dominando as situações.

Em face disto, percebe-se que, em Portugal, como em muitos outros países do mundo, se assiste, ainda, a um tempo primitivo do homem desportivo, sobretudo nas áreas em que a pressão mediática é maior, como é o caso do futebol, ou dos atletas de elite em Campeonatos do Mundo ou Jogos Olímpicos. A relação entre os principais clubes profissionais, os atletas de elite e os media, em especial, a imprensa desportiva, é, ainda, dramaticamente amadora. Em cada dia, se assiste, da parte dos intervenientes directos, especialmente atletas, a uma comunicação primária, desinteressante e, não raras vezes, desmobilizadora de público. Num sector da vida desportiva, onde se tomam naturais cuidados de rigor e de profissionalismo, a área da comunicação, talvez uma das áreas mais importantes no mundo mágico do espectáculo desportivo, é votada ao mais surreal amadorismo. Quem fala, ainda julga que fala para jornais, no sentido literal do termo, e não percebe que fala para o mundo. A partir deste equívoco, quem ainda se dá a tão desinteressante trabalho de comunicar, raramente tem uma ideia sobre o que deve comunicar, que imagem deve fazer passar para o exterior, que mensagem se tornará útil a si próprio e à sua equipa.

Em nome do falso interesse do grupo, esses atletas de elite, não raras vezes, profissionais muito bem pagos, são transportados para um mundo irreal, fechados num género de castelos doirados numa desastrosa tentativa de os defender contra os perigos do mundo exterior.

Em resultado disso, o futebolista-tipo português perde autonomia, não gera um carácter forte no relacionamento com os outros, consolida uma personalidade imatura que, não raras vezes, se reflecte nas atitudes e nas pobres declarações públicas que presta à comunicação social. Não é mentalmente sólido e apenas se sente seguro quando se julga protegido por dirigentes paternalistas, ou no interior do seu grupo. Não se sentindo capazes de se relacionarem com a pressão que a sociedade inevitavelmente lhes impõe, a sua identidade desvanece-se na conclusão errada de que, fora do seu grupo, apenas existe um mundo agressor que o ameaça e o prejudica.

Percebe-se, assim, porque técnicos e atletas tanto se sustentam de lugares comuns. Sucedem-se conferências de imprensa em que é difícil ir além do «temos de salir a ganar» de Camacho, que também trouxe de Espanha a maior invenção do século: «se marcarmos mais golos, que o adversário, ganhamos». Com tais exemplos, os atletas também se desmobilizam e não sentem como é insensato perder a oportunidade de aproveitamento do tempo e do espaço de comunicação com o exterior. Por isso, repetem-se frases feitas de há muitos e muitos anos, que os jornalistas acabam por reinventar numa esforçada missão de vender o que já há muito tempo foi mal comprado.

Nesse mundo pouco consequente do futebol, ninguém, ou quase ninguém, tem suficiente sensibilidade para entender a verdadeira dimensão da importância de comunicar, sabendo o que se comunica, como se comunica e a quem se comunica.

Como é óbvio, a culpa não pode ser assacada a quem faz da comunicação essa rotina desinteressante, vulgarzinha e até mesmo penalizadora. Há que ganhar, primeiro, a consciência dessa

importância a um nível superior de conhecimento e não vejo melhor do que a oportunidade das universidades estudarem e investigarem no sentido de unir a omnipresente realidade da comunicação nas sociedades modernas, com o reconhecimento da importância de intervenção das ciências da comunicação aplicadas à área do desenvolvimento do desporto de alto rendimento.

E tanto ou mais importante do que preparar um atleta a saber expressar-se, será ensiná-lo a saber usar e trabalhar a sua imagem. Tal como nos diz Doris Graeber, um americano universalmente respeitado nas ciências da comunicação e que também passou pelas ciências políticas e da economia, a «mensagem verbal é muito importante, mas a imagem é determinante». A razão é explicada por ciências como a neurobiologia, que nos dá conta de que a linguagem verbal e a linguagem visual são processadas em diferentes zonas do cérebro, sendo que esta última é mais directa e representa, por isso, a nossa forma principal de aprendizagem.

Damos facilmente conta da importância da imagem na comunicação nos noticiários televisivos, onde a sensação de segurança, credibilidade e respeitabilidade do pivot se torna bem mais importante e decisiva para as audiências, do que a notícia. Se um leitor de jornais se fideliza pela afectividade ao seu jornal, que não quer ver demasiado mudado, um espectador de informação na televisão, fideliza-se pelo seu pivot preferido.

Recorrendo, ainda, a Doris Graeber, e agora que entrámos numa fase decisiva do período eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, talvez o maior e mais expressivo palco de comunicação universal de que há conhecimento, lembremos o que ele nos disse: “Não sei se, hoje, Abraham Lincoln teria sido eleito ou, mesmo, Franklin Roosevelt, que foi tão popular, mas tinha o corpo deformado devido à poliomielite”.

A tese que perante vós, convicta e apaixonadamente defendo é, pois, a de que as ciências da comunicação devem passar a fazer parte do mundo pluridisciplinar do treino desportivo, entendendo o treino numa perspectiva global de preparação e desenvolvimento de

capacidades para o exercício da função do mais elevado rendimento desportivo.

E será nas universidades, sobretudo aquelas em que se reconhece a importância da interacção entre o saber e a sua prática, que fará todo o sentido criar um departamento das ciências da comunicação, capaz de garantir ensinamentos específicos para melhor preparação dos técnicos desportivos, mas também apta a dar apoio directo a clubes e atletas de elite, como já acontece, por exemplo, em áreas como a da biomecânica ou da psicologia, garantindo meios essenciais de apoio a uma área do desporto que permanece totalmente desprotegida e estranhamente desqualificada.

Não se trata, sequer, conforme procurei demonstrar, de uma visão meramente futurista de um desporto que apenas se supõe poder vir a existir. O que se vê e facilmente se entende é que a maioria dos atletas de alto rendimento, quer na expressão individual, quer colectiva, a par de técnicos, mesmo aqueles que têm uma correcta noção pluridisciplinar da sua função, lidam mal com a pressão mediática, aproveitam mal o espaço e o tempo que se lhes oferece para comunicarem com o mundo, não conseguem fazer passar uma imagem positiva de si próprios e das entidades desportivas que servem. E, mesmo quando atingem grandes títulos e marcas internacionais, que colocam, por vezes, os seus países na primeira linha da atenção mundial, raramente têm consciência de como poderão vir a aproveitar o reconhecimento dos seus feitos e a consagração das suas carreiras numa acção que se prolongue no tempo, continue a garantir naturais benefícios financeiros e contribua, de forma sustentada, para a promoção e desenvolvimento do desporto.

Não gostaria muito de dar exemplos individuais comparados que poderão ser mal entendidos por alguns dos nossos maiores atletas olímpicos, mas não será excessivo considerar, no caso português, que a capacidade de comunicação de Nuno Delgado não apenas o ajudou, pessoalmente, a notabilizar-se, depois da medalha de Sidney, como ajudou ao desenvolvimento mais rápido e mais

consistente do judo, em Portugal. Exemplo não menos notável é o de Rosa Mota, nossa grande campeã olímpica, e que sempre manteve um nível superior de comunicabilidade com o mundo exterior que faz dela, ainda hoje, um dos maiores ídolos populares do desporto português, continuando a ser reconhecida, pelo menos, no mundo do atletismo.

Talvez ainda valha a pena recorrer ao exemplo eventualmente excessivo, mas, até por isso, significativo, do rãguebi. Nunca, como no último mundial de França, se terá mascarado tão bem uma derrota (para mais tão volumosa) como a que a selecção portuguesa de rãguebi sofreu no encontro com a Nova Zelândia. Apesar de ter sofrido mais de cem pontos, os seleccionados foram elevados à condição de heróis, pelo vigor com que jogaram, sim, mas, acima de tudo, pelo vigor com que cantaram o Hino Nacional. A verdade é que as televisões pegaram na história, percebendo que era facilmente vendável, e o rãguebi, que teve apenas derrotas desportivas, chegou a Portugal em cenário de glória nacional e, nos meses seguintes, o aumento jovens rãguebistas aumentou de tal forma que a maioria dos clubes não teve condições estruturais para os receber.

Vejamos, apenas em dois pequenos exemplos positivos, o caso brasileiro, que os portugueses tão bem conhecem. Um, o de Pelé, que soube, como poucos, prolongar o prestígio alcançado numa carreira desportiva única no mundo. Não será difícil atribuir a um poder de comunicabilidade excepcional, mesmo que muito feito de intuição e espírito de observação, aliado a um tempo de aprendizagem prática na sua relação profissional com o Cosmos, nos Estados Unidos, os extraordinários méritos da sua longevidade como um dos maiores ídolos mundiais, não apenas do desporto, mas de simples figura pública; outro, o de Luís Felipe Scolari, que transformou, pelo poder da sua comunicação directa e inteligente aquilo que se poderia chamar o sentimento fatalista da nossa Selecção Nacional de Futebol, dando-lhe uma alma vibrante e um espírito de conquista que, longe de ter uma conotação dramática,

como antes tivera, se tornou num espírito festivo, diria, até, de expressão gloriosa pelo sonho dos títulos e pela paixão pela pressão do jogo.

Acredito, pois, sinceramente, que esta proposta de inclusão das ciências de comunicação, adaptada ao ensino dos técnicos de desporto e às exigências do desporto de alto rendimento, deverá ser suficientemente avaliada e admitida como projecto realizável e útil. E deve ser incluída, tão depressa, quanto possível, nas áreas de investigação e estudo da universidade.

Meus generosos e pacientes ouvintes, agradeço-lhes a atenção que me dispensaram, mais do que a mim, a esta tese em que me revejo. O mundo da comunicação é importante de mais para apenas fazer parte do universo dos media, ou para servir de simples arte de manipulação de massas, por parte de políticos mal formados. As ciências da comunicação, aplicadas ao desporto, poderão trazer-nos, estou convicto disso, técnicos mais competentes e atletas de personalidade mais sólida e, por isso, melhor preparados para enfrentarem as difíceis exigências da competição ao mais alto nível e a forte pressão que as sociedades modernas exercem sobre os seus heróis.

As técnicas de comunicação podem eleger presidentes, podem tornar justas guerras cruéis, podem manter ditadores eternamente no poder, podem, até, mudar a verdade da História. É, por isso, uma arma perigosa e não raras vezes decisiva nos tempos que correm. O que vos proponho, aqui, bem dentro deste fantástico pulmão do mundo, é que também esta escola respire um novo ar, de um novo tempo, e saiba abraçar o futuro como um desafio estimulante, capaz de aproveitar as ciências da comunicação para fins bem mais benignos, respondendo melhor e com mais conhecimento às sempre novas exigências que as sociedades modernas impõem ao desporto e aos atletas de alto rendimento.

COMUNICAÇÕES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: AVALIAÇÃO DO PROJETO SAÚDE NAS PRAÇAS

Danilo Zero dos Santos¹

Paulo Fernando Moraes²

Introdução

O presente estudo teve como objetivo verificar se o projeto Saúde nas Praças interfere positivamente na qualidade de vida das pessoas. O projeto, que é mantido pela Prefeitura Municipal de Araraquara, tem o objetivo de oportunizar a prática esportiva da ginástica à sua população, principalmente da terceira idade. As atividades são realizadas em 30 locais da cidade, sendo a maioria em praças públicas e áreas de lazer, atendendo a cerca de 500 pessoas.

O estudo foi desenvolvido a partir do tema de avaliação de políticas públicas, como forma de justificar os investimentos do Estado à população. Dessa forma, a avaliação do projeto foi dividida em duas partes: na primeira, estaremos avaliando se os participantes, com a prática de ginástica, tiveram melhora nos fatores de risco para doenças não transmissíveis. Para essa verificação, realizamos avaliações antropométricas em IMC, porcentagem de gordura corporal e relação cintura-quadril, antes e depois da participação das pessoas no projeto no ano de 2007.

Na segunda avaliação, partimos do pressuposto que a ginástica não causa somente melhora nas capacidades físicas das pessoas, como também seus benefícios são estendidos para o

¹ Gestor de projetos da Secretaria Municipal de Esportes de Araraquara. E-mail: danilo_zero@yahoo.com.br.

² Coordenador do Projeto Saúde nas Praças.
E-mail: moraes.paulinho@gmail.com.

campo social. Dessa forma, é importante saber o quanto a prática de ginástica contribui para melhorar a autoestima e a convivência social das pessoas. Utilizamos para esse fim um questionário, onde os participantes puderam responder se o projeto contribui na melhora ou não desses fatores.

Problema de pesquisa

O investimento em programas que visam reduzir os riscos de doenças não transmissíveis é exemplo de ação complementar ao sistema de saúde tradicional, que visa investir também na prevenção de doenças e não apenas em seu tratamento. Considerando que o Projeto Saúde nas Praças tem essa proposta, a questão central desse estudo é saber se esse projeto atende à proposta da prática de atividade física como prevenção primária de saúde, definida como “[...] a eliminação ou redução das causas das doenças ou problemas de saúde, na fase pré-clínica, antes do aparecimento de sinais ou sintomas, com a finalidade de impedir ou minimizar a sua ocorrência.” (ALMEIDA FILHO, 2007, p.13).

Importância do estudo/justificativas

O projeto tem a proposta de contribuir na construção de métodos de avaliação de políticas públicas, principalmente “[...] na apreciação de resultados de políticas e ações institucionais quando as atividades avaliadas têm resultados ou conseqüências difusas [...]” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2000, p. 9). A prática regular de exercícios físicos, no caso a ginástica, pode causar efeitos na saúde das pessoas em espaço de tempo maior que o compreendido pela avaliação desse projeto, mesmo assim a sua avaliação não deve ser descartada. É preciso, nesse sentido, construir metodologias capazes de abordar seus efeitos, mesmo quando eles forem difusos no tempo.

A mudança na estrutura etária em curso no país também justifica a realização desse estudo. Segundo o IBGE (2006), o Brasil passará de 12,6 milhões de pessoas com 60 anos ou mais em 2005 para 64 milhões em 2050, passando a representar 24,6% da população total, ante 9,9%. Dessa forma, programas que podem contribuir para um envelhecimento saudável devem ser incentivados.

Complementa a necessidade do estudo, a informação que o país gasta anualmente cerca de R\$ 10,9 bilhões anuais com consultas, exames, internações e cirurgias causadas por doenças não transmissíveis, e essas representam 61% das mortes ocorridas no país (BRASILEIROS..., 2007). Nesse sentido, estudos de políticas que investem na prevenção primária de saúde devem ser praticados, para que o Estado aumente a eficiência de seu gasto e sua população ganhe em qualidade de vida.

Metodologia

A pesquisa utilizará o método qualitativo e caracteriza-se pelo contato preciso e duradouro com cada um dos locais de atividades do Projeto Saúde nas Praças, e como estudo de caso único, pois é o projeto Saúde nas Praças que está sendo investigado. Busca-se colher informações dentro de um contexto real, necessitando de múltiplas fontes de evidência.

A pesquisa apresentará caráter exploratório, pelo fato de seu alcance ser restrito e pela dificuldade em extrapolar seus resultados. Trata-se, além do mais, de pesquisa-ação, uma vez que o pesquisador participa diretamente do campo de investigação, realizando intervenções diretas junto aos objetos investigados.

Resultados

Os resultados da pesquisa serão apresentados em tabelas e gráficos para sua melhor e rápida compreensão.

Tabela 1 – Variação do ICM

Ciclo de Vida	Classificação	Pré Avaliação	Pós Avaliação	Variação
Adultos	Baixo Peso	0,0%	1,4%	140,0%
	Adequado	36,5%	24,3%	-33,4%
	Sobrepeso	37,8%	48,6%	28,6%
	Obesidade	25,7%	25,7%	0,0%
	TOTAL	100,0%	100,0%	-
Idosos	Baixo Peso	10,9%	6,5%	-40,40%
	Adequado	52,2%	54,3%	4%
	Sobrepeso	37,0%	39,1%	5,70%

Tabela 2 – Variação do Percentual de gordura

Ciclo de Vida	Classificação	Pré Avaliação	Pós Avaliação	Variação
Adultos	Excelente	0,0%	2,8%	280,0%
	Bom	4,2%	6,9%	64,3%
	Média	34,7%	38,9%	12,1%
	Regular	16,7%	19,4%	16,2%
	Insuficiente	44,4%	31,9%	-28,2%
Idosos	Excelente	0,0%	7,0%	700,0%
	Bom	2,3%	14,0%	508,7%
	Média	53,5%	55,8%	4,3%
	Regular	7,0%	4,7%	-32,9%
	Insuficiente	37,2%	18,6%	-50,0%

Tabela 3 – Variação para risco de Doenças Cardiovasculares

Ciclo de Vida	Classificação	Pré Avaliação	Pós Avaliação	Variação
Adultos	Com Risco	57%	30,4%	-46,67%
	Sem Risco	43%	69,6%	61,86%

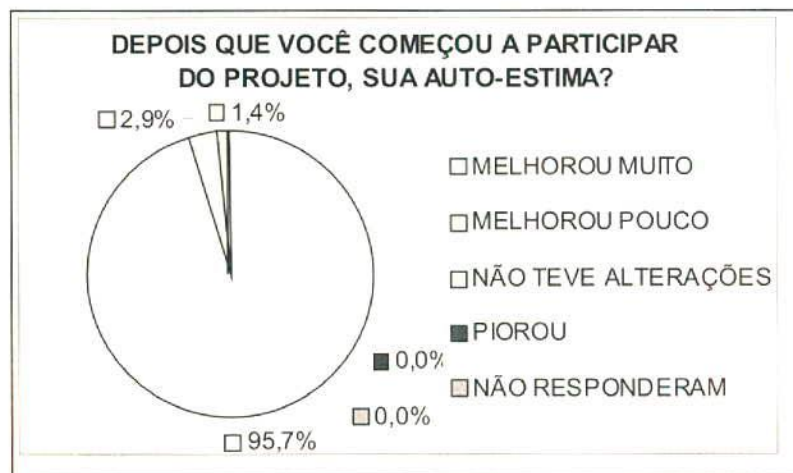


Gráfico 1 – Mudança na autoestima



Gráfico 2 – Mudança na convivência social

Conclusões

Os resultados das avaliações antropométricas demonstram que foi possível diminuir os fatores de risco associados às doenças não transmissíveis, respondendo a nossa questão central, que era saber se o Projeto Saúde nas Praças atende a proposta de exercícios físicos como prevenção primária de saúde. A análise das variáveis autoestima e convivência social nos permitiu perceber que a prática de ginástica contribuiu para que os participantes tivessem melhoras nesses fatores.

Sobre o objetivo geral da pesquisa: o projeto Saúde nas Praças consegue produzir efeitos positivos na qualidade de vida dos participantes? Se o conceito de qualidade de vida para a ONU (2005) é a interação na pessoa de fatores da sua saúde física, de seu estado psicológico, de seu nível de dependência e de suas relações sociais e, como todos esses fatores apresentaram melhoras de acordo com a metodologia utilizada, é passível concluirmos que o projeto Saúde nas Praças contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos seus participantes.

Referências

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção: Questões da Nossa Época, 75).

BRASIL. Ministério da Saúde: *Prevenção e controle das doenças não transmissíveis no Brasil*. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.univag.com.br/biblioteca/Enfermagem/Doencas%20Cronicas/Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20controle%20das%20doen%C3%A7as%20nao%20transmissiveis%20no%20Brasil/cd05_15.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2007.

BRASILEIROS não têm alimentação saudável nem fazem exercícios. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2007. Vida &, p. 17.

MAZO, Giovana Zarpellon; LOPES, Marize Amorim; BENEDETTI, Tânia Bertoldo. *Atividade física e o idoso: concepção gerontológica*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FILHO, Naomar de Almeida. *O conceito de saúde e a vigilância sanitária: notas para a compreensão de um conjunto organizado de práticas de saúde*. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/seminario/conceito.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Síntese de indicadores sociais 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/indic_sociais2006_mulher.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2007.

VISITA AOS EQUIPAMENTOS DE LAZER DE CIDADE MÉDIA DE REGIÃO METROPOLITANA: UMA VISÃO A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS.

Felipe Soligo Barbosa¹
Nelson Carvalho Marcellino²

Os processos de formação de profissionais, para atuação na área do lazer, vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado em franca expansão.

Na sua grande maioria, no entanto, esses processos de formação procuram preparar o chamado especialista tradicional, a partir de uma visão abstrata de lazer. Na vinculação com o esporte percebe-se ora a ênfase numa vertente ligada à educação física escolar, ora ao chamado treinamento esportivo. Quase sempre é o mercado o regulador do tipo de profissional a ser formado, vendo o lazer e o esporte como mercadorias a serem consumidas no tempo disponível, inclusive de uma perspectiva de controle social (MARCELLINO, 2001, 2002a, b, c, d).

Até onde Marcellino (2002b) pôde detectar, no que diz respeito à violência, as reivindicações sobre o lazer físico-esportivo são muito ligadas a uma possível característica instrumental, de uma perspectiva saneadora, moralizante ou terapêutica ou mesmo de uma perspectiva sadia, quando se faz referência ao uso de drogas pelos usuários dos equipamentos públicos.

Por outro lado, a observação do uso dos equipamentos de lazer tem nos levado à constatação de inúmeros casos de adaptações, ou de novos usos pela população, diferentes daqueles para os quais foi planejado, o que exigiria uma postura diferenciada dos animadores, ou uma nova forma de planejamento de equipamentos

¹ UCDB/GPL - lipbarbosa@uol.com.br

² UNIMEP/GPL/CNPq - ncmarcel@unimep.br

mais participativa, de acordo com as aspirações da população, diga-se de passagem, em consonância com o próprio conceito de lazer.

O uso do espaço urbano e a construção e animação dos equipamentos de lazer constituem eixo fundamental de uma política de lazer, no campo dos interesses culturais (BARBUY, 1980; MARCELLINO, 2002e; SANTOS, 1982; WILHEIM, 1976; YURGEL, [s.d.]).

Portanto, a democratização do lazer exige políticas públicas, porém elas não se restringem somente às políticas de atividades, que, na maioria das vezes, acabam por se constituir em eventos isolados, e não em políticas de animação como processo; é preciso que seja contemplada também a redução de jornada de trabalho e, portanto, a política de reordenação do tempo: significa, também, falar numa política de reordenação do solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer: e finalmente, numa política de formação e desenvolvimento de pessoal, para que o corpo técnico trabalhe de forma eficiente e atualizada (MARCELLINO 2002e).

Diante do novo quadro urbano que se desenha no país, com a concentração das populações em regiões metropolitanas, e tendo em vista que o lazer se configurou, historicamente, como uma problemática essencialmente urbana (REQUIXA, 1977), é imperioso que se trabalhe em políticas públicas na perspectiva dessas regiões. É impossível ficar restrito aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos (positivos e negativos) que políticas de lazer podem trazer para regiões inteiras (MARCELLINO, 2001).

A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), aponta que em quase metade da região metropolitana de Campinas (RMC) não há espaços culturais e de lazer construídos, e embora o perfil apresentado para a RMC esteja acima da média brasileira, em oferta de serviços de lazer/cultura, esses dados refletem o perfil tradicional das regiões metropolitanas, que são caracterizadas por centro e periferia, onde a oferta de serviços de qualidade está no centro. O objetivo deste

estudo é entender as relações estabelecidas entre o público usuário, os equipamentos de esporte e lazer, e os profissionais que neles atuam, em cidade média de região metropolitana.

Usamos a combinação de pesquisas bibliográfica, documental, e de campo, buscando fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas de esporte e lazer, em cidades de médio porte de regiões metropolitanas, especificamente nos eixos de espaços e equipamentos e de formação e desenvolvimento de pessoal.

Neste momento estamos apresentando os resultados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo para profissionais e o público usuário dos espaços e equipamentos de lazer da cidade de Hortolândia. Foram pesquisados 22 espaços e equipamentos de lazer e esporte, que oferecem em suas programações diversas opções. Embora haja na área urbana do município cerca de 200 praças, somente uma pequena parte (objetos dessa pesquisa) de equipamentos oferece programações com presença de animadores, professores ou monitores.

Uma das etapas desta fase constituiu-se da Entrevista Centrada (THIOLLENT, 1987, p. 35), feita com os profissionais dos equipamentos selecionados, tendo como base para seleção dos equipamentos a serem pesquisados a observação participante, escolhidos por critérios de representatividade e acessibilidade de acordo com as categorias pré-estabelecidas em reuniões realizadas com o orientador. A entrevista foi feita para os profissionais dos equipamentos envolvidos diretamente nas atividades desenvolvidas e disponíveis no momento da visita.

A Observação Estruturada foi realizada a partir das técnicas fixadas de acordo com o cronograma, consecutivamente à etapa descrita anteriormente. Foram observados os equipamentos e a partir das atividades que ocorriam no momento da visita. Foram utilizados dois modelos para o roteiro um primeiro denominado “Ficha de Observação 1”, que faz referência aos espaços que apresentavam uso comum à sua função original, e o outro roteiro denominado “Ficha de Observação 2”, que faz referência aos

espaços que apresentavam uso diferente, ou adaptado de seu uso comum, original.

A cidade dispõe de instrumentos legais para administração consorciada englobando a RMC. Entretanto esse procedimento não tem se verificado nas Políticas Públicas de Lazer.

No momento de aplicação dos instrumentos de pesquisa para o público usuário, durante os meses de abril, maio e junho de 2007, foram entrevistados, 175 sujeitos, sendo 106 homens e 69 mulheres, majoritariamente moradores de Hortolândia, mas também das cidades vizinhas como Sumaré e Monte Mor. Já podemos falar numa significativa concentração dos usuários entre 7 e 21 anos, seguido pelo público idoso e posteriormente adultos na frequência aos equipamentos, resultado obtido por meio da análise quantitativa dos frequentadores dos espaços.

A maioria dos frequentadores se utiliza de meios de transporte, próprio ou popular, para se deslocar até o equipamento, entretanto um número significativo de sujeitos vai para o local a pé ou até mesmo de bicicleta. A frequência de visitas aos equipamentos varia de semanalmente a 3 vezes por semana, sendo também utilizados até 4 vezes por semana, por uma parcela dos sujeitos. A maioria significativa dos sujeitos diz frequentar outros espaços e *equipamentos de lazer na cidade*.

Há certa igualdade de opiniões quando os sujeitos são questionados em relação à necessidade de melhorias em termos de instalação e material do equipamento, o que se verifica também em termos de professores, monitores e animadores dos equipamentos.

Quando questionados sobre outras possibilidades de lazer em termos de instalações e materiais a serem realizadas no local/espaço do equipamento a maioria não acha necessária essa preocupação. No que diz respeito aos professores, monitores e animadores esta maioria se mantém, entretanto percebe-se no discurso dos sujeitos que opinaram sobre haver necessidade de mais pessoal para manutenção do equipamento e das atividades ali realizadas a preocupação com as várias opções de lazer que podem realizar.

Quando questionados pela necessidade da construção de novos espaços de lazer e até mesmo de melhorias quanto ao espaço, e ao material, no local, praticantes e espectadores responderam negativamente. Pudemos apurar, também, as mesmas intenções nas respostas obtidas dos professores, monitores e animadores presentes nos espaços. Entretanto, quando questionados sobre a necessidade de pessoal de manutenção e animação nos locais pesquisados, as respostas, em sua maioria, foram positivas.

Durante as visitas ao local foi possível verificar o uso, pela população, muito abaixo da capacidade instalada. Muitos dos espaços visitados demonstraram ser subutilizados, o que destaca a exigência de políticas públicas de lazer, principalmente no eixo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação na área, que possibilite a formação de uma estrutura de animação, englobando os vários conteúdos culturais do lazer.

Portanto, pudemos verificar, a partir das análises realizadas, que o município de Hortolândia não apresenta uma política pública de lazer e apesar das ações que favorecem a prática do lazer pela população, geralmente esta é restrita a alguns conteúdos do lazer, o que leva a espaços subutilizados e a novos usos pela população de determinados equipamentos. Pelos dados de nossa pesquisa há uma necessidade urgente em preparação de pessoal para a animação dos espaços, parte de uma política de animação, que englobe os diversos conteúdos culturais.

Diante da nova realidade dos equipamentos e espaços de lazer em regiões metropolitanas é necessário que a cidade, como parte de uma dessas regiões passe a integrar Câmaras Setoriais e Consórcios também nessa área, uma vez que isso já se encontra previsto em lei.

- BARBUY, S. *O espaço do encontro humana*. São Paulo: ECE, 1980.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2004.
- _____. (org.) *Lazer & esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- _____. (org.) *Lazer: informação e atuação profissional*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002a.
- _____. Eu corpo – o que gosto, o que posso, o que faço. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.) *O esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002b, p. 269-276.
- _____. Apontamentos para a elaboração de um repertório de atividades de recreação e lazer. In: _____. (org.) *Repertório de atividades de recreação e lazer*. Campinas: Papirus, 2002c.
- _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002d.
- _____. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MULLER, A.; COSTA, L. (org.) *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002e.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.
- WILHEIM, J. *O substantivo e o adjetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- YURGEL, M. *Problemas da arquitetura contemporânea: o lazer*. [s.l.]: SEESC, [s.d.]. Estudos, 2.

Stéphanie Helena Mariano¹
Nelson Carvalho Marcellino²

Introdução

Diante do novo quadro urbano que se desenha no país, com a concentração das populações em regiões metropolitanas, e tendo em vista que o lazer se configurou, historicamente, como uma problemática essencialmente urbana (REQUIXA, 1977), é imperioso que se trabalhe em políticas públicas na perspectiva dessas regiões. É em meio a essa problemática do acesso e uso dos equipamentos de lazer em regiões metropolitanas que passamos a nos questionar como se dá o acesso aos equipamentos de lazer nas cidades periféricas da região metropolitana, mais especificamente nos municípios de pequeno porte.

Ao estudarmos duas cidades de pequeno porte da Região Metropolitana de Campinas,³ Nova Odessa e Monte Mor, esperamos buscar elementos para o entendimento da análise da situação de outras pequenas cidades de regiões metropolitanas brasileiras.

Este artigo é baseado em um dos capítulos de uma dissertação⁴ de mestrado bem mais ampla, e tem como objetivo: entender as

¹ AM/Unipinhal/GPL stemariano@gmail.com

² UNIMEP/CNPq/GPL – nmarcel@unimep.br

³ A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi escolhida por critérios de acessibilidade e representatividade: A RMC tem 2.633 milhões de habitantes (IBGE, 2005), e responde por 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (FINETTO, 2005). **Municípios:** Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, e Vinhedo (PNUD, 2000a).

⁴ MARIANO, S. H. *Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas*. 2008. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008. A dissertação, por sua vez, faz parte de um projeto mais amplo: MARCELLINO (2007).

relações estabelecidas entre o público usuário, os equipamentos de lazer, e os profissionais que neles atuam, em cidades de pequeno porte de região metropolitana.

Em relação à metodologia do estudo, o trabalho foi realizado através de pesquisa de campo, englobando: “entrevista centrada” (THIOLLENT, 1987) para os profissionais dos equipamentos; observação estruturada de equipamentos com atividades comuns, de acordo com a finalidade para a qual foram concebidos; observação estruturada de equipamentos com atividades adaptadas, com finalidades diferentes daquelas para as quais foram concebidos; aplicação de formulário para praticantes de atividades nos equipamentos; e aplicação de formulário para espectadores de atividades nos equipamentos. O estudo original (dissertação) foi precedido por pesquisa bibliográfica e documental.

Monte Mor é o 13º em população, dentre os 19 municípios que integram a RMC, correspondendo a 44.721 habitantes (IBGE, 2005). Sua área territorial é de 220 km², dividida em 58 km² de área urbana e 162 km² de área rural (CAIADO, 2002a). Dista da Capital cerca de 122 km (MONTE MOR, 2005). Ao norte, a cidade limita-se com Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, ao sul com Elias Fausto e Indaiatuba, a leste com Campinas e Hortolândia, e a oeste com Capivari (CAIADO, 2002a).

A cidade foi escolhida para o estudo devido ao seu pequeno contingente populacional, à sua forte tradição agrícola, à sua acessibilidade e ao seu baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) para a RMC. O IDH de Monte Mor (0,783) é considerado baixo em relação aos demais municípios da RMC, ou mesmo ao IDH da própria RMC, que é de 0,834. No entanto, quando comparado ao restante do país, passa a ser um índice alto, pois o índice nacional é de 0,766 (IBGE, 2000; CAIADO, 2002a; PNUD, 2000a e b).

Nova Odessa é o 12º município em população, dentre os demais da RMC, contando com 47.088 habitantes, e possuindo uma área de 73 km² (IBGE, 2000, 2005). O município é limitado pelos de Sumaré (Sul), Paulínia (Leste), Americana (Norte) e Santa Bárbara D'Oeste (Oeste), e dista 120 km da capital por rodovia (NOVA ODESSA, 2005).

Os critérios que imperaram na escolha da cidade de Nova Odessa para este estudo foram: ser um dos principais pólos têxteis do interior do estado de São Paulo (juntamente com Americana), pequeno contingente populacional, acessibilidade e o fato de não possuir um alto índice de desenvolvimento humano (IDH). O IDH de Nova Odessa é 0,826, o qual não é considerado alto quando comparado às demais cidades da RMC, e é ligeiramente inferior ao IDH da própria RMC, que é de 0,834. Porém, quando analisada em âmbito nacional (o IDH do Brasil é de 0,766), Nova Odessa demonstra um IDH alto (IBGE, 2000; PNUD, 2000a e b; CAIADO, 2002b).

A fim de facilitar a compreensão desta pesquisa, dividimos este artigo em duas partes: a primeira delas correspondente à cidade de Monte Mor e a segunda, à Nova Odessa.

Observações e opiniões obtidas em Monte Mor

Dentre os 29 equipamentos de lazer apontados por pesquisa documental precedente, selecionamos quatro deles de acordo com critérios de tamanho, conteúdos culturais e funções. São eles: Centro Educacional “Bahia Assis”, Centro Esportivo e de Lazer “Chequer Assis”, Conjunto Desportivo “Joaquim Batista Alves” (Joaquinzão) e Praça Rausing.

Entrevistas centradas

As entrevistas centradas constituíram a primeira etapa da coleta de dados, sendo aplicadas com profissionais responsáveis nos quatro equipamentos selecionados.

Observando as entrevistas de maneira geral, podemos concluir que o conteúdo cultural predominante nesses equipamentos é o físico-esportivo, mas que esse quadro poderia ser diferente se houvesse uma estrutura de animação em todos os locais para aproveitar todas as suas possibilidades de utilização.

Talvez o quadro também fosse diferente se o responsável por todos esses equipamentos tivesse uma formação específica na área, permitindo se ter uma visão mais apurada das falhas existentes nos equipamentos esportivos da cidade. Ou, então, se fosse criada uma equipe de profissionais, formada pelo coordenador de esportes e lazer e profissionais da Educação Física ou áreas afins que atuariam nos equipamentos, capaz de discutir em conjunto os problemas e as possíveis soluções no setor de lazer esportivo do município. Com a implantação de uma estrutura de animação, os profissionais a atuarem no setor poderiam diagnosticar a necessidade de compra de mais materiais e de melhora nas instalações e, assim, estabelecer ações nesse sentido.

Formulários aplicados com o público

Foram entrevistadas, no total, 106 pessoas nos equipamentos em Monte Mor, sendo 71 praticantes e 35 espectadores. A faixa etária predominante dos praticantes é de 7 a 14 anos, e a dos espectadores de 15 a 21. A maior parte do público entrevistado é do gênero masculino. Quanto à procedência, todos os usuários são moradores de Monte Mor.

A grande maioria do público vai a pé até os equipamentos, o que coincide com o fato das pessoas que frequentam esses locais morarem em bairros próximos à suas localizações. Esse fato nos aponta também a idéia de “pedaço” (MAGNANI, 1998), que está fortemente presente nesses bairros de Monte Mor. Essas pessoas acabam dispondo de suas opções de lazer no seu “pedaço”, que, neste caso, está a certa distância dos demais “pedaços” do município.

Os praticantes entrevistados declararam ir, na sua maioria, semanalmente aos equipamentos. Já os espectadores apresentaram um quadro mais variado, tendo uma significativa parte declarado ir raramente e uma outra parte semanalmente.

Um pouco mais da metade dos praticantes frequentam outros equipamentos de lazer esportivo no município, enquanto a maior parte dos espectadores não frequenta outros locais.

A partir dessas constatações, percebemos que a existência de equipamentos é muito importante para o público (comprovada pela a assiduidade dos praticantes e parte dos espectadores). Também notamos que é muito importante que os equipamentos sejam distribuídos igualmente entre os bairros do município, visto que o que geralmente ocorre é as pessoas frequentarem somente aqueles locais próximos de sua moradia. Num município como Monte Mor, em que os bairros são descentralizados e um pouco distantes um dos outros, é importante que haja essa preocupação por parte do poder público. Terão todos os bairros um equipamento de lazer com qualidade para seus moradores?

Muitas vezes, construir mais equipamentos em bairros mais desprovidos pode ser uma alternativa que envolva um custo bastante alto. Uma outra opção, nesse caso, seria implantar um sistema melhor de transportes, que pudesse garantir o acesso livre da população aos equipamentos localizados em diferentes partes do município.

Observações e opiniões obtidas em Nova Odessa

Dentre os 41 equipamentos de lazer levantados a partir de pesquisa documental anterior a este trabalho, selecionamos quatro deles de acordo com critérios de tamanho, conteúdos culturais e funções. São eles: Ginásio Municipal de Esportes do Jardim São Manoel (“Adrianinha”), Ginásio Municipal de Esporte Jaime Nercio Duarte “Carioba”, Ginásio de Esportes “José Baptista” e Parque Ecológico Isidoro Bordon (Zoológico Municipal).

Entrevistas centradas

Analisando os dados revelados através das entrevistas de maneira geral, notamos que o conteúdo predominante nas atividades é o físico-esportivo. E percebemos que a variedade de atividades que é oferecida no “Carioba” poderia se estender aos demais equipamentos, atendendo aos moradores de diferentes bairros do

município. Seria necessária, então, uma ampliação da estrutura de animação e de materiais e instalações.

Damos destaque também aos conteúdos das atividades desenvolvidas no Parque Ecológico, que são mais voltados aos interesses intelectuais (através da educação ambiental).

Formulários aplicados com o público

Os formulários foram aplicados a 76 pessoas, sendo 51 praticantes e 25 espectadores. A faixa etária predominante, entre os praticantes e espectadores, é de 7 a 14 e de 15 a 21 anos de idade. Somente uma das pessoas tem mais que 51 anos. Esses dados nos mostram um público extremamente jovem. E aí surge a preocupação com o público adulto e mais velho. Sabemos da existência de modalidades esportivas oferecidas para a terceira idade. No entanto, notamos a necessidade de se ampliar essas atividades e divulgá-las melhor para a população.

A maioria dessas pessoas é do gênero masculino. Tal fato nos remete à reflexão acerca do gênero. É importante que os programas de animação levem em conta essa questão, buscando proporcionar atividades para pessoas do sexo masculino e feminino.

Todos os espectadores são de Nova Odessa, mas uma pequena parte dos praticantes é de Sumaré. Isso se explica porque esses municípios são muito próximos e, muitas vezes, é mais perto para um morador de Sumaré frequentar um ginásio de Nova Odessa, do que um outro da sua própria cidade. Aqui a idéia do “pedaço” ultrapassa fronteiras, formando uma rede de pessoas e equipamentos de lazer que estão muito próximas umas das outras, apesar de pertencerem, algumas vezes, a municípios diferentes.

A maior parte do público vai a pé até os equipamentos. Uma pequena parte também vai de carro e bicicleta.

Quanto à frequência, a maioria do público vai semanalmente aos equipamentos. Essa assiduidade demonstra a importância da existência de equipamentos para o lazer dos cidadãos. A maior

parte do público usuário também frequenta outros equipamentos de lazer esportivo de Nova Odessa.

Considerações finais

Com a pesquisa de campo empreendida em nosso estudo, pudemos entender as relações estabelecidas entre o público usuário e os equipamentos de lazer. A maioria dos entrevistados, nas duas cidades, apontou melhorias que poderiam ser feitas nos equipamentos, como instalação de bebedouros, melhoria na limpeza e manutenção, entre outros. Também sugeriram a construção de novos espaços, para atender o interesse em outras opções de lazer esportivo, tais como quadras, pista de *skate*, piscinas etc.

Pudemos compreender também as relações estabelecidas entre os profissionais que atuam nos equipamentos com o público usuário. Observamos que, nos locais em que há a presença de um profissional, o público se mostrou satisfeito ou sugeriu melhorias nas orientações que eram passadas durante as atividades. Muitos dos entrevistados apontaram para a necessidade da existência de um profissional, principalmente de um professor de Educação Física, naqueles equipamentos que não dispunham de uma estrutura de animação.

A maioria do público que respondeu aos formulários na pesquisa de campo era do gênero masculino e muito jovem. Assim, percebemos que os equipamentos de lazer, nas duas cidades, vêm deixando vários estratos da população sem atendimento, já que constatamos a ausência de um público adulto, mais velho e do gênero feminino.

Esperamos que nosso trabalho possa contribuir na formação de políticas públicas de lazer, não só nas cidades de Monte Mor e Nova Odessa, mas também nas demais cidades de pequeno porte de outras regiões metropolitanas do país.

Referências

CAIADO, M. C. S. Município de Monte Mor. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coords). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Unicamp, 2002a, v. 1. p. 411-438.

_____. Município de Nova Odessa. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Unicamp, 2002b, v. 2. p. 11-33.

FINETTO, M. *Diversidade faz da RMC um "pólo de pólos"*. 2005. Disponível em: <http://www.cosmo.com.br/libg/public/servicos/busca_noticias.asp?idnot=105465>. Acesso em: 07 set. 2005.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: 30 maio 2007.

_____. *População e Domicílios: Censo Demográfico, 2000*. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 28 ago. 2005.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MARCELLINO, N. C. *Equipamentos de lazer e esporte - relações do público e dos profissionais: subsídios para políticas públicas em cidades sede de regiões metropolitanas-relatório final de pesquisa*. 2007. Disponível em: <<http://www.unimep.br/facis/gpl/documents/relatoriofinal-depesquisa2007.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2007.

MONTE MOR. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.montemor.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

NOVA ODESSA. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2000a. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 01 set. 2005.

_____. *Regiões Metropolitanas e DF com Entorno: IDH-M e outros indicadores*. 2000b. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php>. Acesso em: 20 set. 2005.

REQUIXA, R. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

Introdução

A partir da década de sessenta os ideais conservacionistas ganham força e penetram nas estruturas políticas e de poder através da mobilização social conservacionista espontânea ou pela sensibilização provocada após frequentes desastres ambientais Bellen (2006, p. 17). Surgem partidos com a bandeira de luta pelo “verde”, organizações não governamentais (ONG’s) e diversos movimentos sociais que articulam a luta pelos direitos sociais. Esta luta buscou e ainda hoje tenta efetivar o estado de bem estar social articulado à proposição de um modelo de desenvolvimento sustentável, sendo este capaz de articular o desenvolvimento econômico, a conservação da bio e sociodiversidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

Ao final da década de oitenta cresce a difusão do termo desenvolvimento sustentável, que segundo a UICN – União Internacional para Conservação da Natureza, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a WWF – Fundo Mundial para a Vida Silvestre, significa “melhorar a qualidade da vida humana, sem rebaixar a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam” (Cuidar la tierra. Estratégia para el futuro de la vida. Gland, 1991).

Nas décadas seguintes, os efeitos do movimento ambientalista puderam ser percebidos nas diversas esferas da vida social através de produtos, serviços e do amplo apelo de mídia. Conjuntamente, movimento ambientalista, evoluções tecnológicas e o crescimento

¹ CELAR – Centro de Estudos do Lazer e Recreação / UFMG - kassiovinicius@uol.com.br

dos produtos turísticos, associados às estratégias de *marketing*, impulsionaram a procura pela natureza, sobretudo daquelas atividades e esportes de aventura. Estas começaram a ter um crescimento acelerado, justificado ora por sua associação direta com o risco e a aventura, ora pela maciça divulgação associada a paraísos naturais.

No entanto, esta busca não se deu harmoniosamente, a procura pelos paraísos naturais, através do turismo de massa, altamente depredatório, incrementado muitas vezes por atividades físicas e esportivas de aventura na natureza, causaram danos incalculáveis. Grande parte dos esportistas, turistas e grupos em busca de lazer passaram a ser alvo das críticas dos gestores das Unidades de Conservação – UC (áreas naturais protegidas), em função do impacto causado ao meio ambiente através das suas práticas. Com isso, todos os professores de Educação Física, turismólogos, agentes de viagem, esportista e turistas passaram a ser mal vistos, inclusive aqueles possuidores de práticas sustentáveis. Frente a isto, vemos a necessidade de repensar o modelo de turismo, a oferta de produtos, os espaços e o código de conduta das pessoas que fazem uso das UCs.

Assim, este artigo busca, mesmo que, por ora, incipientemente, analisar e discutir alguns aspectos necessários e possíveis contribuições das atividades e esportes de aventura na natureza ao desenvolvimento socioambiental sustentável. Recorreremos à literatura para entender as diferentes perspectivas de desenvolvimento sustentável, identificando aquelas mais comuns e as correlacionando às atividades e aos esportes da natureza.

Um estudo que abarque tais questões, sobretudo ao articular o debate sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, esporte e lazer assume caráter relevante na medida em que pode se constituir num importante instrumento para o poder público redirecionar suas ações no que tange ao lazer, em especial em áreas naturais. Ainda no que se refere à área temática, o conhecimento está ainda pouco consolidado e carente de pesquisas. Aprofundar nos estudos

dos esportes da natureza e sustentabilidade pode ajudar a entender o papel que eles assumem na conservação e no desenvolvimento socioambiental.

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

São comuns as críticas ao emprego do termo sustentabilidade e ao seu esvaziamento de significado tido, aqui, como ambíguo e passível de diversas interpretações, como observam Furlan (2003, p. 55) e Pimentel (2002, p. 83). Estes autores exploram a questão discutindo as confusões feitas ao emprego de “crescimento sustentável”, “uso sustentável” e “desenvolvimento sustentável – DS”. Retomando a questão conceitual sobre DS, entendemos este como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro, este conceito foi construído pela “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, criada pelas Nações Unidas.

No entanto, ao tratarmos de DS, Pearce (1993) apresenta diferentes ideologias ambientais: seus dois extremos encontram-se no tecnocentrismo (*technocentrism*) e ecocentrismo (*ecocentrism*). A concepção tecnocêntrica pode ser aproximada a um modelo antropocêntrico de relação homem-natureza enquanto a posição ecocêntrica observa essa relação como simétrica.

A degradação ambiental pode estar mais diretamente relacionada ao tecnocentrismo, pois ao homem caberia o papel de protagonista, os demais seres vivos seriam meros figurantes e as paisagens naturais, cenários para expressão dos desejos e necessidades humanas. Assim a degradação seria compreendida como “aceitável”, sob a prerrogativa de atender as demandas humanas. O uso dos ambientes naturais e os possíveis impactos a ele causados pelas práticas de esporte, lazer e turismo seriam plenamente aceitáveis. No caso do ecocentrismo, qualquer impacto

causado e não assimilado pelo ambiente, ou seja, que não permitisse às gerações futuras o acesso e uso dos recursos naturais seriam condenáveis. Neste caso não existe supremacia da espécie humana, portanto suas ações devem estar condicionadas à preservação dos recursos.

Entre estes dois extremos ideológicos, habitam diversas perspectivas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva econômica está para o tecnocentrismo assim como a ambiental está para o ecocentrismo, e entre elas a perspectiva social. Mas como o próprio Bellen (2006, p. 26) diz, se desejarmos um mundo melhor para nós e nossos futuras gerações, teremos que nos desvencilhar das perspectivas econômica e social, caminhando no sentido da perspectiva ambiental.

Lazer e esportes da natureza

Como havíamos proposto, buscaremos estabelecer uma relação entre esportes e lazer relacionados à natureza, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Desta forma trataremos as diversas atividades e esportes da natureza como manifestações, interesses que compõem o acervo de práticas corporais e os conteúdos do lazer. Estas práticas como constituinte do lazer, entendidas a partir da perspectiva da sustentabilidade, devem ser pensadas harmonicamente, ajustando o interesses dos sujeitos, da sociedade e do mercado à preservação do ambiente.

Na medida em que me refiro ao lazer faz-se necessário elucidar qual perspectiva de lazer adotarei para trilhar este caminho, afinal, entre os estudiosos da área, compartilho a ideia de que o lazer é gerado historicamente nas sociedades modernas urbano-industriais, esta perspectiva é conhecida como crítica ou crítico-histórica. Algumas considerações acerca do lazer produzidas por Dumazedier (1979, 1973) foram, posteriormente, revisadas criticamente por Marcellino (1998). Estas considerações norteiam a elaboração de vários conceitos produzidos pelos autores da área, mas Gomes (2004, p. 124) avança, ao meu entender, quando associa aos elementos tempo, manifestações culturais e ações ao elemento “Espaço-lugar, que vai além do espaço

físico por ser um ‘local’ do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer”. Assim, acredito que seu conceito é o que melhor expressa o meu entendimento acerca do lazer:

Em síntese, entendendo o lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. (Idem, p. 125).

Nestas últimas décadas, juntamente com o crescimento da busca por experiências de lazer na natureza, multiplicaram-se exponencialmente a oferta de atividades, equipamentos, serviços e lugares para estas vivências. Neste mesmo movimento vertiginoso de crescimento destas atividades, a produção teórica nesta área vem acompanhando este crescimento, o que torna extremamente complexa a tarefa de conceituar tais práticas.

Entre os autores da área e algumas das principais publicações nacionais e internacionais, verifica-se a adoção da terminologia AFAN’s – “Atividades Físicas de Aventura na Natureza”, proposta por Betran (1995, p. 05), embora sejam bastante comuns as seguintes expressões: esportes da natureza, esportes na natureza, esportes de aventura, esportes de risco calculado, esportes de aventura na natureza, ecoesporte e esportes radicais. Esta última pouco usada pelos estudiosos da área devido aos sentidos e significados associados à expressão, embora seja bastante disseminada pela mídia de massa e pelo senso comum.

Entendemos não ser pertinente neste momento debater estas expressões, por não ter claros todos os conceitos referentes às mesmas, por isso optei ao longo do artigo, pelos esportes da natureza. Assim,

reconhecemos os limites do termo escolhido, mas sua adoção neste trabalho abrange as diversas vivências de lazer como as atividades, esportes ou o ócio vivenciado na Natureza.

São os esportes da natureza enquanto expressão do lazer ecológico, que aqui devem ser entendidos nesta perspectiva da sustentabilidade. Sua importância socioeconômica deve nos levar a pensar pelo princípio do desenvolvimento que supre as demandas do presente sem comprometer os recursos para as futuras gerações. Estas práticas corporais de movimento ligadas à natureza, que compõem ou não o acervo dos cidadãos, devem ser estimuladas, observando os limites ambientais. O ambiente é aqui compreendido em consonância com Leff (2003, p. 31-32) como uma estrutura socioecológica holística que internaliza as bases ecológicas da sustentabilidade e as condições sociais de equidade e democracia. Os esportes da natureza e o lazer ecológico é um direito, mas sua fruição não deve estar em contraposição aos princípios da sustentabilidade socioambiental das áreas e ou comunidades que compõem os espaços de vivências.

Nesta perspectiva a intervenção na realidade local com base na sustentabilidade ganharia maior consistência e credibilidade com a participação da população, dos praticantes e do poder público. O diálogo social sobre esta agenda possibilita pensar o ambiente não como um cenário, mas como um espaço/lugar dotado de significados com uma importância socioeconômica e cultura que demanda investir recursos humanos, materiais e financeiros em propostas que rompam o paradigma atual de desenvolvimento do lazer.

Contexto socioambiental: lazer para sustentabilidade

Todas as médias e grandes cidades do país aglomeram em suas periferias os trabalhadores advindos do campo e de pequenas cidades adjacentes. Esse processo de êxodo rural levou a um quadro surpreendente ao final da década de 70 e início da década de 80 com fim do “Milagre Econômico Brasileiro”. O declínio da agricultura e pecuária, marcada pelo fim dos subsídios agrícolas, com a escassez

de mão-de-obra e com o uso de métodos de produção arcaicos que levaram ao “esgotamento” dos recursos naturais, inverteu não apenas a concentração populacional, mas a geração do PIB dos municípios, segundo dados do IBGE (SENSO, 2000).

Este contexto socioeconômico, ou melhor, sócioambiental juntamente com o crescente mercado do lazer, provocou nas áreas rurais o aparecimento de graves problemas ambientais². Estes, não podem ser traduzidos e restritos a problemas ecológicos, reduzindo o significado de ambiente ao campo de uma ciência e a valores e crenças de um grupo social. Os trabalhadores rurais e as populações tradicionais, após perderem a posse da terra para os especuladores imobiliários, retornam fracassados das cidades para atuarem como empregados em suas “próprias terras” como mão-de-obra não especializada e barata nos empreendimentos de lazer ecológico.

Pensando em evitar ou restringir estes problemas ambientais, Vieira (1995) aponta a necessidade de processos mais abertos e flexíveis de diagnóstico ambiental participativo, concebidos como expressão de uma nova concepção de pesquisa-ação orientada pelo enfoque de um modelo de “ecodesenvolvimento” (SANCHS, 2000).

Segundo Leff (2000), isto significa gerar, em interação com as populações no nível local, informações cada vez mais acuradas sobre o estado do meio ambiente e sobre as alternativas possíveis de enfrentamento dos problemas socioambientais. Esta perspectiva visa à autonomia das populações a partir de trabalhos pedagógicos que busquem a compreensão da diversidade de alternativas possíveis. Neste contexto o lazer e os esportes da natureza, em especial as práticas relacionadas à vocação natural da região, podem ser uma possibilidade de resistência e prosperidade.

² Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Metodista de Minas. Aluno do Programa de Mestrado em Lazer – CELAR/UFMG.

No entanto, não devemos perder de vista aspectos levantados por Seabra (2001), que discorre acerca dos modelos de desenvolvimento do mercado de lazer e turismo praticado ao longo das últimas décadas, que trouxe à tona novos problemas e preocupações aos governos locais, às comunidades anfitriãs e às organizações conservacionistas, pois passaram a colocar em risco áreas naturais, protegidas ou não, de riquezas imensuráveis, assim como importantes patrimônios histórico-culturais.

Neste mesmo caminho, inúmeras práticas esportivas e ou de lazer provocaram danos ao ambiente, seja por uma relação funcionalista/tecnocêntrica construída pelo esportista ou visitante que vê o ambiente apenas como um cenário para a realização dos seus espetáculos ou pela ausência de uma educação para o lazer ecológico, que respeitasse os limites do ambiente.

Isto se deve à velocidade e à escala dos investimentos públicos e privados, em detrimento da aplicação prévia de mecanismos de planejamento participativo, legislação de uso do solo, zoneamento e proteção ambiental, educação dos visitantes e planos de monitoramento das atividades, que pudessem garantir a proteção da base dos recursos naturais e culturais que fundamentam os negócios do turismo (WWF, 2003).

Para que as atividades esportivas, turísticas e de lazer prossigam como alternativa viável ao desenvolvimento, aspectos orientadores foram articulados: consciência conservacionista, preservação da sócio e biodiversidade, buscando assim o uso sustentável dos recursos, caracterizando, assim, segundo a Embratur (1994) o Ecoturismo como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Nesta perspectiva entendemos que tanto o ecoturismo como o ecoesporte são pautados pelos princípios da sustentabilidade, devendo ser articulados com as diversas atividades socioeconômicas

e culturais locais, para promover o desenvolvimento a partir da diversificação econômica, para a melhor geração de emprego e renda com a devida manutenção do equilíbrio ambiental das comunidades, localidades, cidades, estados e países.

As comunidades, em especial aquelas da zona rural, com potencial natural para a viabilidade das práticas de lazer ecológico, entra em um processo dialético de causa efeito que gera a problemática socioambiental: falta de representação, ausência do poder público, problemas de infraestrutura, estagnação da produção, diminuição da renda familiar, acesso restrito à saúde, educação, saneamento básico, assistência técnica, aumento da degradação ambiental, descaracterização da paisagem, perda de identidade cultural, dissolução das redes de sociabilidade, êxodo rural e, conseqüentemente o surgimento dos problemas urbanos, especificamente na cidade de Governador Valadares, aqui estudada.

Desta forma, tanto o ecoturismo, como o ecoesporte³ não podem ser a única possibilidade ao desenvolvimento econômico. Segundo Lemos (1998), o que eles podem representar é uma alternativa concreta de crescimento econômico, e não deve ser a predominante, num município ou região, pois qualquer alteração na demanda, como, por exemplo, o aparecimento de destinos concorrentes ou práticas de esporte/lazer incrementadas pela indústria cultural pode levar todo um município ou uma região a ter problemas de ordem econômica e social em função da lacuna na geração de receitas.

³ O ambiente está integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza superexplorada e a degradação sócioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de suas identidades étnicas; a distribuição desigual dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida.

A questão da educação do visitante deve ser entendida num sentido mais amplo dentro do contexto de que o turismo, o esporte e o lazer devem ser sempre informativos, formativos e educacionais. A educação do visitante para o respeito às culturas e tradições, ao uso da terra e aos sítios históricos, artísticos e arqueológicos deve também ser condição necessária para o ecoturismo e ecoesporte, pois assegura ou contribui consideravelmente à sustentabilidade.

Referências

BELLEN, Hans M. van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa*. Rio de Janeiro – FGV, 2006.

BETRÁN, Javier O. Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza: análisis sociocultural. *Apunts*. Educación Física y Deportes, Barcelona, n. 41, 1995, p. 5-8.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. Turismo x espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S. et al. (org.). *Turismo na pós-modernidade (des)inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (coleção Comunicação, 25).

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes nacionais para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.

FURLAN, Sueli A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Ecoturismo no Brasil possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto. 2003.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-125.

- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEMMOS, Leandro A. de. Os sete mitos do Turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (org.). *Turismo: 9 propostas para um saber fazer*. [s. l]: Edição dos Autores, 1998.
- PEARCE, P. L. *Fundamentals of tourism motivation*. London and New York: Routledge, 1993.
- PIMENTEL, Giuliano G. de A. A insustentabilidade do lazer sustentável. In: MÜLLER, Ademir. DACOSTA, Lamartine. (org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- SANCHS, Ignacy. Gestão negociada e contratual da biodiversidade. In: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SEABRA, Giovanni. *Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001.
- SILVEIRA, Marco A. T. As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, M. J. (org.). *Políticas públicas e o lugar turismo*. Brasília: UNB/Ministério do Meio Ambiente. 2002.
- VIEIRA, Paulo F. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. et al. (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- WWF. WORLD WILDLIFE FUND. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003.

Os esportes e atividades ao ar livre têm conquistado muitos adeptos e é um grande mercado que propulsiona o turismo e a oferta de empregos nessa área.

É crescente o número de pessoas que buscam as atividades na natureza como opção de lazer. As AFANs, segundo Betrán (2003, p. 163),

Constituem-se em um conjunto de práticas recreativas que surgiu nos países desenvolvidos na década de 1970, desenvolveram-se e estenderam-se na década seguinte e se consolidaram na de 1990 sob o abrigo dos novos hábitos e gostos da sociedade pós-industrial [...].

As pessoas buscam, nessas atividades, dentre outras coisas, a aventura, a necessidade de estar em contato com a natureza, a superação dos limites e medos, a sensação provocada pela adrenalina e pelo desconhecido e o alívio do estresse provocado pelo cansaço da rotina diária (SANTANA, 2005).

A prática de atividades de lazer é um dos fatores que melhora a qualidade de vida das pessoas. Mas essas práticas, ao invés de promover a qualidade de vida, podem agir contra a mesma, na medida em que degradam o meio ambiente.

As AFANs geram emprego, promovendo o crescimento da economia do seu município. Entretanto, nem todas as pessoas que moram na cidade são favoráveis ao turismo de aventura, bem como esse segmento nem sempre conta com o apoio do setor público.

Soma-se a isso a falta de pessoas qualificadas e capacitadas para trabalhar nessa área e a falta de políticas públicas e envolvimento da comunidade.

Para Guimarães (2001, p. 92),

[...] a qualidade de vida deve ser vista como um direito de todos os cidadãos do mundo, direito esse que deve ser conquistado com o somatório de ações individuais positivas em favor do meio ambiente.

A autora aponta que é impossível dissociar qualidade de vida da problemática ambiental, apontando fatores que podem ser nocivos *ao meio ambiente como acesso ao conhecimento, desenvolvimento e utilização de tecnologias, cidadania, participação, dentre outros.*

Isso tudo está diretamente relacionando com o estilo de vida das pessoas desse século. Se o consumo desenfreado, o crescimento caótico não forem freados, como pensar em desfrutar de esportes e atividades na natureza se o próprio homem que quer praticar esse esporte é o mesmo que destrói a natureza em prol de um determinado objetivo.

A questão da educação ambiental é relevante e de extrema importância para que as práticas de atividades na natureza não prejudiquem o meio ambiente, e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas.

Guimarães (2001, p. 99) entende a educação ambiental

[...] como uma ferramenta, que entre outras coisas pretende contribuir na formação de cidadãos com outros valores, capazes de desenvolver habilidades, capacidades e estratégias que colaborem com a transição da sociedade atual em direção à sustentabilidade, uma educação ambiental que contribua para sensibilizar as pessoas [...]”.

A educação ambiental deveria fazer parte da grade curricular das escolas, de qualquer série. A inclusão de disciplinas que trabalham os esportes e atividades de aventura nas grades curriculares das universidades também possibilita que um trabalho de educação ambiental seja realizado com pessoas que podem ser futuros praticantes dessas modalidades ou futuros profissionais, que também deverão perpetuar a educação ambiental.

Não podemos deixar de enfatizar importância da educação através do lazer (MARCELLINO, 2001), que pode ocorrer no âmbito escolar, ou na própria vivência das AFANs, permitindo a conscientização das pessoas com relação à qualidade de vida e preservação do meio ambiente de forma alegre, lúdica.

Com o intuito de enfatizar a importância da educação ambiental, dois exemplos serão citados, para que se pontue essa importância.

A cidade de Brotas, no interior do estado de São Paulo, é uma cidade que vive do turismo de aventura, principalmente dos esportes na água (*rafting*, *boia-cross*). Existem inúmeras agências receptivas que oferecem os passeios aos turistas. Essas agências possuem um convênio com o Senac, no sentido de capacitar as pessoas que ali trabalham. Além disso, possuem um convênio com a prefeitura, que promove passeios para a população nativa nos mesmos locais frequentados por turistas. Juntamente a esse passeio, a população da cidade obtém orientações com relação ao cuidado com a natureza, e a importância do turismo de aventura para a renda da cidade, além de conhecerem os atrativos que a sua cidade possui e se divertirem.

A população, que trabalha direta ou indiretamente com o turismo de aventura conhece e entende as questões que permeiam a sustentabilidade ecológica, propagando esse cuidado para as outras pessoas da cidade e para os turistas. Brotas é um exemplo de cidade que vive do turismo de aventura de uma forma sustentável, sem degenerar demais o meio ambiente.

Já a cidade de Delfinópolis, situada a sudoeste do estado de Minas Gerais, e que faz parte do complexo da Serra da Canastra, não possui nenhum tipo de trabalho que envolva a comunidade e muito pouco em relação aos turistas.

A população de Delfinópolis não entende e não vê vantagens no turismo de aventura, não contribuindo para a sustentação equilibrada do meio ambiente. Uma grande parte da Serra está sendo arrendada para o plantio de cana de açúcar, seguido de queimada, o que destrói o meio ambiente, apenas para ilustrar a falta de conscientização da população em relação ao meio ambiente.

Com relação aos turistas, não existe, pelo menos de forma sistematizada, uma educação ambiental quando os mesmos chegam à cidade, sendo que as trilhas da serra estão sendo totalmente destruídas pelos motoqueiros, por exemplo. A própria prefeitura retira cascalho de onde não é permitido por lei, que são locais a uma distância pequena das nascentes de água. Não existe rede de esgotos, e todos os dejetos são lançados nas águas do rio Grande, poluindo aquele que sustenta o turismo na região, com mais de 100 cachoeiras.

Faltam ações de políticas públicas na cidade, sendo que essa parceria seria fundamental para que a cidade, a exemplo de Brotas, conseguisse se desenvolver e gerar empregos e rendas com o turismo de aventura, sem que ocorresse a destruição do meio ambiente.

O poder público deveria nortear o crescimento da cidade com relação ao turismo de aventura, promovendo um equilíbrio entre a demanda e a oferta do mesmo, equilíbrio esse alcançado com a participação da população.

Com relação à construção de políticas públicas para o turismo de aventura, Farah (2005) relata que, no decorrer das décadas, as políticas públicas para o turismo não foram prioridades, e nos aponta mudanças recentes com relação a alguns mecanismos e instrumentos da sua construção, cuja “característica marcante foi a busca por torná-lo mais participativo, permitindo a aproximação dos grupos e atores envolvidos em diferentes formas e situações” (p. 36)

O esporte de aventura é um segmento que cresce vertiginosamente. É necessário que se desdobre cuidados com a natureza, pois sem a mesma, os esportes de aventura não existiriam, e a tão sonhada qualidade de vida também não.

Para tal, é imprescindível se pensar em qualificação e capacitação profissional, aliada a uma política pública que norteie valores de equilíbrio ecológico, conseguido, fundamentalmente, a partir da educação ambiental.

Referências

BETRÀN, Javier Oliveira. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini (org.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GUIMARÃES, Simone S. Moreira. In: WEY MOREIRA, Wagner (org.). *Qualidade de Vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. In: WEY MOREIRA, Wagner (org.). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001.

SANTANA, Kele. Por que o homem busca aventura?: *Guia Eco.Aventura*. Edição 02, Ano II, p. 27, 2005.

UVINHA, Ricardo Ricci (org.). *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005.

Em tempos de governos *democráticos*, se apresentam oportunos estudos sobre políticas públicas. Qualquer avaliação de conjuntura política que se faça dos países ditos periféricos, especialmente os da América Latina, aponta para uma reflexão crítica sobre o caráter de tais políticas.

A proposta de modelo político que um governo pretende implementar para a sociedade se revela na definição de suas políticas públicas nas diversas áreas. A velha dicotomia *políticas de governo* x *políticas públicas* volta ao cenário e se torna central nos espaços críticos, sejam eles meramente políticos ou político-acadêmicos.

É nesse sentido, considerando o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer um espaço privilegiado para essas reflexões críticas, que apresento estas contribuições para o debate.

Muitos estudiosos de políticas públicas, entre os quais eu me incluo, se ressentem da escassez de bibliografia sobre o tema, o que dificulta a interlocução e o intercâmbio acadêmicos necessários para a consolidação de concepções, especialmente as que se apresentam com viés crítico. Soma-se a isso o irrisório número de pesquisadores na área. Isso torna o assunto superficial cientificamente, e sem credibilidade acadêmica.

Esse diagnóstico, entretanto, não invalida minha intenção em estimular esse debate, e o faço calcado em meus estudos sobre os temas e sua influência nas análises que tenho feito sobre as políticas públicas de lazer *impostas* à sociedade da cidade em que vivo.

Tendo isso como desafio é que vou procurar dialogar com o leitor, na expectativa de levá-lo a refletir sobre os eventuais

compromissos do poder público para com a população de um país, estado ou cidade.

Frey (1977) resgata os pensamentos de Platão e Sócrates que definem as necessárias características no processo de construção e definição de políticas públicas. Na visão dos pensadores, elas devem proporcionar e garantir a alegria, o prazer e a satisfação dos povos.

Ocorre que os históricos preceitos liberais, reforçados contemporaneamente pelo neoliberalismo propõem o que se convencionou chamar de *bem estar social*. O berço do pensamento liberal universalizou o termo *welfare state* que incentiva um clima de conformismo geral, o que dociliza a sociedade e arrefece qualquer eventual manifestação de resistência ou proposições transformadoras. (MASCARENHAS, 2007)

Ao proporcionar o clima de conforto, estabilidade e concessões oficiais o poder público estabelece uma relação de domesticação e atrelamento voluntário da população aos atos e proposições oficiais.

Isso se dá por um processo de alienação coletiva, que o próprio mundo do trabalho, compulsoriamente, tem imposto para a classe trabalhadora. Waichmann (1977) sinaliza que este processo tem facilitado a ação dominadora dos poderes constituídos.

Ações governamentais com cunhos paternalistas, assistencialistas e clientelistas têm sido “a marca” de governos com projetos de manutenção da ordem e perpetuação do poder.

Ao analisar a realidade das caracterizações e as verdadeiras utilizações das políticas públicas, Frey (1997) se contrapõe a Schubert. Enquanto este destaca a ação de relegar para segundo plano, as necessidades de uma sociedade em detrimento das “políticas mantenedoras do sistema”, o autor avalia que é mais conveniente para o poder, as “políticas estruturadoras de sistema”.

Qualquer das hipóteses levantadas expressa as veladas intenções das administrações públicas. Em nível geral, podemos registrar e constatar a criação, consolidação e manutenção de propostas pretensamente sociais e inclusivas. Governos federal,

estaduais e municipais se apropriam de bandeiras de lutas de movimentos sociais e conseguem iludir suas populações.

Nas questões do esporte e do lazer o procedimento é o mesmo e podemos, num passeio histórico pela obra de Castellani (1995), lembrar a utilização da Educação Física, do esporte e da recreação pela ditadura militar em seu projeto de alienação e desestruturação de possíveis resistências. Pode se citar, nesse sentido, os altos investimentos nas competições estudantis e universitárias, as atuações da Educação Física no Projeto Rondon e o Esporte para Todos, entre outros.

Em âmbito local, alguns estudos vêm acompanhando com *olhar crítico o que tem se apresentado como políticas públicas de esporte ou lazer para a comunidade de Niterói.*

Almeida (2001) fez uma análise sobre os programas de lazer sob responsabilidade da esfera pública. Naquela oportunidade havia sido extinta a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e, as atividades eram geridas pelo Núcleo de Esporte, Lazer e Turismo, a Neltur, uma fundação com fins lucrativos. Os espaços públicos de lazer eram mantidos sob o sistema de parcerias, algumas com instituições privadas e a ênfase era dado ao turismo, com conotações explícitas de estímulo à visitação de Niterói. Algumas iniciativas autônomas de grupos de cidadãos eram incentivadas pelos gestores públicos.

Uma análise detalhada das políticas públicas de lazer, constantes de documentos formais da, recém-criada, Secretaria Municipal de Esportes de Niterói, apresentada por Almeida (2006) no XVIII ENAREL evidencia a prioridade dada para as atividades de iniciação desportiva.

Almeida e Collier (2005) focalizaram a praia de Charitas, uma praia que foi brutalmente invadida pela construção de uma estação de catamarãs e seu estacionamento.

O que é interessante observar, entretanto, é a afirmativa de Milton Santos de que a sociedade admite, em nome do progresso, as modificações da natureza, os desmatamentos, a agressão imobiliária, a destruição de “recantos”. Essa modernização se torna mais incisiva

nas cidades costeiras. Projetos de urbanização, quebra de gabaritos, emissários submarinos, ampliação de portos etc são alguns exemplos de iniciativas públicas responsáveis por desequilíbrios da natureza e desastres ecológicos.

Bom, se falamos da tácita aceitação, pela população, destas aberrações é preciso entender esta aquiescência. O consentimento desses episódios se materializa pelo fenômeno da alienação coletiva. Waichmann (1997) nos mostra a relação conceitual da liberdade com a alienação, e destaca o trabalho como determinante fator de alheamento. O sistema capitalista incute nas mentes valores que hierarquizam as jornadas de trabalho, e as poucas opções de lazer acabam por retirar do cidadão a capacidade de refletir criticamente e sua vulnerabilidade permite a *compulsoriedade* das políticas públicas.

Cotrim (1994) qualifica a concepção do trabalho alienado como resultado da necessidade da produção econômica que, conseqüentemente estimula o lazer alienado.

Assim, os homens ficam vulneráveis para a imposição de iniciativas apresentadas como políticas públicas. Estas iniciativas, normalmente de cunho paternalista, abrandam o perverso processo de dominação.

É dentro deste contexto que pretendo avaliar a construção do *Caminho Niemeyer*, uma das mais propaladas iniciativas da Prefeitura Municipal de Niterói, associando-a a um programa de políticas públicas.

Estabelecida há alguns anos, a *parceria* poder público de Niterói com Oscar Niemeyer prevê a construção de vários monumentos com os traços característicos do arquiteto, ao longo da orla costeira da cidade com a finalidade de demarcá-la com o inconfundível estilo do arquiteto brasileiro.

Assim, foram projetados os seguintes projetos: o Teatro Popular, a Capela Ecumênica, o Museu do Cinema, o Museu de Arte Contemporânea – MAC – e a Estação de Catamarãs de Charitas. Com características distintas, esses projetos estão diretamente

ligados a políticas públicas de Niterói e á assim que pretendo focalizá-los neste ensaio.

Inegáveis o orgulho e entusiasmo que essas obras provocam no niteroiense, visto que as obras são admiráveis e se tornaram a “marca” da cidade, pela magnitude e ousadia. Astuto o trabalho da administração municipal que, ao desenvolver um plano de convencimento que estimula o ufanismo corporativista do morador da cidade, associado à democratização de tais espaços, obteve grande aceitação da implantação do *Caminho*.

Essa aceitação, alienada, na minha avaliação, acaba por expressar a admissibilidade pela agressão à natureza, descaracterização da costa, destruição de recantos bucólicos, especulação imobiliária, alteração de gabaritos de edificações e o desequilíbrio ecológico.

Ao fazer uma análise crítica e pontual do Caminho Niemeyer, optei por fazê-lo seguindo a ordem cronológica de suas inaugurações, haja vista que sua entrega ao público não seguiu a sequência geográfica de sua projeção.

O primeiro monumento a ser inaugurado foi o Museu de Arte Contemporânea. É uma construção arrojada e futurista que vislumbra o pouso de um disco-voador sobre uma elevação da costa de Icaraí. Sua importância para a democratização da cultura e da arte é inegável, pois as programações são variadas e as mostras alternam exposições dos mais variados artistas brasileiros e estrangeiros, a preços acessíveis para a maioria da população. Isso sem contar as visitas *franqueadas* a alunos da rede pública de ensino.

Ocorre que o local onde a “nave pousou” era um recanto aprazível de lazer contemplativo e de visitação da população de cidade. Ali se concentrava um conjunto de *trailers* para lanches que atraía jovens e adultos durante o dia todo e, especialmente nas noites de Niterói. *O lugar sempre foi conhecido como refúgio romântico* para os casais enamorados.

Hoje, além da própria edificação, o espaço está sempre ocupado por ônibus e turistas, ocasionando grande concentração

de pessoas e ambulantes, o que, obviamente, desvirtua o que já foi uma nostálgica área de lazer.

Convém também destacar a proliferação de edifícios de alto luxo, nas imediações do Mac, já que sua localização privilegiada propicia alta especulação imobiliária. Para isso, os empresários do ramo contaram com a conivência dos poderes públicos, que liberaram o gabarito para a construção de altos prédios.

A polêmica dessa edificação passa pela dubiedade dos prós e contras, pelas reflexões sobre os benefícios que o Museu traz para o município e pela apropriação do simbolismo do Mac para o *marketing político* da Prefeitura Municipal.

Uma outra contribuição de Oscar Niemeyer para o controverso Caminho foi a Estação de Catamarãs em Charitas. Almeida e Collier (2006), ao analisarem essa iniciativa, apontaram uma série de irregularidades e absurdos resultantes da implantação de um lindo, também futurista, projeto de concreto e vidros que foi incrustado agressiva e autoritariamente numa praia que era a única possibilidade de lazer autônomo e democrático de uma comunidade de classes populares.

Uma estação de barcas catamarãs e seu estacionamento foram construídos sobre um campo de futebol, que era utilizado pela população todas as tardes. Além disso, o tráfego das embarcações afugentou a pesca e contribuiu decisivamente para a poluição do mar, naquele local. Necessário destacar que os trabalhadores daquele local eram pescadores.

Considerando que as tarifas dessas embarcações são compatíveis com os trabalhadores de classes mais altas, que se deslocam para o Rio de Janeiro, podemos afirmar que esse ponto do Caminho Niemeyer, longe de ser polêmico, foi um equívoco irreversível cometido pela administração pública.

Já o Teatro Popular, tem saldo positivo ao se fazer uma avaliação crítica sobre sua construção, localização e utilização. É verdade que suas formas são inconciliáveis com a orla de Niterói, sob o ponto de vista ecológico. As curvas do arquiteto dão forma

a um bloco de concreto enraizado numa área central da cidade e visível a quem chega de barcas.

A área, que já foi uma Vila Olímpica, reunia várias quadras e espaços para a prática de esportes e foi desativada pela sua subutilização, por parte dos cidadãos das imediações. Hoje ela abriga uma construção que tem promovido eventos culturais e artísticos para todas as classes.

O Teatro Popular tem dois ambientes, um interno para eventos limitados em termos de espectadores e outro, externo, que compreende o palco e uma grande área para festas populares.

Os eventos que lá são realizados se revestem de cunho democrático e participativo e têm atraído grandes massas populares. Isso já justificaria a legitimação do espaço como positivo num processo avaliativo sobre sua eficiência na área de políticas públicas.

Acompanhando os mesmos traços agressivos e incombinaíveis com a orla de Niterói, foi agregado ao conjunto de obras a Capela Ecumênica, que recebe esse nome pretendendo demonstrar o caráter democrático ao se tratar a religiosidade. Havia necessidade de se contemplar todos os credos e a saída foi dar o caráter de universalidade às religiões. Desnecessário enquanto política pública, mas útil em agregar um projeto de visitação turística essa edificação também demarca a área litorânea da cidade.

Finalmente, o foco cai sobre o Museu do Cinema. Essa construção tem sido marcada por interrupções e retomadas, sempre ao sabor das negociações dos parceiros nessa empreitada. Há uma expectativa da população em relação ao projeto, já que a inconstância das informações oficiais ratifica um desconhecimento sobre seus objetivos e sua importância para a cidade.

Há hoje no local um enorme canteiro de obras onde já se vislumbra o estilo do arquiteto. Formalmente, o monumento abrigará, além de acervo cinematográfico, seis salas de projeção. Impossível se fazer uma avaliação do que representará para a cidade, em termos de políticas públicas.

É nesta linha de raciocínio que me propus a fazer uma análise crítica do conjunto da obra. A administração pública de Niterói, consciente do orgulho que o Caminho Niemeyer provoca no cidadão, mantém o nível de alienação da população, uma vez que minimiza os eventuais estragos e prejuízos ecológicos.

Ignora-se a destruição de espaços aprazíveis, a violação à atividade pesqueira, a invasão de campos de pelada e a diminuição das praias de bairros mais populares.

Ao finalizar este ensaio, importante recuperar um princípio fundamental para a consolidação de políticas públicas que contemplem básicos preceitos democráticos: a participação da sociedade nos processos de avaliação dos programas a elas destinados. Só assim haveria segurança nas afirmações dos gestores e de seus críticos.

Referências

ALMEIDA, P. *As políticas públicas para o lazer na cidade de Niterói: esse é o caminho?*. In: ENAREL, 13, 2001, Natal. *Anais...Natal*. CEFET-RN, 2001.

_____. *Para que Niterói não fique a ver Navios, Barcas e Catamarãs*. In: XVIII ENAREL, 2006, 18, Curitiba. *Anais...*, Curitiba, PUC-PR.

_____; COLLIER, L. (2005). *Políticas Públicas de Lazer em Niterói: Focalizando em Charitas*. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, 5, 2005, Recife. *Anais...*Recife, Instituto Tempo Livre.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se Conta*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006.

COTRIM, G. *Fundamentos da filosofia*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1994.

FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil*. Tese (Doutorado) – Curitiba, UFPR, 1997.

MASCARENHAS, F. *Um Outro Lazer é Possível*. In: CASTELLANI, L. (org). *Gestão Pública e política de lazer*. Campinas: Autores Associados, 2007.

WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papirus, 1997.

Introdução

Com o crescente aumento do interesse e da demanda por práticas de lazer e esportes na natureza, fica evidente a necessidade de aprofundamento nas discussões que tragam à tona os valores subjacentes a tais práticas, com uma preocupação em ressignificar as relações estabelecidas, tanto no que se refere às vivências propriamente ditas, quanto no que se refere à atuação profissional dos animadores socioculturais, contribuindo para um debate que propicie um processo consciente de vivência e de atuação profissional de um lazer crítico e criativo, na busca de um desenvolvimento de relações saudáveis entre os indivíduos, a sociedade e a natureza.

No que se refere à política pública, esta deve ser compreendida não somente como um rol de atividades ou como um produto final, o qual, muitas vezes, resume-se a programações vazias, de cunho assistencialista e com objetivos políticos. Deve-se pensar essa política como aquela que possa ser capaz de envolver o ser humano em todas as suas esferas, de forma a considerá-lo principalmente como produtor de cultura e um ser simbólico. Nesse sentido, suas práticas devem possuir significados, para que assim ocorra a possibilidade de transcendência e possam ir além do que a sua própria realidade apresenta, alcançando níveis de criticidade e criatividade, através do espaço de lazer.

¹ Ufpa/GPL - mirleide@ufpa.br

² Uniararas/GPL - cathiaal@uniararas.br

O estudo busca essencialmente apresentar uma relação concreta entre a política pública de lazer e sua efetivação nas vivências relacionadas ao meio ambiente, tendo como pano de fundo a atuação do animador sociocultural.

Desenvolvimento

O lazer, enquanto manifestação humana, possui características próprias, com grandes possibilidades para a transformação do ser humano e da sociedade, a partir de valores comprometidos com o rompimento da lógica hegemônica do “lazer mercadoria” e de um lazer alienado das questões de sustentabilidade mundial.

Mesmo com a sua substituição de valor de uso, por valor de troca, apropriado pelo mercado, o lazer é uma conquista e direito de todos e é preciso que seja reconhecido. O meio social, assim como o poder público, precisa reconhecer esse ganho, valorizar o processo de vivência, sem objetivar o produto final, próprio da sua consideração como mercadoria (ALVES; ISAYAMA, 2006).

Vivenciado através dos diversos conteúdos culturais³, com seu caráter “descompromissado”, se diferencia dos valores hegemônicos do mundo das “obrigações” e pode contribuir, de maneira eficaz, para a riqueza cultural; para a pluralidade na convivência; para o estabelecimento do repertório de outros valores que não os institucionalizados e internacionalizados; para a percepção do sentido e significado da natureza; para a adoção de princípios de “convivencialidade” defendido por Marcellino (2001).

Portanto é preciso entender o lazer como manifestação cultural que transmite valores que podem questionar o sistema da forma como está, e que tem na educação para e pelo lazer, uma

3 Os conteúdos culturais são classificados por interesses preponderantes, são eles: os físico-esportivos, os artísticos, os intelectuais, os manuais, e os sociais. Dumazedier, (1980), e Camargo (1979) acrescenta os interesses turísticos.

grande parcela de contribuição nessa luta (MARCELLINO, 2001), inclusive no sentido de sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre suas condutas em relação ao meio ambiente.

A adoção de uma ética 'ecosófica' em todas as esferas da vida depende de reflexões e ações humanas sobre suas práticas e sua visão androcêntrica (o homem no centro) e antropocêntrica (o ser humano dominando o meio ambiente) (GUATTARI, 1990). A mudança de tais paradigmas é urgente e necessária, devendo adotar uma relação dialética entre reflexão – através de pesquisas – e ação – através de práticas diárias.

Para que uma política pública ligada ao lazer e ao meio ambiente se consolide, pela reflexão e ação é preciso considerar as possibilidades do lazer enquanto instrumento de mobilização e participação cultural. O lazer pode movimentar as pessoas no sentido das relações, transmitir e construir a arte, valorizar os seus conteúdos e se apropriar do espaço natural.

É necessário unir os grupos locais, partindo de características ambientais específicas, considerando os níveis de participação, e procurar, através de uma política de animação sociocultural, superar os níveis, de conformistas para críticos e criativos, sem descaracterizar a participação. E, ainda, obter uma atuação conjunta, com grupos e organizações ligados aos setores relacionados às questões do meio ambiente, sem desconsiderar as barreiras das questões econômicas, gênero, faixa etária e o espaço, fatores que limitam o lazer qualitativa e quantitativamente.

Para implantar uma política pública de lazer, é necessário adentrar em discussões sobre a reordenação do tempo e a necessidade de minimizar as barreiras que contribuem para a pouca ressonância social do lazer na vida das pessoas. Torna-se essencial inserir os participantes na esfera política, confirmando a idéia de que o lazer representa uma

possibilidade de luta em relação às questões de poder, reconhecendo as barreiras na tentativa de minimizá-las (MARCELLINO 2001). Esses elementos também se confirmam nas relações estabelecidas entre o lazer e as áreas naturais.

Nesta concepção, o meio ambiente assume um significado mais abrangente, na medida em que é interpretado como o resultado das inter-relações entre natureza e sociedade, valorizando-se a relação meio ambiente – qualidade de vida (social, e não apenas natural) numa esfera de amplitude holística.

Uma das estratégias para melhorar a atitude daqueles que visitam áreas naturais e vivenciam o lazer nestas áreas é a adoção de um programa de educação ambiental e educação para as práticas de mínimo impacto, partindo do pressuposto de que a grande maioria dos visitantes e praticantes de esportes, na natureza, não têm uma compreensão clara dos impactos que podem causar nestas áreas. “É uma estratégia que parte do princípio de que, recebendo informações pertinentes, de modo adequado, o visitante estará disposto a mudar suas práticas e hábitos em suas visitas à natureza”. (BARROS; DINES, 2000, p. 71-72).

A educação ambiental, como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem estar das comunidades humanas (REIGOTA, 1994).

A possibilidade de desenvolvimento de um senso de responsabilidade, solidariedade, criticidade e criatividade nas práticas de lazer na natureza, capacitando a sociedade a lidar com

problemas ambientais, implica, além de conhecimentos e técnicas, a aquisição de novas atitudes e padrões de comportamento em relação ao ambiente. Porém, tais mudanças não serão alcançadas efetivamente até que a maior parte dos indivíduos de uma dada sociedade interiorize atitudes e valores mais construtivos que poderão servir de base para uma relação autodisciplinada entre ser humano e o ambiente.

Assim, nas Unidades de Conservação⁴ (UCs) ou em outras áreas naturais não classificadas como UCs, é fundamental a presença de um animador sociocultural, interagindo com biólogos, geólogos, engenheiros florestais, administradores, turismólogos, pedagogos, guias locais, entre outros, no sentido de elaborar um planejamento com uma programação variada, procurando estimular a participação dos visitantes em palestras educativas, exposição de fotos e pôsteres informativos, filmes educativos, dinâmicas de percepção e sensibilização quanto aos elementos naturais e os cuidados com estes, dentre outras possibilidades (BAHIA, 2007).

Nesse sentido a animação sociocultural desempenha um papel importante, pois é uma ferramenta educativa no processo de lazer, além de ser representativa para a democratização de acesso ao mesmo. Atua na mediação entre a cultura como patrimônio da humanidade e a população. Se pensarmos na relevância de preservar as culturas das comunidades locais, seus valores e tradições, a animação ligada à educação ambiental se torna uma ferramenta essencial, é capaz de resguardar a cultura do local.

4 Unidades de Conservação: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". O conjunto de Unidades de Conservação do Brasil constitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. (COSTA, 2002, p. 27).

Para que essa ligação se concretize é necessário preparar os animadores e promover essa consciência. Dessa forma, o animador deve ter, como um de seus propósitos, o incentivo ao senso crítico e criativo. Na perspectiva de que a educação para essas atitudes pode contribuir para dinamizar a sociedade, mudar a ação das pessoas dentro e fora dos ambientes naturais, interferir diariamente na atitude do ser humano, que possa agir não mais individualmente, mas em conjunto, na tentativa de preservar os recursos da natureza com objetivos futuros.

Para superar a compreensão limitada de divertimento nos ambientes naturais, onde a exploração é descontrolada e desprovida de qualquer tipo de valor ambiental e, ainda, avançar com o significado do lazer, é de extrema importância a conscientização política do animador de maneira universal, com compromisso local, não para que atue de forma que disfarce as relações de dominação, mas para que construa junto à comunidade uma expressão de lazer que represente de forma clara o seu verdadeiro sentido e, juntos, possam enfrentar a problemática ambiental.

Essa expressão de lazer deve nascer da comunidade, de suas perspectivas e construções dos seus significados, ou seja, um espaço apropriado e um tempo disponível para vivência de uma manifestação lúdica que tenha valor para o grupo.

Além disso, um animador consciente pode contribuir para minimizar os efeitos da “desterritorialização” (MARINHO, 2003), aplicação que leva para o meio ambiente natural aspectos e padrões vividos no meio urbano, modificando o seu ritmo e prejudicando aquilo que lhe é próprio. Esse efeito se manifesta muito nos ambientes naturais, as pessoas adotam o mesmo comportamento sem pensar nas *consequências*.

Para que essa ação se consolide é papel do animador tornar o pedagógico cada vez mais político, inserindo os participantes na esfera política, confirmando a idéia de que o lazer representa uma possibilidade de luta em relação às questões de poder (ISAYAMA, 2002). É principalmente tornar esse grupo emancipado para que a democratização do lazer seja efetiva e consolidada (ALVES, 2007).

Através do lazer é possível ser um agente crítico e criativo como membro ativo na sociedade e mudar esse quadro negativo de intervenção do ser humano na natureza, para um quadro positivo, que produza relações concretas e efetivas.

O animador, por meio de sua formação, assume o papel de mediador e educador, atuando de maneira a transmitir autonomia, seriedade, sensibilidade e contribuir para que o indivíduo seja ciente e esteja em estado de alerta para a preservação da natureza, além de possibilitar a troca de experiências entre os grupos e colaborar para o encontro de diferentes culturas. Ele pode mediar também o conhecimento gerado pelo grupo e o que os seus participantes poderão fazer com isto em mãos, agindo no contexto cultural e social.

Cabe lembrar que o lazer não pode ser desvinculado de toda a problemática social, e que sozinho ele não é capaz de transformar vidas e de torná-las qualitativamente melhor. Assim, pensar o lazer numa perspectiva abrangente e contextualizada não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social, e é este o sentido que muitas vezes é a ele atribuído. Por isso, é necessário repensar essas visões, por meio da sistematização de conhecimentos e da realização de pesquisas que tratem do tema de maneira crítica e criativa, principalmente no que se refere aos diferentes sujeitos de uma sociedade (ALVES; ISAYAMA, 2006). É preciso estruturar conceitos e ações para vivência do lazer em ambientes naturais.

Para uma mudança de atitude efetiva sobre a necessidade de vivência do lazer como um direito inalienável, é preciso compreender alguns aspectos essenciais que podem vir a traçar novos caminhos mais conscientes:

1. a compreensão de que o lazer é um direito social;
2. a possibilidade de participação popular na construção coletiva de políticas de lazer;
3. a democratização cultural, com a elaboração

de políticas que dêem acesso a todos, de forma eqüitativa e dos vários conteúdos culturais do lazer; 4. a minimização das barreiras sócio-culturais que impedem ou diminuem o acesso aos espaços e aos programas de lazer; 5. a luta por políticas de reordenação do tempo; 6. a busca da democratização dos espaços nas cidades e em áreas naturais; 7. a educação pelo e para o lazer, em busca de vivências que modifiquem os valores vigentes e vislumbre uma transformação nas atitudes pessoais e sociais, e conseqüente mudança do *status quo*; 8. a qualificação na formação profissional, de forma a possibilitar uma atuação consciente e comprometida com valores crítico-criativos para uma ação cultural diversificada e coerente; 9. a construção e manutenção de equipamentos de lazer nos centros urbanos e em Áreas de Proteção Ambiental destinadas ao uso público com fins turísticos e recreativos; (BAHIA; SAMPAIO, 2005, p. 180).

Considerações finais

É preciso que o poder público tome a iniciativa de firmar parcerias com a sociedade e fomenta a participação popular, fundamentada em bases sólidas de uma construção coletiva, democrática e participativa de todos os atores envolvidos, a fim de minimizar as contradições e as barreiras de vivência do lazer em áreas naturais, assim como evitar práticas alienadas e não sustentáveis (BAHIA; SAMPAIO, 2005).

Outras metas importantes a serem estabelecidas, no sentido de construção de novos caminhos de uma prática consciente, apontam para: 1) a preocupação na formação de animadores socioculturais capazes de atuar criticamente em tais áreas, conhecendo limites e possibilidades; 2) a promoção de pesquisas de aprofundamento teórico-prático no que concerne ao lazer em áreas naturais; 3) o

estabelecimento de programas de educação ambiental para todos os atores envolvidos; 4) o controle e fiscalização das ações de desenvolvimento do lazer e esportes em áreas naturais, a fim de minimizar impactos socioambientais; 5) a educação “pelo” e “para” o lazer em âmbito geral.

É primordial, portanto, o estabelecimento de um amplo debate entre todos os setores envolvidos, no sentido de equacionar possíveis problemas em busca de soluções que dêem conta de articular saberes globais e saberes locais; discursos acadêmicos e discursos populares; poder público, privado, terceiro setor e comunidades; enfim, uma conscientização ampla e irrestrita sobre a importância da vivência do lazer em áreas naturais, de forma consciente e sensível, pautada em valores de convivialidade, sensibilidade, solidariedade, respeito e compromisso ético.

Para que tais ações se concretizem é necessário capacitar os animadores e promover esse conjunto de representações, na perspectiva de que a educação para mudanças de atitudes no ambiente natural possa contribuir para dinamizar a sociedade, mudar a ação das pessoas dentro e fora dos espaços de lazer, interferir diariamente na atitude delas e contribuir para que possam agir não mais individualmente, mas em conjunto, na tentativa de democratizar e consolidar uma política de lazer.

Referências

ALVES, Cathia. ISAYAMA, Hélder, Ferreira. Considerações sobre o lazer na idade adulta como base para elaboração de repertório de atividades. In: MARCELLINO, N, C. *Repertório de atividades por fases da vida*. Campinas: Papirus, 2006.

ALVES, Cathia. *O papel do profissional de Educação Física como intermediário entre o adulto e o lúdico*. Dissertação (Mestrado) – Piracicaba: Unimep, 2007.

BAHIA, Mirleide Char. Propostas de Animação para a valorização do Meio Ambiente. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org). *Repertório de atividades de recreação e lazer por Ambientes*. Campinas-SP: Papirus, 2007.

_____. SAMPAIO, Tânia Mara V. Turismo de Aventura na região amazônica: desafios e potencialidades. In: UVINHA, Ricardo Ricci (org). *Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências*. São Paulo: Aleph, 2005.

BARROS, Maria Isabel A de; DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, Célia (org). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000.

CAMARGO, Luiz Otávio. *O que é lazer*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COSTA, Patrícia Côrtes. *Unidades de conservação*. São Paulo: Aleph, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. Tradução Regina Maria Vieira. São Paulo: SESEC, 1980.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

ISAYAMA, Hélder, Ferreira. *Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, Departamento de Educação Física, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (org). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas-SP: Papirus, 2001. p. 45-59.

MARINHO, Alcyane. Da aceleração ao pânico de não fazer nada: corpos aventureiros como possibilidades de resistência. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa T.(org). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri-SP: Manole, 2003.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21^a ed., São Paulo: Cortez, 2000.

OS JOGOS AMAZÔNICOS DA NATUREZA - UMA ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA: SUBSÍDIO SUSTENTÁVEL COMO GERADOR DE RECURSOS E UMA POSSÍVEL ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Myrian Abecassis Faber ¹

Jefferson Jurema ²

Vanderlan Santos Mota ³

Introdução

O lazer e a disponibilidade de espaços públicos para as práticas da cultura corporal de movimento são necessidades essenciais ao homem contemporâneo e, por isso, direitos do cidadão. As atividades físicas, por outro lado, são fontes geradoras de saúde e promotoras de relações interpessoais por meio de atividades psico-físico-socioculturais. Esses espaços criam, ainda, oportunidades para a modificação na forma, no espaço, na técnica e na participação das atividades físicas.

A prática de atividades físicas desportivas permite ao indivíduo experimentar e expressar um conjunto de características de sua personalidade, possibilitando-lhe vivenciar mudanças comportamentais. Aliado a isso, um grande número de experiências vividas tende a auxiliar positivamente o homem, proporcionando o fortalecimento psicomotor, social, cultural e também a maturação *psico-ecológica*. Além disso, quando essas experiências são vivenciadas junto à natureza, seus efeitos são potencializados.

Os movimentos corporais são, também, fontes geradoras de saúde, além de proporcionarem

¹ Prof.ª Msc - UEA.

² Prof. Doutor da UEA.

³ Prof. Doutor da UEA.

soluções dos problemas de relações interpessoais que são equacionadas através do movimento, principalmente do movimento psicológico criador de atitudes e emoções, de julgamento etc., mas também através do movimento do corpo físico criador das posturas, das verbalizações, causador do comportamento que atrai e do que repele. (FEIJÓ, 1992).

Desta forma, não há opiniões divergentes quando se pergunta sobre quem deve atuar no contexto da educação física. Esse domínio é evidenciado pela concepção epistemológica na qual a educação física está baseada. Desta maneira, delega todas as atividades possíveis e imagináveis que envolvem o movimento humano como de responsabilidade específica do profissional de educação física. Entretanto,

hoje as atividades nestes segmentos são TERRA DE NINGUÉM, são ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio qualquer um pode ocupá-lo. Portanto, nós devemos ocupá-lo antes que outros o façam” (STEINHILBER, p. 51).

Finalmente, mas não menos importante, sob a ótica de uma prática de consumo, o desporto elabora e faz aplicar os regulamentos que regem os vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestuário etc.), os serviços necessários à prática do desporto (professores, treinadores, dirigentes, árbitros, médicos etc.), além dos produtores e vendedores do espetáculo desportivo e de bens associados (jornais, revistas especializadas, televisão, o marketing) e toda uma comercialização de produtos. Dessa forma, o desporto configura-se como sendo grande fonte de recursos financeiros para o Estado e para populações. Assim sendo, o presente trabalho pretende analisar a criação dos Jogos Amazônicos da Natureza, comprovando sua eficácia em proporcionar ao homem a possibilidade

de interagir de maneira racional, psicológica e afetivamente ligado ao meio ambiente local, por meio de atividades físicas e desportivas, gerando recursos financeiros e consolidando um espaço de trabalho específico do profissional de Educação Física.

As atividades a serem desenvolvidas

A implantação do eco-turismo desportivo, por meio dos desportos da natureza, em cidades que possuam infraestrutura para abrigá-los, cria condições para o desenvolvimento sustentável daquelas regiões. Por outro lado, converter os serviços ambientais da floresta e dos rios, aliados à prática desportiva, em fluxo de renda e, conseqüentemente, em meio sustentável na Amazônia, conduzirá a que administradores públicos reconheçam uma forma de exploração, dos recursos naturais utilizados, passível de ser executada na forma de um projeto de eco-turismo desportivo. Finalmente, essa prática representa uma forma de conservar o meio ambiente, gerando recursos para a região, sem degradá-la e sem desperdiçar recursos.

A presente pesquisa pretende revelar, ainda, que:

- o interesse de populações para o meio ambiente natural de suas respectivas regiões é potencializado por meio de atividades físicas desportivas;
- as atividades turísticas e desportivas são fontes geradoras de recursos financeiros, ao utilizarem-se os recursos naturais de forma racional e consciente;
- novas relações interpessoais e a integração harmoniosa entre o homem e o meio ambiente são proporcionadas por meio da prática dos desportos da natureza;
- a prática desportiva junto à natureza conscientiza os praticantes da valorização dos recursos ambientais naturais e finitos e bem estar físico e social que os mesmos proporcionam, reconhecendo o real valor de atividades que promovam a conservação e a preservação das funções vitais da natureza, das quais dependem a perpetuação da vida na Terra.

Os recursos naturais ambientais permitem ministrar aulas práticas onde sejam desenvolvidas, simultaneamente, as qualidades físicas dos educandos e o despertar de uma consciência ecológica. A Educação Física, por sua vez, disciplina curricular de todas as escolas brasileiras, transversaliza no tema Meio Ambiente quando propõe que atividades inerentes à disciplina sejam praticadas junto à natureza. E segundo as experiências vividas por Bouet (1968) e Durand (1969), a associação dos recursos naturais ambientais, os desportos, a noção de risco e a aventura classificam-se como desportos da natureza.

O lazer e a disponibilidade de espaços públicos para a prática da cultura corporal de movimento são necessidades do homem contemporâneo e, por isso, direitos do cidadão. Sendo a prática de movimentos corporais fonte geradora de saúde, proporciona soluções dos problemas de relações interpessoais que são equacionadas através do movimento, principalmente do movimento psicológico criador de atitudes e emoções, de julgamento, mas também através do movimento do corpo físico, criador das posturas, das verbalizações, causador do comportamento que atrai e do que repele (FEIJÓ, 1992).

Objetivos específicos da pesquisa

- Analisar a viabilidade de criarem-se atividades físicas e recreativas em cidades da Amazônia (Jogos Amazônicos da Natureza), como forma de desenvolvimento sustentável.
- Demonstrar que a prática do exercício físico junto à natureza proporciona melhoria da saúde, harmonizando o praticante com o meio ambiente.
- Evidenciar que, por meio das atividades físicas, o entendimento, o reconhecimento e a valorização dos recursos naturais necessários para a prática dos desportos da natureza são valorizados.

- Analisar a possibilidade de utilizarem-se os recursos naturais renováveis como a floresta, os rios e lagos de forma racional e consciente, buscando conservar e preservar o meio ambiente local.

- A prática de atividades físicas desportivas permite ao indivíduo experimentar e expressar um conjunto de características de sua personalidade, proporcionando mudanças comportamentais. O grande número de experiências vividas tende a auxiliar positivamente o homem enquanto praticante e indivíduo, otimizando o fortalecimento psicomotor, social, cultural e também de maturação psico-ecológica ao associarem-se essas experiências vivenciadas junto à natureza.

Feijó (1992, p. 48) diz, ainda, que “o índice de êxito que uma pessoa pode vir a alcançar está em íntima relação com sua capacidade de solucionar problemas. O movimento, através das atividades físicas e mentais, instrumentaliza o processo da pessoa, criando mecanismos orgânicos para o equacionamento”. Por sua vez Fearnside (1999) afirma que converter os serviços ambientais da floresta em fluxo de renda, e este fluxo em uma base para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural, representa um grande desafio. Continua dizendo que “o esforço deveria ser centrado sobre como usar os serviços ambientais como estratégia a longo prazo para manter a floresta e a população que a habita” e que “além do progresso visando objetivos de longo prazo, medidas imediatas serão necessárias para sustentar a população e evitar perdas adicionais do patrimônio da floresta”. Finalmente, garante que “a fonte de valores realmente preciosos da floresta são os serviços ambientais”.⁴

⁴ FEARNSIDE, Philip M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 314-44.

A implantação do turismo desportivo proporcionará, também, uma significativa melhora na qualidade de vida dos moradores das cidades-sede, por meio da entrada de recursos financeiros, propiciada pelos participantes dos jogos. Esse objetivo será alcançado por meio da divulgação das cidades apropriadas para tais atividades, da sensibilização para com o meio ambiente, do fortalecimento de laços afetivos interpessoais e com a natureza e da manutenção da saúde pela prática das atividades físicas.

Finalmente, verifica-se a importância da implantação dos “Jogos Amazônicos da Natureza”, os quais corroboram o que dizem Feijó (1992) e os princípios definidos na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (1997), a seguir :

- utilizar os diversos ambientes com finalidade educativa e uma gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, ressaltando, principalmente, as atividades práticas e as experiências pessoais; ressaltar a complexibilidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as atividades necessárias para resolvê-los; considerar o meio ambiente em sua totalidade, em seus aspectos natural e construído, tecnológicos e sociais (econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral e estético); considerar, de maneira explícita, os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento (DIAS, 1992).

A presente concepção visa a verificar a possibilidade e a pertinência da implantação de atividades físicas e desportivas em cidades sustentáveis da Amazônia, buscando a integração do homem com a natureza, utilizando os componentes essenciais para a saúde — o movimento, a água, a alimentação e o ar puro — e despertando a noção de risco e o espírito de aventura, características dos desportos da natureza.

Segundo Bento (1990) e Meinberg (1990), o desporto tornou-se plural, assumindo novas formas, modelos, valores e sentidos; surgiu como comércio, indústria, atividade cultural, estilo

de vida, fator econômico, fator de sociabilização, meio de educação e formação, estratégia de saúde e objeto de investigação científica.

O estudo considera, ainda, que:

- os desportos da natureza não têm limitações ecológicas impostas pela natureza, pois não perturbam funções ecossistêmicas essenciais;

- a prática dos esportes da natureza proporcionam melhorias na qualidade de vida das pessoas de forma psico-físico-social, cultural e financeira;

- o esporte e a natureza são fontes inesgotáveis de recursos e, observando-se as regras e leis da natureza, podem funcionar como fonte de rendas e de divulgação da região;

- os praticantes desses esportes, ao observarem as regras e as leis da natureza, refletem sobre as problemáticas ambientais;

- tais atividades incluem a utilização de recursos locais com participação ativa dos habitantes locais e consequentes ganhos monetários e

- a “sustentabilidade do economista”⁵ está baseada no desenvolvimento sustentado que não comprometa os recursos destinados às gerações futuras.

Visualização dos Jogos Amazônicos da Natureza

Os Jogos Amazônicos da Natureza poderão ser levados a efeito, considerando-se as premissas a seguir:

- durante a execução da pesquisa, os participantes deverão alimentar-se, prioritariamente, com os produtos regionais produzidos por aquelas localidades;

- serão mobilizados profissionais ligados à área dos desportos: médicos, educadores físicos, dentre outros;

- o evento será divulgado na mídia;

- serão convidadas as equipes amazonenses, das modalidades

⁵ Gatto aponta três definições para sustentabilidade: 1) a do “biólogo aplicado”; 2) a do “ecólogo” e 3) a do “economista”. Ibidem, p. 66.

dos jogos, a participarem como enriquecedoras e divulgadoras dos jogos;

- o material desportivo a ser utilizado nos jogos serão confeccionados pelos nativos e com a utilização de recursos naturais renováveis;

- o número de participantes será definido de acordo com as acomodações existentes e de acordo com a infraestrutura de cada cidade;

- visualiza-se, também, utilizar modalidades desportivas escolhidas entre as oferecidas em pesquisa de opinião — natação, pesca, arco e flecha, corrida de orientação, rapel, canoagem, *rafting*;

- os participantes poderão participar em grupos ou individualmente, dependendo da atividade.

- Realizados no meio natural. Estão fortemente unidos à noção de risco e representam aventura (BOUET, 1968).

Desportos da natureza

Divisão quanto às habilidades (Knapp, 1979).

Divisão quanto ao nível de dificuldade em relação ao grau de participação do corpo e às influências externas (FITTS, 1965).

fechada	Arco e flecha	nível I
fechada	Pesca	
aberta	Rapel	
aberta	Corrida de orientação	nível II
fechada	Natação	nível III
aberta	<i>Rafting</i>	

Considerações finais

O uso da natureza não pode desprezar a escala das funções ecológicas e dos eco-ciclos. Esse, certamente, constitui um princípio para guiar a sociedade na direção do desenvolvimento sustentável, o qual baliza a utilização dos recursos dentro das capacidades de suporte, resiliência e limites, que são categorias ecológicas de grande significado em termos de relação entre o processo econômico e ecossistema.

Considerando-se a dinâmica da sociedade, a necessidade imprescindível de integração do ser humano com o meio ambiente, entende-se, por consequência, uma EDUCAÇÃO FÍSICA MÚLTIPLA, que atenda às partes conflitantes e antagonicas dessa sociedade. Amplia-se e desvela-se, dessa maneira, a perspectiva da atuação da EDUCAÇÃO FÍSICA, atendendo a todos os segmentos sociais, idealizada em sua essência: sua importância e seu papel na conquista de melhor qualidade de vida, da igualdade de condições, na diminuição dos privilégios, da diminuição de miséria, da garantia de saúde para a população, da conquista do direito constitucional à educação e tantos outros pontos de suma importância e que qualquer indivíduo consciente, crítico, compromissado, com as causas sociais defende.

Referências

BENTO, Jorge Olímpio. Para um Desporto Referenciado à Saúde. In: BENTO, Jorge Olímpio, MARQUES, Antônio (eds.). *Desporto, saúde, bem-estar*. Porto: FCDEF, 1990

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1999.

FEIJÓ, Olavo G. *Corpo e movimento: uma psicologia para o esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 1992.

JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA. Governo do Estado do Paraná. Paraná. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/celepar/celepar/batebyte/edicoes/1997/bb68/jogos.htm>>. Acesso em 1997.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 13. ed. Petrópolis: Vozes. 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Método do trabalho científico*. 20. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

STEINHILBER, Jorge. Profissional de Educação Física... Existe? In: V Ciclo de Palestras CAEFALF-UERJ, 5. Rio de Janeiro, 1996. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 1996, p. 43-58.

RECREAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NUMA CIDADE DOS TRÓPICOS
ÚMIDOS: UMA VISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA CIDADE
DE MANAUS-AM

Vanderlan Santos Mota¹
Myrian Abecassis Faber²
Jefferson Jurema³.

Introdução

Com o crescimento desenfreado da população da cidade de Manaus, principalmente na década de 80 com a migração de pessoas de outros estados, como também, dos interioranos, os espaços foram sendo ocupados sem um planejamento e um ordenamento compatível com a geografia local. Em Manaus esses fatores foram bastante evidenciados no tocante à necessidade de uma mudança e aproveitamento do fator econômico e político, principalmente com a implantação da Zona Franca de Manaus e, conseqüentemente com o Polo do Distrito Industrial.

Segundo Marcellino (1996), o lazer, arraigado na economia e política, humaniza as cidades; não simboliza um confronto definitivo com o cotidiano, organizado e organizador da reprodução da sociedade, ao contrário, dele faz parte, não define o pleno gozo; contudo contém o lúdico como possibilidade, um emprego do tempo, que varia segundo as disposições do tempo livre para os diferentes usuários dos espaços de lazer, que recupera usos e emoções particulares a essas classes sociais.

¹ Prof. Doutor da UEA. barbabarauma@yahoo.com.br

² Prof.^a Msc da UEA. mfaber@uea.edu.br

³ Prof. Doutor da UEA. jjurema@uol.com.br

O lazer, mais institucionalizado, ou seja, o produzido em espaços públicos pela ação do estado, o da produção e conservação de grandes parques urbanos, por exemplo, não consegue atingir a população de baixa renda de nossa cidade, como é o caso dos cinco novos espaços criados na gestão anterior da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEDEMA), citando o Parque Samaúma, o Mundo Novo, a Ponte da Bolívia, o Parque Encontro das Águas, e o Parque Tarumã. Estes somados aos que já existiam, tais como: o Parque do Mindu e o Jardim Botânico, além da reserva Adolfo Ducke, Horto Municipal Chico Mendes, não amenizam o problema de espaço verde para a recreação e lazer na cidade. Nesses espaços deveriam ser implantadas pistas para caminhada, corridas, ciclovias, além de implementos fixos para ginástica.

Esses parques, bem utilizados para recreação e lazer ao ar livre, conseguem atingir diferentes camadas sociais, produzindo um encontro real, definindo diferentes usos, tais como lazer e noção de preservação ambiental; é onde diferentes classes sociais se exercitariam e se divertem. Esses espaços servem também para a festa oficial e oficializada muitas das vezes bem visíveis em praças e logradouros públicos de nossa cidade, onde os programas culturais promovidos pelas autoridades políticas em épocas eleitorais tornam-se bem visíveis. Entretanto, essas praças públicas centrais na cidade servem também de lugar dos *excluídos* e de atividades ilegais como o tráfico de drogas, encontro de homossexuais, lugar de repouso de mendigos, lugar de arregimentação de trabalhadores *desocupados*, potencialmente disponíveis, portanto, momento do circuito das migrações temporárias.

A significação social desses espaços é múltipla. E cada um tem uma peculiaridade, quase irredutível; através desses espaços, cria-se um novo ponto de vista, que não prescinde dos outros, o das estratégias políticas e econômicas: é o da prática espacial que chega ao limite de recuperar a ação e a consciência da ação e a consciência das ações individuais, como vida social. Conforme Lefebvre (1970)

existe certa apropriação concreta e prática... de um tempo e de um espaço, em conflito com as coações.

Metodologia

Destaca-se neste estudo, o lazer, a recreação e a qualidade de vida, com uma visão do espaço urbano na cidade de Manaus, relacionado à intenção de recreação e lazer ao ar livre; também, uma visão da cidade, a sua ocupação territorial e expansão, como berço de impressionantes manifestações culturais e esportivas em contato com a natureza. Assim, como outras cidades, Manaus possibilita a produção do espaço urbano e sua organização por meio de uma complexa rede de relações sócio culturais, ambientais e econômicas encravadas em plena selva amazônica.

O enfoque metodológico compreende uma visão mais ampla da recreação e do lazer na ocupação dos espaços públicos e áreas verdes, mais precisamente os espaços construídos e as áreas verdes existentes. A hipótese que direciona o estudo aponta a falta de planejamento urbano e a ausência de políticas públicas, voltados para o esporte, a recreação e o lazer nos espaços e logradouros públicos, como também, uma visão de uma melhor qualidade de vida do ser com o meio ambiente.

Esse estudo analisa os indicadores ambientais e recreacionais em Manaus, através de uma reflexão temporal dos processos históricos que caracterizam a ocupação e transformação de sociedade atual pela importância à saúde e ao bem-estar social, por meio da recreação, do lazer e da prática desportiva em geral.

Os espaços públicos (de lazer) na cidade de Manaus: emergência de novas práticas e vocações territoriais

No imaginário coletivo, a cidade continua ainda associada a um universo feito de asfalto, concreto, veículos, pessoas e muito barulho, em que as ruas se transformam em enormes garagens, onde

a participação do cidadão é diminuta e a população, mais apressada que outrora, corre anônima pelo meio do tráfego, sem parar.

Este é o quadro geral na maior parte das cidades do mundo e em Manaus, a maior capital do Norte. Em termos populacionais também não é diferente; é necessário reconhecer, no entanto, que outras cidades, talvez as mais desenvolvidas, tenham uma melhor integração no seu seio e novas dimensões de humanidade, de harmonia e mesmo de convivialidade.

Deveriam ser construídos, em todos os bairros ou em todas as zonas da cidade de Manaus, os espaços públicos urbanos de lazer, isto é, lugares de dinâmica cultural onde o lúdico faça ressaltar um conjunto de expressões ou rituais, sinônimos do direito à cidade e de usufruto de lugares agradáveis para viver. Lugares que ofereçam uma grande escolha de atividades em seu bairro, e em sua cidade. Confrontados com o crescimento e desenvolvimento da cidade de Manaus, nos últimos anos, é que nós, cidadãos, pedimos respostas abertas a práticas e métodos de planejamento estratégico adaptados à vida de hoje e à organização de cidades empenhadas no desenvolvimento futuro. No entanto, o que se exige é tão só o direito aos novos rituais urbanos e à qualidade de vida na cidade, como também, os antigos espaços para a recreação e o lazer nos espaços verdes da cidade, haja vista, que na maioria das vezes uma grande quantidade da população que almeja esses espaços é oriunda do interior do estado, onde o chamado futebol de várzea é muito comum, assim como os banhos nas margens dos rios e igarapés.

Em relação aos espaços públicos urbanos, os manauaras, neste início do século, querem ser mais livres, mais responsáveis e participantes e, especialmente, tal como noutras cidades, que deixam passar da imaginação à prática, ou seja, a uma outra maneira de viver o espaço-tempo urbano com a ocupação dos parques e áreas verdes da cidade para a recreação e o lazer.

Esporte, lazer e qualidade de vida

O esporte aliado à qualidade de vida é, sem dúvida, um dos grandes desafios atuais, e a responsabilidade de que essa proposição alcance seu objetivo é primeiramente nossa, dos profissionais de Educação Física.

O lazer, a recreação e o esporte qualificam como elemento de nossa cultura também o potencial da melhoria da qualidade de vida às nossas vidas, buscando aproximá-lo da possibilidade de aliar a prática esportiva com os ambientes naturais. Como enfatiza Costa (1997), o melhor desporto é aquele que cria a beleza da nossa vida.

A emoção e o sentimento podem definir um esporte que aponta para uma vida plena de qualidade, e, como diz Bento (2001), o melhor desporto é aquele que criado na nossa vida, nos liberta *do medo da própria sombra, promove o reencontro de nós e dos outros*, e nos impede de fugirmos da nossa imagem, particularmente se ela é fonte de perturbações.

Na tentativa de uma melhor qualidade de vida, o homem tem buscado a natureza como o cenário ideal para a sua prática esportiva. Em função disso uma nova gama de modalidades esportivas tem despontado. Rosado alerta (1998) para a manifestação dessas novas modalidades esportivas junto à natureza, as quais segundo ele necessitam de avaliação de impacto ambiental. Ele cita o exemplo dos desportos motorizados praticados fora das pistas convencionais, que podem causar sérios danos ambientais em funções dos elevados níveis de poluição provocados por suas *máquinas*. Até a prática do golfe recebeu severas críticas do autor, o qual aponta a destruição da flora e da fauna locais para a construção dos *courts* e a necessidade do uso massivo de pesticidas para manter as condições ideais dos campos.

Se, por um lado, a preservação da natureza nos aproxima de um conceito mais amplo de ecologia, por outro, a prática esportiva nos traz para um âmbito mais específico, a ecologia do desenvolvimento humano. Nessa visão, o homem interage com

a natureza nas bases de um equilíbrio dinâmico. Se for necessária a ampliação dos espaços para a prática de uma atividade física saudável, faz-se também indispensável à reconstrução/recuperação dos espaços danificados/agredidos que já não tem utilidade para a prática desportiva.

Prazer e contradição: aspectos da constituição segregada dos territórios de lazer

Não há dúvidas de que a recreação tem-se projetado como uma das mais promissoras atividades sociais do atual momento histórico. Segundo Rodrigues, ela se “constitui uma estratégia de criação de uma nova *necessidade social*, incorporada cada vez mais *artificialmente* ao rol das necessidades vitais das sociedades” (1997, p. 26).

Parece que a recreação começou a fazer parte da vida das pessoas como uma atividade planejada; iniciando na Antiguidade, quando o tempo de descanso foi percebido como uma necessidade social, momento em que algumas atividades destinadas ao repouso, ao prazer e à reposição das energias físicas começaram a se projetar. A esse respeito, Yurgel (1983, p. 5) chegou a afirmar: “Que a conquista do tempo livre, para o homem primitivo, perde-se no fundo da história da humanidade, em seus pormenores” (1983, p. 5).

Para fins de análise, optou-se por considerar a palavra lazer como expressão das atividades de diversão. Desta forma o tempo livre, ao contrário das proposições de Yurgel (1983), não se pode ser entendido como sinônimo de lazer, pois o tempo da religião, o da satisfação das necessidades fisiológicas, o da família, entre outros exemplos, são apenas dimensões desse tempo livre, que pode ocasionalmente vir a ser preenchido com as práticas recreativas, sob os mais variados pretextos: repouso, diversão, socialização de experiências, competições, entre muitos outros.

Segundo Rodrigues, “hoje se dá grande importância ao lazer, como fruto da ampliação do tempo de ócio, que vem a ser um fenômeno da sociedade contemporânea em particular das sociedades

industriais do pós-guerra” (1997, p. 6). O tempo de folga torna-se um privilégio diário de imitação coletiva. Assim, é meticulosamente produzida por empresas e instituições, que procuram a cada instante tornar a vida privada uma extensão da vida social, principalmente nos *shoppings centers* da cidade de Manaus. Não só o direcionamento do lazer ocorre nesses espaços, tem os também, os grêmios esportivos nas fábricas que ocupam o trabalhador; nesse caso, o mais frequente do sexo masculino no seu tempo livre.

Daí uma das grandes razões para se resgatar as reflexões teóricas acerca do cotidiano, pois tudo isso faz parte das ditas macro estruturas, tão discutidas nas obras destinadas ao estudo dessa categoria de análise de reprodução do capital.

A esse respeito, e sob o ponto de vista mercadológico, ressalta-se que a atividade de lazer tanto para a administração pública quanto para a atividade empresarial privada tem sido uma alternativa promissora de geração de emprego para a primeira, e de renda para ambas, sempre sob o rótulo do *Marketing recreacional*, ou da *Indústria sem chaminés*.

Os espaços destinados ao lazer oferecem oportunidades múltiplas de segregação específicas aos grupos minoritários, mas, em contrapartida, reforçam sua segregação aos territórios nos quais suas presenças são aceitas sem reservas. Dentro desses grupos podemos ressaltar homossexuais, negros, mulheres sem companheiros, idosos, imigrantes, dentre outros.

Os espaços públicos, conforme Camargo,

Abrem um campo educativo não para se aprender coisas, mas se executar equilibradamente as possibilidades de participação social lúdica. A esse processo se denomina, educação não-formal ou animação sócio-cultural. Seu objetivo é mostrar que o exercício de atividades voluntárias, desinteressadas, prazerosas e liberatórias pode ser o momento para uma abertura a uma vida cultural intensa, diversificada e equilibrada com

as obrigações profissionais, familiares, religiosas e políticas (1992, p. 75).

Considerações finais

Durante muitos anos alimentou-se a ideia de que o desenvolvimento técnico permitiria abolir os limites naturais como consequência, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Não podemos deixar de reconhecer os benefícios à humanidade trazidos pelo progresso das ciências e da tecnologia. Como falar da qualidade de vida, da recreação e do lazer na cidade de Manaus sem considerar essas questões, sem destacar a importância do meio ambiente e sem reconhecer que há um limite para a vida, em pleno Pólo Industrial encravado na selva amazônica?

No entanto, a cidade de Manaus retrata, na atual apresentação de seu espaço urbano, as situações específicas que marcavam seu crescimento ao longo de várias décadas, desde a construção da cidade pelos barés passando pelos ingleses até os dias atuais. Estas foram sendo moldadas dentro de um contexto em que foi fator predominante a ausência de mecanismo de planejamento urbano que pudesse atenuar os impactos negativos oriundos do acelerado processo de urbanização que, em períodos relativamente curtos, transformou a natureza. Essa transformação, não é apenas de natureza natural, mas também dos hábitos e dos costumes.

Então, destaca-se que o processo de ocupação do espaço urbano, produziu-se a partir de um modelo econômico que culminou com a decadência ambiental desses espaços e do ecossistema urbano em que se implantou, passando pelo período áureo da borracha até a implantação do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus.

Portanto, para a afirmação de recreação e do lazer nos espaços públicos em Manaus como um campo em que se exercitam certas posturas e silenciam-se outras, medem-se os movimentos e a energia física gasta. Consulta-se o corpo para conhecer seus verdadeiros atributos e falhas e a partir dessa preocupação do

homem para com seu próprio corpo durante o tempo livre, em que se pode compreender a proliferação do lúdico. Ludicidade esta que pode ocupar os espaços destinados exclusivamente a um tipo de lazer, em que cada homem deve autossuperar-se a todo instante através das caminhadas, corrida, ginástica e as *peladas* nos campos de várzeas, além dos banhos nos rios e igarapés, como, também, na vivência das recreações e das festividades e na insistência do uso de pelo menos uma parte do tempo livre com exercícios físicos, efeitos desse processo de busca de um verdadeiro lazer e do exercício de um poder polivalente, que age diretamente no corpo dos indivíduos, através de uma melhor qualidade de vida e do ato recreacional.

Referências

- COSTA, I.P. *Meio Ambiente e Desporto: uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto, 1997.
- BENTO, J. O. et al. *Da Educação Física ao Alto Rendimento*. Funchal: Edição O Desporto Madeira, 2001.
- CAMARGO, L. O. I. *O que é lazer*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LEFEBVRE, H. *La Revolution Urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- MARCELLINO, N. C. *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o Papel das Prefeituras*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.
- _____. *Lazer e Esportes: Políticas Públicas*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

MOREIRA, W.; Simões, R. *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002.

PÉRES, J. *Evocação de Manaus - Como eu vi e sonhei*. 2. ed. rev. e amp. Manaus: Valer, 2002.

PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço-turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.

RODRIGUES, A.B. *Turismo e Espaço*. Rumo ao conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSADO, A. *Nas Margens da Educação Física e do Desporto*. Lisboa: Edições Faculdade de Motricidade Humana, 1998.

STIGGER, M.C. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, São Paulo: Autores Associados chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.

YURGEL, M. *Urbanismo e lazer*. São Paulo: Nobel, 1997.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: REALIDADE E PERSPECTIVAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Elizângela de Souza Bernaldino
Érica Patrícia de Oliveira Pinheiro
Juliana Nunes de Oliveira
Célio José Borges
Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves

Introdução

A pesquisa tem o propósito de compreender e analisar, através da investigação do processo de formulação as Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o município de Porto Velho – RO. Para tanto se pretende situar as políticas de Esporte e Lazer desenvolvidas na cidade, bem como aprofundar o debate ou discussões em políticas públicas de esporte e lazer na região amazônica. O interesse deste estudo também está diretamente relacionado com o fenômeno do crescimento populacional previsto para Porto Velho nos próximos 5 a 10 anos em decorrências das obras das usinas hidrelétricas do Madeira. A cidade já demonstra uma mudança significativa em sua dinâmica, especialmente pelo visível crescimento das “construções verticais” e o volume de veículos que circulam pela cidade, já como uma característica de grande porte, o que vai demandar mais áreas de lazer para atender a esse aumento da população.

Desta forma, visualizar a demanda e conseqüentemente a apresentação de novas propostas para os segmentos de Esporte e Lazer que conduzam a uma melhor qualidade de vida da população e, ainda, criar espaços para que seja demonstrada a importância da Educação Física como áreas de estudos e atuação profissional e o seu papel social constituem uma necessidade emergente na cidade.

¹ Grupo de Estudo do Desenvolvimento da Cultura Corporal/CELAFIU-UNIR

Neste âmbito, uma outra perspectiva que pode ser vislumbrada, a partir deste estudo, é a abertura do mercado de trabalho, bem como a inter-relação com outras áreas relacionadas ao turismo e aos esportes de aventura praticados na natureza. Cabe destacar também a necessidade de inserção da escola no contexto das políticas públicas de Esporte e Lazer.

Também será valiosa a união de esforços no sentido de abrir espaços para o esporte e o Lazer através da ocupação de diferentes locais e momentos: na escola, centros comunitários, praças e outros lugares. O aproveitamento dos espaços ociosos demanda a otimização de serviços de utilização de equipamentos, ao longo de toda semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Desta forma, o aumento de locais estruturados de práticas esportivas trará benefícios para a população e para o sistema governamental. Mellerowicz (1984) aponta que o aumento da construção de pequenas praças esportivas será refletido na economia de gastos com despesas de hospitais, remédios e invalidez precoce. Dessa forma, ressalta-se a criação/manutenção dos locais para a prática de esporte e lazer.

Políticas públicas em esporte e lazer: ações e aplicabilidade

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer vêm crescendo nas reivindicações da sociedade pela busca de uma melhor qualidade de vida. A participação popular no planejamento municipal torna a gestão democrática e faz com que se reflita sobre projetos, esclarecendo seus objetivos e explicitando suas funções sociais sendo construído à base da realidade, atendendo aos interesses de diferentes grupos, instituições e organizações populares.

Segundo Müller (2002), a questão espacial do Esporte e Lazer, dentro da sociedade contemporânea, possui uma complexidade que tem origem na concentração urbana, se desenvolve e provoca consequências na relação existente entre os diferentes tempos do

homem urbano – tempo de trabalho, tempo liberado do trabalho, porém não livre de obrigações sociais, e tempo disponível para o lazer. Neste âmbito, a questão do espaço influencia sobremaneira a atitude que as pessoas adotam diante de suas experiências de lazer, que, por sua vez, acarretam repercussões nas políticas públicas de lazer.

Nesta perspectiva os espaços e equipamentos de lazer não são entendidos como essenciais e não têm a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana, além de ser um dos elementos pouco reivindicados pela população, pelo menos organizadamente.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como sendo um estudo de caso descritivo com a análise de documentos, bibliografias e entrevistas do tipo estruturada. As entrevistas foram realizadas com os gestores das áreas municipal e estadual de esporte e lazer. Analisaram-se os documentos da I Conferência Municipal de Esporte e Lazer, leis municipais relacionadas à área e entrevistas com profissionais da Secretaria de Município de Esportes e Lazer, cronogramas e projetos desenvolvidos e em fase de desenvolvimento.

Os procedimentos metodológicos constituíram-se em três etapas: levantamento bibliográfico e análise documental; visita aos espaços públicos disponíveis (Polo I Skate Park, Deroche, Espaço Alternativo); entrevistas com os dirigentes das Secretarias Municipal e Estadual de Esporte e Lazer de Porto Velho.

Políticas públicas: realidade na cidade de Porto Velho

A cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, está localizada na região Norte. É considerada uma cidade de médio porte, com pouco mais de 330 mil habitantes. Assim como muitas outras cidades brasileiras que possuem características semelhantes, a população de

Porto Velho enfrenta diariamente problemas estruturais: falta de saneamento básico, déficit na educação e na saúde, entre outros.

A cultura porto-velhense é menos incentivada em relação aos grandes centros do Brasil, pois não há um teatro municipal. Entretanto, a cidade possui algumas opções culturais como a Casa de Cultura Ivan Marrocos (onde há exposições diversas), duas salas de cinema, várias praças (sendo as mais famosas a Praça das Três Caixas D'Água e a Praça Aluizio Ferreira), museus (Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), *shoppings* (em construção) e galerias.

Como em outras cidades da região Norte do Brasil, fazem-se presentes festas folclóricas. Há na cidade também uma grande exposição anual de agropecuária, denominada EXPOVEL, e outra chamada Flor do Maracujá, com apresentações de danças folclóricas, como o boi-bumbá e a quadrilha. Também grande parte da população se diverte em bares e casas de shows, praças e clubes.

Em relação às opções de lazer e esporte, a cidade não oferece muitos locais para a população desenvolver as atividades. Sendo oferecidos os seguintes espaços abertos a nível estadual e municipal, conhecido como Centro de Esporte e Lazer – CEDEL; no caso do Estado; são denominados polos ou parques, no caso da Prefeitura. Os CEDELS estão inseridos na maioria dos bairros com quadras poliesportivas. Dentre os locais mais frequentados e utilizados pela população estão: Deroche, Polo I Skate Park e Espaço Alternativo.

Três dos quatro locais acima citados estão em pontos distintos da cidade. Esses locais apresentam características diferentes. Os quatro serão caracterizados abaixo, seguindo a ordem: Deroche(i), Polo I Skate Park(ii) e Espaço Alternativo(iii).

O Deroche Pequeno é um espaço localizado no polo central ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho, inaugurado na década de 90. Contém em sua estrutura um campo de futebol, duas quadras de areia, duas quadras de cimento poliesportivas, uma pista de caminhada e um parque infantil com escorregadores. O espaço é

aberto à comunidade que queira utilizá-lo. O período de maior fluxo de pessoas ocorre nos finais de semana em que o espaço fica cheio de usuários. Os frequentadores, em sua maioria, são moradores da região.

O Polo I Skate Park é localizado na zona leste da cidade de Porto Velho, região periférica do município, onde se tem uma concentração de indivíduos de baixa renda e carentes de atividades de lazer e esporte que proporcionem melhoria da qualidade de vida. Atualmente o local apresenta a seguinte estrutura: uma pista de caminhada, num local arborizado com pouca iluminação. A população que frequenta o local é formada por adolescente, jovens, adultos e idosos. Dentre a ocupação profissional, são indivíduos de diferentes níveis socioeconômicos. Nesse local, a SEMES desenvolve o projeto “Tenda do Esporte”, que ocorre duas vezes por semana, nas terças e sábados, no horário de 16h às 19h. O projeto oferece orientação para os praticantes de atividade de caminhada, bem como são realizados exames antropométricos e anamnese dos indivíduos.

O Espaço Alternativo é um espaço localizado na Avenida Jorge Teixeira, que agora é a BR 364 (federal), no sentido aeroporto. É uma rua que é fechada das cinco 05:00 horas da manhã até às 08h da manhã. No período da tarde, a partir das 16:30 horas até umas 20:30 horas o local é fechado novamente para a prática de caminhadas e corridas. Este é frequentado todos os dias pela manhã, fim de tarde e noite. É uma das opções de lazer mais procuradas nos finais de semana. As famílias vão com seus filhos passear, estimando-se cerca de duas a quatro mil pessoas por final de semana. No Espaço Alternativo há uns brinquedos voltados para as famílias como os triciclos. Além da caminhada e da corrida, há pessoas que vão patinar e andar de bicicleta.

Atualmente a administração de políticas públicas para as áreas de Esporte e Lazer na cidade de Porto Velho fica a cargo das secretarias: Secretaria Estadual de Esporte, Cultura e Lazer – CECEL, que oferece apoio aos municípios e federações; e

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer SEMES, funciona na execução das ações e projetos. As duas secretarias trabalham em parceria Prefeitura-Estado-Ministério do Esporte. Contudo a parte de aplicabilidade e execução das ações e projetos fica a cargo da SEMES.

Como principal preocupação a SEMES procura identificar necessidades e potencialidades nos Bairros e distritos do Município, priorizando projetos e programas a partir das peculiaridade de cada local, principalmente o indivíduos fora do contexto escolar. Desta forma, como aspectos norteadores para desenvolver os projetos a SEMES considera as coordenadorias ou programas como pontos determinantes: Coordenadoria de Infância e Juventude, Coordenadoria da Mulher, Coordenadoria Pró-Jovem, Coordenadoria Vida Ativa e Escolinhas. A partir daí surgem os projetos sociais, rurais e culturais com intuito de atender as necessidades da população. Um exemplo desta aplicação é o projeto em parceria FURNAS/SEMED por meio do qual há inclusão do portador de necessidades especiais – deficiente físico.

No contexto histórico da gestão da SEMES, nos últimos anos, a mesma esteve mais vinculada à prática esportiva. No entanto, na gestão atual, de acordo com o cronograma de atividades para o ano de 2008, observa-se uma diversidade de eventos de esporte e lazer para a população. Algumas das atividades programadas para ser desenvolvidas são: Escolinhas de Iniciação Esportiva; Tenda do Esporte; Festival de Praia de Jacy-Paraná, Fortaleza do Abunã e Cujubinzinho; Paraporto; Festival do Idoso, Feira da Criança/Copa da Criança; Ruralzão de Futebol; Rua de Lazer, dentre outros.

Em relação às políticas de esporte e lazer para qualidade de vida da população, pode-se citar o projeto “Tenda do Esporte”. Este, por sua vez, funciona duas vezes por semana (terça e sábado) no Polo I Skate Park”, localizado na zona leste da cidade. O objetivo do projeto é oferecer atividade física orientada para todos, desta forma, são realizados exames antropométricos; anamnese dos

indivíduos; e orientação quanto a vestimenta, hidratação, exercício de alongamento e caminhada.

Considerações finais

A utilização da rua da BR-319 (antiga Jorge Teixeira) para as atividades físicas de lazer é um sinal de que a população de Porto Velho anseia por locais devidamente estruturados para a prática de lazer aos finais de semana. Alguns locais são antigos, como o Deroche, e outros recentes, como o Polo I Skate Park, no entanto, não conseguem suprir totalmente as necessidades da cidade.

Além da estruturação dos espaços existentes e a construção de novos espaços para a prática de esporte e lazer, o papel do profissional de Educação Física deve se fazer presente nesses locais para instruir e educar aos frequentadores acerca da conscientização sobre a importância de se praticar atividade física, principalmente ensinar a forma correta de realizar os movimentos para uma melhor qualidade de vida.

Referências

BRAMANTE, C. A. *Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores*. In: O LÚDICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: realidade e perspectivas. Belo Horizonte, 1995.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; FILHO, M. F. S. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>>.

MARTINS, D. J. Q. *Breves reflexões sobre o processo decisório e a interatividade na formulação e implementação de políticas públicas no campo do esporte no esta-*

do do Paraná. Disponível em: < <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/4734/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Dilson%20-%20web.pdf> > Acesso em: 21 de março de 2008.

MELLEROWICZ, H. Aspectos médicos do esporte de lazer. In: DIECKERT, J. *Esporte de lazer: uma chance para todos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

MULLER, A. *Espaços e Equipamentos de Lazer e Recreação e as políticas públicas*. Revista RED Latinoamericana de Recreacion & Tempo Livre. RS - Santa Cruz do Sul, novembro de 2002. Disponível em: http://www.redrecreacion.org/documentos/enarel14/Mt_ppp02.html. Acesso em: 21 de março de 2008.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Políticas Públicas. Disponível em: http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/politicas_pub.php. Acesso em: 20 de março de 2008.

PROJETO VIDA SAUDÁVEL: PROMOVEDO SAÚDE E LAZER PARA A TERCEIRA IDADE NA CIDADE DE MANAUS

Raimundo Gomes de Araújo¹

Introdução

A prática regular de atividade física proporciona uma melhoria na qualidade de vida de crianças, adultos e idosos. Para garantir ainda mais saúde à pessoas acima de 60 anos, o Ministério do Esporte desenvolve o Programa Vida Saudável – um trabalho fundamentado em atividades físicas, de esporte e lazer que contribuem para melhorar o quadro atual e resgatar a dívida social com esse segmento da população brasileira. O programa desenvolve espaços de convivência, respeitando as especificidades culturais e regionais de cada núcleo. Os idosos beneficiados poderão, de 40 a 60 minutos, cinco vezes por semana, participar de atividades sociais e palestras que promovem momentos de reflexão, reconhecimento, encontro e educação.

Os participantes dos núcleos são submetidos a uma pré-avaliação com testes funcionais e psicológicos para conhecer as condições iniciais da saúde biopsicossocial de cada um. A cada três meses são aplicadas novas avaliações para acompanhar a evolução das alterações na capacidade física e na saúde em geral. Com o programa Vida Saudável, o Ministério do Esporte atua de forma preventiva e garante a saúde por meio da atividade física orientada por profissionais capacitados.

Com base no exposto acima, o governo do Estado do Amazonas e o governo Federal implantaram o Projeto Vida Saudável, através da SEJEL – Secretaria de Estado da Juventude,

¹ SEJEL – Secretaria de Estado da Juventude, Esportes e Lazer. Araujo.ef@gmail.com

Esportes e Lazer, no dia 16 abril de 2006. Inicialmente, com uma meta de atender 40 grupos de idosos das zonas Leste, Oeste, Norte e Sul da cidade de Manaus, e em 2008 de atender 80 grupos com uma perspectiva de 100 idosos por grupos. O projeto possui uma equipe multidisciplinar de educadores físicos; psicólogos; serviço social; fisioterapeutas; bolsistas (Ed. Física/Dança) e coordenadores de grupos de idoso. Entre muitos objetivos que o projeto propõe, citaremos alguns: promoção da saúde e do lazer; aumento da aptidão cardiovascular; aumento dos níveis de força e resistência musculares; manutenção da massa muscular e óssea ou atenuação da sua perda; melhora da flexibilidade e do equilíbrio; diminuição dos fatores de riscos atribuídos ao desuso e ao envelhecimento; aumento da interação social, independência e autonomia; diminuição do isolamento e fortalecer os vínculos familiares; ocupação do tempo livre; promoção do bem-estar e autoestima dos idosos.

O Lazer independe de idade

O lazer, sobretudo na terceira idade, parece não estar ligado somente às condições socioeconômica, depende, também, das condições de saúde em que o idoso se encontra. Estudos pressupõem que alguns dos males característicos da terceira idade (pressão alta, obesidade, diabetes, etc.) estão diretamente relacionados com a indisposição que esta pessoa apresenta para desfrutar do lazer. É importante salientar que o lazer independe de idade, entretanto, o envelhecimento humano, assim como as demais etapas da vida, pressupõe um processo contínuo de transformação do organismo que se reflete nas suas estruturas físicas, nas manifestações da cognição, bem como na percepção subjetiva dessas transformações.

Schons e Palma (2000) comentam que o envelhecimento biológico é um processo inevitável e progressivo que ocorre com todos os seres vivos no ciclo da vida. O indivíduo pode perceber que cada parte do seu corpo envelhece em momentos diferentes. Por isso, os especialistas dizem que quanto mais atento estiver para

as transformações pelas quais passa durante a vida, aprenderá a conviver com as mudanças, e melhores serão as condições físicas na velhice.

Portanto, como a população de idosos representa o segmento de maior crescimento, e estima-se que continuará crescendo mais rapidamente do que qualquer outro grupo etário durante as próximas décadas, faz-se necessária a fomentação de políticas públicas específicas para essa população.

De acordo com a última contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censos Demográficos e contagem populacional para os anos intercensitários no período de 2005, publicada no Diário Oficial da União, no dia 05/10/2007, no Estado do Amazonas, a população total de idosos é de 141 mil (>60 anos) e a projeção para 2025 é de 318 mil, sendo que Manaus possui 66 mil idosos e uma projeção para 150 mil em 2025, dos quais 75 mil estão nos municípios. Os dados mostram a necessidade da implantação de estudos populacionais e de políticas públicas direcionadas a esse segmento. (IBGE, 2007)

Atividade física e lazer na terceira idade

Marcellino (1992) entende o lazer como a cultura compreendida no sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fluida) no tempo disponível. A disponibilidade do tempo possibilita o poder de optar pela atividade prática ou contemplativa. Sendo assim, o autor destaca que a cultura vivenciada no “tempo disponível” não é uma contraposição do trabalho e das demais esferas da vida social, mas apresenta uma estreita ligação aos aspectos do tempo e atitude relacionados com a prática do lazer.

Balizando-nos pela citação acima, entendemos que inserir a prática de atividades, físicas, atividades de lazer, atividades recreativas, entre outras atividades em um tempo disponível, poderá proporcionar uma melhoria na qualidade de vida aos idosos. É com base nesse conceito que o projeto Vida Saudável pretende caminhar

e proporcionar melhoraria no estado funcional do idoso. Dados de uma pesquisa canadense de saúde no livro *Segredos em Geriatria* mostraram que um declínio funcional cria uma dependência funcional, que se inicia 8-10 anos antes da morte. A maioria das pessoas idosas está totalmente dependente no ano que antecede a sua morte. As consequências sociais e econômicas dessa dependência são chocantes, quando se pensa no aumento de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Nesse mesmo livro a autora procura esclarecer algumas dúvidas: *O exercício e o idoso: Ele pode Melhorar as Funções?* Segundo Cordts (1998 apud FORCIEA, 1998) os objetivos de um programa de exercícios para paciente idosos são: aumento de energia para suportar as tarefas diárias; melhora da capacidade para demandas inesperadas ou incomuns; recuperação mais rápida de doenças ou estresse; melhora do equilíbrio; maior oportunidade de encontrar novas pessoas; mais divertimentos. Para a autora nunca é tarde para começar a se exercitar. Pesquisas indicam que pessoas com mais de 90 anos, quando submetidos a exercícios físicos, tiveram uma melhora na sua capacidade funcional (força nas mãos) e um aumento na sua autoestima.

Em relação à prática de exercícios físicos de contra-indicações médicas, a autora supracitada sugere que pacientes com insuficiências cardíacas severas, hipertensão descontrolada devem ser avisados a não fazer exercícios devido às consequências adversas, e que os programas de exercício para idosos diferem dos programas gerais de exercícios. A aptidão física é o objetivo dos programas de exercícios para pessoas jovens, entretanto os programas de exercícios para os idosos são mais proveitosos quando ajudam os mesmos a realizarem atividades da vida diária simples-AVD: (vestir-se, pentear-se, banhar-se etc).

De acordo com Cordts (1998 apud FORCIEA, 1998) o melhor tipo de exercício é a caminhada. Provavelmente é a forma mais fácil e barata de exercício. Incorporar atividades recreacionais

ao exercício ajuda a manter a adesão e participação dos idosos. Atividades aquáticas, entretanto, não têm efeito benéfico da gravidade para aumentar a densidade óssea. O tipo de exercício deve levar em consideração o idoso e seus problemas potenciais.

Atenção: os exercícios isométricos devem ser evitados porque aumentam a pressão sanguínea e a sobrecarga cardíaca, criando situações com risco potencial para eventos cardíacos adversos.

A avaliação do IMC. (Índice de Massa Corporal)

Buscando propiciar mais saúde e lazer a pessoas idosas e atendendo uns dos objetivos do programa, o projeto iniciou uma avaliação do IMC em seus idosos, sendo que dos 40 grupos cadastrados, seis grupos já têm dados disponível para serem apresentados. Segundo a OMS (2002) o IMC. é reconhecido como padrão internacional para avaliar o grau de obesidade. O IMC. é calculado dividindo o peso (em kg) pela altura ao quadrado. Estudos sugerem pontos de corte mais altos em indivíduos idosos como (< 22: magreza; ≤ 27: eutrofia; > 27^: excesso de peso), pois os mesmo necessitariam de uma reserva maior, a fim de prevenir a desnutrição. Enquanto que o IMC para adultos seria de (18-24,9 normal; 25,0-29,9: sobrepesos; 30,0-34,9: obesidade grau I; 35,0-39,9; obesidade grau II e 40,0 acima obesidade grau III). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) pessoas com IMC muito elevado têm um maior risco de desenvolver doenças.

Uma síntese dos dados coletados.

Foram avaliados 244 indivíduos, dos quais 64 encontram-se na faixa etária entre 40 a 59 anos, sendo 03 do sexo masculino e 61 do sexo feminino, e 180 idosos na faixa etária entre 60 a 90 anos, sendo 11 do sexo masculino e 169 do sexo feminino. No grupo de pessoas entre 40-59 anos, encontramos os seguintes resultados: 12 apresentaram IMC de 18-24,9 (normal); 28 com um IMC de 25,0-

29,9 (sobrepeso); 14 com um IMC de 30,0-34,9 (obesidade grau I); 09 com um IMC de 35,0-39,9 (obesidade grau II) e 01 apresentou IMC de 40 (obesidade grau III). No grupo de pessoas entre 60 a 90 anos, encontramos os seguintes resultados: 16 idosos apresentaram I.M.C < 22 (magreza); 65 idosos com I.M.C ≤ 27 (eutrofia) e 99 idosos apresentaram IMC > 27 (excesso de peso).

Considerações preliminares

O texto em questão sugere que é imprescindível a fomentação de projetos de políticas públicas voltados para esse segmento. Experiências junto ao grupo de idosos e pesquisas bibliográficas levam-nos a concluir parcialmente que é fundamental a prática da atividade física regular e atividade de lazer na promoção da saúde do idoso. Estudos mais aprofundados fazem-se necessários, a fim de suscitar uma discussão mais detalhada sobre o assunto. Sugerimos que o Estado crie um projeto de políticas públicas que tenha como objetivo a redução do IMC em todas as faixas etárias. Entendemos que a prevenção é o melhor caminho para a promoção da saúde, do lazer e da vida. Este trabalho não é um fim em si mesmo, é apenas um meio para que possamos refletir e discutir hoje o que talvez seja muito tarde para se discutir amanhã; talvez até possamos, mas certamente as circunstâncias não serão as mesmas em 2025, quando Manaus estiver com 150 mil idosos, de acordo com dados do IBGE.

Referências

Organização Mundial de Saúde. Artigo: *Envelhecimento Ativo: Um projeto de Política de Saúde*, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/hpr/ageing>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2008.

FORCIEA, Mary ANN. *Segredos em Geriatria: respostas necessárias ao dia-a-dia em rounds, na clínica, em exames orais e escritos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MARCELLINO, N. C. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas: UNICAMP, v.12, n.1,2 e 3, 1992.

Ministério dos Esportes. *Programa Vida Saudável*. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2008.

SCHONS, C.R; PALMA, L. T. S (Org.). *Conversando com Nara Costa sobre Gerontologia Social*. 2. ed. Passo Fundo, RS: UFP, 2000.

LAZER E AÇÃO COMUNITÁRIA UMA INTERVENÇÃO CULTURAL PARA E PELO LAZER JUNTO AOS JOVENS DA GANGUE DE PAROLÂNDIA EM MOJU-PA

Vera Solange Pires Gomes de Sousa

Introdução

Este estudo aborda o lazer como um espaço de educação não formal, destacando a ação comunitária junto aos jovens de Parolândia. Em tal condição buscamos a ação comunitária como estudo do lazer na perspectiva educacional. Partimos do seguinte questionamento: Como contribuir com os jovens de Parolândia para se organizarem a realização de uma ação comunitária relativa ao lazer? Interessamos ressaltar as questões peculiares à realidade dos jovens do bairro de Parolândia. Contextualizar e identificar as barreiras para a compreensão do lazer enquanto direito social e espaço de educação. Metodologicamente nos valemos da etnografia. Do ponto de vista conceitual, o estudo abrange os seguintes conceitos: juventude, lazer e educação. Como resultado, a pesquisa revela que o lazer é instituído em vários sentidos, entretanto a singularidade da ação dos sujeitos pode destacar a sua ação educacional. Neste sentido, acreditamos que o lazer é um direito social, que deve ser garantido a todas as camadas da população, independente de seu poder aquisitivo, além de se constituir como espaço de construção para a cidadania ativa, compartilhada numa ação educacional, comprometida com possíveis mudanças do *status quo*.

A pesquisa

A sociedade mundial vive num contexto ameaçador, pois a cada momento são impulsionados inúmeros conflitos

¹ Professora da Universidade do Estado do Pará. Mestra em Educação. Membro Pesquisador do GEPERUAZ. Membro pesquisador do NEPAEL.

sociais, decorrentes da livre exploração e perpetuação de valores, configurando-se há décadas, reforçando o provérbio popular: “poucos com muito e muitos sem nada”. Desta forma, no decorrer dos tempos, a população brasileira manifesta resistência, organizando-se com movimentos sociais a fim de repudiar atos de dominação, entretanto, apesar dos avanços construídos – garantia da jornada de trabalho, leis trabalhistas, a queda do militarismo, as discussões dos direitos sociais, implantação da democracia, dentre outros–, existe um paradoxo perante o modelo econômico. Qual? A nova ordem mundial que se fundamenta na globalização, possibilitando o desenvolvimento tecnológico em detrimento da livre exploração das riquezas naturais de países do dito “Terceiro Mundo”.

Nesse contexto, às voltas com a pesquisa de campo, incluíse o município de Moju, no estado Pará, atualmente com 47.000 mil habitantes, sofrendo graves problemáticas sociais: disseminação de gangues, proliferação de drogas, violência nas escolas, prostituição e desemprego, decorrente do crescimento populacional desordenado.

A população jovem pouco ocupa o espaço, como também, vive sem muita opção de lazer. Os mesmos dispõem de “pelada”, catequese ou de gangue: “GP - Gangue da Parolândia”. O “domínio” da área é sustentado com práticas violentas, uso e comércio de drogas, causando embates e terrorismo entre os demais, excluindo-os sempre que podem..

A partir da observação participante, evidenciou-se também estado de pobreza absoluta que os faz acreditar no provérbio popular de “quem nasce pobre morre pobre” e a mudança é impossível, pois não possuem condições para tal mudança. E sobre este fato concordo com Teles (1999, p. 189) quando nos fala que:

[...] as figuras dessa pobreza despojada de dimensão ética e transformada em natureza nos dão uma chave para compreender o modo como

a questão social é tematizada no horizonte simbólico da sociedade brasileira [...] no entanto, é um debate inteiramente montado sobre as evidências mais tangíveis da chama da pobreza absoluta, esses deserdados de sorte e infelizes do destino que estão ou parecem estar fora do contrato social.

Na ânsia de compreender o universo do jovem no que se refere às questões pertinentes, acerca da ação comunitária relativa ao lazer, em Parolândia, justificamos a pesquisa intitulada “As barreiras para a realização do lazer e ação comunitária com os jovens do bairro de Parolândia em Moju-Pa”, mediante questões científicas: Por que os jovens de Parolândia não se organizam para realização de uma ação comunitária relativa ao lazer?

Desvendar tal realidade nos fez deparar com o seguinte problema: Como contribuir com os jovens de Parolândia para se organizem e realizem de uma ação comunitária relativa ao lazer?

Uma questão de juventude

A fase da adolescência abrange a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, sendo que alguns estudiosos ampliam até os 20 anos. Constitui a formação de identidade do indivíduo e é compreendida como um período de ressignificação de valores culturais, sociais e econômicos, causando conflitos que podem desencadear em uma crise, emergindo em função da desorganização dos conceitos definidos na infância, os quais podem desestruturar as marcas de um passado. Enfatizamos, também, entre os diferentes aspectos, a rebeldia e a agressividade, surge no sentido de garantir a defesa do “mundo adolescente”.

Nesse diálogo, fez-se necessário um estudo referente à comunidade Parolândia. O lugar aonde mora, a região, o acesso à escola ou não, o espaço de vivência social (escola, clubes, praças etc.) acumulando dados que pudessem melhor registrar a comunidade.

Analisou-se, portanto, que tais características ou peculiaridades auxiliaram na compreensão do mundo jovem com seus códigos de socialização: o grupo social, as normas de convivência, a linguagem e a comunicação.

Um aspecto importante desse estudo refere-se ao sistema econômico por impor a inclusão da maioria dos jovens, muito cedo, no mercado de trabalho, seja formal ou informal. Isso nos mostra uma visão cruel da realidade da precocidade de ser trabalhador, estreitando o exercício da cidadania somente pelo viés dessas relações, limitando-os à consciência de ser cidadão, causando um retrato crítico e fiel, no qual, gradativamente, influencia na concepção de cidadania absorvida por eles.

Sendo assim, o tempo passa a ser consumido pela grande maioria da população jovem como tempo de preparação em busca da eficiência e eficácia para o trabalho, criando um dilema na crise da adolescência, pois há o duelo inclusão x exclusão. Para compreender melhor esse contraponto destaca-se a citação de Escóssia (2000 In: MELO, 2000, p. 6): “[...] o jovem do subúrbio vê tv, mas não lê, nem vai ao cinema. Ouve muito fank, hip hop e pagode. E sonha: com emprego, futebol e fama. Mas há também quem, com 18 anos, se ache velho e não sonhe com mas nada.”

Diante de tal fato o jovem da comunidade da Parolândia se depara com o paradoxo da indústria cultural, que busca a suma dominação dos bens de consumo, apropriando-se dos parâmetros culturais determinado pelo mercado, criando ícones de idolatrismo, de uma “cultura idealizada para os jovens,” rotulando as desigualdades sociais em marcas de produtos que vão desde o vestuário até ao material escolar. Entretanto, não é acessível a todos, são poucos os que têm condições de adquirir os bens de consumo.

Nesse sentido, evidenciamos que a questão do lazer era emergente. À medida que realizávamos os encontros na comunidade, as falas apontavam que a maior problemática configurava-se no vandalismo por parte dos jovens ditos “vadios”. Portanto, enquanto educadores, garantir opções de lazer à juventude se fez necessário para romper com essa realidade.

Intervenção junto aos jovens da Parolândia sobre a reflexão de educar para e pelo lazer

Na perspectiva de compreender mais o cotidiano da comunidade, seu mundo, as relações que se dão com o Estado, propusemos-nos a viver mais intensamente com a comunidade tendo como base de partida o diálogo entre sujeitos, valorizando as falas significativas respaldando o início de uma possível revolução, indo ao encontro do que afirma Freire (1987, p. 124): “Estamos convencidos de que o diálogo com as massas populares é uma exigência radical de toda revolução autêntica. Ela é revolução por isto”.

Diante desse quadro os sujeitos envolvidos se mostravam apáticos, acríticos, respaldados na hierarquia que impõe a eles somente o direito de votar. Neste aspecto respeitamos seus pensamentos, entretanto procuramos sempre focar a importância de cada um se percebesse enquanto cidadão. Contudo, observamos em algumas falas que o entendimento de cidadania só se realizava através do voto, esse pensamento excluía as demais categorias que formam a sociedade, incorporando estes sujeitos aos que estão às margens das decisões. Diante do exposto, procuramos alertar, a todos, que esse conceito vai muito além disso, conforme Benevides (1991, p. 44) nos fundamenta:

[...] há um grande salto qualitativo entre o cidadão meramente eleitor, contribuinte e obediente às leis, e o cidadão que exige a igualdade através da participação, da criação de novos direitos, novos espaços e da possibilidade de novos sujeitos políticos.

Dialogar com direitos sociais, intensificou nossa discussão de educar para e pelo lazer, o qual nos remete aos estudos de Marcellino (1995, 1996, 2000) que constrói processualmente a concepção de lazer dentro da possibilidade do exercício da cidadania

Nestes termos, buscamos analisar o lazer com referência, pois faz relação com as questões sociais da comunidade, destacando-o como “palco” de possíveis transformações sociais.

De qualquer forma, na comunidade, a discussão do lazer enquanto direito entrelaçava-se no entendimento da relação tempo x trabalho, pela qual o lazer toma um sentido de ambiguidade, podendo redimensionar valores sociais vigentes como também perpetuá-los. Portanto, a compreensão do lazer frente a esse quadro social é fundamental para a condição de apreendê-lo como direito, procurando construir metodologias que despertem, nos grupos e/ou movimentos sociais, discussões em termos do lazer.

Nessa realidade, procuramos estudar as possibilidades de superação, construindo coletivamente o exercício da cidadania, tendo como ponto de partida a compreensão dos direitos sociais, no que, concordamos com a afirmação de Teles (1999, p. 192):

[...] pois os direitos sociais são também uma forma de dizer e nomear a ordem do mundo, de produzir o sentido de experiências antes silenciadas e de formalizar o jogo das relações humanas.

Avaliamos e registramos as mudanças no “jogo social”, bem como o entendimento das manifestações sociocultural dentro da comunidade e fomentamos discussões e ações que contribuíssem para reflexões e atitudes para a construção de um novo quadro social – uma sociedade mais humana! Uma vida com significações prazerosas em todos os âmbitos e sentidos, que assegurasse o resgate da história cultural e do lúdico, garantindo a qualquer sujeito uma prática contextualizada, com origem, fantasia, prazer, sentido e significado para sua formação enquanto construtor e produtor de cidadania.

Refletindo coletivamente, formulou-se a proposta de sistematizar um projeto de intervenção. Assim construímos um trabalho, pontuando os direitos sociais, fomentados nos

encontros, em que o exercício da participação redimensionou o cenário, ressaltando momentos de discussão de direitos, entre os quais aquele ao lazer apareceu frequentemente citado, constitui-se também um pressuposto básico para cidadania.

Neste trabalho, atitude do lazer é expressa no sentido crítico, de seu reconhecimento enquanto direito, colocando a comunidade em seu cotidiano, como espaço sociocultural próprio envolvido por relações sociais, conflitos, regras, saberes. Na possibilidade de melhorias na qualidade de vida da comunidade, bem como a compreensão do lazer tendo o respaldo do duplo processo educativo:

A educação para e pelo lazer pode ser entendida, também como um instrumento de defesa contra a homogeneização e internacionalização dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa, atenuando seus efeitos, através do espírito crítico (MARCELLINO, 1996, p. 51).

Sabendo que essa relação de saberes reproduz valores antidemocráticos, idealizamos uma rua de lazer, relacionando esta com os diversos grupos sociais existentes, possibilitando intervenções nas decisões, exercitando assim a autonomia cidadã, e onde pudéssemos, também, vivenciar o lazer como instrumento educacional.

Tendo como eixo norteador os estudos de Marcellino (1987, 1995, 1996, 2000), onde tem como característica principal defender o lazer com o papel educacional. Para isso, exercitamos o duplo aspecto educativo do lazer, contribuindo com a educação para e pelo lazer.

A implantação interligou parcerias entre órgãos públicos e privados, bem como envolveu profissionais de diferentes setores da sociedade. Estes possibilitaram alterações qualitativas e significativas no quadro histórico, social, político, econômico, educacional da comunidade, incentivando e despertando para a valorização e significação das práticas de atividades lúdicas desportivas/recreativas e culturais, em prol da população em geral.

Neste prisma, o lazer exerce grandes possibilidades de liberdade, que deve estar atrelada ao compromisso de compartilhar discussões inerentes à mobilização e participação social. E nesse intuito, nos propomos a um debate significativo tratando o lazer como prioridade, atribuindo-o com direito do cidadão que vive, polemiza, ressignifica e constrói a realidade. Diante do exposto o lazer ganhou um caráter social, a partir deste houve o envolvimento dos ditos “vadios”. Com isso, o lazer assume uma prática educacional de cidadania, desencadeando numa intervenção onde se configura a perspectiva de promover a liberdade compartilhada num sentido de inclusão, possibilitando a construção do conhecimento.

Esta pesquisa nos situa regionalmente quanto às discussões pertinentes ao lazer, que é instituído em vários sentidos, entre os quais podemos destacar as concepções funcionalista e compensatória. Não se trata de resolvermos os problemas existentes, mas sim fomentarmos fóruns de discussões que venham desmistificar conceitos construídos com relação ao lazer. Dialogar sobre tais assuntos nos faz criar maturidade para enfrentarmos conflitos, que se fazem no construir de uma perspectiva superadora. Neste sentido, acreditamos que o lazer é um direito social, que deve ser garantido como espaço de ação educacional.

Para isso é preciso, no mínimo, que todos tenhamos acesso a esse direito social, que não deve ser privilégio de alguns. É compreender que a educação não se faz somente nas escolas, na hierarquia de educação bancária, mas abrange toda uma relação de construção de conhecimentos.

Referências

- BENEVIDES, M.V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.
- CADERNO DE TESES, Sindicato dos trabalhadores do Pará - SINTEPA. Belém-Pa. v. 1, n.1, p. 6-8, 2001.
- CARTA DA UNESCO, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: Reflexões acerca da possibilidade da liberdade e ação política. *Licere*, Belo Horizonte; Centro de Estudo de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física, UFMG. v. 2, n. 1, p. 19-30, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas/SP, Papirus, 1987.

_____. *Lazer e educação*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. *Lazer e educação*. 5. ed. Campinas/SP, 2000.

_____. Lazer e humanização. 2. ed. Campinas/SP, Papirus, 1995.

_____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

MASCARENHAS, Fernando. Tempo de Trabalho e Tempo Livre: Algumas reflexões a partir do Marxismo contemporâneo. *Licere*, Belo Horizonte: Centro de Estudo de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física, UFMG. v. 3, n. 1, p. 72-87, 2000.

MELO, Vitor Andrade de. Lazer e Juventude: O Lazer como cultura e a cultura como forma de mobilização. *Licere*, Belo Horizonte: Centro de Estudo de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física, UFMG. v. 3, n. 1, p. 147-155, 2000.

SILVA, Ceris Satélite Ribas da (Org.). A adolescência como ciclo de formação. CADERNOS ESCOLA PLURAL, Um olhar sobre a adolescência como tempo de formação. Belo Horizonte, Escola de Educação Física, UFMG. n. 5, 3.º ciclo, 1999.

TELES, Vera da Silva. A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Tese (Doutorado) – Sociologia. São Paulo; Departamento de Sociologia da USP, 1999.

_____. *Direitos Sociais: Afinal do que se Trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ESTUDO DO DESEMPENHO MOTOR E CRESCIMENTO DE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA ESCOLA

Ivan de Jesus Ferreira¹
Daurimar Pinheiro Leão²
Tânia Regina Alves de Souza Leão³

Introdução

O estudo contínuo do desempenho motor e crescimento de crianças e adolescentes contribui de maneira efetiva para a melhoria do processo de avaliação e orientação da educação física e o esporte, no âmbito escolar. Busca-se, através dessas variáveis, relacionadas a outras informações, constituir importantes indicadores de saúde e rendimento esportivo com intuito de fornecer subsídios para o planejamento de políticas públicas de educação física e esporte.

O desempenho motor é caracterizado pela capacidade funcional que o indivíduo tem para realizar atividades que demandam empenho muscular ou a aptidão individual demonstrada em ações esportivas, sobretudo na capacidade de realizar trabalho. Isso torna-se evidente quando, através de testes, mensuramos as capacidades motoras coordenação, velocidade, força, resistência e flexibilidade.

Para tal, os meios e métodos utilizado para determinação dos níveis de desempenho motor de crianças e adolescentes normalmente são feitos através de baterias de testes. Outra característica deste mecanismo de avaliação é a simplicidade e aplicabilidade dos testes em amostras diversificadas.

¹ UFAM ijf@usp.br

² UFAM daurimar@bol.com.br

³ SFMESP tanialeao70@bol.com.br

Entretanto, torna-se necessário buscar dados que dêem suporte para uma avaliação das capacidades motoras e dos padrões de crescimento, indicando o nível de saúde e de rendimento esportivo de crianças e adolescente (LEÃO, 2005; MARQUES, 1997; FERREIRA, 2005).

Desta forma elaboramos os seguintes objetivos: a) determinar o perfil de desempenho motor e crescimento de crianças de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos, regularmente matriculados em escolas da rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus; b) comparar os resultados das variáveis de testes de desempenho motor e crescimento do presente estudo, entre os sexos.

Material e método

Para efetivação da pesquisa foi utilizada a bateria de testes proposta por GUEDES (2002), onde foram utilizados os testes de desempenho motor (salto em distância parado, barra modificado e corrida de velocidade 30 m) e medidas antropométricas (estatura e peso corporal). A amostra foi constituída por 3878 escolares na faixa etária de sete a dez anos de idade de ambos os sexos, regularmente matriculados em escolas da rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus/Amazonas.

Resultados

Estatura (cm)

Na figura 1 são comparados os valores de percentil (P10, P50 e P90) entre os sexos na faixa etária de sete a dez anos de idade. Analisando o comportamento das curvas de percentil, observa-se um crescimento progressivo da estatura em todas as idades. Para o percentil P10 observa-se discreta diferença entre meninos e meninas nas idades de sete e oito anos e igualdade aos nove e dez

anos. No percentil P50 observa-se discreta diferença aos sete anos, com valores maiores em favor dos meninos. Por volta dos oito anos ocorre um cruzamento das curvas, seguido de um discreto aumento da estatura dos nove aos dez anos de idade, com valores maiores em favor das meninas. Em relação ao percentil P90, observa-se discreta diferença em favor das meninas a partir dos oito até os nove anos, voltando a igualar-se aos dez anos de idade.

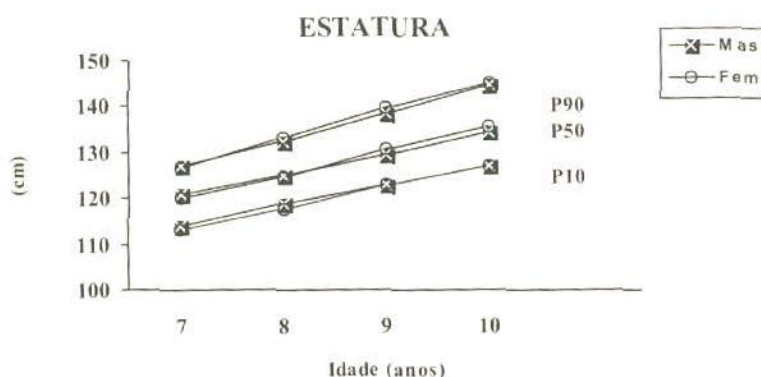


Figura 1 – Curvas de estatura de escolares de Manaus (AM), de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos em valores de percentil.

Apesar das curvas de percentis comportarem-se desta forma, quando comparados aos valores médios de estatura entre os sexos, foram encontradas diferenças significativas ($p < 0,05$) nas idades de sete, nove e dez anos (sig. 0,008; sig. 0,005; sig. 0,002), não ocorrendo o mesmo aos oito anos de idade (sig. 0,315). A diferença média de estatura para as amostras varia entre 0,9 cm e 1,2 cm.

Peso corporal (kg)

Apesar dos valores médios de peso corporal não apresentarem diferenças significativas em nenhuma das idades, a diferença média para faixa etária do estudo foi de 0,227 kg a 0,603 kg. Apesar deste comportamento, ao analisarmos na figura 2, encontramos, nos percentis P10 e P90, valores diferentes entre os grupos.

Em relação ao percentil P10 observamos valores diferentes em todas as idades, sendo os escolares do sexo masculino mais pesados do que os do sexo feminino. Para o percentil P50, observamos que aos sete e oito anos de idade os meninos apresentam discreto aumento em relação às meninas, ocorrendo um equilíbrio aos nove anos de idade, seguido de um aumento discreto em favor das meninas. O percentil P90 demonstra haver aos sete anos de idade um discreto aumento em favor dos meninos, ocorrendo em seguida um cruzamento da curva de percentil entre os sete e os oito anos de idade. Aos oito anos de idade as meninas passam a apresentar um aumento de peso corporal, mantendo-se assim até os dez anos de idade.

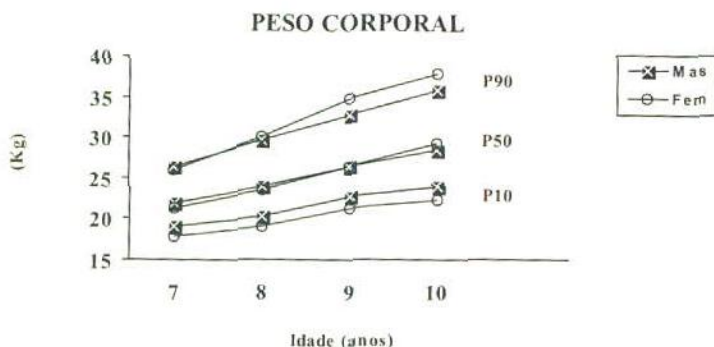


Figura 2 – Curvas de peso corporal de escolares de Manaus (AM), de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos em valores de percentil.

Teste de salto em distância parado (cm)

Comparando os valores médios do teste de salto em distância entre os escolares, constatamos que os meninos apresentam resultados maiores em todas as idades em relação às meninas. Os valores médios variam entre 114,4 cm a 134,3 cm para os meninos e 105,0 cm a 124,5 cm para as meninas, demonstrando tendência de aumento progressivo do desempenho na faixa etária de sete a dez anos de idade.

A diferença média no teste de salto em distância parado entre os grupos varia entre 9,2 cm a 10,2 cm. A maior diferença é observada na idade de nove anos. Estatisticamente esses resultados apresentam diferenças significantes.

Quando recorremos às curvas de percentis para comparação dos grupos verificamos que em todas as idade os meninos apresentam maior desempenho em relação às meninas (Figura 3).



Figura 3 – Curvas do teste de salto em distância parado de escolares de Manaus (AM), de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos em valores de percentil.

Teste modificado de barra (n.º de repetições).

Os resultados do testes de força/resistência para membros superiores em escolares de ambos os sexos, na faixa etária de sete a dez anos de idade, demonstraram valores médios dos testes de flexão e extensão de braços uma variação de 5,7 a 7,9 repetições para o sexo masculino e de 4,1 a 4,8 para o sexo feminino.

A diferença média do teste modificado de barra entre os grupos masculino e feminino varia de 1,3 a 3,5 repetições. Esses resultados indicam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) na faixa etária de sete a dez anos de idade (sete anos sig. 0,000; oito anos sig. 0,000; nove anos sig. 0,000; e dez anos sig. 0,000).

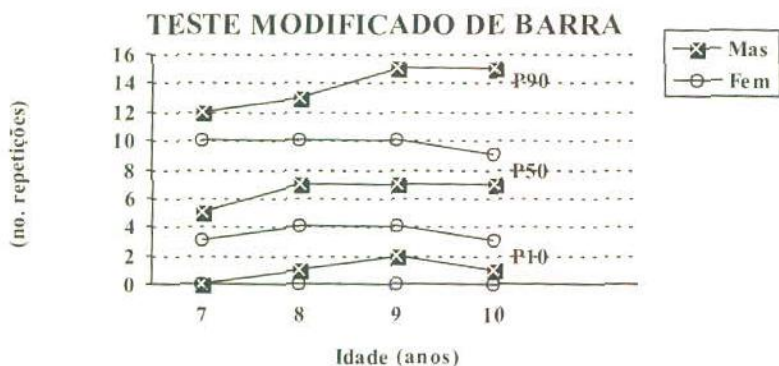


Figura 4 – Curvas do teste modificado de barra em escolares de Manaus (AM), de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos em valores de percentil.

Quando recorremos ao gráfico com curvas em percentis P10, P50 e P90 para comparação entre meninos e meninas do presente estudo, verificamos que as diferenças são mantidas, demonstrando desempenho elevado em favor dos meninos (figura 4).

Teste de corrida de 30 m e 50 m (m/s).

No presente estudo optamos por aplicar o teste de corrida de 30 m considerando os seguintes critérios: 1) ser aplicado em qualquer espaço da escola; 2) ser aplicado aos escolares do sexo masculino e feminino; 3) medir a capacidade motora velocidade de deslocamento; 4) ser de fácil aplicação pelos professores.

Assim, os valores médios do teste de corrida de 30 m demonstraram que o desempenho dos escolares do sexo masculino varia de 4,82 m/s a 5,30 m/s e o sexo feminino de 4,55 m/s a 5,1 m/s. Esses resultados evidenciam melhor desempenho dos escolares do sexo masculino.

A diferença média da corrida de 30 m entre os grupos varia de acordo com a faixa etária, ou seja, aos sete anos 0,26 m/s; oito anos 0,21 m/s; nove anos 0,20 m/s; e 10 anos 0,16 m/s. A diferença é pequena embora estatisticamente significativa.

Recorrendo às curvas de percentis P10, P50 e P90, destacamos a diferença de desempenho entre meninos e meninas de acordo com a faixa etária (figura 5).

As curvas evidenciam maior desempenho em favor dos meninos em todas as idades. Outro aspecto a ser considerado é o aumento crescente do desempenho para ambos os sexos à medida que a idade avança. Apesar disso, no percentil P10 ocorreu uma discreta diminuição de desempenho entre as idades de nove e dez anos. No percentil P90 ocorreu discreta diminuição de desempenho dos oito aos nove anos, seguido de aumento até os dez anos de idade.

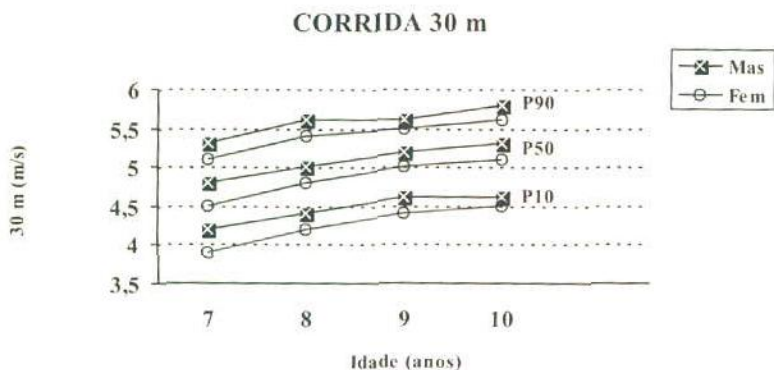


Figura 5 – Curvas do teste de corrida de 30 m em escolares de Manaus (AM), de sete a dez anos de idade, de ambos os sexos em valores de percentil.

Conclusões/Sugestões

Os resultados do presente estudo, que teve como objetivo investigar as variáveis de desempenho motor e crescimento de escolares de ambos os sexos, na faixa etária de sete a dez anos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, possibilitam-nos compor as seguintes conclusões e sugestões:

a) Os testes de desempenho motor (salto em distância parado, flexão e extensão de braços em suspensão na barra e corrida de 30 m) demonstram haver diferenças significativas entre meninos e meninas na faixa etária de sete a dez anos de idade.

b) Para o peso corporal, os resultados estatísticos demonstram que, em relação aos valores médios, não há diferenças significativas entre os grupos em todas as idades. No entanto, quando utilizamos as curvas de percentis para comparação, verificamos que os percentis P10 e P90 apontam para diferenças significativas entre meninos e meninas.

c) A estatura dos escolares do presente estudo demonstra haver diferenças estatisticamente significativas aos sete, nove e dez anos de idade.

d) Os resultados dos testes dos escolares amazonenses, quando comparados com estudos nacionais e internacionais, demonstraram que o desempenho motor das crianças da cidade de Manaus é considerado muito baixo, apontando para um perfil baixo de saúde e rendimento esportivo.

e) O resultados das medidas dos escolares amazonenses, quando comparados com estudos nacionais e internacionais ,demonstraram que as crianças na cidade de Manaus são mais baixas e mais pesadas.

f) O baixo desempenho motor dos escolares pode ser justificado pelos seguintes aspectos: 1) Na maioria das escolas onde foi aplicada a bateria de testes não havia professores de educação física; 2) Na maioria das escolas não havia espaço adequado para prática de esporte e lazer; 3) Na maioria das escolas ocorre das aulas que envolvem atividade motora serem orientadas por um professor de outra disciplina do currículo escolar; 4) O número de horas dedicadas às atividades motoras é reduzido, privilegiando, assim, as atividades mentais.

Diante do exposto sugerimos:

a) Que a avaliação do desempenho motor e crescimento seja conteúdo obrigatório do currículo de educação física e esporte, no sentido de avaliar as condições de saúde e de rendimento esportivo das crianças e dos adolescentes.

b) Em caráter de urgência a contratação de profissionais de educação física e esporte para escolas públicas.

c) Aulas diárias de educação física nas escolas com inclusão de exercícios que promovam a melhora do desempenho motor dos escolares (aulas de aptidão física).

d) Praticar com regularidade esportes de acordo com a faixa etária.

c) Destinar espaço para construção de instalações esportiva em todas as escolas da rede pública.

Referências

AAHPERD. *Physical best*. Reston: American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance, 1988.

BARBANTI, V. J. *A comparative study of selected anthropometric and physical fitness measurements of Brazilian and American school children*. Doctorate (Dissertation) – University of Iowa, Iowa, 1982.

CAHPER. *The CAHPER fitness: performance test manual*. Vanier: Canadian Association for Health, Physical Education and Recreation, 1966.

EUROFIT. *Handbook for the Eurofit tests of physical fitness*. Rome: Committee for the Development of Sport, 1988.

FERREIRA, I.J. *Desempenho motor, composição corporal e crescimento em escolares da cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GLANER, M. F. *Crescimento físico e aptidão relacionada à saúde em adolescentes rurais e urbanos*. 2002. 127f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

GUEDES, D. P. *Estudo da gordura corporal através da mensuração dos valores de densidade corporal e da espessura de dobras cutâneas em universitários*. 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

LEÃO, D. P. *Crescimento, Desenvolvimento e Aptidão Física do Escolar de Manaus*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARQUES, A. T. *O sistema de treino e competição na preparação de prospectiva de crianças e jovens*. Porto: Universidade do Porto, 1997.

MARQUES, R. M.; MARCONDES, E.; BERQUÓ, E.; PRANDI, R.; YUNES, J. *Crescimento e desenvolvimento pubertário em crianças e adolescentes brasileiros: altura e peso*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1982. v. 2

SERASSUELO JUNIOR, H. *Análise das variáveis de crescimento, composição corporal e desempenho motor em escolares de diferentes níveis sócio-econômicos da cidade de Cambé – Paraná*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESPORTE AQUÁTICO: UMA VISÃO DE LAZER E SUSTENTABILIDADE PARA O COMPLEXO POLIESPORTIVO DA PONTA NEGRA

Sandra Maria dos Santos¹
Maria Cleide Meireles C. Queiroz²

Introdução

Para o sociólogo alemão Max Weber, o trabalho é uma “necessidade vital” do homem e este vem buscando, através dos tempos e das lutas trabalhistas, a continuidade de suas atividades econômicas e, contudo, a diminuição do ritmo de trabalho através do tempo livre.

O lazer não entra para se opor ao trabalho e, sim, para contribuir para a quebra do cotidiano e da fadiga causada pelo trabalho, visando proporcionar a restauração das forças perdidas após 44h de trabalho semanal de esforço físico ou intelectual. Assim o lazer entra para o restauro psicológico e físico, desobrigado das questões políticas, religiosas, familiares ou sociais.

Tendo em vista os novos rumos das questões capitalistas e ambientais, o lazer e o turismo vêm se adequando em busca da valorização do natural.

O tempo de lazer dedicado às atividades esportivas é o mais adequado quando se refere às questões sociais, intercâmbio cultural, mensuração das classes de uma sociedade e minimização dos impactos causados ao ambiente, praticado por uma classe seja ela elitizada ou não, através do espírito competitivo e estratégias para alcançar a vitória, desenvolvendo o lado lúdico-intelectual, alcançando a qualidade de vida através do esporte sustentável.

¹ Turismóloga (sandra_leoa12@hotmail.com)

² Professora Ed. Física. Universidade Estadual do Amazonas-UEA

“Esporte aquático: uma visão de lazer e sustentabilidade para o complexo poliesportivo da Ponta Negra” irá mostrar a possibilidade de inserir novas modalidades esportivas amadora no espaço do balneário da Ponta Negra, utilizando a natureza, a água, como grande parceiro das atividades aqui propostas, com uma visão mais sustentável mediante sua utilização.

A pesquisa descritivo-qualitativa utilizou como método de pesquisa, 200 formulários de entrevistas, no mês de julho de 2005, com os frequentadores de ambos os sexos de 13 a 46 anos, no complexo poliesportivo da Ponta Negra.

Através de uma consciência limpa, os comerciantes, moradores, órgãos públicos e esportistas locais poderão integrar-se na luta do desenvolvimento local sustentável.

Lazer: turismo e o esporte aquático

O capitalismo, juntamente com a Revolução Industrial introduziu, no homem, uma nova maneira de utilizar seu tempo. Essa nova sociedade atribuiu ao tempo valor singular: de um lado, os processos de produção e, de outro, uma mão-de-obra fadigada pelo excesso de jornadas de trabalho.

O lazer foi uma grande vitória dentro do advento da sociedade industrial. Parker (1978) afirma que “um aspecto característico das sociedades industriais é que a escassez de alimentos deu lugar à escassez de tempo com implicações especiais para o comportamento diante do lazer”. O tempo livre foi associado aos ganhos dos trabalhadores, à semana de 40 horas, à semana inglesa, às férias e à aposentadoria (PAIVA, 1995).

O tempo divide-se em tempo biológico, utilizado para suas necessidades humanas, o tempo de trabalho, como o próprio nome já o diz e, por fim, o tão desejado tempo livre, que, segundo Castelli (2001), compreende a parcela de tempo ocupada com atividades específicas, fora do tempo de trabalho, a partir de uma livre decisão. Claro que o tempo livre poderá ser morto, como um pileque,

comprometido, de caráter obrigatório, como os bicos, e o tempo disposto para o lazer.

Então Camargo (1992) define lazer como, um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizado num tempo livre ou ócio profissional ou doméstico.

As atividades exercidas dentro do tempo de lazer, daqui em diante chamarão de recreação, como Chon (2003) define renovação das forças e do espírito após o trabalho, um meio de diversão. A recreação surgiu de forma natural, instintiva e espontânea através dos folguedos infantis, estendendo-se, posteriormente, à fase adulta, podendo ser executada em atividades dentro ou fora de casa. Este caso nos interessa por estar relacionado com o esporte e o turismo.

Dumazedier (1999) assim classifica o lazer: físicos, práticos, intelectuais, artísticos e sociais, com espaços oferecidos de acordo com os mesmos. Os profissionais que executam tais atividades são chamados por alguns autores como animador recreacional, militante cultural, liderança recreacional. Esses profissionais exercem funções desde a administração do equipamento de lazer e serviços até animando todas as atividades do centro (DULCIO VAZ, 2003; DUMAZEDIER, 1976; MARCELLINO, 1995).

O tempo turístico está inserido dentro do tempo disposto para o lazer. Com o tempo livre, o homem motivou-se às viagens por lazer, como também para os negócios, peregrinações religiosas, conhecimentos científicos, entre outras (PAIVA, 1995). A viagem turística atual é decorrência da sociedade industrial e passou a ser para o homem urbano uma necessidade. O tempo turístico é o tempo de lazer, que pode ser ocupado com múltiplas atividades, porém consumido fora da residência habitual (CASTELLI, 2001).

Para tribe (2003)

turismo é uma visita durante pelo menos uma noite para lazer e férias, finalidades comerciais e profissionais ou outras finalidades de turismo.

Visitação significa um movimento temporário para destinos fora da cidade de moradia e de local de trabalho.

Cada vez mais frequentes são as viagens realizadas por desportistas, torcedores, atletas, tanto em níveis regionais como internacionais, principalmente em mega-eventos. Esses visitantes, quando não estão trabalhando, estão exercendo atividades de turismo utilizando os equipamentos, compras e outras atividades.

Beni (2001) define o turismo desportivo como deslocamento de turistas aficionados das distintas modalidades de esportes, que afluem a núcleos esportivos tradicionais com calendário fixo de eventos ou de núcleos que eventualmente sediarem olimpíadas, competições e torneios. Nesse caso o principal produto turístico é o esporte.

A “moda” muda e, com ela surgem novas alternativas de esportes e novas maneiras de praticar os antigos. As propensões dessas atividades surgem tendo como palco, cenário e público a natureza.

A prática em contato com a natureza fez surgir a “indústria do tempo livre” que, se não for bem planejada e gerida de forma correta, os locais com tantas belezas cênicas poderão desaparecer.

A partir do artigo “Divertindo na água”, de Rojas, o esporte aquático é um meio de educação física sumamente importante e rico em seus benefícios, alternativas de nos exercitar sem exigirmos grandes dotes físicos.

É natural, e assim demonstram atividades espontâneas das crianças, em sua grande maioria, manifestam grande atração na prática das atividades aquáticas de maneira informal. Dessa forma a natação destaca-se dentre as opções de esporte aquático, envolvendo atividades lúdicas e especialização esportiva.

As atividades aquáticas poderão ser exercidas com ou sem elementos e de desenvolvimento, desenvolvendo a força, resistência, velocidade e a convivência, etc. Quanto à participação poderá ser

ativa, semi-ativa ou passiva, onde a atividade motriz é mínima e se sobressaem a reflexão e a análise.

Normalmente as atividades aquáticas são realizadas em piscinas, mas o intuito é de trazê-las para um ambiente aberto, buscando a valorização do espaço que se perderão com o uso das novas tecnologias. Essas atividades deverão ser desenvolvidas com a presença do profissional já mencionado, e o praticante deve possuir técnicas de natação.

Podemos citar, dentre as atividades das novas inclinações e que desempenhariam um ótimo papel no balneário: natação recreacional, hidrocapocira, tirolesa, *acquavolley* e o handebol aquático.

Esporte e a água: questões de sustentabilidade

Só no final do século XIX e no princípio do século XX, as águas já dessacralizadas pela sociedade industrial, passam a despertar interesse esportivo, recreativo e turístico. Assim, o turismo utiliza seus próprios recursos acaba subtraindo os ecossistemas marinhos e continentais à beleza que estimulou sua ocupação.

Depois de tornar insuportável o atrativo, os pioneiros exploradores do lugar procuram outros para iniciar o mesmo processo. Dentre os principais exemplos no Brasil temos: Ponte da Bolívia e Tarumã, Praia da Barra da Tijuca, de Leblon e Ipanema, Copacabana, Cabo Frio e Búzios, de Guarapari e arredores do Nordeste, de modo geral, e outros.

A água, por ser um elemento vital ao ser humano, trouxe encanto, fascínio sobre as fontes, rios, lagos e mares, fazendo com que as pessoas a busquem por diversão e repouso.

O turismo balneário é a forma mais procurada nessa era industrial, pois, através das diversas formas de relevo das águas, significa liberdade, alívio e naturalidade de vida. Em busca do viver pleno da humanidade, onde nos encontramos a destruição das belezas dos recursos naturais.

Apesar da utilização generalizada do turismo balneário para a recreação na água, por sua natureza, por seu potencial e suas origens vitais. O Brasil é um dos maiores retentores dos recursos hídricos do mundo, subutiliza seu potencial por falta de conhecimento e informação da população e políticas públicas que visem à melhor exploração da água.

Segundo Pillmann (1992 apud RUSCHMANN, 1997), os impactos ambientais causado pelo turismo de esportes na água cita: natação, esqui, passeio de barco, participação em competições tem impactos diretamente nos afluentes, poluição do ar e da água, danos a áreas residenciais, agressão à natureza pela construção de equipamentos e ginásio de esporte, vandalismo.

A crise ambiental da atualidade está levando à construção de um novo paradigma ou uma nova atitude diante da natureza. Praias, rios e lagoas não são apenas bordas do mar ou margens que canalizam os cursos d'água ou que encerram uma porção dela. A água não é depósito de lixo e esgoto, devem ser respeitados seus habitantes como plantas, animais e outros organismos indispensáveis à saúde, então deverá ser considerada sua taxa de esgotamento para sua renovação e conservação para as gerações, tendo como grande parceiro quanto a controlar o número de praticantes é o preço.

As atividades aqui propostas cabem nesse perfil. Também os próprios consumidores de lazer e turismo têm poder de mudar os efeitos ambientais, comprando somente aqueles que possuem tais responsabilidades.

Complexo poliesportivo da Ponta Negra

A Praia da Ponta Negra foi palco de grande visitação da família manauara, nos finais de semana e feriados, usufruindo do esporte e lazer diante de sua natureza exuberante.

O banho refrescante, o jogo de vôlei, futebol, bóia de borracha de câmaras de pneus proporcionavam um relaxamento total.

Depois de um tempo tornou-se esquecida, fato ocasionado por problemas ambientais e degradação como: falta de saneamento, de limpeza, segurança e ocorrência de poluição. Após sua recuperação voltou com novos equipamentos, a integrar novamente cartão postal de Manaus.

Dentre as atividades na água da Ponta Negra destacam-se: circuito de água abertas, competição de remo, maratona aquática Almirante Tamandaré.

Resultados

a) Quanto à motivação, das 200 pessoas entrevistados 39% responderam que visitam a Ponta Negra devido ao ambiente, que, para elas é o natural, a beleza cênica do local, enquanto 19% seriam práticas esportivas, 15% por falta de opção, 13% a caminhada e 14% outros motivos do qual o mais relevante é o lazer.

Em cima dos dados, percebe-se que o fluxo maior de frequentadores da Ponta Negra é pela paisagem local. Com isso pode-se confirmar o resultado da pesquisa como verdadeiro ,trazendo para o espaço Ponta Negra, com ambientes naturais e culturais, destacando o interesse natural.

b) Pontos que poderiam tornar a Ponta Negra mais atraente: Para 42% dos entrevistados, o que poderia melhorar as atratividades da Ponta Negra a seria atenção especial à limpeza. Outros 23% responderam que poderia haver mais eventos destinados à população manauense. 19% deram ênfase ao esporte aquático, 12% à arborização e 4% a outras opções, entre os quais destacam-se: segurança, conservação e a retirada ou organização dos bares. Temos o esporte aquático em terceiro lugar, mas se deve levar em consideração o fato de que a primeira opção, falta de limpeza, impossibilita a realização da atividade.

c) Fatores que mais agradam os visitantes. Quando lhes foi perguntado sobre o que mais lhes agrada os entrevistados, na Ponta Negra, 41% responderam o Rio Negro, 25% o calçadão, 16% as quadra, 12% os shows e os eventos, 3% bares e lanchonetes e 3% ambiente em geral. Relacionado com as questões anteriores, percebe-se que

o ambiente natural desponta como atrativo fundamental para os frequentadores, delimitado neste tópico pelo Rio Negro, por sua extensão e por ser exótico. Temos o calçadão com grande relevância, no sentido em que a cidade de Manaus é escassa de ciclovias, espaços próprios para circulação de bicicletas e para caminhadas.

d) O uso da Ponta Negra para atividades de lazer. Nesse item foi perguntado aos visitantes se eles utilizavam a Ponta Negra para alguma prática de esporte. Os resultados apresentaram que 36% nunca praticaram, mas pretendem; 28% já praticaram ou praticam, por isso afirmam falta de opções; 13% não praticam, mas já praticaram; 13% praticam. Percebeu-se de uma minoria que *pratica alguma atividade esportiva no local, alguns confessam falta de opções, tanto para crianças quanto para adultos. As pessoas que não praticam mostraram-se interessadas em participar de uma ou outra atividade ali disposta.*

e) *Divulgação dos esportes aquáticos desenvolvidos.* Quando perguntados sobre o conhecimento dos esportes aquáticos praticados na Ponta Negra, 52% afirmaram que nunca ouviram falar, 21% sabiam sobre a natação e 27% citaram o remo e menos de 1% outra atividade. Ao analisar, levando em consideração que a Travessia Almirante Tamandaré já ocorre há 33 anos e que o remo somente iniciou nos idos de 1920, pode-se concluir que o esporte aquático ainda não faz parte da cultura amazonense, apesar da região ser cercada de água.

f) Possibilidade da prática de esporte aquático pelos visitantes. A maioria do entrevistados, 71%, responderam que praticariam a atividade e 29% responderam que não, ou por não saber nadar ou por não gostar da modalidade. Sendo assim, pode-se concluir que há certa falta de divulgação e envolvimento nesses esportes, tornando-os mais acessíveis ao público e incluindo atividades das *novas tendências aquáticas supracitadas. No entanto deverá haver envolvimento de todos os atores do local buscando atividades cada vez mais menos poluentes e envolvimento da população para criar nessas a necessidade da conservação desse espaço.*

Considerações finais

O tema aqui disposto se originou da carência em utilizar uma das paisagens mais belas de Manaus, que é a Ponta Negra, em suma o rio Negro, de forma sustentável, utilizando o fator tempo, requerendo uma consciência pelo fator espaço para o início desse projeto.

Diante disso as atividades aqui sugeridas mostraram que é possível maximizar os pontos positivos e minimizar os negativos no que se refere ao lazer na natureza. A proximidade do rio fará um resgate da vivência da vida antes de Manaus, trazendo a qualidade de vida, a valoração de novos conhecimentos, auto-reflexão, a oportunidade de estreitar as relações com os familiares e de amizade, através de um lazer que não reduz o consumo do bem, que é a água.

Referências

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 4. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- CASTELI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante*. 4. ed. rev. e amp. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- CAMARGO, Luís L.O. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHON, K.S. *Hospitalidade: conceitos e aplicações*. Tradução Ana Maria Beatriz Miranda e Silva Ferreira. Revisão técnica Gleice Regina Guerra. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2003.
- DULCIO VAZ, Leopoldo Gil. Mestre em ciência da informação. O profissional do turismo e lazer. Disponível em: <<http://www.efdesportes.com.br>>. Acesso em: 03 de março de 2005.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. 2. ed. - São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARCELLINO, Nelson C. *Lazer: formação e atuação profissional*. São Paulo: Papirus, 1995.

ROJAS, Carlos Fierro. La Recreación acuática. Disponível em: <http://www.cfdep.com.ar/deportes/la_recreacion_acuatica.htm>. Acesso em: 03 de março de 2005.

RUSCHMAN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

PAIVA, M^a das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TIBRE, John. *Economia do lazer e do turismo*. Tradução de Maria Cláudia Pires Lopes. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA REVITALIZAÇÃO DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTOS DO POVO BARÉ DA COMUNIDADE TERRA PRETA – MANAUS/ AMAZONAS¹

Jhones Rodrigues Pereira ²

O programa segundo tempo

Em 2003, o Ministério do Esporte elaborou o *Programa SEGUNDO TEMPO*, regimentado por meio da Portaria n.º 96 de 02 de dezembro de 2004, regulamentado e implementado pela Portaria n.º 032 de 17 de março de 2005, objetivando democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contra-turno escolar, de caráter complementar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, no sentido de possibilitar a sua inclusão no ensino formal.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pela mudança de conceito sobre o papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.

O esporte é conhecido pelos benefícios que traz ao desenvolvimento humano, na contribuição para a formação física e

¹ Este artigo foi escrito com base na monografia: Educação Física Escolar Indígena: O Programa Segundo Tempo e sua Importância na Revitalização dos Jogos Tradicionais das Crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/ Amazonas, defendida e aprovada com louvor pelo Prof. Esp. Jhones Rodrigues Pereira na Universidade de Brasília, 2006.

² Universidade do Estado do Amazonas - E-mail: jhones_pereira@hotmail.com

intelectual. Ele estabelece conceitos de liderança, trabalho em equipe e disciplina, que são estimulados desde a infância, de maneira a formar indivíduos mais solidários e com sentido de cooperação. Pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, entre outros. E pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade e assim por diante.

O esporte é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural. Ou seja, é uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, ao jeito do brasileiro. Neste sentido, “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (art. 217, CF, 1988)³ e assume a condição de direito, na dimensão da inclusão social e educacional. Pelo mesmo caminho, “os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude” (ECA Cap. IV, art. 59)⁴, valoriza em seus princípios as atividades extra-curriculares, dentre elas o esporte, como fator imprescindível ao desenvolvimento escolar infanto-juvenil (LDBEN N.º. 9394/ 96)⁵.

Como princípios norteadores do Programa Segundo Tempo destacamos a democratização da prática cultural do esporte, além de promover a inclusão social e educacional, assegurando o desenvolvimento humano. Poderá ajudar a reduzir as situações de risco social de crianças e adolescentes, diminuindo os índices de

³ Ver: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

⁴ Ver: Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8069/1990.

⁵ Ver: As Leis de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96.

evasão e repetência escolar, promovendo a geração de emprego e renda.

No Estado do Amazonas o Programa Segundo Tempo conta com o apoio da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, Secretaria Estadual de Juventude Esporte e Lazer – SEJEL (26.913), Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Manaus (23.265) e Prefeituras do interior do Estado, perfazendo um total de 50.178 crianças e adolescentes atendidas pelo Programa⁶.

As manifestações lúdicas Baré

Na história da humanidade, não se conhece bem quando o jogo surgiu entre os seres humanos. Para a comunidade científica foi necessário que o ser humano tivesse desenvolvido um meio intersubjetivo de ensinar e aprender a jogar.

Para conseguir inter-relacionar-se, a espécie precisou de mecanismos novos que lhe permitissem aferir, sentir e descobrir o outro, ao mesmo tempo em que era aferido, sentido e descoberto pelo outro. A espécie foi desde então, capaz de estabelecer uma comunicação entre o 'mundo real e o imaginário', o 'lógico e o afetivo', o 'especulativo e o existencial', 'o inconsciente e o consciente', o 'sujeito e o objeto' (ROCHA FERREIRA, 2005)⁷.

A palavra lúdico vem do latim *ludus* e significa brincar. No brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos,

⁶ Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>

⁷ VEIGA, Juracilda; ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz (orgs.). In: ENCONTRO SOBRE LETTURA E ESCRITA EM SOCIEDADES INDÍGENAS (VI ELESÍ): Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena. 16. *Anais...* Campinas, SP: ME/ NCEI/ SNDEL/ ALB, 2005.

relativizando, também, a conduta daquele que joga, brinca e se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

Na sociedade indígena, cada etnia tem sua maneira de expressar a cultura corporal de movimentos (RCNEI, 2005).⁸

O povo Baré da comunidade de Terra Preta entende que o lúdico

[...] é o comer o tomar banho de rio, caçar, dançar, pescar, é tudo que está aqui. Faz relação com o trabalho [...] A gente trabalha sério, mas ensina para o parente como trabalhar com gosto, brincando, isso é bom” (DEPOIMENTO DO PROFESSOR INDÍGENA Jonas Aleixo).

Para Vygotsky (1984)⁹, é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva. Segundo ele, a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras.

A criança pode trazer para o plano da representação mental tudo aquilo que vir nas experiências práticas. Trazer essas experiências para a imaginação, contudo, cria problemas, pois ela não pode simplesmente ter as imagens na mente, é preciso coordená-las, internamente, até que ganhem coerência, lógica, inteligibilidade, passando a ser fonte de reflexões, de compreensões, de criações (PIAGET, 1978)¹⁰. Esse trabalho todo é cumprido com bastante dificuldade, mas, ao mesmo tempo, a criança exercita esse empenho de imaginação, jogando com os dados de representação. Ela faz de conta, isto é, fantasia suas experiências e com isso ganha desembaraço para imaginar, para pensar.

⁸ Ver: BRASIL/MEC. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília. MEC/SEI, 2005.

⁹ Ver Vygotsky, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. 1984.

¹⁰ Ver PIAGET, J. A psicologia da criança. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1989.

O jogo é um dos aspectos relevantes para a educação indígena:

Possivelmente é o jogo um dos elementos mais importantes da educação indígena. Sabe-se que a criança aprende brincando. A originalidade aqui é que o índio, já desde pequeno, brinca de trabalhar. Seu brinquedo é, conforme o sexo, o instrumento de trabalho do pai ou da mãe. O índio que brincar de trabalhar, depois vai trabalhar brincando (MELIÀ, 1979, p. 19)¹¹.

Neste contexto, a autonomia que é dada às crianças indígenas é sinal de respeito à formação do sujeito adulto. Nesta citação de Freire (1996), ousou trocar as palavras “professor” e “educando”, por índio adulto e criança indígena, para melhor compreensão:

O índio adulto que desrespeita a curiosidade da criança indígena, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem [...] O índio adulto que ironiza a criança indígena, que minimiza que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legítima, [...] transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência¹².

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara

¹¹ Ver livro: MELIÀ, Bartolomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo: Editora Loyola, 1979.

¹² Ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (coleções de leitura).

para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Nesta pesquisa, propomos dois conceitos para melhor explicar a temática proposta nos estudos aplicados à comunidade indígena de Terra Preta:

1 Atividades físicas étnicas (em contato total com a natureza): são todas as atividades físicas executadas pelos índios da etnia de forma lúdica, ou por sobrevivência, de maneira que a característica principal seja o jogo informal, incluindo-se o canto, a dança, a confecção de artesanato, as pinturas corporais, o conto de histórias cotidianas, os mitos e os rituais.

- Arco e flecha; zarabatana ou karauatana (nomenclatura Baré em Nhengatu); nadar no rio; correr (andar, pular, saltar, trepar em árvores, etc.); brincadeiras (pião)

- Banhos de rio: saltos de árvore ou da prancha (pular da prancha: cupim bola – forma de bola; ouiya: de cabeça; pira-pucu: em pé). Brincadeiras com peteca, coco-coco, cabo-de-guerra, gavião, onça e cutia, konyauara (paquera), imitar animais, passa-passa três, brincadeira com fios ou cordas, entre outras, etc.

- O Ritual Dabucuri¹³. “É um ritual que manifesta fartura e congraçamento entre os membros da comunidade indígena. A consagração das realizações sociais de um povo” (JUREMA, 2001). O Dabucuri é realizado para comemorar uma boa caça, uma proveitosa pesca, uma farta produção agrícola, um aniversário, um casamento, festas comunitárias, festas religiosas e em homenagem a pessoas e instituições. Este momento é marcado pela troca dos produtos que estão em evidência e pela reunião social que é realizada.

2 Atividades físicas interétnicas (esportes ou etnodesporto)¹⁴: São todas as práticas esportivas adquiridas, a partir do contato com a

¹³ Também denominado de Dabakuri pelos linguistas.

¹⁴ Ver tese de doutorado de Fashebbber, Ronaldo, UNICAMP, 2005.

sociedade envolvente. São exemplos: o futebol de campo, o voleibol, e outros esportes citados durante a pesquisa como basquetebol, o tênis-de-mesa, etc.

Considerações finais

Nesta direção destacamos a liberdade de pensamento inerente ao Programa Segundo Tempo. Para as populações indígenas, ter liberdade no pensar, no agir, no fazer é fundamental na execução das atividades cotidianas (FREIRE, 1996).

A convivência cotidiana com o povo Baré contribuiu acintosamente aos estudos, pois nos trouxe possibilidades de apreender e (re)significar alguns conceitos da Educação Física de forma lúdica, como, também, humildes e sinceras respostas para vários questionamentos feitos no transcorrer do trabalho.

A (re)significação de conteúdos, ditos formais, que crianças e adultos dão para as manifestações culturais – os jogos – alimenta o imaginário e o “faz-de-conta”, saudáveis nesse processo próprio de ensino aprendizagem, que outrora as situações de contato teimam em difamá-la.

Para este tipo de população excluída do processo de transformação da sociedade de pedra, o anseio, o desejo, a vontade de querer saber mais um pouco sobre os conceitos que a sociedade envolvente criou, cria e impõe, para que possam se “defender” das cobiças e vaidades em que a todo o momento estão expostos, nos mostra o quanto é importante respeitar os saberes tradicionais indígenas, o multiculturalismo, a interculturalidade, o respeito à alteridade. A ponto de relatar que será muito importante revitalizar esses patrimônio milenar e mostrar para a sociedade em geral a verdadeira identidade amazônica.

O Programa Segundo Tempo (re)significado pela população indígena Baré de Terra Preta contribuiu de forma significativa para a revitalização e valorização das manifestações culturais, destacando aqui os jogos tradicionais.

Para que o PST tivesse relevância perante a comunidade indígena foi necessário apreender conceitos e formas próprias de ensinar e aprender que são natos dos povos indígenas.

Nesse sentido, coube estabelecer estratégias que pudessem fazer os envolvidos no processo entender as diretrizes de funcionamento do Programa de forma benéfica e que pudesse contribuir no convívio social dos mesmos.

Dentro das estratégias procuramos, inicialmente, explicar os procedimentos de atuação do Programa. No segundo momento, procuramos ouvi-los, que em nossa opinião, a parte mais importante na consolidação prática da ação esportiva e cultural.

Os processos próprios de ensino-aprendizagem da comunidade indígena de Terra Preta trouxeram relevantes contribuições para a melhor consecução do trabalho, não meramente ficou acordado (re)significar conceitos e metodologias oficiais, a ponto de surgir, a ideia de fazer o Programa Segundo Tempo Indígena.

Nesta direção, criamos o Programa Segundo Tempo Indígena – PSTI, que manifesta a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” próprio de cada etnia (art. 206, II, CF)¹⁵.

Momento este, que justifica a relevância da atuação dos princípios do Programa em articulação com as comunidades indígenas. Daí, surgindo conceitos como a classificação das atividades físicas em étnicas e interétnicas, valorizando e respeitando as tradições e saberes milenares indígenas, como, também, utilizando os jogos formais (futebol e voleibol) para contribuir nesse processo de educação através do respeito à diferença (alteridade).

Enfim, a pesquisa consentiu um envolvimento, não apenas técnico, mas, acima de tudo, humano, enfatizando e lembrando problemas sociais enfrentados pelas populações indígenas, historicamente excluídas das ações populares de investimentos em

¹⁵ Ver monografia do autor do artigo.

políticas públicas, vivenciando todo o tipo de preconceito, sendo sua cultura difamada e tratada como folclore.

Portanto, como política pública, o Programa Segundo Tempo poderá agir como um meio para revitalizar e valorizar a cultura corporal de movimentos desses povos, mostrando à sociedade em geral que as populações indígenas merecem o reconhecimento de seu modo de viver, de suas ciências, de seu lazer, de sua forma de educar, e, principalmente de, ser reconhecidas como sujeito transformador do processo político e cultural da sociedade brasileira.

Referências

JUREMA, Jefferson. *Universo mítico-ritual do Povo Tukano*. Manaus: Editora Valer, 2001.

JUREMA, Jefferson; QUEIROZ, Wallace. *Metodologia para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. *Jogos Infantis*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ORIGEM E OBJETOS. (ong). *Artigo*. jogos indígenas. Disponível em: <www.jogosindigenasdo.brasil.art.br/port/projeto.asp>.

ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz. Jogos e Esportes Sociedades Indígenas: Kaingang e Kadiwéu. In: *Semana de Alfabetização – Alfabetização e Desenvolvimento Humano. Educação de Jovem e Adulto – “EJA e Cultura local”*. 6. São Paulo, 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/ CEAD. *Esporte e Sociedade*. Mód. 1. Organizado por Renato Sampaio Sadi...et al. Brasília: CEAD, 2004.

_____. *Jogo, corpo e escola*. Mód. 3. Organizado pela Comissão de Especialistas de Educação Física (Ministério do Esporte). Brasília: CEAD, 2004.

Artemis Soares - Realizou curso de Mestrado em Educação Física pela Universidade do Estado de São Paulo-USP- (1981) tendo como foco de estudo a Ginástica Rítmica e Doutorado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal (1999) com foco na corporeidade indígena. É docente da Faculdade de Educação Física da UFAM, e atua no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, no Instituto de Ciências Humanas e Letras. É líder do grupo de pesquisa Aspectos antropológicos e sócio-culturais da Educação Física e do Esporte, corporeidade, condições de vida e saúde de diferentes grupos populacionais. Corporeidade, UFAM/CNPq e pesquisadora do grupo de Pesquisa Implicações do Modelo Bioecológico no Esporte e na Educação Física, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pos-Doc: 1- Université PARIS-5 em Paris, onde desenvolveu pesquisa em conjunto com o Prof. Dr. Pierre Parlebas dentro do tema Jogos Tradicionais, e 2-Université Rennes 2,-FR, onde desenvolve pesquisas em duas linhas: no âmbito da didática, com foco nos processos de iniciação à Ginástica Rítmica, e no âmbito da sócio-antropologia com trabalhos centrados no futebol indígena. Contato: artemissoares@yahoo.com.br

Almir Liberato - É Mestre em Educação Física pela Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo e Doutor em Pedagogia do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto/Portugal. Docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade do Amazonas. Atua nas áreas de pedagogia do desporto e gestão do desporto. Atualmente exerce integralmente a função de diretor executivo da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, a qual apóia a Universidade Federal do Amazonas. Contato: liberato.almir@gmail.com

"No cotidiano da vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito "enfeizando" a paisagem urbana. Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito com a idéia de excepcionalidade dando lugar a noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos e brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer. "Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante papel."

Apoio:



Patrocínio:

Ministério
do Esporte



ISBN 857401497-5



9 788574 014975